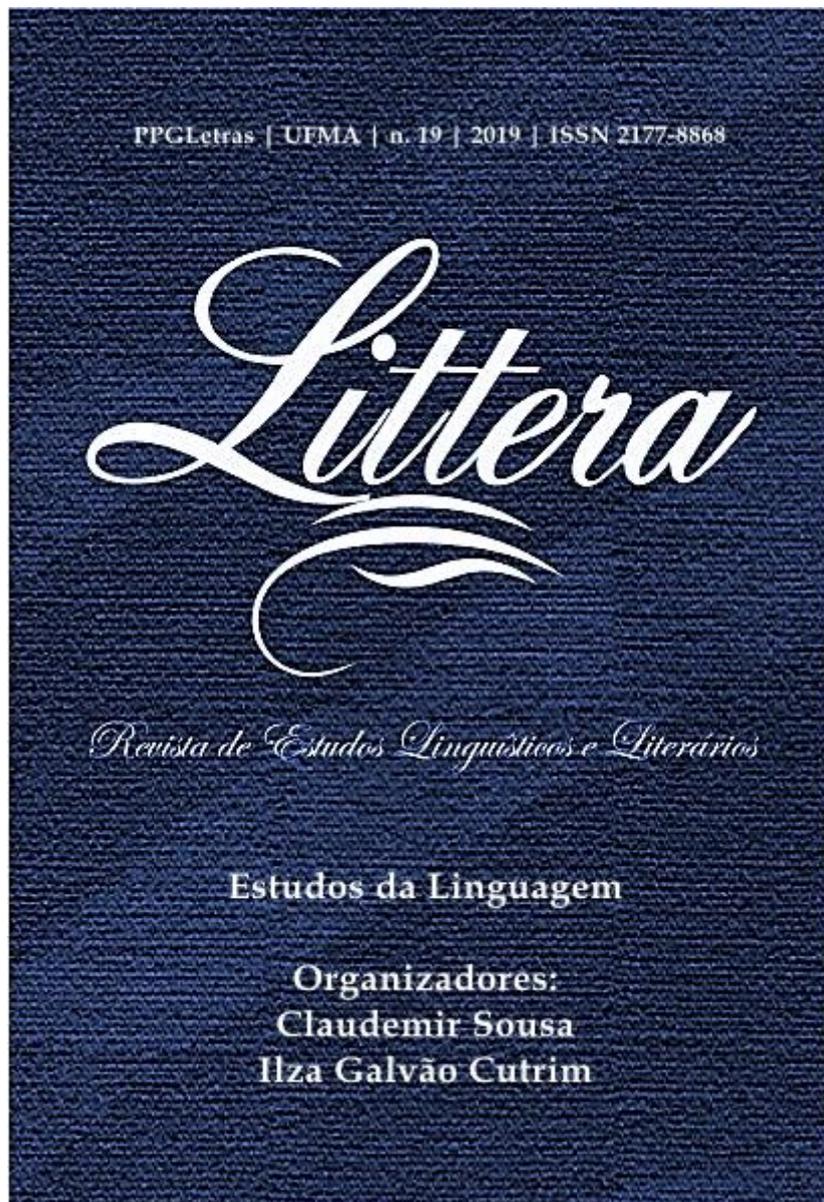


Littera Online

n. XIX, 2019

Programa de Pós-Graduação em Letras | Universidade Federal do Maranhão



FICHA TÉCNICA

Editora

Prof.^a Dr.^a Maria Aracy Bonfim

Coordenador do PPGLetras

Prof. Dr. Rafael Campos Quevedo

Comissão editorial

Prof.^a Dr.^a Ilza Galvão Cutrim
(UFMA)

Prof. Me. Claudemir Sousa
(UEMA/UNESP)

Pareceristas desta edição

Prof.^a Dr.^a Amanda Batista Braga (UFPB)

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Rocha (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Denise Gabriel Witzel (UNICENTRO)

Prof.^a Dr.^a Edileide Godoi (UFPB)

Prof.^a Dr.^a Flávia Marinho Lisboa (UFRA)

Prof. Dr. Francisco Paulo da Silva (UERN)

Prof.^a Dr.^a Ilza Galvão Cutrim (UFMA)

Prof. Dr. José Barbosa (UFERSA)

Prof. Dr. José Cezinaldo Rocha Bessa (UERN)

Prof. Dr. José Josemir Domingos da Silva (UEPB)

Prof.^a Dr.^a Maria da Graça Faria (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Marize Aranha (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Mônica da Silva Cruz (UFMA)

Prof. Dr. Renan Belmonte Mazzola (UniCor)

Prof.^a Dr.^a Roselene Coito (UEM)

Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Augusto Pereira (UEPB)

Prof. Dr. Thiago Barbosa Soares (UFT)

Ficha técnica

ISSN: 2177-8868

Periodicidade: semestral

Endereço para correspondência
Revista Littera a/c Mônica Cruz
Universidade Federal do Maranhão - Centro de Ciências Humanas
Avenida dos Portugueses, S/N Campus do Bacanga
CEP: 65085-580 São Luís MA
E-mail: litteraonlineufma@gmail.com

LITTERA ONLINE é uma publicação acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, e está sob licença Creative Commons Atribuição-Uso não-comercial-NoDerivative Works 3.0 Brasil.

SUMÁRIO

SEÇÃO TEMÁTICA

DISCURSO, PODER E VERDADE: A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES EM DIVERSAS MATERIALIDADES ENUNCIATIVAS

A REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO DISCURSO IDEOLÓGICO DA REVISTA *VEJA*: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE A VENEZUELA
Cibélia Renata da Silva Pires05

A GESTÃO BIOPOLÍTICA DO SUJEITO COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM CARTAZES DA FEDERAÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) E DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS)
Cícera Alves Agostinho de Sá e Francisco Vieira da Silva27

VIDA LONGA AO REI! O PODER NO TABULEIRO DO JOGO DE XADREZ E O *PANOPTICON*, DE BENTHAN
Michelle de Sousa Bahury49

O DISCURSO SOBRE POBREZA E MARGINALIDADE PRODUZIDO POR ALUNOS DE ENSINO MÉDIO
Luzia Alves62

***BRUÁCAS, CHINAS E GASGUITAS*: VERBETES QUE DESIGNAM A MULHER NA OBRA *VOCABULÁRIO GAÚCHO*, DE ROQUE CALLAGE**
Felipe Rodrigues Echevarria86

VERDADE E ESCUTA: UM ESTUDO SOBRE VIOLAÇÕES DE ESTADO, REPARAÇÃO, DISCURSO E IDENTIDADE
Letícia Tury Guimarães Nascimento101

SEÇÃO LIVRE

A GESTÃO DOS CORPOS SAUDÁVEIS NA SOCIEDADE DE CONTROLE
Ramísio Vieira de Souza e Janielly Santos de Vasconcelos Viana119

**AS PRÁTICAS DO BIPODER E DAS TÉCNICAS DISCIPLINARES
INSTITUÍDAS SOBRE O CORPO NA VISUALIDADE FÍLMICA DE “A PELE
QUE HABITO”**

Cremilton de Souza Santana e Jaquissom Aguiar Guimarães132

“MATO POR PRAZER”

Josyelle Bonfante Curti150

REVISTA MODERNA (1897-1899): Um Correio Ilustrado Oitocentista

Andreza dos Santos Flexa174

**TUPINISMO: UM ESTUDO SOBRE A IMPOSIÇÃO DA LÍNGUA GERAL
AMAZÔNICA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Airton Santos de Souza Junior190

A REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NO DISCURSO IDEOLÓGICO DA REVISTA *VEJA*: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE A VENEZUELA

Cibelia Renata da Silva Pires*

Resumo: Este artigo, baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH 2001, 2003), na teoria dos Atores Sociais (VAN LEEUWEN 1996, 1997, 2008) e na teoria de Thompson (1995) sobre os modos de operação da ideologia, tem como objetivo demonstrar como o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez e a população venezuelana foram representados no discurso da revista *Veja* durante o seu governo, cooperando, assim, para a construção da imagem do próprio ex-presidente. Utilizamos como *corpus* quinze reportagens da revista *Veja* referentes ao período de 1999 a 2012. O resultado nos mostra que a revista constroi, ao mesmo tempo, a imagem de um povo insatisfeito com um presidente e suas políticas públicas, e de Chávez como um líder autoritário que se tornou um inimigo da nação.

Palavras chave: Análise Crítica do Discurso. Hugo Chávez. Venezuelanos. Van Leeuwen.

Abstract: This article, based on theoretical-methodological assumptions of Critical Discourse Analysis, on Social Actors theory and Thompson's theory on the modes of operation of ideology, aims to demonstrate how the former president Hugo Chávez and venezuelan people were represented in the speech of *Veja* magazine during his administration, cooperating to construct the image of the former president. We used as *corpus* fifteen magazine articles referring to the period from 1999 to 2012. The result shows that the *Veja* magazine builds, at the same time, the image of a people dissatisfied with their president and his public policies and Hugo Chávez as an authoritarian leader who became an enemy of the nation.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Hugo Chávez. Venezuelan people. Van Leeuwen.

Introdução

Na perspectiva de Gramsci, os meios de comunicação são considerados 'aparelhos privados de hegemonia' que não só difundem visões particulares de mundo como também se utilizam de seu poder de influência para exercer a dominação. No entanto, o seu poder não é exercido pelo uso da força, mas sim pela estratégia de criação de consenso que naturaliza as práticas e as relações sociais (MORAES, 2016).

Considerando as relações de poder que permeiam os discursos da imprensa de modo geral, este artigo tem por objetivo demonstrar quais estratégias linguísticas foram utilizadas pela revista *Veja* para construir a imagem do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez aqui no Brasil.

* Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP).

A imprensa é considerada um agente ideológico dos poderes sociais e econômicos dominantes, representando, portanto, interesses hegemônicos que buscam controle do espaço público (RICÓN e MAGRINI, 2010, p. 86). Deste modo, ao proceder com a análise linguística, a pesquisa aqui empreendida questiona o discurso hegemônico divulgado pelos meios de comunicação, incentiva o pensamento crítico e busca trazer contribuições a respeito da prática discursiva adotada pelos meios de comunicação e o impacto disso na sociedade.

Pardo Abril (2005, p. 169) afirma que “é importante analisar, de forma crítica, o conjunto de representações que os meios de comunicação elaboram sobre a realidade para identificar não só a coincidência dos acontecimentos com o que de fato ocorre, mas também a existência de mecanismos de orientação do pensamento”¹. Isso nos leva a compreender que a imprensa influi na formação de consciências e nos modos de pensar, o que a insere no campo de disputas de sentidos e contrassentidos que atravessam a sociedade civil como um todo. Portanto, faz-se necessário pensar criticamente a imprensa, reconhecendo a sua centralidade na arena das lutas ideológicas.

Segundo Fairclough (2003, p. 13), o processo de fazer significado (ou significar) produzido no texto não se restringe apenas aos aspectos linguísticos. Torna-se também necessária uma investigação do significado do contexto como um todo, verificando, por exemplo, quem escreveu o texto, o público diverso de leitores, sua distribuição etc.

Diante disso, para este trabalho, selecionamos a revista *Veja* que, por possuir uma alta tiragem de exemplares e ser consumida por um público de alto poder aquisitivo e de instrução², indicando seu elevado poder de influência, costuma ser utilizada também como fonte de pesquisa em escolas e universidades. Além disso, por se declarar “a maior

¹ Nossa tradução de “és relevante analizar, en forma crítica, el conjunto de representaciones que los medios elaboran sobre la realidad para identificar no sólo La coincidencia de los acontecimientos con lo que en efecto sucede, sino la existencia de mecanismos de orientación del pensamiento.” (PARDO ABRIL, 2005, p.168).

² Fonte: http://publiabril.abril.com.br/uploads/brand/mediakit/1/M_dia_Kit_2017.pdf (acessado em 31/01/2018)

revista do Brasil e segunda maior revista semanal de informação do mundo”³, pode influenciar de modo considerável a opinião pública dos brasileiros, tornando-se assim um objeto científico de grande relevância:

(...) Quando as matérias problematizam o esporte, a economia, a educação, a saúde e outras temáticas, elas compõem textos culturais que produzem formas de fazer, de aprender, de ensinar e, sobretudo, de ser e de compreender o mundo. À medida que os meios de comunicação instituem a si mesmos como espaço e tempo dos acontecimentos, eles atravessam e ocupam espaços públicos, interagindo na constituição da opinião pública, nas decisões e nas concepções que circulam no mundo (GERZSON, 2007, p. 13).

Esta pesquisa tem como base os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD), especificamente o enfoque feito pelo linguista Norman Fairclough (2003, 2001). A ACD propõe um arcabouço teórico-metodológico para a explicação crítica de questões ligadas à relação de poder e dominação no plano sociodiscursivo. Como instrumental teórico para a análise das práticas discursivas, a ACD busca deslindar a relação dialética entre linguagem e sociedade, observando como o discurso pode sofrer intervenções dos elementos históricos, ideológicos e culturais. Ao analisar o discurso como prática social que reflete as relações de poder, a ACD não só denuncia os diversos conflitos sociais e, por consequência, as práticas de dominação neles envolvidos, como também explora e propõe projetos de mudança social, a fim de ampliar a participação democrática e contribuir para uma emancipação social.

A relação assimétrica entre os meios de comunicação e a sociedade pode ser entendida como um problema social, tendo em vista que essa relação sustenta uma associação assimétrica de poder entre aqueles que detêm o espaço para veicular suas ideias e, portanto, o poder de fala, e aqueles que apenas têm acesso a essas publicações e discursos.

Neste artigo, utilizaremos, dentro do campo teórico da ACD, as categorias gerais de *inclusão* e *exclusão* do inventário sóciosemântico de Van Leeuwen (1996,1997,2008) para analisar quinze reportagens da revista *Veja*, de 1999 a 2012, referentes ao período em que Chávez exerceu o cargo como presidente da Venezuela.

³Fonte: http://publiabril.abril.com.br/uploads/brand/mediakit/1/M_dia_Kit_2017.pdf (acessado em 31/01/2018)

Deste modo, buscamos demonstrar como a revista *Veja* constroi a representação de determinados atores sociais, a fim de influenciar a opinião pública.

O governo de Hugo Chávez

Desde que venceu as eleições em 1998, na Venezuela, até a sua morte, o presidente Hugo Chávez Frias ocupou com frequência as páginas de jornais e revistas não só na Venezuela como também no Brasil. Considerado hoje o país com a maior reserva de petróleo do mundo⁴, a Venezuela, país localizado na América do Sul, tem sido alvo de interesses estrangeiros que buscam novas fontes de exploração desse recurso cada vez mais escasso.

A ascensão de Hugo Chavez à presidência fez com que a Venezuela entrasse em um processo de profundas transformações sociais, econômicas e políticas. Com base no que ele chamou de socialismo do século XXI, o governo bolivariano ganhou projeção internacional devido às diversas mudanças que operou na política interna, bem como por ter mantido uma nova postura na política externa, que se caracterizou pelo não alinhamento com os EUA (MARINGONI, 2009).

Chavez aderiu aos projetos de integração regional (UNASUL, ALBA e MERCOSUL) como alternativa ao alinhamento estadunidense, implementou reformas de caráter nacional-desenvolvimentista, afastou-se do modelo econômico liberal e, com as rendas provenientes do aumento do preço do petróleo, investiu em projetos sociais, além de criar uma área de influência própria na América Latina.

O afastamento do modelo econômico liberal, a contínua contestação em relação à liderança global norte-americana e o discurso de caráter nacionalista abriram caminho para a intensa rivalidade entre a Venezuela e os EUA. Esse antagonismo se

⁴ Segundo o relatório anual da Organização do Países Exportadores de Petróleo (Opec), a Venezuela ultrapassou a Arábia Saudita em volume de reservas de petróleo cru. Com 296,5 bilhões de barris em seu solo, a Venezuela torna-se o número um no ranking dos países com maiores reservas de petróleo, posto ocupado tradicionalmente pela Arábia Saudita, que caiu para o segundo lugar, com 264,5 bilhões de barris. Fonte: http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm. Acessado em maio de 2016. O economista e diretor executivo da Câmara de Comércio e indústria Brasil-Venezuela, Severo (2012, p.115), com base no relatório da OPEP divulgado em 2011, afirma: “(...) a Venezuela chegou ao fim de 2010 com uma reserva comprovada de mais de 250 bilhões de barris, superando a Arábia Saudita: as reservas venezuelanas triplicaram nos últimos cinco anos e alcançaram quase 20% do total mundial.”

manteve presente durante todo o mandato de Hugo Chávez e continuou mesmo após sua morte.

Não demorou muito para que o ex-presidente Hugo Chávez enfrentasse uma oposição dentro de seu próprio território. A partir desse momento, todos os setores, que se sentiam prejudicados com o modo como Hugo Chávez vinha conduzindo a política de seu país, uniram-se em diversas ações para tentar destituí-lo do poder. Logo nos primeiros anos de seu governo, grande parte dos meios de comunicação internacionais travou uma luta contra a sua imagem e seu governo. Seu discurso anti-imperialista, com ênfase nacionalista, não era visto com bons olhos pela elite econômica local, pelos EUA e pelos grandes veículos de comunicação, principalmente por ter sido uma região marcada por ditaduras militares (MARINGONI, 2004)).

Em 2002, os empresários, a elite econômica do país e o alto escalão do exército venezuelano, com apoio do governo norte-americano e da mídia venezuelana, destituíram Hugo Chavez Frias da presidência da Venezuela, por meio de um golpe de Estado, elegendo o dirigente empresarial Pedro Carmona como presidente interino (ROVAI, 2007). Reconduzido ao poder em apenas 24 horas depois do golpe orquestrado contra ele, Chávez governou o país até 2013 quando morreu em decorrência de um câncer.

Reeleito cinco vezes em um país onde o voto não é obrigatório, Chávez construiu uma trajetória política específica que o diferenciou dos demais líderes latino-americanos. Com seu discurso contrário às políticas neoliberais propostas por Washington, além de uma aproximação com a figura de Fidel Castro, gerou posicionamentos a favor e contra seu governo dentro do seu próprio país, estimulados, principalmente, pela própria imprensa local e internacional.

A Análise Crítica do Discurso: princípios teóricos e metodológicos

A Análise Crítica do Discurso (ACD) surgiu em 1985, em um artigo escrito pelo linguista Norman Fairclough da Universidade de Lancaster. Abordagem teórica filiada à Linguística Crítica (LC), consolidou-se como disciplina no início da década de 1990, com o lançamento da revista *Discourse in Society*, e mais especificamente durante um simpósio em Amsterdã, realizado em janeiro de 1991, no qual estavam presentes os linguistas Teun V. Dijk, Norman Fairclough, Theo V. Leeuwen, Gunther Kress e Ruth

Wodak⁵. Nesse evento, que representou um marco simbólico para os estudos críticos do discurso, os pesquisadores puderam discutir teorias e métodos de análise do discurso, confrontando as diversas abordagens e expondo similaridades dentro da perspectiva da ACD. A partir desse primeiro encontro, foi consolidada uma nova agenda de pesquisa e o grupo de pesquisadores se expandiu, disponibilizando novas ferramentas de estudo para analisar o discurso.

Desde o seu surgimento, os analistas críticos do discurso sempre demonstraram preocupação com a relação dialética entre a estrutura social e o discurso, pois a capacidade linguística de produção de significado poderia ser um produto da estrutura social. Desse modo, da linguagem, reconhecida como uma prática social, emergem os processos ideológicos que regulam relações de poder e dominação.

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (...) Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática e a estrutura social: a última é um tanto condição como efeito da primeira (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Por manter uma relação dialética com a estrutura social, o discurso reflete as relações de poder. No entanto, essas relações assimétricas não ocorrem de modo transparente, antes o controle e poder exercido por um grupo hegemônico é conduzido no discurso de forma não explícita, levando as pessoas a agirem de forma consensual, sem que elas percebam.

A Análise Crítica do Discurso procura exatamente não apenas analisar, mas revelar de que forma o discurso tem sido colocado como instrumento de dominação, por meio da produção de efeitos ideológicos subjacentes, expondo os processos linguísticos

⁵ Neste período, havia também outras obras que marcaram o período como *Language and Power*, de Norman Fairclough (1989); *Language, Power and ideology*, de Ruth Wodak (1989) e *Prejudice in discourse* (1984), de Teun. V. Dijk.

utilizados por determinados grupos hegemônicos para preservar seu poder sobre os outros menos privilegiados.

Associando estudos da Linguística aos de Sociologia e Estudos Culturais, Fairclough (2001) buscou utilizar a Análise do Discurso como instrumento político contra a injustiça social, incentivando os analistas críticos a serem agentes de transformação nas relações de poder e nas diversas lutas sociais vigentes. Assim, a alteração nas práticas discursivas fomentaria uma mudança na prática social.

Portanto, a ACD, longe de ser apenas uma abordagem teórico-metodológica sobre o estudo linguístico, visa a uma análise aprofundada sobre práticas e estruturas engendradas pela linguagem com vistas a revelar aspectos importantes da vida social. Nesse sentido, ao analisar criticamente os textos, os analistas críticos do discurso refletiriam a respeito do processo de interação entre elementos discursivos e estrutura social, ou seja, como pode a realidade social e as relações de poder se manifestarem discursivamente.

Como a ACD busca teorizar e descrever tanto os processos e estruturas sociais que levam à produção de um texto, quanto as categorias linguísticas que compõem o discurso, o conceito de ideologia e sua relação com as estruturas de poder é fundamental para o analista crítico do discurso.

O conceito de ideologia utilizado pela Teoria Social do Discurso, uma vertente da Análise Crítica do Discurso (ACD) desenvolvida por Norman Fairclough (2001), provém dos estudos de Thompson (1995, p.15-17), que, ao reformular o conceito de ideologia, não retira dele o seu sentido negativo. Pelo contrário, sua reformulação, considerando os inúmeros aspectos negativos, pode ser vista como uma concepção crítica da ideologia. Nesse sentido, a ideologia agiria como instrumento capaz de sustentar e legitimar relações assimétricas de poder. Dito de outro modo, a ideologia estaria a serviço da classe dominante. Segundo Resende e Ramalho (2006, p.49): “A concepção crítica postula que a ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.”

A Análise Crítica do Discurso e as categorias representativas de Van Leeuwen

Um dos objetivos da ACD é verificar a função do discurso no interior de problemas sociais contextualmente situados, ocupando-se com os efeitos ideológicos produzidos por meio de textos (discursos) nas relações sociais. Para Fairclough (2003, p. 8), textos podem conduzir a mudanças em nosso conhecimento, nossas crenças, atitudes e valores. Tendo em vista que a relação entre mídia e sociedade ocorre por meio de textos (discursos), podemos enfatizar a natureza social dessa relação e promover, por meio dessas mesmas práticas discursivas, as mudanças sociais necessárias.

Além de utilizar os princípios teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001, 2003), que compreende o discurso como uma prática efetivamente social, utilizaremos também, dentro dessa perspectiva, as categorias de Van Leeuwen (2008, 1997, 1996) para representação de atores sociais, a fim de demonstrar como o ex-presidente Hugo Chávez e os venezuelanos são representados no discurso da revista *Veja*.

Van Leeuwen (1996, 1997, 2008), com sua teoria da representação social no discurso, foi o responsável por relacionar as pesquisas sobre a representação dos atores sociais com a Linguística e fornecer subsídios para identificar no discurso verbal as estratégias linguísticas utilizadas para categorizarmos pessoas e suas práticas sociais. Através de suas categorias sóciosemânticas, podemos observar não apenas como os atores sociais são representados no discurso, como também o funcionamento dos processos de inclusão e exclusão desses atores no fluxo discursivo.

O trabalho de Van Leeuwen (1996, 1997, 2008) é considerado uma contribuição para os estudos em ACD, uma vez que essa teoria é capaz de revelar significados não tão evidentes que dizem respeito ao modo como os atores sociais podem ser representados no discurso. O autor procura mapear como as práticas sociais se transformam em discursos acerca delas mesmas, trazendo à tona questões ligadas ao poder, à ideologia e à hegemonia já abordados pela ACD.

Neste artigo, para proceder à análise dessas representações sociais, utilizaremos o inventário sociosemântico de Van Leeuwen (1996, 1997, 2008). Abordaremos as categorias gerais *exclusão* e *inclusão*. O sistema de inclusão é mais complexo do que o de exclusão, podendo o ator social ser representado de várias maneiras

e em diferentes papéis como, por exemplo, *ativo* e *passivo* ou *personalizado* e *impersonalizado*.

Categorias de indeterminação x determinação

Os atores sociais, quando personalizados, podem ainda ser representados de modo indeterminado, ou seja, como indivíduos ou grupos não especificados e anônimos. Realizada através de pronomes indefinidos (alguém, algum, algumas pessoas) e usado em função nominal, a indeterminação torna o ator social como alguém cuja identidade é irrelevante para o leitor. Por outro lado, a *indeterminação* também pode ser realizada por uma referência externa colocada de forma generalizada e, neste caso, o ator social ganha um tipo de autoridade impessoal, uma onisciência, uma poderosa força coercitiva (VAN LEEUWEN, 2008, p 39-40).

Quando os atores sociais são representados de forma determinada, eles têm a identidade especificada de alguma forma. A determinação pode ser realizada através das subcategorias *Nomeação* e *Categorização*, podendo esta última ser desdobrada nas subcategorias de *Funcionalização* e *Identificação* (VAN LEEUWEN, 1996, p. 51-53).

A *Nomeação*⁶ realiza-se por meio de nomes próprios e pode ser formal (apenas sobrenome, com ou sem honoríficos), semiformal (nome próprio e sobrenome) ou informal (apenas o nome próprio). São representados em termos de sua identidade única. Tanto nas reportagens quanto em narrativas, é destinado aos personagens sem nome apenas os papéis passageiros e funcionais, o que leva o leitor a não criar nenhum ponto de identificação com eles (VAN LEEUWEN, 1997, p.200). De acordo com Van Leeuwen (2008, p.41), a ausência de nomeação é tão significativa quanto a sua presença. Como exemplo de nomeação semiformal temos: “O principal organizador das greves gerais, o presidente da Fedecâmaras, *Pedro Carmona*, de 61 anos, assumiu a presidência no lugar de *Hugo Chávez* e prometeu convocar eleições em menos de um ano.”⁷

⁶ Rajagopalan (2003, p. 82), citando o evento de 11 de setembro e a caracterização feita de Osama Bin Laden, demonstra como a mídia “imprime certas interpretações pelo simples ato de designação de determinados acontecimentos, dos responsáveis por tais acontecimentos, dos atos específicos praticados pelos lados em situações de conflito”. Para ele, o fenômeno da nomeação é um ato eminentemente político, que a mídia utiliza para influenciar a opinião pública a favor ou contra pessoas e situações noticiados.

⁷ Fonte: O Falastrão caiu, *Veja*, ed. 1747 de 17/04/2002

A *Categorização* ocorre quando os atores sociais são representados em termos de identidades e funções que partilham com os outros. Ela se subdivide em *Identificação* e *funcionalização*. Na *Identificação*, os atores sociais são representados em termos do que são, de forma permanente ou não, e não do que fazem. Há quatro tipos de identificação: *identificação física*, *identificação relacional*, *classificação* e *avaliação*. A *identificação física* é a que representa os atores sociais em termos de características físicas (loiro, alto, ruivo, magro etc.) e proporciona uma identidade única na ausência, temporária ou permanente, de nomeação. Já a *identificação relacional* representa os atores pessoais em termos de relação pessoal, de parentesco ou trabalho que têm entre si, realizando-se através de substantivos (amigo, tia, colega etc.), que podem ser possessivizados. Por fim, em relação à *classificação*, os atores sociais podem ser representados por meio de categorias capazes de diferenciar classes de pessoas, de acordo com cada sociedade ou instituição, variando histórica e culturalmente. Em nossa sociedade, classificamos por meio de idade, sexo, raça, etnicidade, religião, orientação sexual etc. (VAN LEEUWEN, 1997, p.202-206).

No caso da avaliação, Van Leeuwen (2008, p. 45) afirma que ela é utilizada para se referir aos atores sociais quando estes são representados por termos que atribuem valores como, por exemplo, bom ou mau, amado ou odiado, e assim por diante. Este tipo de representação ocorre também através de nomes que denotem avaliação como ‘querida’, ‘desgraçado’ etc.

A *Funcionalização* ocorre quando a referência é feita em termos daquilo que os atores fazem (funções ou ocupações) e das atividades que praticam. Pode ser realizado através de: I) um substantivo formado a partir de um verbo (ex. entrevistador, correspondente, gestor etc.); II) um substantivo formado a partir de outro substantivo, que se refere a um local ou instrumento diretamente associados a uma atividade, por exemplo: pianista (VAN LEEUWEN, 1996, p.54).

Inclusão por personalização assimilada

No caso da assimilação, os atores sociais são representados como grupos e no plural (ex.: venezuelanos/ brasileiros) ou por um nome no singular que denote um grupo

(ex.: Nação, Comunidade). Pode ser realizada através das subcategorias *Agregação* e *Coletivização*.

A *assimilação por Agregação* quantifica grupos de participantes, tratando os como dados estatísticos. É utilizada para produzir uma opinião de consenso. Referencia os atores sociais através de um quantificador, definido ou indefinido (muitos, todos, alguns, a maioria), ou através de um percentual 'X' (Ex. 10% dos venezuelanos). A categoria 'agrupa' atores sociais, ofuscando sua identidade/individualidade. Segundo Van Leeuwen (2008, p.37), esse tipo de representação desempenha um papel muito importante na sociedade, uma vez que certos mecanismos como as pesquisas de opinião e de marketing mostram a opinião da maioria da população para definir as regras sociais: "(...) a agregação é frequentemente usada para regular uma prática e fabricar consenso, mesmo que ela represente um mero registro dos fatos"⁸ Por outro lado, na *assimilação por Coletivização*, os atores sociais são representados por meio de um substantivo ou pronome coletivo que denote um grupo. Exemplo: Classe (refere-se a alunos) (VAN LEEUWEN, 1996, p.49).

Análise: leitura crítica das reportagens

Em nosso *corpus* composto por 15 reportagens, podemos observar a presença significativa de diferentes atores sociais. Dentre eles, percebemos que a "população venezuelana" pode ser relevante para a construção da representação do ex-presidente Hugo Chávez no discurso da revista *Veja*. Por esse motivo, com base no inventário sóciossemântico proposto por Van Leeuwen (1996, 1997, 2008), além da análise das categorias que representam Chávez, iremos analisar os grupos nominais em que os "venezuelanos" estejam presentes.

A representação do ator social Hugo Chávez

A representação do ator social Hugo Chávez se realizou por meio de 353 registros. Destes, 317 são realizados por personalização individualizada, 28 por

⁸ Tradução de Van Leeuwen (2008, p. 33): "(...) aggregation is often used to regulate practice and to manufacture consensus opinion, even though it presents itself as merely recording facts."

personalização assimilada e 8 por objetivação. Dentro dos 317 casos de personalização individualizada, encontramos 163 registros de nomeação por formalização (“Chávez”); 12 representações por semiformalização (“Hugo Chávez”); 51 casos por funcionalização (38 como “presidente”, e 13 como “coronel” ou “tenente-coronel”); 10 registros por funcionalização + identificação (“presidente venezuelano”); 9 ocorrências por funcionalização + nomeação (“presidente Hugo Chávez”); 29 variadas referências por avaliação (alguns exemplos são “Charlatão bolivariano”, “bufão”, “autoritário” e “truculento”), e outras formas menos frequentes resultantes da combinação de duas ou mais categorias. Das 28 ocorrências de personalização assimilada por coletivização, há 25 casos representados como “governo” e 3 casos como “Estado” e “Executivo”.

Embora a nomeação por formalização pressuponha uma hierarquia social implícita devido à sua alta formalidade, no *corpus* aqui analisado, a simples nomeação por formalização ou semiformalização não remete a este tipo de uso, podendo, inclusive, levar a uma relação de igualdade ou de intimidade entre os interlocutores. Portanto, a escolha por estruturas de nomeação formal e semiformal (“Chávez” e “Hugo Chávez”) não confere um caráter mais respeitoso ou cerimonioso no discurso da revista. Este recurso representacional estaria mais associado à necessidade de dar ênfase a agentividade deste ator social.

Uma outra forma de representação de Chávez no discurso da revista *Veja* tem sido através do uso do termo “coronel” ou “tenente-coronel”, fazendo referência à antiga função desempenhada por ele antes de chegar à Presidência.

A origem militar de Chávez ajuda a construir uma imagem de um governo agressivo. Portanto, ao representá-lo através da funcionalização “coronel” a revista atualiza o seu sentido negativo, deixando implícita a ausência de democracia na Venezuela, além de reforçar o modo autoritário como o poder é exercido pelo então presidente:

- (1) “Era repetidamente acusado pelas autoridades da Colômbia de dar abrigo a guerrilheiros colombianos, e até Vladimiro Montesinos, o chefe do esquema corrupto de Alberto Fujimori, esteve foragido em Caracas, provavelmente com a autorização do *coronel*” (O Falastrão caiu, *Veja*, Ed. 1747 de 17/04/2002).
- (2) “O *coronel* ainda não atingiu a sofisticação que garante a sobrevivência de Fidel Castro, este sim um esquerdista autêntico, um fóssil da Guerra Fria que sobrevive em sua ilha particular

como um capataz magnânimo, mas repressor” (O clone do totalitarismo, *Veja*, Ed 1903 de 04/05/2005).

Por outro lado, ao empregar o termo “coronel” para se referir a contextos que remetem à violência, infração de direitos e rompimento da ordem democrática, a revista associa Chávez ao caráter militar de seu governo, e apresenta esta característica violenta e repressiva como inerente à sua própria personalidade.

No *corpus* desta pesquisa, Chávez é representado através de 29 ocorrências de avaliações. O conceito de avaliação (*appraisement*) é definido por Van Leeuwen (2008) como a maneira que os atores sociais são representados no discurso, utilizando para isso termos apreciativos e/ou depreciativos que, de alguma forma, os qualificam ou avaliam:

- (3) “Chávez se considerava um *Robin Hood bolivariano*. Era mais um *bufão*, que entretinha o povão com programas de televisão em que se comportava mais como um *animador de auditório* do que como presidente” (O Falastrão caiu, *Veja*, Ed. 1747 de 17/04/2002)
- (4) “Com a reforma constitucional aprovada na semana passada, Hugo Chávez consolida seu regime *autoritário e personalista* na Venezuela” (À sombra de El Supremo, *Veja*, Ed 2003 de 07/11/2007).
- (5) “Ele não tem passado socialista ou marxista, nem teórico nem prático. Veio do meio militar e tornou-se um *populista autoritário e fanfarrão*” (O clone do totalitarismo, *Veja*, Ed 1903 de 04/05/2005).
- (6) “O Chávez *conciliador* é uma *mentira*. Apenas o *autocrata* é *sincero*” (A vontade do eleitor não vale, *Veja*, Ed 2073 de 13/08/2008).

O adjetivo “bufão” e do substantivo “animador de auditório” em (3) suscitam a ideia de alguém que se comporta de modo ridículo, inoportuno ou cômico. Semelhante sentido é evocado em (5), a partir do emprego da palavra “fanfarrão” que faz parte do mesmo campo semântico. Ao realizar essas associações, a revista atribui um caráter de uma pessoa que não possui seriedade em suas relações e que, portanto, não poderia ocupar o cargo de presidente.

Os exemplos (4), (5) e (6) podem ser consideradas formas de avaliação do ator social Hugo Chávez. Desta forma, os adjetivos “autoritário” e “personalista”, e os

substantivos “populista” e “autocrata” constituem avaliações negativas em relação ao ex-presidente, que corroboram a ideia de que ele seja um ditador que procura, por meio de discursos demagógicos, iludir a população. Com o uso dessas avaliações, a revista resgata e vincula ao seu discurso a memória coletiva que as pessoas detêm sobre a ditadura.

A representação dos venezuelanos

Os registros de representação dos atores que agrupamos no coletivo “venezuelanos” compreendem 174 casos. Dentre esse número, encontramos 78 casos de inclusão por personalização individualizada e 84 de inclusão por personalização assimilada.

A inclusão por personalização individualizada foi realizada em 22 casos por meio de nomeação + categorização, e em 57 através da categorização, sendo 44 realizadas por meio da funcionalização (ex.: “deputados”, “juízes” etc), 5 por identificação relacional (ex.: “sua filha mais velha” etc.) e 8 por valoração (ex.: “povão” etc.).

Dos 84 registros de inclusão por personalização assimilada, 57 foram realizados por meio da coletivização (“Exército”, “sindicatos” etc.), e 27 através da agregação ex.: “a maioria dos venezuelanos” etc.).

Dos 22 registros de personalização individualizada encontrados em nosso *corpus*, em que os venezuelanos foram representados através de nomeação + categorização, apenas quatro são de pessoas ligadas diretamente a Chávez. Todas as outras 17 encontram-se sempre representadas em oposição ou vinculadas a algum contexto desfavorável ao ex-presidente Chávez.

A reportagem “À sombra de *El Supremo*” é bem ilustrativa a esse respeito. A matéria discorre a respeito do modo como Hugo Chávez vem conduzindo seu governo e traz o depoimento de dez pessoas que foram afetadas e/ ou tiveram as suas vidas transformadas pela política governamental do ex-presidente. Desse modo, foram registrados, ao longo da reportagem, os depoimentos (a favor ou contra o ex-presidente) de acordo com a experiência de cada um. Todas essas pessoas foram representadas por meio de nomeação + categorização, recebendo, em alguns casos, até mesmo uma valoração positiva, e tiveram suas falas registradas através do discurso direto. Vejamos alguns casos:

- (7) “Atriz de sucesso e candidata ao Miss Venezuela de 1994, Fabíola Colmenares acaba de descobrir que a beleza e a fama não garantem imunidade à perseguição ideológica do governo chavista. No fim de outubro, quando se preparava para estrear sua 15ª novela, a atriz foi sumariamente demitida pela Venevisión, emissora na qual trabalhava havia catorze anos. Não foi segredo sobre o motivo: ela foi punida por ter participado de protestos contra a reforma constitucional. ‘O país mudou muito com o governo Chávez. Qualquer pessoa que discorde dele é imediatamente discriminada e desqualificada’, diz a atriz de 33 anos.” (À sombra de *El Supremo*, *Veja*, Ed 2003 de 07/11/2007, p. 89).
- (8) “Processar jornalistas é uma das estratégias adotadas pelo regime chavista para calar a oposição. ‘Como não há independência de poderes na Venezuela, somos submetidos a verdadeiros julgamentos kafkanianos’. Diz *Marianella Salazar*, radialista e colunista do jornal *El Nacional*” (À sombra de *El Supremo*, *Veja*, Ed 2003 de 07/11/2007, p. 96).

Das dez pessoas representadas nessa reportagem, apenas duas produziram discursos favoráveis ao ex-presidente. O primeiro caso é de Erick Morales, 19 anos e estudante de Direito da Universidade Bolivariana e filho de um mecânico e de uma escriturária. Ele é representado através da nomeação semiformal (Erick Morales) e da categorização, que se realiza por meio da funcionalização (estudante de Direito), da classificação (19 anos) e da identificação relacional (“filho de um mecânico e de uma escriturária”).

Apesar de ter sido, assim como os outros nove casos, representado por meio da nomeação semiformal e da categorização, podemos observar que este ator social está inserido em um contexto que sugere que seu apoio ao ex-presidente Hugo Chávez é devido a: i) sua pouca idade (19 anos), o que poderia indicar uma certa ingenuidade; ii) ser beneficiário de um programa social do governo, pois ele é estudante de Direito da Universidade Bolivariana, e iii) ele é identificado como sendo “filho de um mecânico e de uma escriturária”, ou seja, pertencendo a uma família de origem social simples e sem muitos recursos e, portanto, mais vulnerável a aceitar práticas governamentais de assistencialismo e ser cooptado ideologicamente por meio de discursos demagógicos.

O segundo caso apresentado é do empresário Majed Khalil, “cuja família é dona de uma indústria de pescado e enlatado e de uma importadora de produtos

eletrônicos”. Esse ator social é representado por meio de nomeação semiformal (majed Khalil) e por categorização que, assim como no caso anterior, também se realizou por meio de funcionalização (“empresário”) e de identificação relacional. No entanto, ao contrário do estudante de Direito, a identificação relacional o representa como membro de uma família economicamente privilegiada. Inserida no contexto discursivo da revista, esta representação sugere que o empresário seria favorecido por Chávez em seus negócios e, por este motivo, teria interesse em defendê-lo.

Os outros oito casos presentes nessa reportagem também são representados através da nomeação semiformal e da categorização, mas todos eles são colocados em um contexto de denúncia de autoritarismo e/ou acusação de perseguição por parte do ex-presidente.

De acordo com todos os 22 registros de personalização individualizada encontrados no *corpus* dessa pesquisa, podemos observar que a maioria, ou seja, 17 casos são de pessoas contrárias ao ex-presidente seja através de ações movidas contra Chávez, seja por meio de seus discursos (direto ou indireto). Mesmo quando são apresentados os testemunhos favoráveis ou de pessoas próximas a Chávez, eles aparecem em um contexto de crítica ao presidente, sugerindo que eles o defendem porque receberam algum tipo de favorecimento no plano pessoal, ou porque, devido à sua condição econômica desprivilegiada, estariam mais vulneráveis a determinados discursos de cunho demagógico.

Essa discrepância numérica nos remete ao que Abramo (2003) chamou de “padrão de ocultação” que se refere ao critério de seleção e apresentação de informações que devem ou não ser noticiadas pela imprensa. Neste caso, a revista *Veja* selecionou apenas cinco pessoas vinculadas a Chávez para que fossem representadas de forma particularizada através da nomeação e da categorização, ocultando ou mesmo diminuindo a presença de atores sociais que pudessem estar ligados a Chávez em um contexto favorável a seu governo.

Segundo Rajagopalan (2003, p. 120), a representação “é uma questão eminentemente ideológica e responde aos interesses políticos que norteiam seus defensores.” Desse modo, ao promover o silenciamento de vozes e da representação de atores sociais vinculados a Chávez, a revista *Veja* o identifica como alguém que não tem

apoio da população para governar. Por outro lado, ao destacar os “testemunhos” contrários ao seu governo, a revista induz o leitor a pensar que Chávez não tenha realizado ações positivas durante seu mandato e, assim, justificaria a sua reprovação materializada nas representações contrárias ao seu governo.

A representação dos atores sociais que formam o grupo “venezuelanos” também se realizou por meio da personalização assimilada. Foram 84 registros divididos entre 57 coletivizações e 27 agregações. Esse tipo de representação busca trazer uma ideia generalista de criação de consenso. Para tentar compreender o motivo desta predominância representacional e os efeitos de significado produzidos no discurso, selecionamos alguns trechos da reportagem “O Falastrão caiu”⁹:

(9)“*Multidões* nas ruas e rebelião militar tiram Hugo Chávez da Presidência da República.”

(10)“Na quinta-feira passada, *uma multidão de 200.000 venezuelanos*, arregimentados por *sindicatos de patrões e empregados*, marchou para o palácio presidencial e foi recebida a bala por partidários do presidente.”

(11)“Na madrugada de sexta, com a *nação* mergulhada em comoção cívica, uma rebelião militar forçou Chávez a renunciar e ele foi aprisionado num quartel na periferia de Caracas, capital do país.”

(12)“Os *venezuelanos* jamais perdoaram Chávez por ter criticado os ataques americanos no Afeganistão. Por pouco, eles entravam de graça no eixo do mal, a lista de países declarados inimigos pelos Estados Unidos.”

Em (9), (10), os atores sociais selecionados “*multidões*” e “*multidão de 200.000 venezuelanos*” estão representados através de uma assimilação por coletivização.

⁹ A reportagem “O falastrão caiu” retrata o momento em que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, foi destituído de seu cargo, após um movimento encabeçado pela elite econômica do país, pelo alto comando das Forças Armadas e com o amplo apoio das principais emissoras de TV do país. O texto traz um suposto panorama dos principais motivos que levaram à queda de Hugo Chávez, bem como procura retratar uma situação posterior. Nesta reportagem, foram selecionados pela revista três especialistas para dar seu ponto de vista em relação ao evento, no entanto, nenhum deles apresentou ponto de vista favorável ao governo Chávez.

Este tipo de representação propõe uma ideia generalista de que havia uma posição uníssona na Venezuela contra a permanência de Chávez na Presidência da República.

Essa ideia de consenso é confirmada por outra coletivização representada por “sindicatos de patrões e empregados”, pois os sindicatos são órgãos cuja função seria representar os interesses de setores da população. Se “*uma multidão de 200.000 venezuelanos arregimentados por sindicatos de patrões e empregados* marchou para o palácio presidencial” significa que não só o país está unido contra Chávez, mas que até atores políticos normalmente considerados antagônicos (patrões e empregados) se uniram contra o presidente venezuelano para destituí-lo do poder.

Em (11) e (12), novamente, observamos a presença da categoria coletivização através das lexias “venezuelanos” e “nação”, que também transmite a noção de consenso. Essa referência de modo assimilador e impreciso é uma estratégia utilizada pela revista *Veja* para impedir que o público-leitor possa distinguir os indivíduos que fazem parte desses grupos e, assim, homogeneizar as diferenças. Este mecanismo tem a função de orientar a leitura sobre um fato específico de modo a apagar as possíveis distinções político-ideológicas dos membros de um grupo social. Por meio da categoria coletivização foi possível formar uma identidade coletiva para o grupo de venezuelanos que estaria em oposição ao ex-presidente Chávez.

Podemos dizer que a utilização desses substantivos genéricos, que se referem a um conjunto de pessoas, coaduna-se com o modo de operação da ideologia descrito por Thompson (1995, p.81), a unificação. De acordo com o autor, o processo de unificação interliga os indivíduos numa identidade coletiva, apagando as possíveis diferenças sociais, políticas, culturais e ideológicas entre os membros do grupo, que passam a nutrir um sentimento de identidade social. Constroi-se, assim, um sentimento de união e compartilhamento dos mesmos ideais.

A construção simbólica de uma identidade coletiva fortalece a imagem de contraste entre dois grupos: de um lado, os venezuelanos e, de outro, Hugo Chávez, reforçando a tese da luta do ‘bem’ contra o ‘mal’. Essa polarização é identificada como a estratégia ideológica de fragmentação pelo ‘expurgo do outro’. Por meio deste mecanismo, a revista *Veja* criou um inimigo (no caso, Hugo Chávez) que representa uma ameaça e, portanto, precisa ser eliminado para que paz seja restabelecida.

Nos trechos (9), (10), (11) e (12), podemos perceber que os grupos são colocados como dois pólos contrastantes: de um lado, identificado como ‘bem’, está o grupo que representa todos os venezuelanos e cujos objetivos são partilhados por toda a sociedade; de outro, identificado como ‘mal’, encontra-se o ex-presidente Hugo Chávez sempre associado a ações autoritárias. Constroi-se, assim, uma imagem brutal, opressiva e autoritária do governo venezuelano e, em contrapartida, estabelece-se uma imagem positiva para a população.

Ao diluir a identidade de cada ator social, por meio da coletivização, dentro de um mesmo grupo, a revista *Veja* faz uso de um outro dispositivo ideológico de Thompson (1995): a universalização e, assim, interesses específicos são apresentados como sendo interesses de toda a população.

No caso dos trechos selecionados da reportagem “O Falastrão caiu”, a queda de Chávez significa a defesa da segurança da nação e do mundo como interesse de todos os venezuelanos, não sendo compreendido como uma ação militar unilateral empreendida pela oposição. Deste modo, o significado de interesse dos EUA e da elite venezuelana no petróleo da região é esvaziado, e a queda de Chávez é vista como algo benéfico e positivo, devendo ser, inclusive, estimulada.

Considerações finais

Ao selecionar um item lexical para compor a representação de um ator social, a revista *Veja* faz uma determinada escolha dentre as várias outras possíveis. No caso de Chávez, diante da diversidade de representações, há uma preferência do veículo em caracterizar esse ator social através da personalização por determinação. Desse modo, em seu discurso, a revista particulariza a figura do ex-presidente, enfatizando sua identidade individual, o que conduz a uma maior visibilidade e responsabilidade a suas ações.

A alta frequência com que Hugo Chávez é nomeado sugere a importância e o destaque que a revista pretende dar a sua imagem, pois nomear um ator social significa representá-lo por meio de sua identidade única, o que pode ser considerada uma estratégia ideológica da revista para enfatizar a responsabilidade de suas ações.

Embora em menor número, Chávez também é representado por meio da funcionalização “coronel”. Ao fazer referência ao seu passado militar, a revista pretende

construir uma imagem de um personagem beligerante. As construções textuais feitas por meio dos recursos de transitividade reiteram essa violência excessiva praticada por ele.

Se, por um lado, a revista procura destacar a identidade de Chávez através da nomeação e categorização, observamos que isso nem sempre ocorre quando se trata da representação dos venezuelanos. Apenas um pequeno número de venezuelanos tem a sua identidade especificada através da nomeação e categorização. Dentro desse número, apenas alguns estão vinculados diretamente a Chávez ou mantêm um posicionamento favorável em relação a ele.

A maior parte dos venezuelanos é representada por meio das categorias sociosemânticas coletivização e agregação. Desse modo, a revista cria representações genéricas dos venezuelanos com baixo grau de representação dos atores, a fim de criar um efeito de consenso em relação a suas demandas. Ao isolar o ator social Hugo Chávez do restante da população venezuelana, a revista constroi duas identidades distintas e polarizadas: os venezuelanos, de um lado, e Chávez, de outro, reafirmando a imagem do ex-presidente como alguém cruel e ameaçador, ou seja, de um inimigo comum que precisa ser combatido.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: editora Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, T.W. A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista (1951). *Revista Margem Esquerda*. São Paulo, N.7, Maio 2006, pag 164-190.

ALVAREZ, R. *Opep ajuda explicar ação golpista dos EUA na Venezuela*. 11/03/2014. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br>. Acesso em 06/06/2016.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: editora Brasiliense, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

FUZER, C. *Linguagem e representação nos autos de um processo penal: como operadores do direito representam atores sociais em um sistema de gêneros*. 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): Santa Maria/RS, 2008.

GERZSON, V. R. S. *A mídia como dispositivo da governabilidade neoliberal- os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e ISTO É.* 2007. 164f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre/RS, 2007.

MARINGONI, G. *A revolução venezuelana.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chavez.* São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

MORAES, D. *Crítica da mídia & hegemonia cultural.* Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

PARDO ABRIL, N.G. Representación de los actores armados em conflicto em La prensa colombiana. *Forma Y Función* 18 (2005), p. 167-196. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, D.C.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética.* São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise do discurso crítica.* São Paulo: Contexto, 2006.

RINCÓN, O.; MAGRINI, A.L. Meios, poder e democracia na América Latina... de celebridades políticas, poderes midiáticos e democracia de simulação. In: SORJ, B (org.). *Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show.* São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 75-104.

ROVAI, R. *Midiático poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa.* São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

SEVERO, Luciano W. *Desdobramentos da entrada da Venezuela no Mercosul.* Revista Orbis Latina, vol 2, Nº 1, janeiro-dezembro de 2012, p. 112-115. Disponível em: https://issuu.com/revistaorbislatinaorbislatina/docs/revista_orbis_latina_v2. Acessado em 21/08/2016.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.* Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

VAN DIJK, T. Política, ideologia e discurso. In: MELO, I. F. (Org.) *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática.* Campinas/SP: Pontes Editores, 2012, pp.15-51.

_____. *Discurso e poder.* São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Ideología. Una aproximación multidisciplinaria.* Trad. Lucrecia B. Blanco. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

_____. *Semântica do discurso e ideologia.* In: PEDRO, E.R. (org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional.* Lisboa: Caminho, 1997, pp. 105-168.

VAN LEUWEEN, T. *Discourse and practice.* News tools for Critical Discourse Analysis. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

_____. *A representação dos atores sociais*. In: PEDRO, E.R. (org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, pg. 169-222.

_____. The representation of social actors In: Caldas-Coulthard, C.; Coulthard, M (Orgs) *Texts and Practices: readings in critical discourse analysis*. London; New York: Routledge, 1996, p 32-70.

A GESTÃO BIOPOLÍTICA DO SUJEITO COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM CARTAZES DA FEDERAÇÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) E DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS)

Cícera Alves Agostinho de Sá*

Francisco Vieira da Silva**

Resumo: A veiculação de cartazes com campanhas mobilizadoras ou atividades celebrativas para sujeitos com necessidades especiais, por órgãos governamentais e não governamentais, na *internet*, é recorrente. Partindo desse fato, o presente artigo objetiva analisar os efeitos decorrentes da gestão biopolítica de ações para sujeitos com necessidades especiais, com base em materialidades enunciativas presentes em dois cartazes de campanhas veiculadas na mídia nacional, por órgãos governamentais e não governamentais. O *corpus* selecionado é constituído por um cartaz da Federação Nacional da Associação Nacional de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e um cartaz do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. A metodologia adotada constitui uma abordagem interpretativa, com base na análise dos recursos multimodais que constituem os enunciados constitutivos dos cartazes. Ancoramo-nos teoricamente nos estudos discursivos foucaultianos, especificamente nos conceitos de biopolítica e biopoder, ao analisarmos a constituição dos enunciados direcionados a sujeitos com necessidades especiais. Os resultados apontam que o discurso da Federação Nacional das APAEs denota a importância da família no processo de implementação de políticas públicas aos referidos sujeitos, enquanto o discurso do MDS apresenta somente orientações técnicas para o cadastramento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.

Palavras chave: Biopolítica. Discurso. Sujeito. Necessidades Especiais.

Abstract: Posters of campaigns with mobilizing campaigns or celebratory activities for subjects with special needs, by governmental and non-governmental bodies, on the Internet, are recurrent. Based on this fact, this article aims to analyze the effects of the biopolitical management of actions for subjects with special needs, based on materialities present in two posters of campaigns in the national media, by governmental and non - governmental agencies. The selected corpus consists of a poster of the National Federation of the National Association of Parents and Friends of the Exceptional - APAE, and a poster of the Ministry of Social Development - MDS. The methodology adopted is an interpretative approach, based on the analysis of the multimodal resources that constitute the constituent statements of the posters. We are theoretically anchored in Foucaultian discursive studies, specifically in the concept of biopolitics and biopower, when analyzing the constitution of statements directed to subjects with special needs. The results indicate that the discourse of the National Federation of APAEs denotes the importance of the

* Doutoranda em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UERN; professora efetiva de Língua Portuguesa da rede pública- SEDUC CE; professora formadora I – PARFOR/URCA. E-mail: ciceralvesdsa@gmail.com

** Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

family in the process of implementing public policies to these subjects, while the discourse of the MDS presents only technical guidelines for the re-registration of the beneficiaries of the Continuous Provide Benefit.

Keywords: Biopolitics. Speech. Subject. Special Needs.

Introdução

Os desafios vivenciados pelos sujeitos com necessidades especiais são inúmeros, a considerar pelas diferentes modalidades de manifestação dessas carências, como também pelos cuidados que esses sujeitos requerem. Avanços podem ser observados no tratamento dispensado aos cidadãos que, nas últimas décadas, apresentam necessidades especiais, a exemplo da inclusão desses sujeitos em contextos sociais como a escola, conferindo-lhes uma ampliação no nível de sociabilidade, como também em muitos casos do desenvolvimento cognitivo.

Valorizar os avanços e conquistas de direitos para sujeitos com necessidades especiais é importante, pois no século XX era comum a prática de confinamento ou isolamento dessas pessoas, retirando-lhes o direito do convívio social. Registros históricos dão conta até mesmo de eliminação dessas pessoas em sociedades como Roma e Grécia Antiga.

Mesmo com os avanços identificados no tratamento dispensado aos referidos sujeitos, reconhecemos que inúmeros são os desafios que permeiam o cotidiano deles e de seus responsáveis. No presente trabalho, abordamos como se processam as relações de poder entre esses sujeitos e organizações governamentais e não governamentais, com base em cartazes de campanhas publicitárias veiculadas na mídia.

Pesquisas que discutem a inclusão dos referidos sujeitos no contexto educacional são recorrentes. No entanto, observamos que o tratamento dispensado aos sujeitos com necessidades especiais no gênero cartaz, que veicula campanhas virtuais ainda é pouco explorado.

Diante dessa lacuna é que nos propomos em analisar os discursos presentes em dois cartazes, sendo o primeiro da Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, veiculado em agosto de 2018, em decorrência das atividades alusivas à Semana Nacional da pessoa com deficiência intelectual e múltipla; já o segundo foi produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, veiculado em dezembro de 2018, no qual constam informações para que os responsáveis por pessoas

com necessidades especiais e idosos assistidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC, mantido pelo Governo Federal, garantam o cadastramento desses beneficiários.

A presente pesquisa se pauta no objetivo de analisar os efeitos decorrentes da gestão biopolítica de ações para sujeitos com necessidades especiais, com base em materialidades enunciativas presentes em dois cartazes de campanhas veiculadas na mídia nacional, por órgãos governamentais e não governamentais.

Servirão como base para a análise as contribuições de Michel Foucault, que dispõe sobre biopolítica e biopoder. De acordo com o autor, trata-se de uma modificação na mecânica do poder que passa a considerar a vida da população como um elemento a ser gerido e administrado (biopoder), a partir de estratégias racionais de intervenção sobre o corpo populacional (biopolíticas).

Do ponto de vista estrutural, o presente artigo encontra-se organizado nos seguintes moldes: a primeira seção contempla uma apresentação sucinta acerca da constituição do biopoder e da biopolítica; a segunda constitui a análise dos cartazes selecionados, com base em elementos teóricos discutidos na seção anterior; já na terceira seção apresentamos as considerações finais.

Algumas considerações sobre o biopoder e as biopolíticas

O principal desafio do século XIX, segundo Foucault (1999), estaria em uma possível tomada de poder do Estado sobre a vida. Esse processo constituiria na estatização do biológico, que se encontraria relacionada à teoria clássica da soberania. Os atributos essenciais dessa teoria consistem nos direitos de vida e de morte.

Embora, *a priori*, o direito de vida e de morte possa soar estranho, se fizermos uma associação desses direitos ao contexto de realização de uma guerra, acreditamos que sua compreensão será facilitada. A decisão de quem vai para a guerra e a definição das condições de luta a que estão submetidas os combatentes estão delegadas ao soberano. São essas decisões e condições que indicam se a ação do soberano se concentra em fazer viver ou morrer.

Em uma situação mais extrema, para exemplificar esses direitos, podemos retomar os fatos registrados pela história, que dão conta de que para os campos de concentração nazistas eram levados os humanos, cuja sentença fora determinada por seu soberano: a interrupção da vida.

Para Foucault (1999, p. 286), “O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar.” Desse modo, se diante do poder de matar seu súdito, o soberano opta pela vida, então estamos diante de um exemplo clássico do exercício do direito sobre a vida, que caracteriza esse poder.

Ao remontarmos ao final do século XVIII, compreendemos que o controle de doenças pelo Estado já se insere no campo de intervenção biopolítica, por meio do qual o Estado controla a higiene pública e de medicalização da população, adotando como instrumentos de controle a coordenação de tratamentos médicos, a centralização de informações e a normalização do saber.

O foco do século XIX aponta para fenômenos universais como a velhice, que resulta na perda do indivíduo para atuar no processo de industrialização. No campo individual, Foucault (1999, p 291) apresenta “os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas.” O autor situa as anomalias no plano dos fenômenos individuais no período em que as políticas públicas para atender aos sujeitos com necessidades especiais estavam sendo iniciadas.

Os resultados alcançados nas últimas décadas evidenciam que esses sujeitos podem conquistar qualidade de vida, autonomia e, até mesmo, independência, a depender do nível da anomalia, como também do tratamento ofertado. Essas construções vão de encontro ao que aponta Souza (2012, p. 45), ao declarar que “Na atualidade, os conceitos de biopoder e biopolítica ganham importância capital nas análises dos problemas políticos e sociais.” Logo, à medida que o tempo passa, a aplicabilidade das ações decorrentes desses conceitos se processa em novos contextos.

É devido esclarecer que o corpo com o qual se lida nesse contexto biopolítico não é o corpo individual, mas o corpo representativo da população. Segundo Foucault (1999, p. 293), “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]”. Nesse período, o foco era investir em políticas direcionadas ao atendimento da massa populacional. Embora já se caracterizasse como um avanço, não havia ainda espaço para investimentos que atendessem a indivíduos que constituíssem minorias.

Nesse contexto, o Estado realiza intervenções para potencializar a vida, que constituiria a extremidade do poder. Logo campanhas e esforços são empreendidos para minimizar acidentes, eventualidades e deficiências, sempre na perspectiva de ampliar a força e vigor do corpo que atua produtivamente no contexto da industrialização.

O conjunto de políticas públicas implementadas pelo Estado no processo de potencialização da vida da população não deve nunca ser compreendida como benevolência ou piedade do governo, visto que, segundo Baracuhy e Pereira (2013, p. 319), “[...] ao governar os sujeitos para que tenham uma vida uma vida melhor, com saúde e mais longa, a biopolítica faz com que eles produzam mais para a sociedade.” Logo, observamos, que as ações empreendidas visavam a manutenção da saúde para garantia da produtividade laboral.

Em um processo de retomada comparativa entre a tecnologia que regulamenta a vida e a tecnologia que disciplina o corpo, temos na primeira a indicadora do controle de eventualidades, que podem acometer e comprometer o equilíbrio global; já no âmbito da segunda, responsável por efeitos individualizantes, situam-se as forças dóceis e úteis que manipulam o corpo. O biopoder se manifestaria em duas perspectivas: no plano individual estaria o poder do corpo, que constitui o poder disciplinar; no plano populacional se situa o poder da vida, que sofisticava o poder disciplinar.

Com base no binômio corpo e vida, Foucault (1999, p. 298), apresenta as séries transcritas na sequência: “a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado.”. Essas séries apontam que o biopoder constitui-se em uma dinâmica que se assemelha ao método indutivo, já que se constitui da parte para o todo. A primeira estaria representada na série corpo, sendo que corpo se encontra situado em instituições disciplinares; já a segunda série contempla a população, para quem o Estado opera em uma atuação biopolítica.

Para Foucault (1999, p. 299), “[...] os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro.”. Por conseguinte, os mecanismos disciplinares de poder refletem no corpo, enquanto os mecanismos regulamentadores do poder refletem na população. Logo, os mecanismos

disciplinares e regulamentadores de poder disciplinam o corpo e regulamentam a população, marcando assim um processo de conexão entre eles.

Podemos associar ainda, ao presente debate, as contribuições de Baracuhy e Pereira (2013) que tratam, com base em Foucault (1999), dos dispositivos de poder, que remetem à disciplina, segurança e controle da mente. Embora o último dispositivo não se encaixe nos instrumentos de controle desenvolvidos pela máquina estatal até então, instituí-lo como dispositivo é reconhecer que o gerenciamento de aspirações e desejos pode potencializar o resultado da implementação de estratégias disciplinares e de segurança, já que esses dispositivos atuam em conjunto.

O sistema político centrado no biopoder, por mais paradoxal que possa ser, é passível de resultar no extermínio das raças consideradas pelos soberanos como inferiores, a exemplo do que ocorreu sob o domínio dos nazistas. Ancorados no ideal biopolítico de higienização, na teoria biológica em evidência no século XIX e no exercício do poder, os nazistas dizimaram os povos de raças por eles consideradas inferiores, que os soberanos associaram aos judeus, sob a prerrogativa racista, suicida e assassina de que essas raças seriam inferiores aos alemães.

Mesmo diante da alusão ao fato histórico, político e social sem precedentes, que culminou no extermínio de parte significativa daqueles que o líder alemão não considerava “puros”, observamos que já no século XIX, o foco de parte significativa dos chefes de Estado se concentrava na implementação de políticas que minimizassem os problemas, tornando a população mais saudável e produtiva, conforme assinala Duarte (2008, p. 3): “A partir do século 19 já não importava mais disciplinar as condutas individuais, mas, sobretudo, implantar um gerenciamento planejado da vida das populações.” Nota-se, nessa declaração, que a atuação do poder estatal priorizava políticas que pudessem manter a força trabalhadora saudável e produtiva.

Para Silva (2018), o investimento estatal em biopolíticas de regulação, planejamento e controle de produção representou a tomada de poder sobre o indivíduo, que resultaria no disciplinamento dos corpos. De fato, essa medida vai resultar em um corpo mais produtivo, pois conforme assinala o autor, o processo de docilização dos corpos e domesticação das almas, consequência de um treinamento minuciosamente articulado, vai resultar em uma produtividade mais acentuada.

As biopolíticas impetradas pelos órgãos governamentais atendem a conjuntos de técnicas de poder, conforme assinala Silva (2018, p. 241):

Por um lado emerge a disciplina, dirigida para um homem-corpo, no interior de uma anatomia de poder que visa treinar os corpos individuais para demandas da sociedade industrial e capitalista. Por outro, figura a biopolítica, cujo foco recobre o homem-espécie, através da regulação e normalização do corpo populacional.

Nesse contexto, o corpo do ser humano é tratado como elemento, para que as políticas de controle de doenças atendam a dois objetivos: por um lado, se encontra o objetivo de manutenção da produtividade no âmbito industrial, uma vez que a regulamentação das políticas públicas de saúde favorece a manutenção da saúde por um tempo mais prolongado, garantindo um corpo mais sadio e produtivo; por outro lado, essa medida atende ainda ao propósito de proteger os ricos de doenças, pois o fato de os sujeitos pobres se encontrarem em outra camada social não impede que a proliferação de doenças atinja as distintas camadas sociais. Logo, compreendemos que as estratégias adotadas pelos órgãos estatais no campo biopolítico podem favorecer de modo mais acentuado os que se situam nos substratos superiores da sociedade.

Estabelecendo uma analogia entre o efeito do poder soberano sobre a vida e o tratamento dispensado às pessoas com necessidades especiais ao longo da história, com base em Richardson (2009, p 32), para quem “[...] ao longo da história, as pessoas com deficiência foram vistas e tratadas de diferentes formas – abandonadas, mortas, excluídas, segregadas, toleradas.”, compreendemos que o direito sobre a vida atinge o ápice quando sujeitos são ceifados, diante da prerrogativa de que os seres humanos que apresentam essas necessidades jamais teriam condição de alcançar autonomia, o que lhes garantiria prover seu sustento, devendo, portanto, ter sua vida interrompida.

Registros presentes no histórico de existência da APAE dão conta de casos de confinamento ou isolamento de pessoas com necessidades especiais, que ficariam privadas do contato social, ou mesmo do convívio familiar. A criação da instituição, em 1954, constitui um indicativo de que a sociedade brasileira da época já se preocupava com o tratamento dispensado às pessoas com necessidades especiais. Essa associação se encontra em atividade, mantida por doações, atuando para garantir que os direitos à vida e necessidades dos excepcionais sejam assegurados.

A partir da última década do século XX, os registros apontam que políticas públicas vêm sendo impetradas por órgãos governamentais, no sentido de garantir a qualidade de vida, bem como a inclusão dessas pessoas em diferentes contextos sociais. Uma das ações realizadas pelo Governo Federal no sentido de assegurar recursos para que os responsáveis possam manter as despesas das pessoas com deficiência é a concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, cujo cartaz, que integra o *corpus* desta pesquisa, foi produzido para mobilizar os responsáveis pelos beneficiários.

A construção da seção seguinte pode nos oferecer subsídio para reflexões acerca da constituição de discursos biopolíticos para sujeitos com necessidades especiais.

A gestão biopolítica dos sujeitos com necessidades especiais

As políticas públicas de inclusão destinadas aos sujeitos com necessidades especiais alcançaram *status* de lei há três anos, quando foi sancionada a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também designada de Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Artigo 1º da referida lei informa que seu objetivo consiste em “[...] assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015, p.1) Os direitos assegurados pela lei em análise evidenciam que os sujeitos com necessidades especiais devem ser incluídos na sociedade, sob a prerrogativa de que o exercício pleno da cidadania se estenda a esse grupo, visto que eles recebem tratamentos diferenciados.

Essa lei acentua os efeitos da biopolítica presente no século XIX, da qual Foucault (1999) trata, ao situar, no campo individual, os acidentes, as enfermidades e as anomalias no conjunto de fatores que poderiam subtrair forças e energias, reduzir o tempo de trabalho, e ainda ampliar a necessidade de investimentos no sujeito, pois ele além de não produzir durante o período de recuperação de enfermidade ou acidente, ainda necessitaria de medicação e tratamento, o que implicaria em mais custos ao Estado. Podemos destacar também que, ainda no século XX, começam as políticas de incentivo à promoção da inserção do sujeito com necessidades especiais no mercado de trabalho, visando assim torná-los produtivas.

Na perspectiva de atenuar parte dos desafios enfrentados por sujeitos com necessidades especiais, foi criada no Rio de Janeiro, em 1954, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais – APAE. Essa organização não governamental, sem fins lucrativos, atua desde sua fundação, alinhada ao objetivo de promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Adotamos como material, para a primeira parte da análise na presente pesquisa, o cartaz de divulgação da campanha comemorativa à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2018, realizada no período compreendido entre 21 e 28 de agosto, cujas ações foram extensivas às APAEs¹⁰ distribuídas no território nacional, conforme se pode observar no cartaz que segue:

Figura 1: Cartaz da Fundação Nacional das APAEs



¹⁰ A pluralização da sigla APAE é utilizada quando seu uso, no presente artigo, se refere ao conjunto de instituições que constituem a Federação Nacional das APAES, conforme observado no site da instituição.

Fonte: <https://apaebrazil.org.br/page/semana-nacional-da-pessoa-com-deficiencia-intelectual-e-multipla-2018>

O título do cartaz, grafado em caixa alta, situa o leitor em relação à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2018, promovida pela Fundação Nacional das APAEs. Trata-se de um título produzido com viés informativo, marcado pelo uso de termos nominais. O uso da referida fonte funciona como um convite apelativo à sociedade para que participe da campanha.

Considerando a proposição biopolítica de Foucault (1999), consideramos oportuno ressaltar o enfoque atribuído pela campanha comemorativa aos familiares do sujeito com necessidades especiais, expresso no *lead* do cartaz, produzido com fonte predominantemente em caixa baixa, constituído pelo seguinte enunciado: “Família e pessoa com deficiência, protagonistas na efetivação das políticas públicas”.

Essa alusão ratifica a importância que os familiares e responsáveis por esses sujeitos ocupam em suas vidas, relevância reforçada pela imagem que ilustra o gênero, evidenciando a dependência que parte significativa dos deficientes apresenta face aos seus colaboradores.

É oportuno consideramos que a família está realizando uma ação que deveria constituir uma obrigação governamental, visto que o Artigo 1º, da Lei 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituída pelo Palácio do Planalto, foi designada para assegurar e promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais do sujeito com necessidades especiais, garantindo sua inclusão social e o exercício da cidadania.

A instituição dessa Lei constitui um indicativo do que Foucault (1999) denomina como sendo o exercício do direito da vida, pois o Estado, diante do poder de fazer viver ou fazer morrer, opta pela vida, instituindo direitos às pessoas com necessidades especiais. No entanto, não podemos julgar o mérito da instituição dessa Lei apenas por sua promulgação, pois precisamos considerar que essa resulta de um processo de luta coletiva, apoiado por instituições, que lutaram pelo reconhecimento dos direitos dessa parcela da população que viveu estigmatizada e abandonada por séculos.

O alvo específico da campanha realizada pela Fundação Nacional das APAEs em 2018, formado por pessoas que apresentam deficiência intelectual e múltipla, cujo cartaz

constitui o objeto da presente análise, é integrado por sujeitos que necessitam de amplos e distintos cuidados, constituindo diferentes níveis de dependência.

Nesse caso, a família ou responsável pela pessoa com deficiência necessita do benefício financeiro concedido pelo Governo Federal, que se materializa por meio da concessão de Benefício de Prestação Continuada, a fim de que o responsável pelos cuidados e assistência à vida desse sujeito tenha acesso aos recursos financeiros mínimos, imprescindíveis à manutenção da vida.

Essa prática é situada por Foucault (1999) no plano do biopoder, que se realiza quando agentes públicos atuam no propósito de gerir e administrar a vida de um grupo da população por meio de ações governamentais, a exemplo do que ocorre com a concessão do benefício.

Logo, é importante consideramos que a concessão do Benefício de Prestação Continuada aos sujeitos com deficiência intelectual e múltipla é um direito garantido pela Lei 13.146/2015, pois representa o meio que o Governo Federal encontrou para assegurar que esses sujeitos tenham direito aos cuidados indispensáveis à manutenção da vida. No entanto, a referida Lei trata ainda, em seu artigo 1º, da inclusão social e do exercício da cidadania, que constituem práticas amplas, que dependem de estratégias e meios que extrapolam a disponibilidade de recursos financeiros, ainda que esses sejam considerados essenciais.

Para dar conta desse processo, avançamos agora para a análise da imagem utilizada na construção do cartaz, que em nossa compreensão se apresenta como representativa da integração entre os sujeitos que constituem o público alvo da campanha. A relação de apoio entre eles está representada pelo lugar que o adulto ocupa na imagem, representado a base ao desenvolvimento e inclusão da criança no contexto social.

Outro aspecto que pode ser observado nessa análise é o fato de a suposta pessoa com deficiência intelectual ou múltipla se encontrar suspensa, puder funcionar como o indicativo de que ela precisa de apoio e orientação permanente de um adulto, para integrar-se socialmente, que lhes possibilitem um processo de inclusão efetiva.

Outro elemento visual indicador de uma possível sincronia entre a instituição proponente da campanha e seu público alvo, é a proximidade entre as cores adotadas pela

Fundação Nacional das APAEs na produção do cartaz e a cor das vestimentas usadas pelos sujeitos da imagem.

Na condição de analistas de materialidades enunciativas, constituídas não apenas pelos enunciados verbais, como também por signos imagéticos, que resultariam em uma composição sincrética, compreendemos que o uso de cores com tonalidades aproximadas sugere sintonia, marcada pela identidade com o gosto do outro que adotamos como referência, evidenciando a dimensão da relação afetiva que conecta a criança com necessidades especiais a seu possível genitor ou responsável.

É pertinente considerar ainda que os cuidados e orientações que os familiares dispensam aos referidos sujeitos contribuem não somente para seu bem estar circunstancial, como também para que eles possam superar ou ainda minimizar os efeitos de limitações físicas e intelectuais, inserindo-os em contextos sociais de inclusão efetiva, que até o século XX se apresentavam como inatingíveis a esses sujeitos.

A presença e apoio dos familiares aos sujeitos com necessidades especiais - que varia conforme o nível de evolução ou apresentação da deficiência – requerem uma organização diferente na rotina da família ou do responsável. As políticas públicas implementadas pelo governo asseguram atendimento especializado para esse grupo e podem, gradativamente, minimizar ou superar as consequências da deficiência, situadas no grupo de biopolíticas.

No curso do acesso ao referido atendimento, pode ocorrer ainda a ausência constante ou mesmo programada ao trabalho, decorrente da necessidade de atendimento especializado, que seria realizado por diferentes profissionais, para os quais o sujeito com necessidades especiais não apresenta condições de acessar sem o auxílio de um familiar ou responsável.

A necessidade de um tempo mais prolongado de convívio com esse sujeito, somada aos constantes ou programados deslocamentos ao atendimento especializado, implica na redução da produtividade do familiar ou responsável pelo sujeito com necessidades especiais. Nessas circunstâncias, no século XXI, pode ser observado um conjunto de ações, programas e legislações que atuam no sentido de garantir que as necessidades desses sujeitos sejam atendidas, minimizando os efeitos das ausências ou encurtamento do tempo de produtividade dos familiares ou responsáveis por eles.

Embora a Lei 13.146, descrita sucintamente na presente seção, tenha entrado em vigor apenas em 2015, muitas ações e programas voltados à inclusão se encontram em curso no Brasil com o início em períodos anteriores, evidenciando que as políticas públicas para atender aos sujeitos com necessidades especiais precedem a sanção desse instrumento legal.

Do conjunto de projetos e programas criados pelo Governo Federal para beneficiar os sujeitos com necessidades especiais, destacamos o Benefício de Proteção Continuada, uma prática de biopoder, criado pela Lei 8.742, em 1993, para garantir renda mínima aos idosos e deficientes em situação de vulnerabilidade social.

O direito a esse benefício está declarado no Artigo 204 da Constituição Federal, promulgada em 1988, que permanece vigente, cuja redação alude à garantia de um salário mínimo de benefício ao mês ao sujeito com necessidades especiais e ao idoso, que comprovem a ausência de meios para manter-se, ou ainda a família que não dispõem de meios para prover o sustento desse sujeito. O cartaz que mobiliza os beneficiários do BPC será exposto na sequência para análise:

Figura 2: Cartaz do MDS para os beneficiários do BPC

**NÃO DEIXE
PARA DEPOIS**

**QUEM RECEBE O BENEFÍCIO
DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
(BPC), AGORA TEM QUE ESTAR
NO CADASTRO ÚNICO**

Idosos e pessoas com deficiência
que recebem o BPC devem estar no
Cadastro Único, para que o benefício
seja mantido e para acessar outros
programas e benefícios.

O responsável pela família deve procurar
o posto de cadastramento ou CRAS.

O prazo vai até 31 de Dezembro de 2018.
Lembre-se de levar o CPF de toda a família.

Para mais informações, ligue:
0800 707 2003
A ligação é gratuita

**MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

O cartaz apresenta duas imagens circulares: a superior mostra uma mulher ajudando uma pessoa idosa em uma cadeira de rodas, e a inferior é um retrato de perfil de uma idosa.

Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/material-de-divulgacao-bpc-no-cadastro-unico>

O cartaz em análise, produzido e veiculado pelo MDS apresenta um discurso marcado pela informatividade, já que traz as indicações essenciais sobre o processo de recadastramento dos beneficiários do BPC.

A definição das cores adotadas por publicitários que atuam na produção de material informativo e deliberativo acerca das políticas públicas gerenciadas por órgãos governamentais, no caso em análise, pelo MDS, evidenciam a preferência pela utilização de recursos sincrônicos, pois embora tenhamos optado pela versão do cartaz com fundo azul e fonte na cor branca, havia também disponível a versão do mesmo gênero publicitário com fundo branco e fonte azul. Essa alternância de cores pode ser observada em relação ao fundo do cartaz e o texto da mensagem em análise, visto que no título, lead e título das seções utiliza-se a cor amarela.

É pertinente salientarmos que a determinação das cores não ocorre de modo aleatório, mas atende a uma política associativa, pois como o público alvo a ser atingido pela veiculação do comunicado presente no cartaz é constituído, em sua maioria, por beneficiários, que apresenta reduzido ou nenhum nível de escolaridade. Logo, a utilização de cores fixas favorece o poder de associação pelos sujeitos, que podem até não dominar a linguagem escrita para decodificar a mensagem veiculada pelo código escrito, mas que diante da necessidade de atualizar o cadastro junto ao órgão responsável para continuar percebendo o benefício, pode solicitar a colaboração de outros sujeitos, com nível de alfabetização mais ampliado que o seu ou mesmo consolidado, para se inteirar do conteúdo da mensagem veiculada pelo cartaz.

Outro recurso adotado na elaboração do título do cartaz está relacionado ao uso da letra em fonte caixa alta, em cor distinta da adotada no corpo do texto, certamente foi utilizada para evidenciar a postura soberana, característica do biopoder, assumida pelo MDS que, ao fazer uso de seu poder institucional, comunica aos beneficiários do BPC que a deliberação do órgão é punir os que não efetuarem o recadastramento no prazo determinado, mediante a suspensão do benefício.

É pertinente considerarmos que a escolha da referida fonte e cor se processa conforme o propósito comunicativo do enunciado comunicado no título, já que esse recurso textual funciona como a identidade do texto, visto que em decorrência de sua importância acentuada como recurso constituinte do gênero cartaz, pode decorrer a adesão dos interlocutores ao conteúdo da mensagem veiculada nas demais seções.

No enunciado em análise, a utilização da fonte caixa alta no título “NÃO DEIXE PARA DEPOIS” assume uma função similar ao uso dessa fonte em interações nas redes sociais, onde o uso dessa fonte indica impaciência, descontrole, podendo até mesmo caracterizar agressão. O fato de o título ter sido colorido na cor amarela pode remeter ao sentido decorrente do uso da cor em semáforos, onde a indicação evidencia sinal de alerta. Todos esses elementos caracterizadores da fonte adotada na produção do título nos levam a crer que o MDS impõe, em tom de ordenamento discursivo, o processo de recadastramento.

O *lead* do cartaz, cuja função reside em apresentar informações gerais sobre o assunto tratado, informa que idosos e deficientes, que são atendidos pelo BPC, agora

devem se encontrar inseridos no cadastro único do Governo Federal. Essa informação aponta que antes não havia essa exigência, visto que o indicativo temporal ‘agora’ marca a presença de uma nova regra.

A alusão ao Cadastro Único (CadÚnico) gerenciado e mantido pelo Governo Federal, por meio do MDS, evidencia a importância dessa política pública de assistência aos beneficiários do BPC, pois pelo que se entende no histórico de concessão do benefício, não havia obrigatoriedade de cadastro de seus assistidos no CadÚnico, uma ferramenta que possibilita o cadastro das famílias carentes, a fim de que essas sejam atendidas por programas de assistência social e redistribuição de renda.

Considerando a prática dessa política pública de assistência aos beneficiários do BPC, estamos diante de uma atividade que caracteriza a biopolítica, pois a concessão do benefício se processa para garantir a satisfação das necessidades básicas de seus beneficiários, pois conforme explica Foucault (1999), as políticas públicas reguladas e mantidas por órgãos públicos se destinam à regulamentação e manutenção da vida.

Do ponto de vista composicional, observamos que a letra em caixa alta, em tamanho ampliado, utilizada no título, deu lugar a uma letra também em caixa alta, mas com fonte bem reduzida quando comparada ao tamanho da letra já utilizado no título. A mudança no tamanho da fonte acontece porque o sujeito que visualiza o cartaz já teve acesso à informação genérica, presente no título, sendo no *lead* se observa uma particularização da informação geral.

Após a discussão dos recursos multimodais utilizados no título e no *lead* para tratar dos recursos adotados pelo Governo Federal, que, por meio do MDS, implementa ações que se situam no campo da biopolítica, na perspectiva de assegurar a continuidade da vida marcada pelo acesso a recursos financeiros mínimos a um grupo de pessoas que, por razões múltiplas, se encaixam no perfil de beneficiários do Programa.

Na sequência do cartaz, após o título e o *lead*, dos quais já tratamos, identificamos outro texto, produzido com o uso predominante da fonte em caixa baixa, marcada pelo uso da cor branca, expondo quem constitui o grupo dos beneficiários do BPC, formado por idosos e pessoas com deficiência.

A postura mandatária assumida pelo Governo Federal na mensagem veiculada pelo cartaz, é mantida no corpo do texto, pois no enunciado “Idosos e pessoas com

deficiência que recebem o BPC **devem estar** no Cadastro Único, [...]”, a locução verbal em destaque (grifos dos autores) evidencia o efeito modalizador imperativo identificado e comentado no título. A complementaridade do período, cuja parte final será agora descrita “[...] para que o benefício seja mantido e para acessar outros programas e benefícios.” Aponta a dupla finalidade do recadastramento obrigatório: em primeiro plano estaria o direito de continuidade do recebimento do benefício, enquanto em segundo plano vai tratar da possibilidade de se utilizar esse cadastro para se ter acesso a outros programas e benefícios, certamente mantidos pelo Governo Federal.

Em seguida, informa-se o período de realização do recadastramento, que já foi comentado, além da indicação de que o Cadastro de Pessoa Física de todas as pessoas da família do beneficiário é necessário no ato de recadastramento. Há também a informação de um número de telefone para ligação gratuita, além da identificação do órgão federal responsável pela ação, que se trata do Ministério do Desenvolvimento Social.

Na sequência do texto disposto no cartaz, utilizando também fonte em cor branca, com tamanho de letra predominantemente em caixa baixa, identificamos a informação de quem seria o responsável pelo recadastramento dos beneficiários do BPC, que no caso em análise, são os responsáveis pela família.

Essa informação é relevante no contexto subjetivo da constituição do discurso impositivo construído pelos enunciados que constituem o cartaz, visto que a responsabilidade pela continuidade do recebimento do benefício é delegada a terceiros.

Essa indicação pode sinalizar o poder de isenção do Governo Federal que, por meio do MDS, dispõe as orientações para a manutenção do benefício, que será interrompido caso o responsável pela família do beneficiário não procure a instituição responsável pelo recadastramento que conforme indicação do cartaz pode ser um posto específico ou CRAS, para efetivar a ação.

Na sequência do texto, em fonte de cor amarela, certamente indicando advertência, foi informado o período, que se encerra no dia 31 de dezembro de 2018. Outra informação relevante, agora disposta na cor branca, é a de que o responsável deve portar o CPF de todos os membros da família do beneficiário, no momento do recadastramento. Essa indicação é constituída por meio do uso de recurso linguístico

indicativo de alerta, marcado pelo uso do processo verbal “lembre-se”, embora possamos deduzir pelo contexto discursivo que se trata de mais uma imposição.

Identificamos ainda, no corpo do cartaz, a indicação de um número vinculado ao programa de ligações gratuitas, marcado em amarelo, pois certamente se insere no grupo das informações relevantes, marcadas com a tonalidade amarela, que indica alerta. Considerando a disposição textual presente à esquerda do cartaz, a última informação disposta trata da gratuidade da ligação, expressão na cor branca.

À direita do cartaz, utilizando de letra em fonte caixa alta, em tamanho intermediário, que não se aproxima nem do tamanho utilizado no título, nem nos demais enunciados do cartaz, está presente a indicação do Governo Federal, responsável pela produção do texto em análise, bem como pelo gerenciamento do BPC, que no caso é o “MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL”. A utilização da fonte em cor amarela situa essa indicação no grupo das demais que podem sinalizar alerta.

As imagens utilizadas no cartaz representam os dois públicos atendidos pelo BPC: no plano superior do cartaz, observamos a imagem de um sujeito com necessidade especial, que, *a priori*, constatamos que se trata de um cadeirante, acompanhado supostamente por seu familiar ou responsável, que certamente auxilia o profissional a localizar o nome do beneficiário em lista que se encontra em poder desse profissional, que seria o responsável pelo cadastramento. No plano inferior, temos a imagem de uma idosa, que representa o segundo grupo atendido com o benefício.

De acordo com a disposição dos elementos ilustrativos do cartaz, podemos dizer que o cadeirante, que representa as pessoas com necessidades especiais na imagem ilustrativa do cartaz em análise, é tratado como um ser dependente, para quem o benefício se apresenta como o recurso financeiro disponibilizado pelo Governo Federal, na perspectiva de garantir os recursos mínimos necessários à manutenção da vida.

Nessa imagem, não identificamos elementos que representem a constituição de uma relação afetiva entre beneficiário e dependente, nem entre beneficiário e atendente, que certamente são funcionários públicos que atuam em postos de cadastramento ou CREAS, caracterização que funciona como representação significativa das relações de poder estabelecidas entre órgãos governamentais e beneficiários de programas assistenciais mantidos pelo Governo Federal. Essa representação se distancia do cartaz

veiculado pela Fundação Nacional das APAEs, que explora a imagem de uma criança, que certamente se encontra afavelmente acolhido e amparado nos braços de seu possível genitor.

A escolha de imagens para a composição do cartaz produzido pelo MDS traduz a relação de distanciamento mantida pelo órgão e pessoas especiais, que constituem um dos públicos assistidos pelo BPC. Certamente, a imagem revela que a manutenção do benefício não se aproxima do zelo ou cuidado com o público assistido, mas pode estar vinculado às metas impostas por órgãos superiores e/ou externos, que apontam a assistência às pessoas com necessidades especiais, como política pública obrigatória.

Observamos nos cartazes analisados uma constituição distinta. No cartaz veiculado pelo MDS, apesar de o responsável ou familiar do sujeito com necessidades especiais aparecer na imagem, a única menção a esse sujeito na parte verbal da mensagem informa que esse deve procurar o posto de cadastramento ou o Centro de Referência à Assistência Social – CRAS para realizar o Cadastro Único do beneficiário do BPC. Como se trata de um cartaz, cuja finalidade é informar aos beneficiários e responsáveis do BPC de uma exigência do governo, representado pelo MDS, o discurso utilizado enfatiza a obrigatoriedade da inserção desse no Cadastro Único, para que o benefício continue sendo concedido.

O cartaz veiculado pela Fundação Nacional das APAEs, veiculado em um contexto de celebração da existência e permanência da instituição, enfatiza a importância da família do sujeito com necessidade especial no processo de implementação das políticas públicas implementadas por órgãos governamentais para atender a esse público.

A adoção de um discurso marcado por uma posição mais imperativa, por parte do MDS, pode estar relacionada ao fato de as campanhas realizadas por órgãos governamentais atenderem ao objetivo de garantir a adesão do público atendido com a atividade. Já a utilização de um discurso mais sensibilizador por parte da Fundação Nacional das APAEs pode decorrer de seu caráter não governamental, visto que a instituição atua para potencializar ações que garantam a implementação de políticas públicas que atendam aos sujeitos com necessidades especiais.

Diante do exposto, compreendemos que as relações de poder, que caracterizam o biopoder se processam de modos distintos, mesmo quando direcionadas ao mesmo

público. Prova disso, é que a organização não governamental representada pela Fundação Nacional das APAEs, ao se dirigir, ao seu público, explora recursos multimodais que evidenciam a importância de um tratamento afetivo com a pessoa com necessidades especiais, uma vez que esse modo de interação possibilita não somente o atendimento das necessidades básicas do cidadão que vive na situação de dependente de outras pessoas, como ainda eleva sua qualidade de vida, podendo inclusive resultar no desenvolvimento de habilidades que podem resultar em sua autonomia.

Na construção multimodal presente no cartaz veiculado pelo MDS, não observamos marcas linguísticas ou imagéticas que evidenciem certo nível de afetividade entre os responsáveis pelo Programa e o público assistido por essa política pública. A materialidade textual em análise impõe prazo e indica locais e responsáveis pelo cadastramento dos beneficiários do BPC, constituído por pessoas com necessidades especiais e idosas,

Baseamo-nos em registros semiológicos para identificarmos que materialidades enunciativas de ordens diversas evidenciam que o posto de soberano assumido pelo Estado, representado no cartaz do BPC pelo MDS, aponta que as construções biopolíticas implementadas pelo governo são marcadas pelo distanciamento entre a população atendida e os propositores da política pública, em uma situação bem diferente da observada no material produzido e divulgado pela Fundação Nacional das APAEs, cujo foco, pelo que se observa na constituição discursiva e imagética, centra-se na construção de relações afetivas e efetivas com seu público alvo.

Considerações finais

As posições assumidas pelas instituições interferem na constituição dos discursos. Como a Associação Nacional das APAEs é uma organização não governamental, cujo objetivo principal é promover a atenção ao sujeito com necessidades especiais, sua campanha é marcada pelo investimento em discursos e práticas que suscitam a sensibilidade. Essa marca não se repete no cartaz do MDS que, assumindo o posto de soberano órgão estatal dita, estabelece, retoma e confirma as exigências para que os beneficiários do BPC continuem recebendo o benefício.

Como a presente pesquisa constitui um recorte centrado no gênero cartaz, compreendemos que essa abordagem pode ser ampliada por meio da análise de outros gêneros que contemplem o tratamento dispensado por instituições governamentais e não governamentais aos sujeitos com necessidades especiais, em campanhas publicitárias, por meio da análise dos diferentes recursos adotados na constituição de sua materialidade enunciativa, conforme intentamos realizar.

Retomamos ainda a perspectiva indicada na introdução de que professores da Educação Básica possam mediar a leitura de materialidades enunciativas constituídas por recursos multimodais, refletindo sobre o sentido do uso de cada elemento presente no gênero, uma vez que nenhuma construção se processa de modo aleatório.

Confirmando as indicações de Foucault (1999), retomadas por Silva (2018), o biopoder pode se constituir como uma função do Estado, que estabelece políticas públicas aos sujeitos com necessidades especiais. Além dessa garantia, o Estado assegura políticas públicas de atendimento especializado aos sujeitos com necessidades especiais, investindo em sua qualidade de vida e possível redução ou mesmo superação das necessidades, dependendo da possibilidade de alteração do quadro de cada uma delas. Já as instituições não governamentais, a exemplo das APAEs atuam na mobilização dos sujeitos para que as políticas públicas voltadas aos sujeitos com necessidades especiais sejam efetivadas.

Referências

ARANHA, M. S. F. Paradigmas de relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, Ano XI, nº 21, p. 160-173, mar. 2001.

APAE BRASIL. **Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla**. 2018. Cartaz. Disponível em: <<https://apaebrazil.org.br/page/semana-nacional-da-pessoa-com-deficiencia-intelectual-e-multipla-2018>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BRASIL. **Material de divulgação – BPC no Cadastro Único**. 2018. Cartaz. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/material-de-divulgacao-bpc-no-cadastro-unico>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

DUARTE, A. (2008). Sobre a bio-política: de Foucault ao Século XXI. *Cinética*, 1, 1-16. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242695875_Sobre_a_biopolitica_de_Foucault_ao_seculo_XXI>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BARACUHY R.; PEREIRA, T. A. A biopolítica dos corpos na sociedade de controle. *Gragoatá*, Niterói, n. 34, p. 317-330, 2013.

GURGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. 2019. Artigo. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 11 jun. 2019.

FOUCAULT, M. “Aula de 17 de março de 1976”, in *Em defesa da sociedade*, curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SILVA, F. V. Muito Além do peso: modulações biopolíticas em discurso sobre a obesidade infantil. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 237-248, mai/ago 2018.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In TASSO, I.; NAVARRO, P., orgs. *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas* [online]. Maringá: Eduem, 2012. p. 41-55.

RICHARDSON, Z. M. R. J. Pobreza, deficiência visual e políticas socioeducativas. 168 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

VIDA LONGA AO REI! O PODER NO TABULEIRO DO JOGO DE XADREZ E O PANOPTICON, DE BENTHAN

Michelle de Sousa Bahury*

Resumo: Este artigo busca refletir sobre os estudos das relações de poder de Foucault a partir da metáfora do *panopticon* de Benthan, filósofo utilitarista inglês, e as relações de vigilância presentes no tabuleiro do jogo de xadrez. A fim de compreender esse cenário, apoiamos-nos em leituras de Michel Foucault sobre o poder disciplinar em *Vigiar e Punir* e *Microfísica do Poder*. Sem desejar apresentar uma teoria geral, o estudo busca exemplificar como a dominação por aquele que detém o poder condiciona o círculo social em que se insere. Além de relacionar o poder disciplinar com a Idade Média, período a que o jogo de xadrez replica, o panoptismo é um dos traços característicos da atual sociedade capitalista, na qual os indivíduos são vigiados, punidos, recompensados e normatizados. Neste contexto, nosso propósito não é de anular o poder para evitar a punição, mas o de saber como movimentar as peças de um jogo, que estarão permanentes nas relações de poder em uma sociedade.

Palavras-chave: Panoptismo. Poder disciplinar. Sociedade capitalista. Punição

Abstract: This article aims to reflect on the studies of Foucault's power relations from the panopticon metaphor of Bentham, English philosopher, and surveillance relations present in the chess board game. In order to understand this context, this study is supported by Michel Foucault's readings about the disciplinary power in "Discipline and Punish" and "Microphysics of Power". Without wishing to present a general theory, the study aims to illustrate how the domination by one who holds the power, conditionates the social circle in which he is inserted. In addition to relating the disciplinary power and the Middle Ages, the period which the chess game replicates, the panopticism is one of the characteristics of modern capitalist society, when individuals are monitored, punished, rewarded and regulated. In this context, the search purpose is not to invalidate the power to avoid punishment, but to know how to move the pieces of a game, which will be permanent in power relations of a society.

Keywords: Panopticism; disciplinary power; capitalist society; punishment

INTRODUÇÃO

O filósofo francês Michel Foucault, dentre os seus muitos estudos, analisou como uma teoria do poder era presente em uma sociedade disciplinar, buscou elaborar uma explicação que tornasse o conhecimento sobre o poder acessível às discussões por ora vigentes. Na direção de seu pensamento, teoria de poder seria um conjunto de regras metodológicas, a partir das quais se podem formular hipóteses, e que estas se podem configurar em uma forma de pesquisa.

* Mestre em Letras pela UFMA; professora do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, Campus Barreirinhas. michellebahury@gmail.com.

Ao longo de seus estudos, Michel Foucault concluiu que o poder só poderá existir imbricado em uma rede de filiações. Ou seja, é preciso que um grupo de pessoas entre em contato para que as práticas sociais façam circular um poder. Por isso, o referido autor não define o que seja o poder isoladamente. Para ele, o objetivo de suas análises é estabelecer relação entre os saberes sociais e as regularidades que individualizam formações discursivas.

Para continuar seus estudos sobre a história das prisões, quando o poder de quem está enclausurado e de quem enclausura apareceu para ele como uma técnica própria de controle, Foucault utilizou-se do exemplo do *panopticon* de Bentham e do jogo de xadrez, empreendendo comparação entre o poder existente na sociedade medieval e a do século XXI.

A figura da prisão se assemelha à da movimentação das peças do xadrez por algo comum: a existência de poder. É o poder que faz a prisão funcionar, existindo quem ocupa o lugar do vigia e o lugar do encarcerado. De forma semelhante, o poder se estabelece no tabuleiro do xadrez mediante a figura do rei que, silenciosamente, determina quem e como deverá poupar a sua vida avançando em território inimigo.

Esses pontos de contato nos levam a uma reflexão da sociedade atual, ora pelo *panopticon*, ora pelo jogo, pois a movimentação na tentativa de vencer o jogo ou ganhar a liberdade da prisão é sempre acompanhada da vigilância de um “olho do Poder” apresentado em *Microfísica do Poder* (2015).

As relações de poder em Foucault

Compreender como o poder se instala na sociedade e tentar visualizar suas formas não tem sido tarefa fácil. De fato, discussões acerca desse assunto são cheias de questionamentos que originam sempre outros. Mas uma coisa é certa: o poder não existe. E, segundo Foucault (2015), o que existe são práticas de exercício de poder que se regulam em forma de legalidade.

Foucault, em duas fases importantes de sua obra, a arqueológica e a genealógica, já se ocupava sobre o poder disciplinar, mas ainda não de forma tão contundente como o fez em *Vigiar e Punir* (2002) e *Microfísica do Poder* (2015). Poder, para o filósofo, consiste em uma forma de controle social sistemático que pode ser

estabelecido por classificação, vigilância e seleção, entre outros modos de controle, que são impregnados na sociedade por um poder central que se articula com outros poderes. Assim, o poder é um embate de forças entre os indivíduos de uma sociedade que ora o detêm, ora sofrem sua ação.

Para que o poder exista, é necessário que se tenha um grupo permeado por práticas sociais que tratem de ramificar essas relações para todo o corpo social. “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem” (FOUCAULT, 1992, p. 183). Portanto, não há a tentativa de definir uma teoria geral do poder, mas de entender como esse poder se manifesta nos indivíduos e nas instituições sociais.

Em uma sociedade disciplinar, um sujeito é selecionado e classificado mediante suas características, as quais possam ser mais facilmente controladas para o “bem” do corpo social. Foucault (2015) coloca essa questão a partir da vigilância, pois aquele que não se enquadra nas regras daquele que possui o poder é punido. Ir contra algo estabelecido como padrão é agir conscientemente, pois um indivíduo que se coloca do lado oposto da maioria concordante da sociedade, sabe mais ou menos o que está fazendo e, por isso, será de alguma forma marcado com penalidades que evitem a dispersão dos ideais do grupo dominador.

Enquanto Foucault (1992) investigava a história das prisões, analisava como se davam as relações de poder quando o encarcerado poderia ser entendido como o dominado, através de uma tecnologia de controle. É importante citar que esse poder ficou conhecido como disciplinar e o seu controle poderia ser realizado em diversas instituições como escolas, hospitais, igreja ou fábricas.

O uso das “tecnologias das disciplinas” foi baseado no modelo do *panopticon* do filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832) que idealizou um tipo de prisão cuja arquitetura era em forma de anel com uma torre no centro. A vigilância dos prisioneiros poderia ser feita por um único vigia, que via tudo de apenas um lugar sem ser visto. Corroborando com a ideia de poder disciplinar, Bentham apresentou sua arquitetura como “fechada e perfeita” pelo fato de esse modelo poder ser aplicado em diversas instituições.

A eficácia do *panopticon*, segundo seu criador, era baseada na ideia de causar um efeito de vigilância nos prisioneiros que, mesmo sem ver se estavam sendo vigiados, estes se autovigiavam passando a ter uma sensação de controle e não agindo contrários às regras. Logo, essa se constituiu como uma forma de poder que não era pela força, mas por:

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco a recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas. (FOUCAULT apud VALVERDE, 1997, p. 14).

O poder, representado no *panopticon*, pode ser explicado a partir de quatro fatores, segundo Roberto Machado, no prefácio de *Microfísica do Saber*: a disciplina é um tipo de organização do espaço e, por isso, ela não necessita acontecer em um local fechado para se realizar. Seguidamente, a disciplina é um controle do tempo. E o interesse reside não só no resultado de uma ação, mas em torno de seu processamento, “articulando corpo com o objeto a ser manipulado”; o terceiro seria a vigilância, um aspecto central de instrumento de controle. Uma vigilância que seja visível e que alcance os locais mais “escuros” do pensamento do indivíduo para se manter em alerta e, mais que isso, sinta o poder da vigilância; e, por último, a disciplina, que se funde aos três fatores anteriores e que “ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber” (FOUCAULT, 2015, p. 23).

Se olharmos o sistema social a partir do panoptismo, entenderemos o mesmo como um jogo de poder, onde aquele que vigia impõe controle para que determinadas regras sejam consolidadas e padronizadas. A vigilância, dentro do sistema disciplinar, é a tentativa de atingir a totalidade, a constância e a pretensão da continuidade.

Disciplina para Foucault é também adestramento. É penalizando quem não segue as regras do jogo, que se dá exemplo para que os demais sintam o poder do controle. Uma vez adestrado, este será útil e submisso ao sistema que se impõe, contribuindo para o equilíbrio e a ordem. Nesse processo, penalidade e disciplina são necessárias ao condicionamento social.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault afirma que para o bom funcionamento do *panopticon*, esse poder deve: “adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível. Ou seja, deve ser um olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção”. (FOUCAULT, 2002, p. 177).

Utilizar-se do *panopticon* é entender que se vive em uma sociedade em que se vigia e é vigiado pelo “olho do poder”. Em *Microfísica do Saber*, “trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de malevolências” (FOUCAULT, 2015, p. 122).

Não há sociedades em que não haja relações de poder. Essas relações são controladas muito mais fortemente se forem “visíveis” e “invisíveis”. O poder é que legitima o regime de verdade nas sociedades. Assim, verdade seria poder, e poder a veiculação e cristalização dos conceitos tidos como verdade. Toda constituição de saber está associada ao exercício do poder. Em cada período histórico, as sociedades promoveram e promoverão o nascimento e a difusão das verdades de cada instituição. Fazer parte de uma instituição é acreditar em seu regime de verdade e sucumbir a seu poder. O saber é a garantia de ocupação de um espaço de poder (FOUCAULT, 2015).

Foucault prefere usar o termo regime de verdade ao de ideologia. E afasta três concepções para a não utilização do último termo. Inicialmente a de que ideologia estaria sempre em oposição a algo que é verdade; a de que se refere a algo em relação a um sujeito; e a de que estar em alguma posição secundária a algo que deve funcionar como macroestrutura para ela.

Desse modo, aceitar a verdade de uma sociedade é inconscientemente sucumbir ao poder dela. Ser selecionado, classificado e avaliado por ela. Ter sido seduzido a fazer parte deste jogo de verdade e dar aderência à ideia de poder ofertada e, mais ainda, ampliar sua possibilidade de congregar novos adeptos. Quanto mais indivíduos concordarem com um regime de verdade em comum, mais facilmente outros concordarão. A relação de verdade é uma relação de poder e de troca.

Teremos sempre dois lados da moeda, o rei e o súdito, e é exatamente o exercício do poder que vai designar quem é o rei e quem é o peão. As regras disciplinares garantem a ‘aceitação’ da disciplina daquele que

impõe seu poder. Manter uma certa regularidade é sinônimo de menos heterogeneidade do corpo social que se pretende disciplinar. Foucault afirma que: Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (FOUCAULT, 2015, p. 401).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault discorre detalhadamente sobre o poder disciplinar e atribui para o seu sucesso o uso das seguintes técnicas: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. Assim, para Foucault (2002, p. 138) a “disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente”.

O olhar hierárquico consiste na relação entre a figura de poder que um sujeito assume. É como se as ações de uma determinada posição exigissem uma atitude de poder específico. Ao passo que a sanção normalizadora, que acontece de forma complementar ao olhar hierárquico, consiste como um minitribunal, o qual julga e penaliza os não condizentes às regras. Assim, o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios e, portanto, deve ser essencialmente corretivo.

Por outro lado, o exame incide em uma vigilância que é feita a partir da classificação e punição. Dito de outra forma, o exame é uma maneira de penalizar ou gratificar aquele que sofre a ação do exame, que constitui unidade com os dois dispositivos anteriormente citados. Assim o exame:

Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. [...] nessa técnica delicada estão comprometidos todo um campo de saber, todo um tipo de poder (FOUCAULT, 2002, p. 154).

Em outras palavras, Foucault deixa escapar que, a partir do *panopticon* de Bentham, a autovigilância ocorre como um efeito inibidor da própria natureza humana de tentar se opor ou agir contrariamente, caso não esteja sendo vigiado. Esse pensamento aparece como uma possível explicação para uma sociedade que tanto busca mudanças.

Como propô-las se existe um sistema de controle, quando as oposições que um sujeito ocupa se referem na própria disputa de poder, por quem possui e quem não possui?

O jogo de xadrez pelo jogo de poder

O *panopticon* a que Foucault se refere é uma maneira de como o ser humano consegue transferir visualizando o funcionamento do poder em dispositivos que replicam a realidade. Por isso, ao tratarmos desse contexto de vigilância, veio à tona a existência de jogos que relacionam o poder entre dois lados ou mais disputadores. A exemplo, tomemos o jogo de xadrez, o qual é também conhecido como um jogo de estratégias.

No período medieval, imagem que o xadrez representa, a visibilidade do poder é marcada pelo soberano, ou seja, quem exerce a soberania é quem consecutivamente ocupa os cargos de mais alto poder. A visibilidade do poder acontece a partir de uma relação em que o rei, na figura de poder e controle, hierarquiza aqueles que não exercem o seu domínio. O poder disciplinar, tomando como exemplo o jogo de xadrez, busca seu método de exercício no silêncio e nem por isso é menos eficaz.

Há algumas semelhanças entre a arquitetura de *panopticon* de Bentham e o xadrez, assim como suas dinâmicas de funcionamento. O *panopticon* possui torres, local onde se encontra o vigia, da mesma forma que o xadrez tem uma peça chamada “torre”. A torre do xadrez representa os palácios, uma fortaleza relacionada à outra, a Igreja Católica no auge de sua supremacia no período medieval e, por isso, um controle sobrecomum na vida das pessoas nos eixos religiosos, sociais, econômicos e políticos. É o “olho do poder” do *panopticon* que vigia incessantemente as atitudes dos indivíduos e cria artifícios de penalidade, como a Santa Inquisição, para impedir as pessoas de fazerem o “mal”.

Falar de Idade Média é trazer à discussão a figura da Igreja representada pelo bispo do xadrez. Ou seja, é tratar de poder. A Igreja não possuía apenas poder religioso. Seu poder, em uma época de sociedade feudal, ia de grandes extensões de terras doadas por cristãos em busca de salvação divina à posição estratégica ao lado do rei de uma nação. Os reis respeitavam o poder da Igreja e essa, por sua vez, dependia deles para sua proteção. De fato, a Igreja dominava os setores mais importantes de uma sociedade como o político, o econômico e o cultural.

A movimentação de cada peça no tabuleiro determina qual rei deverá sofrer um xeque-mate. E é quase sempre do lado do rei que o bispo reproduz a realidade medieval, servindo de conselheiro à coroa em troca de proteção. Jogar xadrez é usar estratégias para lograr permanência no poder ou sucumbir a ele.

O olhar vigilante torna o vigiado um ser desconfiado consigo mesmo e com os outros. Vigiar é necessário para prever o próximo passo do exército oponente. Vigiar constantemente para proteger o rei é vigiar para que o oponente perca a capacidade de fazer o “mal”.

O confronto representado por dois exércitos no tabuleiro utiliza um poder que “mata” os que estiverem em posição desfavorável na tentativa de proteger o rei, como o peão. Ao passo que o poder de um olhar mata a vontade daquele que tem que se tornar, senão dócil.

E por que trazer o peão à discussão? Porque a sociedade medieval disciplinava que os soldados, que representavam a massa, deveriam ir na frente das batalhas para poupar a vida do rei. Os peões iniciam sempre na primeira linha de combate no xadrez e na vida real. E na retaguarda resta o rei, que vigia do alto da torre central a movimentação das outras peças. É deveras uma posição privilegiada da “batalha”.

Mas antes de chegar ao rei, há algumas celas para serem visitadas. As demais peças do xadrez, como o cavalo e até mesmo a rainha, devem proteger o poder principal: o rei. É na confluência do olhar do rei da torre central que:

O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido ao seu nascimento; ele se torna uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nessa máquina, ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De modo que eles podem assegurar uma dominação de classe, à medida que dissociam poder de domínio individual (FOUCAULT, 2015, p. 332).

O posicionamento das peças no tabuleiro segue regras específicas diante de sua arquitetura. Dois exércitos que duelam até atingir o rei oponente avançam de modo específico, onde cada peça possui ao mesmo tempo uma movimentação e uma limitação, com exceção do rei. Até na representação da sociedade medieval, as peças são talhadas de modo a esculpir um rei que apresente um porte mais alto que todas as outras peças.

Logo, o grau de importância e o tamanho das peças decrescem do rei ao peão. Esse último, tão útil e tão descartável. Já no *panopticon*, fazer a luz atravessar um lado ao outro da cela é dar ao vigia a visibilidade de sua movimentação no tabuleiro, um olhar mobilizante.

Até mesmo Foucault questiona se perante tal poder disciplinar não haveria revolta. Vê-se que, mesmo com duras penalidades, há os que decidem tomar um caminho diferente. A exemplo, temos o caso do rei inglês Henrique VIII que, diante da negativa de anulação de seu casamento pela Igreja Católica, decide romper com a mesma e, após ser excomungado pelo Papa, funda a sua própria igreja, a Anglicana, para responder a anseios pessoais de poder. Por isso:

É preciso analisar o conjunto das resistências ao panopticon em termos de tática e de estratégia, vendo que cada ofensiva serve de ponto e apoio a uma contra-ofensiva. A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se ao contrário de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros (FOUCAULT, 2015, p. 341).

Falar em ataque é usar o discurso como relação de estratégias. E mesmo nesse contexto, o peão enquanto trava uma batalha em prol de seu rei, pode progredir no jogo para um bispo, uma torre, um cavalo ou uma rainha, mas, indiscutivelmente, nunca poderá vir a ser o rei. Olhando do *panopticon*, cabe a pergunta: algum prisioneiro pode progredir para o cargo de vigilante da torre? A respeito disso, Foucault (2015, p. 334) concluiu sobre Bentham que:

Ele não pode confiar em ninguém à medida que ninguém pode ou deve ser aquilo que o rei era no antigo sistema, isto é, fonte de poder e justiça. A teoria da monarquia o exigia. Era preciso confiar no rei. Por sua própria existência, desejada por deus, ele era fonte de justiça, de lei, de poder.

De alguma forma, o peão que não vira rei faz parte de um regime de verdade social que não vincula a imagem de um a outro. O peão é aquele indivíduo que nunca fala por si só até porque ele mesmo não se acha apto para isso. Uma vez que ele venha a ser dono de sua própria verdade, a sociedade o veria sob outro ângulo.

A não concordância com o poder ora estabelecido pode gerar relutância. E se há a possibilidade de revolta, poderia existir a de anulação das regras do xadrez e de

vigilância pelo “olho do poder” do *panopticon*. Mas, por outro lado, vemos que o sistema de relações de poder é constituinte de relações de dependência entre o que domina e o que é dominado e, por isso, Foucault (2015, p. 343) acredita ser possível os prisioneiros apoderarem-se da torre: “Contanto que esse não seja o objetivo final da operação. Os prisioneiros fazendo funcionar o dispositivo pan-óptico e ocupando a torre – você acredita então que será muito melhor assim que com os vigias?”

E se os prisioneiros dominarem a torre, serão eles os contadores da história. A história é contada pelos vencedores. O discurso final será adequado a quem se apossar do que encontrar, instituir um poder e, utilizando-se dele, contar ou “maquiar” os fatos ocorridos. O poder será revelado através de quem praticar essa relação de modo soberano.

Parece impossível pensar em uma instituição sem poder, ou o xadrez sem o rei. Se não há o dominador, não cabe a existência de um súdito. Essas posições são coexistentes em uma sociedade em que algumas coisas são possuídas por uns e não por outros. Sem o poder, como pode o rei obter a obediência de quem domina? Ou sem o poder, como podemos chamá-lo de rei?

Mas o *panopticon* ou o jogo de xadrez não representa apenas figuras medievais ou aprisionamentos como os descritos até aqui. Eles são atemporais e também espelham a sociedade moderna do século XXI que, diferentemente de séculos anteriores, quando os indivíduos optavam pela discricção, reagiam muito bem ao serem vigiados pelo “olho do poder” ou as regras do rei. É uma exposição humana exagerada que tem feito, por exemplo, um indivíduo ser uma pessoa perante a vigilância, e aparentar ser outra quando não sofre a sua ação.

O pensamento de Foucault surge como um dos mais preponderantes na tentativa de compreensão do saber e poder que constituem um corpo social atualizado em seu marco histórico. O sujeito dessa história, ao transformar sua realidade, atualiza a luta de forças presentes no cenário da busca do poder. Os espaços atuais, assim como o jogo de xadrez, replicam a realidade vigente do sujeito em questão. Portanto, é possível que uma sociedade moderna seja panópticamente controlada.

A vigilância tratada na época moderna é feita, muitas vezes, de modo proposital. Dito de outra maneira, é querer ser visto para que a sua imagem, normalmente de bem-estar, influencie a daquele que o vê. É uma dominação com base na ideia de que

alguém precisa saber como o outro deve estar. Porém, a imagem divulgada nem sempre condiz com a realidade ou verdade.

Aparentar ser ou estar “bem” é uma tentativa de dominação perante aquele que não está “bem”. Esse poderá sentir-se inferiorizado diante da supremacia de quem se mostrar melhor. Definir o que é melhor ou pior sempre dependerá de um ponto de vista, da mesma forma que o poder pode ser entendido como uma força benigna ou maligna. A maculação da ideia “certa” será de acordo com quem estiver no comando. Foucault (2015) explica que o poder não carrega consigo apenas visões negativas, como o poder de controle e submissão, quando discute sobre a ideia de repressão.

Me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente do produtor no poder. Quando se define os efeitos de poder para repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder, identifica-se poder a uma lei que diz não (FOUCAULT, 2015, p. 319).

O comportamento repressor também é marca característica de uma sociedade capitalista que também pode ser vista a partir do *panopticon*. Vigiar, reprimir, recompensar para disciplinar, faz com que o indivíduo da sociedade moderna seja controlado da mesma forma que o da Idade Média. O que parece mudar são as representações das peças de xadrez, onde o rei seria o Estado e o peão a massa trabalhadora. No alto da torre central ainda há o vigia que cumpre sua função sem ser visto, ou os meios de divulgação das ideias a serem concebidas como regime de verdade. O indivíduo moderno continua jogando em um tabuleiro duelando diariamente para conquistar o espaço do adversário.

A dominação silenciosa, por exemplo, dos meios de comunicação da sociedade moderna, cria no indivíduo a necessidade de consumir algo que não ele sujeito de fato deseja, mas a que simbolicamente é divulgada amplamente como o que deve ser consumido por um grupo de pessoas. Bourdieu (2004, p. 35) já tratava de violência simbólica em “O Poder Simbólico” quando explicitava “que nem parece que é violência, pois não se trata de coerção física, mas de questão econômica principalmente.”

Não tratar de algo físico nos remete à ideia da vigilância da torre, que tratava de cumprir a função de controle, a partir do “olho do poder”. Ser visto por um olhar

inominado no século XXI, com a luminosidade da prisão do *panopticon*, é ter a oportunidade de emissão de juízo de valor daquele que visualiza como objetivo secundário.

Esse reino da ‘opinião’, invocado com tanta frequência nessa época, é um tipo de funcionamento em que o poder poderá se exercer pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo. Um poder cuja instância principal fosse a escuridão não poderia tolerar regiões de escuridão (FOUCAULT, 2015, p. 339).

As emissões de opiniões são condicionadas a regras que podem ser entendidas, também, como imposição violenta de uma opinião que se sobrepõe a outra, e resulta em uma regra. Por si só, as regras são corpos cheios de significados. Como o poder, elas precisam ser realizadas por uma prática social. Quem ganha o jogo é quem conhece e aplica bem as regras. Quem conhece o inimigo, pode subverter a sua dominação e utilizar as regras apoderadas contra o seu dominador. A guerra silenciosa é a mais letal. A sociedade sempre foi palco de várias delas e, por assim ser, a dominação silenciosa parece ser mais dócil que a física, mas não menos eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de Foucault acerca do poder trazem à tona discussões que ultrapassam os propósitos de seus estudos iniciais, como a história das prisões. As reflexões, que podem ser feitas pelo ângulo de um entendimento de como o poder se estabelece no corpo social, proporcionam uma variedade de situações que podem ser analisadas sob o viés da vigilância.

De fato, toda sociedade é vigiada e, por isso, condicionada à existência de um poder que regulamenta e legitima regimes de verdade. Alguém se ocupará do lugar de dominador perante a um grupo de dominados. Deste modo, o poder é constitutivo daquele que o detém e se difunde de maneira sutil de indivíduo em indivíduo e, aos poucos, ramifica-se no cotidiano de um grupo social maior.

Trazer o *panopticon* de Benthan à discussão é primordial para esclarecer que independente das reações contra um sistema, que objetiva uma derrubada de poder, outro tipo de poder será logo alavancado. Uma sociedade é dependente de relações de poder. O

seu poder é visto como a sua verdade. Assim, as relações de poder e saber implicam-se mutuamente.

Ao jogo de xadrez, com a presença suprema do rei e utilidade do peão, acrescenta-se que as relações de um jogo de tabuleiro são muito similares aos jogos de poder de qualquer sociedade, seja a medieval, seja a do século XXI. Estar diante da vigilância do rei, que aguarda a movimentação e precisa de seu exército para tomar o poder do outro, é estar vigiado pela torre central do *panopticon*.

E mais, ser condicionado a regras estabelecidas por aquele que representa o Estado, o qual se preocupa com a manutenção de seu poder, é ter a possibilidade de ser aceito socialmente no grupo que acredita em um regime de verdade específico. Se um dos exércitos não utilizar estratégias bem pensadas, a guerra dará a vitória para o outro do lado campo de batalha. Relacionar o *panopticon* e o jogo de xadrez com a própria vida é sentir-se vigiado constantemente para não sofrer um xeque-mate.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames e a escrita de Si. In: _____. **O que é um autor**. Lisboa: Veja, 1992. p. 89-128.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 4-45.

VALVERDE, João Batista. **Funcionamento do poder e dispositivo disciplinar em Foucault**. Goiânia: Fragmentos de Cultura, 1997.

O DISCURSO SOBRE POBREZA E MARGINALIDADE PRODUZIDO POR ALUNOS DE ENSINO MÉDIO

Luzia Alves*

Resumo: A aparente falta de perspectiva em relação aos discursos desabonadores produzidos por professores e alunos possibilitam discussões sobre a indisciplina e a violência, que podem ser consideradas marcas de uma geração escolar, o que propicia a reflexão sobre o como os laços sociais tem se constituído neste momento socio histórico e, portanto, ideológico. As inquietações, fruto da angústia de professores, contribuiu para que se pudesse analisar as representações sobre pobreza, marginalidade, sobre seus colegas e sobre si, em textos escritos por alunos de nível de Ensino Médio, objetivo deste artigo. Metodologicamente, este estudo analisa o discurso produzido por alunos de nível de Ensino Médio, pertencentes a uma escola de rede pública do Vale do Paraíba, no que tange ao conceito de marginalização. Assim, o corpus de pesquisa se constituiu excertos de textos dissertativos argumentativos escritos por alunos da 2ª série. O escopo teórico está ancorado na Análise de Discurso de linha francesa, adotando como principais autores Pêcheux (1975), Authier-Revuz (2004), Orlandi (1999;2005), conceitos da Psicanálise, em Lacan (1966/1998), Lesourd (2004), Miller (1997) e conceito da filosofia de Foucault (1969/1995a) e Agamben (2002), e da sociologia de Becker (1963/2008). Os resultados apontaram para uma heterogeneidade no discurso, este afetado tanto pela (con) fusão entre exclusão social e criminalidade, fruto da memória discursiva, como a referência a um efeito de sentido de marginalidade, que não é o da transgressão quando estes escrevem sobre os colegas de turma. Pode-se ainda observar a presença de marcas discursivas que caracterizam o sujeito na ordem do desejo, marcados pelo simbólico pelo interdito do Nome-do-Pai.

Palavras chave: Exclusão. Pobreza. Marginalidade. Nome-do-Pai. Nomeação.

Abstract: The apparent lack of perspective on the discordant discourses produced by teachers and students enables discussions about indiscipline and violence, it can be considered as marks of a school generation, which allows reflection on how the social bonds have been constituted at this moment historical and therefore ideological. The anxiety caused by teachers' anguish contributed to the analysis of the representations about poverty, marginality, about their colleagues and about themselves, in texts written by secondary school students, the objective of this article. Methodologically, this study analyzes the discourse produced by high school students belonging to a public school in Vale do Paraíba, regarding the concept of marginalization. Thus, the corpus of research consisted of excerpts from argumentative essay texts written by students of the second grade. The theoretical scope is anchored in the French Line Discourse Analysis, adopting as main authors Pêcheux (1975), Authier-Revuz (2004), Orlandi (1999; 2005), concepts of Psychoanalysis in Lacan (1966/1998), Lesourd (2004), Miller (1997) and Foucault's philosophy concept (1969/1995a) and Agamben (2002), and Becker's sociology (1963/2008). The results pointed to a heterogeneity in discourse, which is affected both by the merger between social exclusion and criminality, the fruit of discursive memory, and the reference to an effect of a sense of marginality, which is not that of transgression when they write about classmates. One can also observe the presence of discursive marks that characterize the subject in the order of desire, marked by the symbolic by the interdict of the Name-of-the-Father.

Keywords: Exclusion. Poverty. Marginalization. Name of the Father. Appointment.

* Doutoranda em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Introdução

Na maioria das escolas, onde o direito civil e a garantia da integridade física de professores e alunos deveriam ser preservados, tem-se constituído como espaço de violência e indisciplina, marcas de uma geração aparentemente desinteressada, que desrespeita hierarquia e não segue regras.

O que parece atenuar esse quadro são medidas especiais por elas adotadas, medidas essas que incluem a exigência do ressarcimento do dano material causado à escola, a recusa de alunos cujos currículos apresentam algumas evidências que os caracterizariam como indesejáveis e a exclusão do quadro discente dos alunos que apresentem riscos para a preservação de suas imagens institucionais.

Ainda que se possa argumentar que tais medidas constituem uma forma de inserir o adolescente na vida adulta, das quais essas medidas são constitutivas – o que não é uma inverdade –, o que motivou o tema deste artigo é o de compreender a vida escolar dos alunos que não têm acesso a essa forma de argumentação para a sua inclusão no mundo simbólico. Assim, mesmo que não o assuma como central, este estudo leva em consideração o discurso da inclusão.

A Educação, afetada pelo discurso hegemônico da inclusão, para a qual nem mais se enunciam justificativas, vê-se perpassada pelo discurso da inclusão dos “diferentes”¹¹, principalmente no que se refere às escolas públicas, cuja clientela é, em sua maioria, oriunda das áreas periféricas das cidades, onde as desigualdades sociais são mais evidentes.

É comum ouvir-se comentários de professores que “o aprendizado dos alunos não acontece devido à falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos”, ou então “que os pais delegam toda responsabilidade educacional à Escola. Há profissionais ainda que afirmam ter dificuldade em fazer com que seus alunos se interessem pela participação e responsabilização do próprio conhecimento; ou ainda, ressaltam que “determinada sala de aula é apática, desinteressada, e que não há mais nada a se fazer”, e por fim, há aqueles

¹¹ *Diferentes* neste estudo é entendido na acepção de Skliar (2006) e de Becker (2008) em referência a construção sócio histórica e culturalmente estabelecida: diferença étnica, cultural, religiosa, da condição social, de marginalização diante da hegemonia social.

que insistem em afirmar “Independente de qualquer motivação, sabemos qual o futuro que os aguarda.”

Desses comentários, voltou-se à atenção ao último, por ser perceptível que não se limitava ao espaço escolar, sendo proferido também pela comunidade local, o que sugeria certo determinismo social, sobretudo por essa escola ficar localizada em área considerada bastante violenta, objeto de denúncias de tráfico e de transgressões de toda ordem.

Embora essas inquietações se evidenciem mais no espaço escolar, elas não se restringem a ele. Nota-se que a tradição ética ocidental se vê instigada a responder a uma nova realidade. Considerando que as mudanças tenham sempre ocorrido, parece que as mudanças na sociedade contemporânea se fazem em velocidade sem precedentes e solicitam reflexões sobre os novos padrões de convivência e de formação familiar para os quais demandam novas/outras abordagens, com vista ao desenvolvimento da cidadania, aqui entendida como gozo dos direitos civis, políticos e econômicos.

Reflexões decorrentes dessas inquietações, enunciadas por professores da rede pública de ensino de nível básico, foram indispensáveis para a motivação desencadeadora desta pesquisa. O desenvolvimento de temas transversais então foi adotado como método para conhecimento daquilo que pensavam os alunos, tendo como objetivo o desenvolvimento de valores e de cidadania, que já é uma prerrogativa dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's).

Tendo vindo de uma cidade próxima, não me pareceu que os alunos fossem tão afetados por seu entorno de violência, como o discurso dos professores “da casa” faziam pressupor. A hipótese levantada é que as representações feitas pelos professores sobre os alunos poderiam diferir das representações que os próprios alunos poderiam deter sobre de si e sobre o seu entorno.

A intenção dessa incursão é poder contribuir para a formação de professores no que diz respeito às representações sócio históricas, no sentido de suscitar reflexão sobre o papel do professor como formador de opinião, e como objetivo específico analisar discurso de alunos de nível de Ensino Médio de uma escola pública estadual do Vale do Paraíba, tendo como foco as representações que esses alunos fazem da realidade que os circunda, no sentido de, ao lhe atribuir voz, conferir se o discurso produzido por esses

alunos coincide com o que é falado sobre ele, e como esse discurso afeta a prática pedagógica e a representação que ele tem de si mesmo.

O objetivo desse estudo é: 1) analisar qual a representação os estudantes têm sobre pobreza e marginalidade; 2) refletir sobre a representação presente na escrita destes a respeito dos colegas de turma; 3) indagar sobre a representação que os alunos pesquisados fazem de si mesmos e discutir como essa representação repercute enquanto memória discursiva.

Como escopo teórico, adota-se a Análise de Discurso de linha francesa (AD), atravessada pela Psicanálise lacaniana, uma vez que, de acordo com Orlandi (1999, p. 17) “diferentemente da análise de conteúdo a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar o sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?”

Discurso e Sujeito

O discurso, objeto da ADF, em sua especificidade, é produto do social e, como tal, envolve questões de natureza não estritamente linguística. Ele é, ainda, perpassado pela Psicanálise e não há como pensá-lo isolado do sujeito. Pêcheux (1975/1998), ao analisar o discurso, percebendo a existência de uma relação entre sujeito e seu discurso, é levado a postular que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes correspondem.

O autor justifica a necessidade da articulação entre o materialismo histórico e a psicanálise fundamentando que o recalque inconsciente (LACAN, 1998) e o assujeitamento ideológico (FOUCAULT, 2005) estão materialmente ligados no processo de linguagem.

Expoente e representante dos estudos em ADF no Brasil, Eni P. Orlandi (2005) assegura que a ADF, a partir da postulação bakhtiniana de que todo signo é simbólico, isto é, investido de um sentido que lhe é exterior e, portanto, ideológico, visa a compreender como um objeto simbólico produz sentidos, como ele se investe de significância para e por sujeitos.

A partir dos postulados de Pêcheux, a autora afirma que o discurso traz a exterioridade para o interior da língua, e é atravessado pela História e pela Ideologia. Assim sendo, a escolha lexical e seu uso revelam a presença de ideologias e também de diferentes discursos que representam a posição de grupos de sujeitos sobre um mesmo assunto. A significação é algo produzido historicamente pelo uso e o discurso provoca efeitos de sentido entre locutores posicionados em diferentes perspectivas (ORLANDI, 2005).

Embora o sujeito pense que controla o seu dizer, na verdade, está, a todo tempo, acometido pela formação discursiva na qual fora inserido desde antes de seu nascimento, portanto é marcado sócio historicamente, por um lado; por outro, é falado pelos pais, antes de seu nascimento e, portanto é psicanaliticamente marcado já que se constituiu na/pela linguagem à sua revelia.

E nesse sentido, Foucault (2008a, p. 5) inicia seu livro *A Ordem do Discurso*, afirmando que “Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo”, antecipando ao leitor como se dá o processo de constituição do sujeito na/pela linguagem.

A noção de *formação discursiva* aparece ao lado da noção de *heterogeneidade* do discurso, lugar onde o sujeito se identifica e os sentidos do discurso são historicamente dados. Essa noção da FD foi construída a partir de contribuições de Foucault, Pêcheux e Authier-Revuz.

A *formação discursiva* determina o dizível e o não-dizível. Cada *formação discursiva* tem em seu interior discursos de diversas outras formações discursivas. Assim sendo, o dito no interior de um já-dito, um interdiscurso, é sempre o lugar do acontecimento de um outro discurso, e a heterogeneidade está na sua origem. A mediação desse dito é realizada pela linguagem e ganha suporte na *formação discursiva* na qual o sujeito se insere.

De acordo com Orlandi, o sentido de uma palavra, é construído na formação discursiva, não havendo como existir por si só. Authier-Revuz corrobora o dizer de Orlandi, ao enfatizar que o sentido das palavras depende das formações discursivas na qual o sujeito está inserido, das memórias que constituem o já-dito, que autorizam certos sentidos e desautorizam outros tantos. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 193)

Nesse sentido, torna-se imprescindível à ADF o deixar-se perpassar pela Psicanálise, pois de acordo com o postulado de Lacan, com a entrada no campo da linguagem, opera-se uma divisão subjetiva no aparelho psíquico que se marca na própria fala enquanto materialização da linguagem: ao falarmos, dizemos mais do que supomos dizer, pois na fala se inscreve um saber inconsciente.

Sendo assim, é possível corroborar, por meio da afirmativa pecheutiana que

os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi “sempre-já” desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente, está „sempre-já“ desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no non-sense do significante (PÊCHEUX,1998, p. 163).

Modos de subjetivação do sujeito no/do discurso

A subjetividade lança mão de vários posicionamentos, exigências, confrontamentos, tensões, relações de poder e de saber. O sujeito precisa dar conta do inconsciente, da multiplicidade de sujeitos e das marcas presentes na formação do *eu*.

Uma das possibilidades de constituição do sujeito, além da fala, é o sujeito se constituir pela escrita. De acordo com Uyeno (2007)

embora a fala se preste melhor à manifestação da *a língua*, o escrito (da ordem do significante) revela a letra do autor a qual circula em torno de furos de sentido, formações do inconsciente, sintomas como o ato falho e o chiste, apontando o lugar do sujeito autor [...]

Por isso a preocupação de estudiosos em entender como esses modos de subjetivação acontecem no fio discursivo, como Foucault e Lacan, cada qual em sua especificidade epistemológica. Ainda em Uyeno (2009a),

Assumir o autor sob essa ótica implica considerar os “processos de subjetivação” (Foucault) e os “processos de identificações” (Lacan) do indivíduo, processos esses que se realizam por meio da linguagem e, como tal, da escrita. Da consideração dos processos de subjetivação de imputação foucaultiana que permite pensar a tangibilidade do discurso e, da consideração dos processos de identificações de postulação lacaniana da intangibilidade do discurso, decorre a necessária admissão da (in)tangibilidade do discurso (UYENO, 2009a, p. 28).

Daí a importância de se entender como se constroem o pensamento de Foucault e Lacan acerca da escrita, para entender também como a escrita vai (des)velar o discurso do sujeito-aluno.

Escrita de si em Foucault e a escrita/inscrita em Lacan

São vários os casos em que a escrita ocorre por imposição de uma autoridade. Em “A Escrita de Si”, Foucault (2004) apresenta a vida de Santo Antônio de Atanásio, observando que a escrita lhe servia como uma fórmula do cuidado do outro e de si, deflagrando uma função etopoiética, ou seja, de permitir uma construção de si como sujeito por aquele que escreve (FOUCAULT, 2004). A escrita de si aparece como complementaridade com a *anacorese*, isto é, a vida religiosa pautada no isolamento e na solidão, e integra em si um movimento de introspecção que é exposto e narrado sob a forma de exercícios ascéticos.

A escrita, descobre Foucault, a partir dos escritos de Santo Antônio, constitui uma experiência e uma espécie de “pedra de toque” revelando o movimento do pensamento, “ela dissipa a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo” (FOUCAULT, 2004, p. 145).

O fato de se obrigar a escrever, todos os dias, como que fazendo um resumo dos acontecimentos do cotidiano, permitiam tanto ao escritor quanto a seu possível leitor, “uma construção de si como sujeito por aquele que escreve”; daí a sua função etopoiética, no sentido de meio (*poiesis*) por meio do qual o indivíduo se constituía como sujeito ético. Isso ocorre, porque o ato de escrever desempenha “um papel de um companheiro, suscitando o respeito humano e a vergonha”, porque “atenua os perigos da solidão, oferece aquilo que se fez ou se pensou a um olhar possível” (FOUCAULT, 2004, p. 145).

A função da escrita, segundo o filósofo, pode ser observada desde a cultura filosófica de si como a corporação de companheiro, seu grau de aplicação aos movimentos do pensamento, seu papel de prova de verdade. Essa função, além de ser encontrada como “um remédio para a alma” nos mosteiros, também é encontrada em Sêneca, Plutarco, Marco Aurélio, mas com valores diferentes dos valores dos ascetas e segundo procedimentos diversos.

Nesse sentido, o fato de “escrever para si e para o outro” desempenha um papel considerável. Foucault (2004) salienta que nos escritos de Epíteto, a escrita aparece associada à meditação, ao exercício do pensamento sobre ele mesmo, que reativa o que se sabe, torna presentes em princípio, uma regra ou um exemplo.

Essa escrita, em Epíteto, está associada ao pensamento de duas maneiras distintas: a) por uma série linear, que vai da meditação à atividade de escrita e desta ao exercício de adestramento de uma situação real à experiência e; b) por uma série circular, em que a meditação precede à escrita, que permite releituras, que por sua vez revigora a meditação. Ela se encontra no princípio da *askesis*, isto é, dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação (FOUCAULT, 1995a).

Citando Plutarco, Foucault menciona que a escrita tem uma função etopoiética transformadora da verdade em *ethos* – e datada do século I e II, pode ser localizada no exterior de duas formas conhecidas: os *hupomnêmata* e a correspondência.

Os *hupomnêmata* constituíam a memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas. (FOUCAULT, 1995). Mas não serviam apenas para substituir eventuais falhas de memória. Antes, era um material para ser lido, relido, meditado, para conversar consigo mesmo e com os outros. Por isso, os *hupomnêmata* serem importante na subjetivação do discurso e ter como realização a captura do já dito: reunir o que se pôde ler e ouvir, com a finalidade da constituição de si.

Esses *hupomnêmata* estavam inseridos num contexto marcado pela tradicionalidade, pelo valor do já dito, pela recorrência do discurso, alicerçado na antiguidade e na autoridade, explicitamente orientada para o cuidado de si. Sêneca, citado pelo autor, insiste que

a prática de si implica na leitura, pois não se poderia extrair tudo do seu próprio âmago nem se prover por si mesmo de princípios racionais indispensáveis para se conduzir: guia e exemplo, a ajuda dos outros é necessária. Mas não é preciso dissociar a leitura da escrita; deve-se recorrer alternadamente a essas duas ocupações (SENECA apud FOUCAULT, 1995a, p.149)

Em Foucault (2004), a escrita como exercício pessoal feito por si e para si é uma arte de verdade *díspar*, ou seja, é uma maneira racional de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso.

Assim, trata-se de unificar os fragmentos heterogêneos pela sua subjetivação no exercício da escrita pessoal. Isso significa que, ela se torna no próprio escritor um princípio de ação racional, mas também, cria no leitor sua própria identidade por meio da coleta das coisas ditas. Assim, segundo Sêneca, é possível saber a filiação dos pensamentos do escritor. E ao leitor, pelo jogo de leituras escolhidas e da escrita assimiladora, deve-se poder formar uma identidade.

Escrever, além de tudo, era como se tornar um “inspetor de si mesmo”, como forma de reativas as regras do comportamento (FOUCAULT, 2004, p. 160). Conforme Uyeno (2009a), em referência a Foucault, diz que a escrita, assim, é constitutivamente heterogênea, no sentido de que contém outros. Ainda com referência aos controles biopolíticos do indivíduo que se estendeu aos discursos desse que é controlado.

Para Lacan (1998b), a escrita é capaz de revelar os espaços recônditos da alma humana. A função etopoiética da escrita em Lacan assume a sua potencialidade sintomática, isto é, de permitir o acesso às formações do inconsciente que (d)enunciam um saber sobre si de que o sujeito não tem conhecimento e que não cessa de se manifestar. Lacan atribui essa função à *alíngua*, como um modo singular de produzir equívocos, que se presta a todos. que é responsável por impedir que uma língua, principalmente a materna, seja comparável à outra. Nesse sentido, a linguagem não é nada além de *alíngua*.

Por isso, quando o sujeito que escreve, age por meio de identificação imaginária, constituindo a imagem que se faz de si e do eu, o Outro. Esse eu, outrora corpo despedaçado no *estádio de espelho*, conforme denomina Lacan, em seu processo inicial de formação, é apenas uma imagem da que se consolidará, mas de forma parcial (UYENO, 2009a).

O Outro, representante do circuito da linguagem, é o discurso do inconsciente, o Outro da cultura, o Outro social, o Outro da ordem do simbólico. Miller (1997) assegura que para Lacan

o sintoma aparece como uma fixação do significante do desejo, como se o movimento de reenvio pudesse interromper-se, tendo sido fixado por um significante. Nele o desejo aparece como seu cativo, induzindo à ideia de que se trata de liberá-lo. [...] “o sintoma tem um estrutura de metáfora”, e em outro, falando de metáfora paterna, dá-se conta de que este é um sintoma normal. “O Nome-do-Pai é um sintoma” (MILLER, 1997, p. 79).

Como sintoma, o Nome-do-Pai se instaura como significante da lei, e passa a ser inscrito/escrito nos discursos de sujeitos. Nesse sentido, o sujeito que escreve, reconhecido por Foucault, encontra compartilhamento na incorporação pela Análise do Discurso de perspectiva francesa da tese milneriana (MILNER, 1995) de inspiração lacaniana da *alíngua* (LACAN, 1998b), pelo ato de escrever. É que pela escrita, tanto no sentido foucaultiano, com no sentido lacaniano, os sujeitos (des)velam suas representações sócio históricas, e se subjetivam.

Efeitos de sentido da pobreza: excertos discursivos.

A metodologia adotada para composição do corpus de pesquisa constou da recolha de textos dissertativos argumentativos de estudantes da 2ª série de Ensino Médio, apresentados aqui como A1, A2 e A3.

A orientação da escrita era para que produzissem um texto no qual argumentassem sobre o que pensavam sobre pobreza e marginalidade, a fim de desenvolver um tema transversal proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A ênfase dada a essa regularidade discursiva, isto é, dizeres que se repetiam e, por essa razão, remetiam à representação que esses alunos faziam do que sejam pobreza e marginalidade, procedeu-se ao recorte de passagens dos textos.

Os textos dissertativos (doravante TD1, TD2 e TD3) que se apresentam, a seguir, tratarão da análise de textos redigidos por alunos (A1, A2 e A3) que versavam sobre a pobreza e sobre a marginalidade. Para que se contextualize a atividade pedagógica, faz-se oportuno lembrar que fora solicitado aos alunos que redigissem um texto dissertativo sobre o que pensavam sobre pobreza e marginalidade. Como o corpus de pesquisa ilustrará, houve nos textos, visivelmente, a remissão a colegas o que se percebe nos TDs.

Faz-se importante informar que em todos os textos recolhidos, em vez de se atribuir um título, o que seria uma prerrogativa nessa fase escolar, todos os alunos optaram por escrever “Como vejo meus colegas que vivem na pobreza e na marginalidade”, o que se configura uma realidade muito próxima deles o envolvimento com entorpecentes. Neste sentido, passa-se, a seguir, ao discurso de A1, no

qual as referências à pobreza e à marginalidade insinuam reflexos da nomeação como sendo criminalidade.

TD1:

A1.

Tem um amigo que usa droga e que faça muitas coisas errada para você e para a sociedade é muito ruim. Vê um colega se acabando, com a sua própria vida e você ali so vendo.

Por mas que vida de seu amigo esteja ruim você como amigo tem que ajudar ela dá conselho fala que ele esta errado por mas que esta missão seja horível, não pelo conselho mas a causa.

Hoje nesse mesmo momento morre milares de adolescentes, jovens por causa de drogas, violência so para fica 1 hora desligado sem noção por causa boqueira.

Muitas famílias que tem filhos que esta nessa vida fica lokos por vê estas coisas, um pai uma mãe luta o dia todo trabalhando para da uma vida melhor para o seus filho e infelizmente ocorre estes fatos Pessoa que estão nesta situação perde tudo família, amigos, colegas e as vezes até a própria vida e pior coisa é conhecer um amigo que vende o seu corpo, mata (tira a vida das pessoas) essa é pior causa que tem no mundo.

Tomara que estes jovens venha luta para ter um mundo melhor com mas saúde, segurança, educação etc. tira as coisa erradas da cabeça da pessoas que estão nessa vida. Vamos ajuda o próximo porque hoje são ele que precisa amanha pode se você, e o futuro só Deus sabe...

Como se pode observar, no TD1 em análise, focalizando-se o olhar no primeiro parágrafo, A1 refere-se a um amigo que usa droga e que, a seu ver, transgredir as normas do convívio em sociedade, quando enuncia que *tem [leia-se ter] um amigo que usa droga e faça [leia-se faz] muitas coisas erradas para você e para a sociedade é muito ruim*. Note-se, também, que ele não dirige uma crítica a esse amigo, acusando-o como transgressor, uma vez que se utiliza da construção sintática de subordinação adjetiva relativa restritiva que usa droga e que faça muitas coisas errada.

Além disso, quando avalia esse amigo, A1 modaliza seu discurso, ao se referir a ele, afirmando ser muito ruim ter um amigo assim, produzindo um sentido muito mais de lamentação do que de acusação, o que corrobora o sentido apenas atributivo da construção subordinativa que se lhe refere. Observa-se que seu discurso traz a voz da família que versa sobre a escolha de bons amigos, enunciando, dessa forma, a partir da posição sujeito daquele que se imagina e que se diz diferente do amigo.

A1 parece procurar, também, manter certo distanciamento do texto escrito por ele, numa aparente tentativa de expor-se o mínimo possível, evitando também proceder à nomeação, de que fala Becker (2008), do amigo como transgressor, o que pode ser notado pelo uso dos verbos tem(ter), acabando, vendo, nas formas nominais e, como tais, sem que se lhes possam nomear os sujeitos. Esse efeito de distanciamento é reforçado pelo uso do pronome pessoal do caso reto “você” que não está sendo usado como segunda pessoa do discurso, sua característica em princípio, mas como primeira pessoa, em construção própria da oralidade. A ocupação da posição–sujeito não-marginal, no sentido de não transgressor das regras da sociedade se faz reiterar, quando A1 enuncia Vê[ver] um colega se acabando, com a sua própria vida e você ali so [leia-se só] vendo. Constata-se nessa passagem uma voz de compaixão pelo outro, própria do discurso religioso, voz essa que ganha volume quando reitera, em seguida: um colega se acabando, com a sua própria vida.

Quando se refere a si, A1 mantém o distanciamento pelo uso da segunda pessoa como primeira, distanciamento esse que também se manifesta pela alteração da menção àquele a quem se refere como amigo para colega, traz, além do discurso religioso da necessidade de acolher aquele que está sofrendo, a voz do discurso da responsabilidade social que enuncia a ordem do discurso da inclusão.

Focalizando-se a análise no segundo parágrafo Por mas [leia-se mais] que vida de seu amigo esteja ruim você como amigo tem que ajudar ela dá conselho fala que ele esta errado por mas que esta missão seja horível [horrível], não pelo conselho mas a causa, nota-se o deslocamento do efeito de sentido do pronome pessoal do caso reto você. Ao impor um tom aconselhador, desloca o efeito de sentido de você como eu que adotara no primeiro parágrafo, estende, amplia a responsabilidade para outros, fazendo com que o sentido de você deslize para nós, primeira pessoa do plural. A1 também revela sua indignação com o descaso social, como uma forma de salvaguardar o colega, o que pode ser observado no excerto *não pelo conselho mas a causa*. Ao mencionar que *por mas [leia-se mais] que a vida de seu amigo esteja ruim você como amigo tem que ajudar*, A1 reporta novamente ao discurso da responsabilidade social, que se enuncia como ordem do discurso vigente.

Embora A1 revele em seu discurso não admitir explicitamente relacionar-se com pessoas na situação a que ele atribui de transgressão, (d)enuncia tê-las, quando volta a se referir a elas como “amigo”, ao escrever por mas (mais) que a vida de seu amigo esteja ruim você como amigo tem que ajudar. Note-se, nessa passagem, uma construção que (d)enuncia uma contradição constitutiva do discurso de que fala Foucault (apud UYENO, 1995) sobre afastamento e aproximação: afasta-se, considerando-o diferente de si e propõe aproximação. A1 adota, em seu enunciado, um ‘tom’ de aconselhamento para que o outro assuma a responsabilidade pelos colegas usuários de entorpecentes, até num sentido de ordenar a ação do outro, ainda que modalize pela locução verbal ter de: você tem que ajudar ela, [tem que] dá conselho fala que ele esta errado. A1 acrescenta, ainda, que essa é a “missão” do outro, mesmo que horrível, numa remissão religiosa do sacrifício, atribuindo aos colegas usuários de drogas a culpa, ainda que, sob ilusão intradiscursiva, tivesse tentado explicar o sentido de que a missão é horrível não pelo conselho, mas pela causa.

Pode-se, ainda, observar os pares dicotômicos ocidentais de ordem platônica, em seu discurso, do certo e do errado, do bem e do mal, e da ordem aristotélica da causa e da consequência. A1 adota também o discurso institucional do Estado, veiculado também pelas diversas mídias ao afirmar *Hoje nesse mesmo momento morre milhares de adolescentes, jovens por causa de drogas, violência*. Ao utilizar o marcador de tempo Hoje, A1 parece enunciar que antigamente não era assim.

Embora pela materialidade linguística de seu texto não se possa saber se A1 já passou pela experiência, testemunhou amigos em estado de narcolepsia ou se repete um dizer que percorre entre os colegas, permite a verificação de que tem conhecimento dos sintomas provocados pelo uso do entorpecente na passagem de seu texto fica 1 hora desligado sem noção.

Quando A1 faz referência aos pais, no terceiro parágrafo, que aqui se reproduz para efeito de facilitar a leitura. Muitas famílias que tem filhos que esta nessa vida fica lokos [loucos] por vê estas coisas, um pai uma mãe luta o dia todo trabalhando para da uma vida melhor para o seus [seu] filho e infelizmente ocorre estes fatos, ele revela reconhecer que eles trabalham para oferecer vida digna aos filhos e, como tal, está afetado pelo discurso da família. A1 imagina que é ele quem está enunciando, mas,

na verdade, está repetindo um dizer que ressoa o discurso familiar, religioso e social. Ele lamenta a ocorrência desses fatos, presentifica em seu discurso a não-valorização dos pais por parte dos filhos, fazendo pressupor a existência daqueles que não têm ou não tiveram pais que fizessem isso por eles, discurso esse tão mencionado em família. Não deixa de conter traços do discurso religioso, do preceito bíblico e, como tal, da ordem da aceitação sem questionamento de “honrar pai e mãe”. A voz da sociedade que condena atitudes de filhos e justifica a daqueles que não têm pais também se faz presente. A1, assim, sob o efeito de um interdiscurso, enuncia um discurso da ordem do dever, da honra e da gratidão parental, proferindo um discurso heterogêneo constituído de várias vozes. Ao utilizar o advérbio infelizmente, associado ao verbo “ocorrer” em um pai uma mãe luta o dia todo trabalhando para da uma vida melhor para o seus filho e infelizmente ocorre estes fatos,

A1 revela não se referir a adolescentes em geral, mas a colegas adolescentes: o tom de lamentação que vinha sendo atribuído aos colegas se repete pelo uso do advérbio de modo e o verbo ocorrer, denominado por alguns de verbo de ocorrência que como tal não têm um sentido ativo pelo qual se culpabilizaria o colega. Seu discurso se (con)forma dessa maneira, porque A1 enuncia determinado pelo imaginário discursivo de postulação pecheutiana, redigindo seu texto imaginando para quem está escrevendo (escreve para a professora) e, portanto, escreve aquilo que imagina que a professora espera que ele escreva, o que corrobora, também, a afirmação de Hall (2005, p. 39) sobre a falta de inteireza do sujeito, que é preenchida a partir do exterior quando se imagina como se é visto pelo outro. Por isso, seu discurso é movido pelo esquecimento 1, em que o indivíduo tem a ilusão de ser a origem do que diz, e pelo esquecimento 2, no qual o aluno tem a ilusão de que o discurso que profere reflete o conhecimento objetivo da realidade. A1 adota, nesse sentido, o “jogo imaginário”, o discurso “politicamente correto” como imagina que a professora espera dele, ou seja, a imagem que A1 tem da professora (IA(B)), e também a imagem que A1 faz do que seja seu colega, também aluno (IA(A)).

A despeito dessa determinação imaginária, entretanto, não consegue deixar de levar em consideração o colega com quem convive; daí isentá-lo de culpa, o que remete ao que enuncia Lesourd (2004, p. 67) “Essa imbricação da culpabilidade [...] está no

centro da constituição da Lei simbólica, tanto no mito quanto na sua atualização individual por todo sujeito humano”. Seu discurso revela-se, assim, heterogêneo, composto de várias vozes, determinado por várias posições-sujeito de onde enuncia.

No quinto parágrafo, conforme excerto, pior coisa é conhecer um amigo que vende o seu corpo, mata (tira a vida das pessoas) essa é pior causa que tem no mundo, A1 novamente deixa escapar por um lapso que a marginalidade é fruto do descaso político e social na/da comunidade. O lapso se dá devido a um primeiro momento enunciar que vender o corpo, matar é pior coisa, logo a seguir enunciar essa é a pior causa, o que vai ao encontro do que postula Authier-Revuz (2004) sobre o “heterogêneo ligado ao real da língua”, como espaço do equívoco das palavras com elas mesmas.

Para finalizar, em último parágrafo de seu texto, *Tomara que estes jovens venha lutar para ter um mundo melhor com mas saúde, segurança, educação etc. tira as coisa erradas da cabeça da pessoas que estão nessa vida. Vamos ajuda o próximo porque hoje são ele que precisa amanhã pode se você, e o futuro só Deus sabe...*, A1 revela, numa aproximação de um clichê próprio de textos dissertativos dessa faixa etária, reproduzir o discurso institucionalizado do Estado da luta pela aquisição do direito à cidadania em venha lutar para um mundo melhor com mais saúde, segurança, educação, etc.; e encerra com um discurso apocalíptico, numa previsão do julgamento bíblico “*hoje são ele que precisa amanhã pode se você*” e, por fim, faz uso do provérbio “o futuro a Deus pertence”, ao enunciar o futuro só Deus sabe, como que para reforçar os argumentos da responsabilidade que o outro/ele deve ter pelo colega/amigo.

Observa-se que A1 não mencionou em seu discurso o que seria pobreza e marginalidade. O fato de omitir tais referências e já iniciar seu texto mencionando o uso de entorpecentes por alguns amigos pode tanto revelar qual a sua aceção sobre o que seja pobreza e marginalidade: não só os toma de forma indistinta como os associa ao uso de drogas ilícitas; pode ainda se revelar a frequência com que “atos desviantes” ocorrem em ambiente escolar e, portanto, a necessidade de não falar da pobreza e da marginalidade a partir do seu entorno.

A seguir, também no TD2, A2 apresenta algumas regularidades discursivas em sua escrita, o que evidencia que esse sujeito apresenta marcas discursivas sobre o que se pode caracterizar como sujeitos edipianos, ou seja, marcados pelo Nome

do Pai, influência marcante do discurso familiar. As ocorrências de linguagem em estudo permitem constatar, a partir da materialidade posta, também a associação de marginalidade com criminalidade. Assim sendo, em consonância com os objetivos já expostos no início, analise-se o TD2 de A2, transcrito a seguir:

T2:

A2:

Pessoas que vivem na marginalidade e na pobreza são pessoas que não pensam antes de entrar na marginalidade, e na pobreza são pessoas desempregadas que não conseguem ter emprego, porque na maioria das vezes não tem estudo.

Mas as pessoas que entram na marginalidade não pensam nas consequências que podem se envolver, como drogas, causa muito mal para a saúde, e a pessoa perde a noção, não sabe para onde ir e nem o que fazer.

As pessoas que vivem na pobreza, porque está desempregada e não consegue emprego por não ter estudo, porque começou a trabalhar desde muito cedo para ser independente, acaba sendo prejudicado com a pobreza.

Hoje os jovens começam a entrar muito rápido na marginalidade sem pensar no seus pais e se eles vão sofrer por esse motivo, por essa causa esse jovens não terminam o Ensino Médio e acabam sem emprego e vivendo na pobreza.

No primeiro parágrafo, em (P)*pessoas que vivem na marginalidade e na pobreza são pessoas que não pensam antes de entrar na marginalidade*, A2 parece misturar os conceitos sobre pobreza e marginalidade e atribuir a ocorrência dessas situações ao fato de as pessoas não pensarem antes de entrar na marginalidade. Contudo, não as culpa pela pobreza, como invariavelmente se faz por um processo de atribuição de subjetividade desviante, atribuindo-a a falta de emprego e de estudo, como na transcrição e na pobreza são pessoas desempregadas que não conseguem ter emprego, porque na maioria das vezes não tem estudo. Essa visão corrobora com a visão naturalista determinista em relação à pobreza, presente no discurso institucional, e muitas vezes, adotada pelos docentes.

Isso ocorre pelo fato de A2 enunciar a partir da posição-sujeito aluno, afetado pelos “esquecimentos”, considerando para quem escreve (para a professora) e aí (des)associa os termos numa tentativa de retomar o discurso “politicamente correto”, afetado pelo discurso do senso comum de que “não se deve classificar as

peças como marginais somente porque são pobres, ou moram em zonas periféricas”, discurso esse também difundido pelos meios de comunicação, principalmente em programas televisivos; a marginalidade é imaginada e é definida, ainda que não explicitamente, como criminalidade, ao mencionar “são pessoas que não pensam antes de entrar na marginalidade”, insinuando a possibilidade de um ato de escolha, o que se evidencia pelo uso do verbo “entrar”.

No segundo parágrafo, A2 atenta para o fato de que as pessoas que entram na marginalidade não pensam nas consequências que podem se envolver, (re)forçando a ideia de nomeação preconizada por Becker (2008) da marginalidade como criminalidade, e aponta como consequência o uso de entorpecentes, conforme resgate da enumeração: drogas, causa muito mal para a saúde, e a pessoa perde a noção, não sabe para onde ir e nem o que fazer. Embora A2 não (d)enuncie abertamente que conhece ou que já presenciou situações que evidenciem tais sinais, revela não só que conhece os malefícios do uso de narcóticos à saúde como conhece também os sintomas provocados por ele.

No terceiro parágrafo, A2 novamente mistura pobreza e marginalidade em as pessoas que vivem na pobreza [...] por não ter estudo [...] acaba(m) sendo prejudicado com a pobreza. O efeito de sentido provocado nesse excerto é da ordem do discurso governamental-educacional que, de diversas maneiras, acoplam pobreza/falta de estudo/marginalidade/criminalidade, demarcando um “determinismo social”, o que favorece também a constituição do “sujeito (in)fame”, problematizado por Foucault (2004).

Quanto à marginalidade, A2 (re)produz o discurso hegemônico ocidental, possível de se observar no recorte não pensam nas consequências, novamente marcado pelos pares dicotômicos causa e consequência, oriunda da lógica aristotélica. Ao falar da pobreza, coloca como sua causa a falta de estudo, que parece considerar instrumento necessário para ascensão social, o qual (d)enuncia o efeito de sentido sócio-ideológico. A3 não responsabiliza os que não puderam estudar, e ao fazer isso, (des)vela o não-dito, que também não se culpabiliza, muito menos culpabiliza seus colegas por não estudar(em). Porém, A2 (re)força o discurso governamental alusivo à independência financeira (parar de estudar porque precisa trabalhar) em detrimento aos estudos como

fator determinante da pobreza, uma vez que não pode escapar das filiações discursivas que o constitui.

No quarto parágrafo, ao mencionar a entrada dos jovens na marginalidade em *Hoje os jovens começam a entrar muito rápido na marginalidade*, A2 provoca em seu texto efeito de sentido de afastamento, ao falar do outro para falar de si; e não culpa nem a si, muito menos seus amigos por isso. A2 não se dá conta que não controla o seu dizer e desliza o sentido de marginalidade, justificando-o pela falta de estudo, ao enunciar que por essa causa esse jovens não terminam o Ensino Médio e acabam sem emprego e vivendo na pobreza, afetado pelo “esquecimento”, uma vez que ele é aluno do Ensino Médio.

A2 encerra seu texto com a pobreza e (per)verte a “ordem do discurso” que elenca como sendo a pobreza o determinante da marginalidade e, portanto, da criminalidade em *Hoje os jovens começam a entrar muito rápido na marginalidade[...]* não terminam o Ensino Médio e acabam sem emprego e vivendo na pobreza.

Em *Hoje os jovens começam a entrar muito rápido na marginalidade sem pensar no seus pais e se eles vão sofrer por esse motivo* pode-se evidenciar, nas marcas discursivas, a constituição de sujeito edípiano, ou seja, A2 se mostra marcado pelo Nome-do-Pai, o que será explorado no subitem de análise.

Para dar continuidade aos aspectos já expostos, toma-se o TD3, redigido por A3, a ser analisado a seguir:

TD3:
A3.

Na escola aonde estudamos a grande maioria dos alunos entrão no mundo da marginalidade muito cedo. Por motivos diversos, como a influência de “colegas”, entre outros.

Eu os vejo como pessoas que precisam de ajuda tanto social como mental.

São Pessoas que por motivos fortes foram para um caminho errado, que em alguns caso não tem volta.

Gostaria que eles estivessem força de vontade para mudar seu destino. Pessoas que tinham tudo para ser alguém na vida, e não se esforçaram. Acredito que todos merecem uma segunda chance. Mais toda segunda chance começa com um primeiro passo, e esse “passo” deve ser dado pela própria pessoa.

Eu acho que quando se tem força de vontade, pode-se planejar seu futuro.

A3 apresenta em seu discurso o conhecimento de que há alunos, colegas seus que se envolvem em atos desviantes quando menciona *Na escola aonde[onde] estudamos a grande maioria dos alunos entrão[entram] no mundo da marginalidade muito cedo*, apenas como observador, excluindo-se do lugar de onde enuncia ao utilizar a grande maioria dos alunos, embora tivesse usado da primeira pessoa do plural na abertura do parágrafo.

A3 também associa marginalidade à criminalidade, pelo uso do verbo entram, e ao afirmar na escola aonde[onde] estudamos, A3 faz menção ao fato de que mais pessoas têm conhecimento/sabem do envolvimento de alunos em atos considerados socialmente ilícitos e que esses atos, entrarem na marginalidade, acontece precocemente. O que A3 (d)enuncia são as “formas de silêncio” adotadas no ambiente escolar, local este que se evita falar ou tomar providências quando algum aluno é surpreendido fazendo uso/comércio de entorpecentes.

Ao utilizar a primeira pessoa do plural, A3 procura não assumir sozinho a responsabilidade pelo que está dizendo. É como se dissesse “eu sei, outros também sabem”. Influenciado pelo discurso familiar, de que se deve escolher, A3 revozeia tal discurso, de que a entrada na marginalidade ocorre por influência de “colegas”, entre outros, quando enuncia a influência de “colegas”, marcando a heterogeneidade de seu discurso por meio de aspas. Outro já-dito que escapa ao controle de A3 é que, ao escrever “colegas”, recorrendo às aspas, ironiza e retoma o discurso de que, se fosse colega, não influenciaria negativamente, fazendo crer que em sua concepção, colega/amigo cuida, respeita.

No segundo parágrafo, A3 ao enunciar que esses alunos precisam de ajuda tanto social quanto mental, assume o discurso da responsabilidade social e não se refere mais à marginalidade como ilicitude, mas como patologia social ou mental. Quando se refere especificamente à ajuda mental, remete a um já-dito do discurso médico pelo não dito relativo à dependência química tomada pela medicina como patologia, por sua vez assumido por alguns juristas. Nota-se como A3, diferindo do discurso predominante, não considera a dependência como crime, não criminaliza o usuário, tese defendida por vários países; também não defende a descriminalização do usuário, sob o ponto de

vista de um direito civil, tese também defendida por outros países, mas toma o usuário como doente que requer ajuda médica.

Ao afirmar, no terceiro parágrafo, *que são pessoas que por motivos muito fortes foram para um caminho errado*, A3 utiliza os pares dicotômicos de certo e de errado e deixa transparecer que não se “entra” na criminalidade sem motivos. Como se pode notar, esse terceiro parágrafo faz parte do segundo, funcionando como argumentação para sua afirmação anterior de que precisam de ajuda social e mental; em outras palavras o terceiro parágrafo constitui a justificativa, a causa para a defesa do segundo. Refazendo o desencadeamento argumentativo teríamos: eu os vejo como pessoas que precisam de ajuda tanto social como mental (segundo parágrafo) São Pessoas que por motivos muito fortes foram para um caminho errado (terceiro parágrafo).

Embora essa divisão possa significar inabilidade técnica em escrita, não deixa de permitir pensar que, à medida que escreve, A3 remete aos colegas dos quais, no início de seu texto, afastou-se, promovendo um movimento de aproximação deles, o que parece revelar o funcionamento etopoiético da escrita: se na escrita do primeiro parágrafo adota um tom generalizante e moralista de que a maioria dos alunos entram na criminalidade, na do segundo buscou por soluções para esses alunos e no do terceiro precisou o levantamento de hipótese para que essa entrada ocorresse. O espaço da alínea (espaço compreendido entre o “ponto final e outra linha”) parece ter-se constituído o tempo para que pensasse nos colegas. Daí, não culpar os colegas por terem, em suas palavras, entrado na marginalidade e, no final do terceiro parágrafo, indiciando que vinha se remetendo aos colegas sobre os quais escreve, não consegue deixar de remeter a um discurso que parece determinista, quando diz que em alguns casos não tem volta. Não se pode atribuir a essa expressão um determinismo no rigor dessa palavra em virtude do uso do pronome indefinido ‘alguns’. Embora sob o ponto de vista textual possa ser considerado um modalizador, sob o ponto de vista argumentativo, significa uma parcela mínima da totalidade. Esse uso permite pensar que A3, embora certamente não o saiba, alinha-se à perspectiva que toma as atitudes dos colegas como apenas desviantes e não definitivas, equivalendo a: embora alguns não tenham volta, a maioria a tem.

No parágrafo seguinte, que ratifica o abandono da escrita da dissertação escolar, tendo passado pela adoção de um texto de cunho sociológico, como se tivesse

realizando um trabalho de campo, A3 remete a um discurso filosófico da ordem da transcendência sartreana pelo qual o sujeito se torna livre se sobrepuser os obstáculos e fazer as escolhas. A3 lamenta pelo fato de esses alunos não terem força de vontade para mudar, ao afirmar que gostaria que eles estivessem[tivessem] força de vontade.

Quando afirma que o que acontece com os alunos é por força do destino, atribui tanto o sentido de predestinação, como o sentido de escolha, quando diz pessoas que tinham tudo para ser alguém na vida, e não se esforçaram, salientando que poderiam ter escolhido o ‘caminho certo’, mas que foram determinados por outras razões, o que pode ser retomado do terceiro parágrafo São Pessoas que por motivos fortes foram para um caminho errado, que em alguns caso não tem volta. Assim, A3 se constitui como sujeito do desejo, um indivíduo ético, ao expressar o desejo de que seu colega/amigo tenha força de vontade para mudar, ao escolher o uso do verbo “gostaria”.

A3, no quarto parágrafo, adota o discurso do amigo e afirma que todos merecem uma segunda chance, influenciado pelo discurso religioso do perdão, marcado pelo uso do verbo acredito. Embora A3 admita que haja uma segunda chance, reafirma ainda mais uma vez que se trata de ato de escolha ao afirmar mais[mas] toda chance começa com um primeiro passo. É como se A3 dissesse que, para mudar, é preciso querer, o que pode indicar que A3 permanece influenciado pelo discurso familiar e religioso, quando continua a dizer que esse passo deve ser dado pela própria pessoa. Há ainda que se observar a presença do discurso ético do ato voluntário, quando A3 declara no quinto e último parágrafo *Eu acho que quando se tem força de vontade, pode-se planejar o futuro*. Aqui, A3 relativiza o discurso determinista, isto é, afirma acreditar que, embora haja situações que pareçam predeterminadas, deve-se resistir para planejar o futuro como quem adota o discurso somos nós que fazemos nossa história.

Considerações finais

A análise proposta neste artigo privilegiou duas discussões: a nomeação de pobreza e marginalidade como criminalidade e a interdição realizada pelo Nome-do-Pai, conceito lacaniano para dizer que o sujeito está inserido no simbólico, presente no discurso dos sujeitos-aluno. Nomeação e interdição feita pelo Nome-do-Pai são considerados aqui como fenômenos coletivos.

O intuito da discussão fora salientar que as relações imaginárias e do confronto do/com o Outro (a linguagem), contribui para que o sujeito se simbolize a partir da realidade a qual está exposto, partir das formações discursivas herdadas, pela identificação com o outro. Nesse caso, a nomeação de marginalidade como criminalidade evidencia o efeito de sentido provocado se deve à faixa etária e a realidade vivenciada pelo aluno na escola e na comunidade na qual está inserido.

Como esse sujeito-aluno, e adolescente, se vê nesse quadro social, parece deixar transparecer em seu discurso esse modo-significante em que ele desliza os significados preestabelecidos de pobreza e marginalidade à criminalidade.

Essa criminalidade que se apresenta ora implícita, ora explicitamente nos textos, vinculada especificamente ao envolvimento e/ou uso de entorpecentes, possivelmente se devem às condições imediatas de produção do discurso, porquanto esses alunos convivem com situações dessa natureza na escola, na família. Além disso, são situações recorrentemente veiculadas pelas diversas mídias.

É patente divisar que é das relações imaginárias e do confronto do/com o Outro, que esse sujeito pode simbolizar-se a partir das realidades, as quais está exposto, pela identificação com o outro, a partir da memória discursiva herdada, ou das formações discursivas às quais se filia, sendo que as que mais prevaleceram foram as do discurso familiar e do discurso religioso, embora se apresente os discursos institucionais e midiáticos, o que se pode constatar na materialidade discursiva de A1, A2 e A3.

A representação, portanto, que ele faz do colega/amigo, embora apresente traços de “desviantes”, acontece apenas quando ele se vê instigado a escrever pela professora. Por isso ter que adotar um discurso politicamente correto. Entretanto, conforme vai enunciando, (d)enuncia-se como amigo, que desculpa, que “redime” o colega, tornando seu discurso híbrido.

Foucault aponta que existe uma historicidade do conceito e ressalta todo conceito que tem a pretensão à verdade, segue uma racionalidade própria. Isso quer dizer que cada conceito tem sua história e surge num momento determinado.

Entretanto, quando se referem a seus colegas, o efeito de sentido produzido por eles não é o de marginalidade como sinônimo de transgressão. Dessa forma, esses sujeitos procuram, (embora seja conduzido pela dupla exclusão-inclusão), adentrar àquilo

que Foucault (2001) vai chamar de *biopoder*, no qual o indivíduo busca a compreensão do poder, primeiro, e as múltiplas de relações de forças; depois, entra no jogo por meio de lutas e enfrentamentos para transformar, reforçar, e/ou inverter a ordem.

Embora possam ser considerados pelos *agentes da lei* como *sujeito (in)fame*, isso não o faz imaginar-se na posição-sujeito delinquente, transgressor, desviante, ou qualquer outra nomenclatura de ordem negativa que possam lhe atribuir; mas vê-se antes, como um *resiliente*, movido pela moral estoica, que está se constituindo como um indivíduo ético, apesar de se ver cercado pelas adversidades advindas do retorno à barbárie, capaz de se adaptar às mudanças e a má sorte, e reinventar o momento sócio-histórico em que vivem.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

BECKER, H. *Outsider: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2008.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 14 ed., Rio de Janeiro, Graal, 2001.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b.

MILLER, J. A. *Lacan Elucidado: palestras no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997, p. 447.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999, p. 17.

PÊCHEUX, M (1975/1988). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

UYENO, E.Y. Equívocos em escrita de adolescentes (in)fames: materialidades da língua e da alíngua no discurso sobre a inclusão. In: 27. VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística - Abralín, 2009, Paraíba. Anais do 27. VI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística - Abralín. Paraíba: Ideia, 2009.

_____. O mal-estar da escrita: para além do letramento acadêmico, um desejo do Outro. In: VII Congreso Latinoamericano de Estudios del Discurso, horizontes de sentido. Bogotá, 2007.

BRUÁCAS, CHINAS E GASGUITAS: VERBETES QUE DESIGNAM A MULHER NA OBRA VOCABULÁRIO GAÚCHO, DE ROQUE CALLAGE

Felipe Rodrigues Echevarria*

Resumo: Sob a perspectiva teórico-metodológica da História das Ideias Linguísticas (HIL) e da Análise de Discurso (AD), este trabalho analisa os verbetes *bruáca*, *china* e *gasguita*, recortados da obra *Vocabulário Gaúcho* (1928), de Roque Callage. Registrando verbetes que são falados pelos gaúchos, o autor contribui para a perpetuação destes, pois dicionários nacionais nem sempre abarcam regionalismos que são específicos do falar de certas sociedades que, muitas vezes, se afastam dos grandes centros. Callage, ao assumir a função-autor e também a de sujeito enunciativo, tem como condições de produção o contexto sócio-histórico do Rio Grande do Sul do Século XX. Os verbetes selecionados apresentam designações pejorativas acerca da mulher; assim, percebemos que a obra de Callage nos dá uma ideia de como era a situação da mulher gaúcha no século XX: uma posição de subserviência em relação aos homens, que, por sua vez, pareciam ter mais destaque e valorização na sociedade gaúcha.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Dicionários; Enunciação; História das Ideias Linguísticas.

Abstract: Based on the theoretical-methodological perspective of History of Linguistic Ideas (HIL) and Discourse Analysis (AD), this paper analyzes the entries *bruáca*, *china* and *gasguita*, from Roque Callage's work *Vocabulário Gaúcho* (1928). Recording entries that are spoken by gauchos, the author contributes to their perpetuation, because national dictionaries do not always embrace regionalisms that are specific to certain societies' form of speaking, especially those who live away from the large urban centers. Callage, when he assumes the author-function and also the role of enunciating subject, has the socio-historical context of the 20th century's Rio Grande do Sul as conditions of production. The selected entries present pejorative statements about women; therefore, it is noticed that Callage's work gives an idea about the situation of the gauch woman in the 20th century was like: a position of subservience towards men, which, in turn, seemed to have more prominence and appreciation in the gauch society.

Keywords: Discourse Analysis; Dictionaries; Regionalist Dictionaries; Enunciation; History of Linguistic Ideas.

Introdução

O presente trabalho apresenta três verbetes selecionados da obra *Vocabulário Gaúcho*¹² (1928), de Roque Callage, e suas respectivas designações. *Bruáca*, *china* e

* Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos na UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.

¹² Optamos em manter as grafias originais em citações e títulos de obras que precedem o Acordo Ortográfico [de 1991], vigente desde janeiro de 2009, bem como preservamos a ortografia original nos recortes submetidos à análise.

gasguita: três termos típicos do linguajar do gaúcho registrados em um vocabulário, que, sob o nosso entendimento, é também um instrumento linguístico, juntamente com glossários, dicionários e gramáticas, sendo que estes dois últimos são considerados por Aroux (1992) as bases que compõem até hoje o nosso saber metalinguístico. Ainda para o autor, os instrumentos linguísticos são também tecnologias que muito contribuíram para a história da humanidade.

Falar sobre instrumentos linguísticos implica retomar alguns conceitos acerca da Análise de Discurso (AD) e da História das Ideias Linguísticas (HIL), visto que estes dois domínios do conhecimento se interessam e produzem conhecimento sobre os instrumentos linguísticos enquanto tecnologias da linguagem. Instrumentos linguísticos – sobretudo dicionários – já foram vistos como objetos capazes de abarcar todas as dúvidas sobre a língua. Entendemos que uma das principais contribuições da AD e da HIL é dar outro viés à produção de gramáticas, dicionários, glossários e vocabulários no Brasil, pois essas duas áreas do conhecimento nos mostram que pensar que as tecnologias citadas são apenas lugar de consulta é uma ideia simplista. Instrumentos linguísticos são também objetos discursivos e capazes de revelar as condições sócio-históricas de sua produção.

Vocabulário Gaúcho traz verbetes que designam sujeitos; o próprio Callage assume a função de autor e a de sujeito enunciativo. Isto nos faz retomar conceitos sobre o que é sujeito para a AD e para a enunciação. Entendemos que Roque Callage é um sujeito que enuncia dentro de um espaço de enunciação, que, segundo Guimarães (2002), é um espaço onde sujeitos colocam a língua em funcionamento para que haja entendimento entre eles. Este espaço de enunciação é o Rio Grande do Sul, que forma também as condições de produção do vocabulário analisado.

Para analisar os verbetes selecionados, mobilizamos o conceito de *designação*, trazido ainda por Guimarães. É este conceito que nos permite analisar qual a significação de *bruáca*, *china* e *gasguita* e sua relação com o real e com o histórico. As designações trazem sentidos pejorativos, o que nos permite observar que o vocabulário de Callage dá indícios, através da língua, das condições históricas e sociais do Rio Grande do Sul do século XX: um estado onde a figura do gaúcho vai silenciando suas designações negativas e alcançando a imagem de homem bravo e do campo, em que a virilidade deste

homem é bastante exaltada e da mulher se exige decoro, em especial, das *prendas*, conforme Brum (2010).

A articulação entre a AD e a HIL: como esses dois campos do saber concebem os instrumentos linguísticos

Dicionários e gramáticas, sob a visão de Auroux (1992, p. 65), são tecnologias, considerados até hoje os principais pilares do saber metalinguístico. Instrumentos linguísticos compreendem, além de dicionários e gramáticas, também prefácios, manuais, glossários e vocabulários. Portanto, falar em instrumentos linguísticos, sobretudo sobre vocabulário - que vem a ser o objeto de pesquisa do presente trabalho - implica falar em AD e HIL, visto que essas duas áreas do saber se interessam e produzem conhecimento sobre tecnologias metalinguísticas.

A AD, segundo Orlandi (2005), já revela seu objeto de interesse no próprio nome, pois ela trata do *discurso*. “E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2005, p. 15). A constituição da AD se dá na articulação entre três áreas do conhecimento: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. É na França que Michel Pêcheux, na década de 1960, deu início à elaboração da teoria discursiva, tomando como objeto de análise o discurso e levando em conta a importância da língua na produção do discurso. Segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 81), a língua “se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados”. Entendemos, assim, que a língua para a AD é tomada como o lugar em que o discurso se materializa e onde se realizam os efeitos de sentido provenientes dos processos discursivos.

Para Orlandi (2005), a AD considera a linguagem como imprescindível para que haja uma relação entre o homem e a realidade social. Já Benveniste, com o conceito de subjetividade na linguagem, elucida a importância da linguagem como instrumento de comunicação, pois para ele “os homens não encontraram um meio melhor nem mesmo tão eficaz para comunicar-se (BENVENISTE, 2005, p. 284).

Já em relação à HIL, uma de suas mais importantes contribuições é o estudo histórico dos instrumentos linguísticos. Guimarães (1996, p. 127) afirma que o estudo das

ideias linguísticas no Brasil tem o interesse de abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas feitos no país, desde o século XVI. Para Sturza (2006a, p. 96),

A História das Ideias Linguísticas que se está contruindo no Brasil toma vários objetos da produção de saberes: instrumentos linguísticos, como as gramáticas e os dicionários e outras textualidades, como prefácios, leis, relatos, listas de palavras, notas. O conjunto de produtos desse conhecimento linguístico configura uma história das idéias linguísticas, mesmo aqueles anteriores à institucionalização da Linguística como disciplina.

Para Auroux (1992), gramatizar é construir um instrumento linguístico, instrumento esse que aumenta e muda a capacidade linguística humana. “Uma língua ‘gramatizada’ é uma língua instrumentada que dispõe de referências e normas” (AUROUX, 1992, p. 26). Segundo Petri (2012), preservar as línguas é outra importante função da gramatização.

A Linguística no século XX considerava os dicionários como “instrumentos normativos, objetos fossilizados que não correspondiam à língua falada” (NUNES, 2006, p. 13). Portanto, a partir dos pressupostos teóricos da HIL, os dicionários passaram a ser vistos como objetos discursivos e não mais como objetos meramente normativos. Ou seja, passou-se a considerar outras funções do dicionário além de suas funções pedagógicas. Os analistas e/ou estudiosos do dicionário, sob a égide da HIL, são aptos a analisar de que forma aspectos sociais e históricos se materializam nas acepções apresentadas pelas palavras que são registradas em dicionários.

Os instrumentos linguísticos: um lugar onde também se produz discurso

Compreendemos que instrumentos linguísticos fazem parte da relação com a história e a sociedade. Gramáticas e dicionários integram um “processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p. 8). De acordo com Petri & Medeiros (2013, p. 1), “Vocabulários e glossários, assim como os dicionários e gramáticas, constituem discursos sobre a língua, isto é, discursos que institucionalizam uma língua e que a trabalham como patrimônio”. Ainda para as autoras, os vocabulários também contribuem para a preservação do falar de uma determinada sociedade, como é

o caso de *Vocabulário Gaúcho* e também de *Colleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Pereira Coruja, publicado em 1852. Entendemos que dicionários, vocabulários e glossários são lugares de memória na língua; os vocabulários parecem ser uma lista descompromissada de palavras, enquanto os glossários controlam sentidos e dicionários registram sentidos e são usados como consulta, como se abarcassem não somente dúvidas em relação a sentidos, mas também em relação a questões ortográficas.

Os dicionários já foram vistos como instrumentos que servem somente para tirar dúvidas sobre questões gramaticais e significados de palavras, porém, com o advento da HIL, estas ideias simplistas passaram a ser desconstruídas e percebeu-se que a função desses instrumentos linguísticos vai além de apenas normatizar; são também parte da história, da sociedade e uma forma de discurso, ou seja, são objetos discursivos. Petri (2010, p. 24) elucida que já não é mais possível “aceitar o dicionário como um lugar que abarca verdades absolutas, é preciso pensar que a língua está viva, em constante movimento e nem tudo é apreendido pelo sujeito, muito menos estará no dicionário”.

Segundo Nunes (2006), o dicionário carrega historicidade e discursos, deixando, desta forma, um lugar aberto para interpretações, sendo assim, compreendemos que o dicionário não é apenas um objeto de consulta. Historicidade, para Siveris (2012), “seria o modo pelo qual a história se inscreve no discurso; ela é entendida como a relação constitutiva entre linguagem e história” (p. 32).

A produção de dicionários no Brasil está diretamente ligada com a colonização do país. Comentários acerca das significações de palavras de origem indígena e listas de palavras português-Tupi e Tupi-português foram os primeiros saberes lexicográficos feitos no Brasil. Dessa forma, essas listas originaram os primeiros dicionários do país - dicionários bilíngues português -Tupi - produzidos pelos missionários jesuítas dos séculos XVI ao XVIII. A produção desses instrumentos linguísticos objetivava o conhecimento da língua indígena e a catequização dos índios. Por esse motivo, os primeiros instrumentos linguísticos produzidos no Brasil possuíam discurso religioso e eram usados como instrumento também de colonização (NUNES, 2006).

Quando autores brasileiros começaram a produzir dicionários e gramáticas

próprios *do e no* Brasil, o país passou a desvencilhar-se dos instrumentos linguísticos de Portugal. Isso ocorreu em um momento em que o país buscava uma identidade própria, reforçando, assim, os sentimentos nacionalistas.

[...] o processo de gramatização do português do Brasil, passado o período das anotações de diários e relatos de viagens, da incorporação de brasileirismos nas gramáticas portuguesas, concretiza-se com a autoria brasileira na produção de instrumentos linguísticos, quando se publicam Gramáticas, Dicionários e Vocabulários de autores brasileiros, no século XIX, logo após a Independência do Brasil (STURZA, 2006b, p. 01).

Após esses apontamentos acerca dos dicionários enquanto instrumentos linguísticos, se faz pertinente uma abordagem sobre o dicionário regionalista. Entendemos que a identidade do gaúcho está diretamente ligada a uma questão regional:

O que ocorre no Rio Grande do Sul parece estar indicando que atualmente só se chega ao nacional através do regional, ou seja, para seus habitantes só é possível ser brasileiro sendo gaúcho antes. A identidade gaúcha é hoje resposta enquanto expressão de uma distinção cultural em um país que se encontra integrado do ponto de vista econômico, cultural e de redes de transporte de comunicação (OLIVEN, 2006, p. 14).

O dicionário, segundo Auroux (1992), serve não só de base para a construção de conhecimentos, mas também para representar uma materialidade discursiva de perpetuação linguística. Consideramos os dicionários de regionalismos um lugar de preservação do léxico gaúcho, também preservando, assim, uma identidade regional. Dessa forma, os saberes são atualizados e ao mesmo tempo mantidos para que não se perca aquilo que Laytano (1981, p. 21) denomina “falar do gaúcho brasileiro”.

Segundo Nunes (2001, p. 101), o dicionário de termos regionalistas é “um conjunto de modos de dizer de uma sociedade”. Nele, consta um repertório popular próprio de um sujeito que vive fora dos grandes centros urbanos. Esse repertório, muitas vezes, por se afastar da linguagem culta, não é abarcado pelos dicionários nacionais. Conforme Petri (2008), o dicionário regionalista funciona como um lugar de referência e de preservação de um patrimônio linguístico-cultural:

No caso específico de um dicionário de regionalismos, encontramos o ‘levantamento do que é próprio do popular, do domínio de um falante do interior’ de um estado brasileiro, trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região, remetendo-nos a uma outra época, ao ‘imaginário de passado glorioso’, silenciando (na maioria das vezes) os efeitos de sentidos pejorativos que a designação possa vir a produzir. [...] o dicionário de termos regionalistas funciona como um lugar de referência e de preservação do passado de glórias (PETRI, 2008, p. 229).

É também no dicionário regionalista que percebemos a existência de um sujeito responsável pela produção desse instrumento linguístico. Ao apresentar verbetes, esse sujeito mostra, conseqüentemente, designações, que, por sua vez, produzem sentidos e caracterizam outros sujeitos.

O sujeito sob a ótica da Enunciação e da AD

Para Benveniste (2006, p. 82), “a enunciação é essa colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”. Eduardo Guimarães, em *Semântica do Acontecimento* (2002), compreende a enunciação como um acontecimento no qual sujeito e língua constituem uma relação.

Os estudos de Benveniste sobre a enunciação trouxeram à tona questões como significação e subjetividade, contribuindo assim para a área da Linguística. O sujeito é a parte central da sua teoria da enunciação. Segundo Fiorin (1996, p. 41, grifos do autor), “O *eu* existe por oposição ao *tu*” e esse fato é uma condição básica do diálogo que se estabelece entre essas duas instâncias enunciadoras, assim como é, também, um elemento essencial do conceito de subjetividade na linguagem trazido por Benveniste (2006).

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...] mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade” [...] não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa” (BENVENISTE, 2006, p. 286, grifos do autor).

Para a AD, não há discurso sem sujeito e todo sujeito pertence a uma ideologia. Segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 167), “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. O sujeito é afetado por uma formação ideológica, que por sua vez é influenciada por uma formação discursiva (FD). O autor traz como exemplo a formação ideológica religiosa. Ela constituía a forma da ideologia dominante no modo de produção feudal e, através do Aparelho Ideológico do Estado religioso, interpelava indivíduos em sujeitos. Segundo Orlandi (2005), a realidade não existe sem ideologia. A ideologia é resultado da relação do sujeito com a língua e a história, e assim se dá a produção de sentidos. A psicanálise contribuiu para a AD a partir do momento em que deslocou a noção de *homem* para *sujeito*. Para Orlandi (2005), a constituição do sujeito se dá na relação com o simbólico, dentro da história.

Conceber o homem como ser histórico corresponde a concebê-lo como ser da linguagem, ou seja, como ser significante, e vice-versa: o homem como sujeito que fala é um ser histórico. Daí o interesse, em análise de discurso, em compreender a relação histórica entre o homem e a língua (ORLANDI, 2005, p. 100).

Assim, o sujeito é, desde sempre, afetado pelo inconsciente e pelo social e interpelado pela ideologia. Para Orlandi (2006, p. 19), “O sujeito não se apropria da linguagem num momento individual. A forma dessa apropriação é social”. Essa apropriação reflete também o sujeito que reproduz linguagem e que tem a ilusão de ser a fonte original de seu discurso, entretanto, como já foi dito anteriormente, esse sujeito apenas reproduz sentidos e outros discursos preexistentes, já que, segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 170), “os processos discursivos (...) não poderiam ter sua origem no sujeito”, ainda que nele se materializem. Linguagem, sentidos e sujeitos se constituem em “processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente” (ORLANDI, 2005, p. 48). O sujeito é afetado pela língua e pela História, pois depende delas para produzir sentidos. Se não estiver ligado a elas, não se constitui como sujeito, não fala e tampouco pode produzir sentidos. E assim variam as posições de sujeitos; há o sujeito mãe, o sujeito professora, por exemplo, que ocupam lugares diferentes e diferentes formas de falar. Dessas posições-sujeito, nos interessa a forma sujeito-autor para o presente trabalho.

Roque Callage: o sujeito dicionarista

O linguajar falado no sul do Brasil, ou, conforme Roque Callage (1928), “vocabulário gaúcho”, é o objeto que interessa ao autor e que o motivou a escrever a obra *Vocabulário Gaúcho*. Nascido em 1886 e falecido em 1931, o escritor e jornalista santamariense, nesse vocabulário, registrou palavras típicas do linguajar dos gaúchos.

Collectando e registrando, de ha muito tempo, as expressões e os termos que nos pareciam genuinamente riograndeneses, isto é, peculiares ao nosso falar, ao falar ingenuo e simples das populações ruraes, termos não encorporados no trabalho daquelle illustre rio-grandense que tanto amou e honrou as tradições da sua, da nossa terra, só agora resolvemos publicar o presente “Vocabulário”, com o fito unico de deixar reunido o que por ahí fóra existia esparso e ainda não arquivado (CALLAGE, 1928, p.6).

Callage, como sujeito que produziu essa obra, suscita algumas reflexões sobre o significado de sujeito. Para Pêcheux ([1975] 2009), o sujeito não é a origem e fonte de seu dizer, contudo tem a ilusão de ser essa origem do dizer e de poder controlar os sentidos. Percebemos que Callage, ao produzir esse dicionário, assume a posição de autor, assim como a de escritor/dicionarista. Segundo Petri (2009, p. 7), os sujeitos que produzem um dicionário regionalista são, ainda, interpelados “pela especificidade regional que os constitui e ao mesmo tempo os interroga, num empreendimento que poderíamos definir como o desejo do sujeito de controlar os sentidos que lhe escapam”. Ao produzir um dicionário, o sujeito assumiria a posição-sujeito do “guardião da língua”, dessa língua que, de acordo ainda com a autora, é imaginária e fundadora de uma nação imaginária, que separaria “gaúchos” de “não-gaúchos” no interior do grupo social de “brasileiros”.

Ao tomarmos como dispositivo de análise as teorias da enunciação (eu/aqui/agora), compreendemos que Callage é um sujeito que toma a posição *eu*, como sujeito dicionarista, embora ele empregue o pronome *nós* em sua obra, conforme tomamos conhecimento na nota da 1ª edição, quando o autor afirma: “Apresentamos, hoje, ao publico, o nosso modesto ‘Vocabulário Gaúcho’” (CALLAGE, 1928, p. 5). Como o próprio Benveniste (2006, p. 286) elucida, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade na qual cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso”. Poderíamos considerar que Callage também assume a função autor:

Diríamos que o autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem. Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições (ORLANDI, 2006, p.77).

O *aqui* seria o Rio Grande do Sul e o *agora* corresponde ao século XX, mais especificamente o ano de 1928. O *aqui* e *agora* da obra de Callage compõem as condições de produção da mesma: essas condições de produção são compostas por questões geográficas e sociais do Rio Grande do Sul como as fronteiras com Argentina e Uruguai e a influência platina nos vocábulos gaúchos, além do cenário sócio-histórico do Rio Grande do Sul. O estado onde nasceu e viveu o autor da obra que compõe o objeto de pesquisa de nosso trabalho, segundo Oliven (2006), passou por guerras e batalhas internas, e nesse contexto é que se formou a figura do gaúcho como tipo social, cuja figura já foi associada a sentidos negativos e pejorativos, mas que ao longo da história passou a ser sinônimo de homem viril, homem do campo e corajoso. As condições de produção compreendem os sujeitos e a situação. Segundo Orlandi (2005, p. 30), “Podemos considerar as condições de produção em sentido escrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se a consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. Ainda para a autora, as condições de produção constituem os discursos e dependem de certos fatores para funcionar. Um desses fatores é a relação de sentidos, que explica que “não há discurso que não se relacione com outros” (ORLANDI, 2005, p. 39). Esses sentidos resultam de relações, de maneira que todo discurso é sustentado por outro assim como pode apontar dizeres futuros.

Sendo assim, compreendemos que o discurso não pode abarcar um começo absoluto tampouco um ponto final. Pelo viés da enunciação, a partir do dispositivo teórico e analítico *Semântica do acontecimento* (2002), de Eduardo Guimarães, podemos dizer que Callage, além de sujeito dicionarista, é também um sujeito enunciador, e que tem o Rio Grande do Sul como espaço de enunciação. Para Guimarães (2002), é nos espaços de enunciação onde se dá o funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São lugares “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. Além disso, o sujeito enunciador está ligado à história.

Chinas, bruácas e gasguitas: os sentidos dos verbetes selecionados e sua relação com as condições de produção da obra Vocabulario Gaúcho

Sob a perspectiva teórico-metodológica da HIL e da AD, o presente trabalho apresenta reflexões sobre as designações trazidas pelos verbetes *bruáca*, *china* e *gasguita* na obra *Vocabulário Gaúcho*. Em nosso entendimento, a obra de Roque Callage registra “o vocabulário em uso de uma sociedade e a forma pela qual ela usualmente se exprime” (BIDERMAN, 1996, p. 31). Ou seja, a obra registra o modo de falar tão característico que é o modo de falar do gaúcho.

Para analisar os verbetes selecionados, mobilizamos o conceito de *designação* trazido por Eduardo Guimarães em sua obra *Semântica do Acontecimento*. De acordo com o autor, a *designação* é

[...] o que podemos chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p. 9).

Dos verbetes que designam sujeitos nessa obra, percebemos que a maioria designa homens e os que designam mulheres, além de poucos, trazem designações pejorativas e negativas, como é o caso dos três verbetes selecionados para esse trabalho. *Bruáca* designa a “mulher ordinária, deleixada, sem pudôr” (CALLAGE, 1928, p. 30). Já *china* significa a “mulher de índio; mulher de côr morena carregada, mulher publica” (CALLAGE, 1928, p. 42), enquanto *gasguita* “diz-se da rapariga, entrometida desenvolta” (CALLAGE, 1928, p. 62).

Tais designações negativas apresentadas por estes três verbetes nos fazem pensar na questão de condições de produção da época em que a obra analisada foi lançada. Sob a visão de Orlandi (2005), entendemos que o Rio Grande do Sul do século XX é o principal elemento das condições de produção de *Vocabulário Gaúcho*.

O Rio Grande do Sul já foi alvo de disputa entre Portugal e Espanha e, nesse contexto histórico de guerras e disputas, é que foi se formando a figura do gaúcho. “Embora brasileiro, o gaúcho seria muito distinto de outros tipos sociais do país, guardando, às vezes, mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai” (OLIVEN, 2010, p. 15). Os sentidos atribuídos ao termo *gaúcho* nem sempre foram enaltecidos de suas qualidades viris, como aqueles aos quais é normalmente associado (“homem do campo”, “viril” e “destemido”, por exemplo). *Gaúcho*, inicialmente, possuía um sentido negativo, visto que designava o “vagabundo e ladrão de gado” (OLIVEN,

2006, p. 10). O gaúcho era “uma designação que nos remete a um ‘preador’ de gado xucro e ladrão de estâncias” (PETRI, 2008, p. 230), designando, também, vagabundos e contrabandistas de gado.

Após essas designações negativas, o gaúcho passou a ser associado ao peão de estância e guerreiro, associado também à figura do cavaleiro. Para Petri (2009, p. 30), os dicionários regionalistas ajudam a silenciar os sentidos pejorativos que já designaram o gaúcho e a remeter a outra época, ao “imaginário de passado glorioso”. Segundo a autora, atualmente a designação *gaúcho* nos remete “ao homem que está intimamente ligado às coisas da terra, enfim, à atividade da pecuária no Rio Grande do Sul” (PETRI, 2008, p. 230). A virilidade também é uma característica associada ao homem gaúcho. Erico Veríssimo, em sua obra *Rio Grande do Sul, terra e povo* (1969), afirmou que a virilidade era necessária ao gaúcho para poder realizar tarefas como alçar, domar e marcar potros e enfrentar geadas nas madrugadas no inverno.

Após essa reflexão sobre o contexto histórico do Rio Grande do Sul, que compõe as condições de produção de *Vocabulário Gaúcho*, entendemos que no estado se exalta e se dá maior visibilidade à figura masculina, neste caso, o gaúcho, do que para a mulher. Para Brum (2010), tanto as *chinas* quanto as *prendas* representam a submissão da mulher no Rio Grande do Sul. As *prendas* representam o decoro da mulher gaúcha; esse decoro e recato se materializa em suas roupas que devem ser semelhantes às das princesas européias e em sua maquiagem discreta. São regras elementares que a mulher gaúcha deve seguir ao se vestir, caso contrário poderá parecer uma ofensa às regras tradicionalistas. Já ao peão, “é permitida maior liberdade no vestir” (BRUM, 2010, p. 83). Por outro lado, ainda para a autora, as *chinas* representam o oposto da *prenda* por não possuírem as mesmas virtudes.

O sentido pejorativo que o termo passou a adquirir se relaciona à colonização da região. Tal processo ocorreu nos tempos em que os gaúchos errantes apresavam o gado xucro e que também usufruíam das *chinas*, para depois as abandonarem a sua própria sorte (BRUM, 2010, p. 84).

Para garantir sua sobrevivência, as *chinas* seguiam os exércitos e serviam os soldados. Em uma outra posição, com mais recato porém com igual subserviência, as

filhas e esposas dos comandantes dos exércitos viviam “protegidas” nas fazendas e as administravam na ausência dos homens.

Considerações finais

Após analisar a formação da figura do gaúcho, oriunda da construção social e histórica do Rio Grande do Sul, formação essa que compõe as condições de produção de *Vocabulário Gaúcho*, percebemos um ambiente essencialmente dominado por homens, onde a mulher parece ter pouca visibilidade. Tal fato se reflete nas designações pejorativas trazidas pelos verbetes *china*, *bruáca* e *gasguita*. Para Brum (2010), os verbetes *prenda* e *china* apresentam a submissão da mulher nessa época: de um lado, uma mulher virtuosa, do outro, uma mulher que representa exatamente o contrário, mas ambas subservientes ao homem gaúcho.

Assim, percebemos a relação da designação com o real e o histórico, conforme explica Guimarães (2002): os sentidos pejorativos associados aos três verbetes selecionados que designam mulheres têm relação direta com as condições de produção do vocabulário produzido por Roque Callage. Ele, ao desempenhar a função autor e a de sujeito enunciativo, registra em seu vocabulário o modo de falar do gaúcho. Nesse sentido, percebemos que o vocabulário de Callage tem funções semelhantes às dos dicionários regionalistas, que segundo Nunes (2006), ajudam a preservar o modo de falar de certas regiões do Brasil.

Percebemos também, sob a perspectiva da AD e da HIL, que instrumentos linguísticos nos revelam aspectos do contexto sócio-histórico em que foram produzidos. É na língua que podemos ter uma ideia da maneira como as mulheres eram vistas no Rio Grande do Sul do século XX, assim como é na língua e também em instrumentos linguísticos como dicionários e vocabulários que percebemos a diferença de sentidos trazidos pelas designações *gaúcho* e *china*: segundo Brum (2010), enquanto o termo *gaúcho*, depois de carregar sentidos pejorativos como ladrão de gado, passou a ser sinônimo de trabalho e honradez, *china* tornou-se o termo escolhido para designar mulheres de honra duvidosa no Rio Grande do Sul. “Despudoradas”, “desleixadas”, de moral duvidosa, todas essas designações negativas em relação à mulher revelam, através de um linguajar dito gauchesco e cujo registro se dá em um instrumento linguístico, qual

era o lugar da mulher *no* e *do* Rio Grande do Sul na época da produção de *Vocabulário Gaúcho*.

Referências

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5ª Ed, Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BIDERMAN, M. T. C. *O dicionário e o vocabulário da Língua Portuguesa*. Linha D'água, São Paulo, 1996

BRUM, C. K. “Indumentária gaúcha: uma análise etnográfica da pedagogia tradicionalista das pilchas”. In: *Expressões da Cultura Gaúcha*/ org: Ruben George Oliven, Maria Eunice Maciel, Ceres Karam Brum. Santa Maria: UFSM, 2010.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo; SP: Editora ática, 1996.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

_____. “O espaço urbano: a ‘rua’ e o sentido público”. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, p.101-109, 2001.

_____. “Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas”. In: *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008.

OLIVEN, R. G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, RG; Vozes, 2006.

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: ed. UNICAMP, 2009.

PETRI, V. “A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do ‘gaúcho’”. In: *Letras*. Nº 37. P. 227-243. Jul/Dez, 2008.

_____. “Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista”. In: *Línguas e instrumentos linguísticos 29* / Campinas: CNPq - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2012

_____. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*. Santa Maria: UFSM, PPGL Editores, 2010.

PETRI, V.; MEDEIROS, V. “Da Língua Partida: Nomenclatura, Coleção de Vocábulo e Glossários Brasileiros”. In: *Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM*, Santa Maria, n. 46, p. 43-66, 2013. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletas/artigos_r46/artigo_03.pdf>. Acesso em 25set 2017.

SIVERIS, D. *Língua, sujeito e história: implicações da noção de função-autor na produção dicionarística de Caldas Aulete*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Santa Maria, 2013

STURZA, E. R. *Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das ideias linguísticas*. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006a.

_____. *Vocabulário sul-rio-grandense: De Instrumento Linguístico à Constituição de um Discurso Fundador*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 2006b.

VERISSIMO, E. “Um romancista apresenta sua terra”. In: *Rio Grande do Sul, terra e povo*. Porto Alegre; Globo, 1969.

VERDADE E ESCUTA: UM ESTUDO SOBRE VIOLAÇÕES DE ESTADO, REPARAÇÃO, DISCURSO E IDENTIDADE

Letícia Tury Guimarães Nascimento*

Resumo: O presente artigo se propõe a entender os circuitos existentes nos processos de reparação de violações dos direitos humanos no Brasil. Nesse sentido, o objetivo é o de analisar as relações estabelecidas entre reparação discurso, verdade, justiça e identidade, assim como seus desdobramentos na vida das “vítimas”. Como pano de fundo da análise, é utilizada a Clínica do Testemunho durante a atuação da Comissão da Verdade, no intuito de entender as identidades nas quais as “vítimas” se inseriam ao longo do processo de escuta e restauração psíquica. Também foi imprescindível investigar o papel que a “verdade” ocupa no reestabelecimento do tecido não só individual, mas também social.

Palavras chave: Reparação. Identidade. Discurso. Verdade. Justiça.

Abstract: This essay proposes to discuss the structure on the reparation process of human rights violation in Brazil. Our objective is to analyze the relationship between "discourse", "truth", "justice" and "identity" and the impact of these categories on the victims' life. As a background, we also discuss the Testimonial Clinic's function, in the context of the Truth Commission, as an instrument of understanding the identities the victims are put into during the hearing and psychological reparation process. In the end, we observe the role of "truth" in sewing the social tissue, both particular and collective, which configures one of the paper's main themes as well.

Introdução

O presente artigo tem como ponto de partida uma pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos de 2015 e 2017, com bolsa fornecida pela FAPERJ. A pesquisa “Reparação Econômica, Justiça Social e Direitos Humanos: dinâmicas sócio-políticas em torno de indenizações, violências e sofrimentos” teve como objetivo discutir a indenização financeira enquanto um possível instrumento para reparação de direitos violados. Essas violações eram comumente chamadas de “sofrimentos” pelos sujeitos envolvidos na categoria de “vítima”. A pesquisa teve como ponto de partida investigações anteriores acerca de redes de mobilização social, que tiveram suas experiências de sofrimento percebidas como tendo sido causadas, agravadas ou perpetuadas pelo “Estado”. Através de análise documental, trabalho de campo e entrevistas com sujeitos envolvidos na posição de gestores públicos, vítimas ou seus mediadores, a pesquisa teve

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ (PPGFIL - UERJ); bacharel e licenciada em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ (UERJ).

como intuito entender os sentidos sociais das práticas da justiça que envolvem compensações financeiras em episódios nos quais a violação de direitos é vista como irreparável e inesquecível.

O contexto histórico e político sob o qual a pesquisa está alicerçada se remete aos anos 90, quando as políticas de reparação econômica começaram a ser praticadas no Brasil, inspiradas pelos princípios da justiça restaurativa. Nesse âmbito, os danos a serem restaurados são de origens variadas, podendo ser materiais ou morais e tendo como solução a abrangência de reparação financeira assim como pedidos de desculpas, que funcionem como reparação simbólica, no intuito de lembrar os atos de violação e que tem por fim a adoção de medidas que impeçam a repetição do dano.

Procurei compreender como a noção de “violação” é entendida no ambiente jurídico e como ela se iguala ou se diferencia da noção de “dano moral”. A noção de violação é, por vezes, referida a partir de sentimentos, necessidades, expectativas e motivações narradas pelos sujeitos envolvidos nos conflitos. As práticas de justiça reguladas com princípios de direitos humanos concedem espaço idealmente às narrativas de sentimentos, estados, sofrimentos e percepções sobre as próprias necessidades.

A partir dessas investigações, procurarei entender como o discurso sobre os referidos “sofrimentos” atua na construção de identidade das vítimas e como essa identidade produz escuta e atua diante dos processos de reparação.

A primeira parte do artigo busca contextualizar a pesquisa. Posteriormente, passo a discutir a linguagem codificada dos direitos humanos e como essa linguagem atravessa as identidades das vítimas. A terceira parte do artigo é dedicada à categoria de vítima e seus desdobramentos. Por último, mas não menos importante, procuro entender a relação entre discurso, escuta, verdade, justiça e identidade.

O Contexto

Nos últimos anos, as políticas de Direitos Humanos que buscam discutir reparação têm gerado algumas turbulências no contexto em que são inseridas. Como vimos, as práticas jurídicas em que baseiam os processos de reparação recomendam como solução a abrangência da reparação financeira, pedido de desculpas e medidas que impeçam a repetição do dano. Contudo, os efeitos dessas práticas jurídicas afinadas com

os princípios de direitos humanos vêm sendo problematizados, a partir de investigações empíricas como a desenvolvida por Saunders (2008), a respeito da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul. Para a autora, a Comissão da Verdade e Reconciliação teve como objetivo possibilitar a restauração do tecido social e restituir às vítimas sua dignidade. Ainda que a proposta da linguagem dos Direitos Humanos visasse solucionar o sofrimento das vítimas, segundo a autora, seus efeitos foram contrários. Em sua visão, violadores também se apropriaram desse discurso, fazendo com que as experiências individuais das vítimas fossem sacrificadas em nome da “reabilitação coletiva”. Se tais práticas jurídicas tinham como objetivo, além da reparação financeira, um efeito terapêutico, elas falharam no que diz respeito ao segundo processo.

É preciso afirmar, contudo, que o privilégio do espaço destinado às narrativas sobre violações contribui para a centralidade da categoria vítima no cenário político, como vários autores chamam à atenção (Sarti, 2009; Das, 2008; Jimeno, 2010 e Wierviorka, 2003). Esse reconhecimento indica mudanças significativas no tratamento de elementos estruturantes das políticas de reabilitação de direitos humanos.

Uma dimensão delicada deste problema consiste na relação entre reparação econômica, justiça restaurativa e direitos humanos. Os princípios da justiça restaurativa apresentam alguns modelos e possibilidades para resolver conflitos que fazem parte dos casos de indenização. Contudo, as narrativas dos sujeitos que se apresentam na esfera pública como vítimas de violação evidenciam a irreparabilidade diante do sofrimento vivenciado, assim como nos textos elaborados pelas instituições não governamentais de denúncia internacional por violação de direitos, como citado a seguir na declaração da Comissão da Verdade e Reconciliação na África do Sul.

Se quisermos superar o passado e construir uma unidade e reconciliação nacionais, devemos assegurar que aqueles cujos direitos têm sido violados sejam reconhecidos por meio do acesso a formas de indenização e reabilitação. Embora tais medidas nunca poderão devolver a vida aos mortos, tampouco compensar adequadamente as vítimas por sua dor e sofrimento, estas medidas podem e devem representar uma melhora na qualidade de vida das vítimas de violações de direitos humanos, e/ou seus dependentes [...] Sem ter acesso a medidas de indenização e recuperação adequadas, não há que se falar em reabilitação e reconciliação. (TRC Report Apud SAUNDERS, 2008, p. 65)

Uma categoria possível de reparação financeira que compunha o cerne da pesquisa parte dos casos de violação de direitos humanos com repercussão internacional. Nesses casos, sugere-se ao Estado, o “Brasil”, tomar medidas de reparação, entre elas, a indenização financeira. As situações foram classificadas e encaminhadas a CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), e, diante disso, o pagamento das indenizações foi articulado com outras medidas tomadas como reparatórias, como por exemplo, reparações simbólicas, instauradas no âmbito da memória e do discurso, como um pedido de desculpas do Estado. O que se pode notar nos casos acompanhados pela CIDH é que as decisões finais se tornaram parâmetro para outros casos, acordos e demandas. Essas atuações materializam as perspectivas a respeito do funcionamento dos direitos humanos em soluções de conflito onde o “Estado” é o responsável pela violação de direitos. Essa abordagem transfere o problema individual para o âmbito coletivo, fazendo com que seja possível a responsabilização de pessoas, instituições e países.

A pesquisa analisou as propriedades narrativas que emergem dos relatos das vítimas de violações, chamando atenção para a dimensão pública de seus relatos, posto que coletados em eventos nos quais eles/elas eram protagonistas. Essas narrativas foram tomadas como via de acesso para a observação dos sujeitos na política contemporânea. Sua principal forma de construção deve ser encarada como formas socialmente inscritas de habitar o mundo, ao mesmo tempo em que reivindica uma posição de reconhecimento e legitimidade. As narrativas acerca do sofrimento têm o poder de produzir escuta e solidariedade. Isso se dá porque alcançam o espaço simbólico que é compreendido como uma construção da experiência humana, além de ter uma função central na recuperação das vítimas como bem esclarece Minow, especialista em direitos humanos e advogada para membros de minoria:

Para que seja frutífero, o ato de contar a verdade depende, em grande medida, da presença de interlocutores simpáticos [...] O reconhecimento alheio dos danos morais que a vítima alega ter sofrido é um elemento central do processo de reabilitação. (MINOW Apud SAUNDERS, 2008, p. 57)

No Brasil, as políticas de reparação econômica vêm se configurando como política pública em diversos segmentos, com destaque para os campos da segurança

pública, da habitação, mas também da saúde e dos direitos territoriais, em articulação com os princípios e esferas administrativas que operam princípios de direitos humanos e da assistência social. Atualmente, é possível entender que os órgãos pelos quais se pode pleitear à reparação econômica buscam os princípios da justiça restaurativa. O caminho que se deve fazer para acessá-los, como observado, parte da mobilização social, entendida como ações políticas, atos de memória, elaboração de denúncias e reivindicações públicas conduzidas pelas próprias vítimas ou seus familiares.

A reparação financeira concedida nos casos de danos morais que são violações é referida para que a vítima reconstrua sua vida no sentido material, como por exemplo, mudar seu local de moradia, ou pagar por assistência psicológica ou tratamentos médicos, e não para reparar o sofrimento. Procurei entender como a conversão do dinheiro em direto se dá nas situações estudadas, e em como isso implica no reordenamento da vida moral.

A metodologia de pesquisa teve duas frentes principais: pesquisa documental visando à construção de um panorama atual sobre o universo das indenizações, bem como trabalho de campo em eventos organizados pela Comissão Estadual da Verdade, Comissão Estadual da Verdade da Democracia, Comissão de Direitos Humanos da ALERJ e por coletivos como o Movimento de Mães de Acari e Redes de Comunidades e Movimentos contra a violência.

O trabalho de campo levou a compreender que os casos de violência e violação que demandam reparação financeira ganham legitimidade, quando os sentidos atribuídos à violência e à violação são compreendidos como produto de percepções e sentimentos das pessoas que reivindicam para si a identidade de vítima. Isto é, investigamos casos de violação em que as próprias vítimas ou seus familiares identificam seus sofrimentos como violações, e que a partir disso as demandas por reparação financeira podem ser encaminhadas.

A Linguagem dos Direitos Humanos

Como discutido a partir de Saunders, é claro o problema que a linguagem de direitos humanos oferece nos processos de reparação. Além de limitar o discurso das vítimas, também coloca os sujeitos em relações de poder complexas. As relações de poder

foram amplamente discutidas por Foucault, e é a partir dele que gostaria de pensar a linguagem codificada dos direitos humanos como um dispositivo do poder. Para o autor, a relação entre racionalização e os excessos do poder político é evidente, e não deveria ser preciso passar pela burocracia para reconhecer a existência dessas relações. (FOUCAULT, 1995). Foucault analisa a racionalização da sociedade como um processo dividido em vários campos, como o da loucura, da doença, da morte, do crime, entre outros. A análise de Foucault parte da estratégia de usar as formas de resistência contra as formas de poder. Para tanto, ele analisa uma série de oposições colocadas na sociedade e lista uma série de lutas contemporâneas (oposição entre homens e mulheres, pais e filhos, psiquiatra e doente mental, medicina e população, administração e modos de vida das pessoas). Segundo ele, todas essas lutas giram em torno de uma questão: quem somos nós? Elas funcionam como uma recusa do estado de violência econômico e ideológico que ignora quem somos individualmente e como recusa à investigação científica ou administrativa que nos determina.

O que me interessa na argumentação de Foucault é entender de que modo o poder determina nossas identidades. De que maneira as relações de poder implicam num reconhecimento interno dos sujeitos. Isto é, como a linguagem codificada dos direitos humanos atua na identidade das vítimas de violação?

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros tem que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (FOUCAULT, 1995, p. 235)

A estrutura de poder que torna essa mecânica possível é o Estado. Foucault alerta que na maior parte do tempo o Estado é considerado um poder que ignora os indivíduos e apenas se ocupa com interesses da totalidade. O Estado mantém essa estrutura através dos dispositivos de regulamentação e de medidas disciplinares associadas a instituições, como por exemplo, escolas, manicômios, estruturas jurídicas, moda, entre outros. Mesmo que diante de todos esses mecanismos o Estado pareça se ocupar apenas da coletividade, isso não é verdade. Foucault sustenta que o Estado é tanto

individualizante, como totalizador. É isso que vemos com clareza também no texto de Saunders. Ao mesmo tempo em que a TRC tomava os testemunhos individuais, ela também os transformava em “educação para toda nação”. Algo que estava inserido num escopo de subjetividade cumpria uma função social totalizadora.

Saunders analisa a atuação da TRC e informa que os depoimentos prestados passaram por seleções e transformações. O objetivo dos depoimentos era social: funcionar como o principal mecanismo de promoção de uma nova identidade nacional, através de um ritual de catarse para reabilitar o passado. Contudo, apenas parte dos depoimentos (principalmente os casos emblemáticos), foi escolhida para ser objeto de audiência pública e encaminhado para o Comitê de Indenizações. A tradução dos depoimentos para uma linguagem de direitos humanos teve vários impactos: a maioria dos testemunhos não foi divulgada publicamente, alguns depoimentos foram escolhidos em detrimento de outros e experiências individuais foram repartidas em fragmentos sem apresentar qualquer conexão entre si. Essa tradução serviu para rearticular os depoimentos e enquadrá-los dentro do limite do controlável, isto é, dentro da previsibilidade de documentos jurídicos de direitos humanos.

Outro diagnóstico que Saunders apresenta é a conversão compulsória ao discurso jurídico de fatos particulares e do depoimento visceral das vítimas. Os testemunhos, que eram, frequentemente repleto de detalhes significativos para a psique e a memória, foram suprimidos pela racionalidade jurídica e rapidamente transformados em dados estatísticos.

Esses apontamentos nos fazem perceber de que maneira a identidade individual do sujeito passa a ser entendida como coletiva. Ou seja, de que maneira um conjunto de violações cometidas pelo Estado produz não só uma identidade individual (de vítima), mas também coletiva (do “caso emblemático”).

Diante dos trabalhos de campo feitos ao longo da pesquisa, pude notar a dificuldade de encontrar uma definição para o termo “violação”. Em entrevista de setembro de 2015, Marielle Franco, então coordenadora da Comissão de Direitos humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), traz à tona um problema que considero fundamental para a discussão: quando perguntado “o que é violação?”, a resposta da gestora ecoa no silêncio. Nesse sentido, me arrisco a dizer que o silêncio não

está expresso apenas na voz de Marielle, mas de todo o sistema responsável pelos processos de reparação. Este vazio da resposta é extremamente significativo, de modo que, quando a pergunta foi refeita associada às categorizações, a resposta fluiu facilmente: violação é aquilo que está associada a uma categoria jurídica: homicídio, milícia, demanda jurídica entre outros. Podemos, então, entender a partir disso que o conceito nunca vem dissociado de uma categorização que pressupõe uma coletividade. Parece, dessa maneira, ser impossível pensar a violação desvinculada de um processo jurídico categorizador. As “violações” sempre vêm acompanhadas de processos burocráticos. É o mesmo que dizer, um “sofrimento” só é considerado violação se carregar um problema emblemático ou coletivo.

Mais uma vez Foucault parece ter razão: “acho que nunca, na história das sociedades humanas [...], houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização.” (FOUCAULT, 1995, p. 236)

A vítima

De acordo com Paula Lacerda, em seu livro *Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública* (2015), o uso da categoria “Estado” segundo seus interlocutores (familiares de vítimas e lideranças de movimentos que se estruturam a partir do caso dos meninos) evidencia como, algumas vezes, ele é o responsável por deter o uso da força e em outros momentos, por acolher as necessidades dos “cidadãos”.

A multiplicidade de ideias associadas à noção de “Estado”, apesar de causar imprecisão nas abordagens teóricas e analíticas, é uma característica fundamental do processo político de agentes sociais que interagem com setores variados da administração pública. A polissemia que a categoria comporta torna inteligível a afirmação de ativistas de que tal ou qual problema é “dever do Estado”, ou de uma mãe que afirma que o “Estado mata as pessoas”, simbólica ou literalmente. É também essa multiplicidade de sentidos que permite um policial militar dizer que o desaparecimento de pessoas não representariam “um problema de polícia, mas um problema de Estado” (LACERDA, 2015, p. 27).

Outra observação de Lacerda (2015) se direciona à abstração da ideia de Estado e se refere à categoria de “vítimas da violência do Estado”, que podem caracterizar

diversos tipos de episódios, como regimes ditatoriais, o cotidiano das penitenciárias, ações das forças militares, entre outros. A violência é entendida nesse contexto como um conjunto de situações causadoras de sofrimento. As pessoas que se apresentam como “vítimas de violação de direitos” se transformam em sujeitos e potencializam o alcance de suas reivindicações.

Nos parece clara, desse modo, a importância que a categoria de “vítima” alcança nesses contextos de mobilização. Sem ela, é quase como se a dignidade não pudesse ser conferida aos sujeitos pelo Estado, já que a dimensão do reconhecimento identitário, como afirma Roberto Cardoso de Oliveira, (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) é condição para a garantia de direitos. Nesse sentido, é de extrema importância que essa categoria seja compreendida como parte dos processos políticos, inclusive dos que envolvem reabilitação social.

Por outro lado, interessa também compreender qual impacto essa categoria pode ter na vida das “vítimas”. No evento “As Clínicas do Testemunho e a Violência de Estado” que participei na ocasião da pesquisa, os palestrantes, integrantes da Clínica do Testemunho¹³ (psicólogos, psicanalistas e especialistas da área) se referiram aos que até então eram entendidos, em espaços públicos de discussão como esse, como “vítimas”, enquanto “afetados” ou “atingidos”. É interessante notar que as expectativas dos trabalhos realizados pelas Clínicas do Testemunho visam, justamente, retirar as pessoas dessa categoria. A tão conhecida categoria “vítima”, que até aqui parecia auxiliar as pessoas na sua luta por justiça, é deixada de fora da equação elaborada pela Clínica do Testemunho. Nessa visão, a importância que essa categoria parece exercer nas lutas por justiça, precisa ser minorada ou transformada para que “vítimas”, reestabeleçam suas vidas. A ideia é que, depois de passar pelo “tratamento” que a Clínica do Testemunho oferece, as pessoas

¹³ A Clínica do Testemunho, criada em 2013 sob a responsabilidade da Comissão de Anistia é a quarta vertente de um programa de reparação considerado modelo. O programa conta com a reparação econômica, moral (simbólica), coletiva (projetos de memória), e com a Clínica do Testemunho, que tem por objetivo ouvir as pessoas atingidas direta ou indiretamente atingidas pela violência do Estado. Além da atenção terapêutica, o programa procura capacitar profissionais de psicologia para atuar na área de violência institucional. O testemunho funciona como um articulador do tratamento, assim como para falar aquilo que ficou sem lugar de escuta. Ele é o lugar de uma palavra que não pode ser dita, é a quebra do silenciamento pela identificação de experiências. Fonte: *Clínica do Testemunho: A voz contra o medo e a dor*, Rede Brasil Atual, notícia publicada em 18 de agosto de 2014.

se reconheçam como “afetadas” ou “atingidas” no âmbito de suas vidas pessoais, e não mais se reconheçam como “vítimas”.

O trabalho clínico busca retirar as pessoas do lugar de "vítimas", conferindo-lhe o entendimento de que embora tivessem sido “afetadas” por alguma modalidade de violações, são capazes, com auxílio especializado, de reconstruírem suas vidas. Nesse sentido, a troca do termo de “vítimas” por “afetados” ou “atingidos” é também importante no sentido terapêutico, assim como o valor que, num primeiro momento, o termo “vítima” apresenta.

Nesse mesmo evento, a fala de Christian Dunker, do Instituto de Psicologia Clínica da USP, intitulada “O significado da reparação psíquica” (2017), teve como objetivo esclarecer e discutir a noção psicanalítica de reparação. Ele começa sua apresentação falando de dois termos empregados por Freud, o primeiro deles “*wiedergutmachen*”, é utilizado no sentido de “reparação”, e significa “tornar algo bom de novo”. O segundo, “*wiederherstellen*”, que significa pôr-se novamente de pé, ou se reestabelecer. Reparar tem, então, essas duas conotações. Isso nos parece essencial para entender o conceito de reparação psíquica. Mas antes de tudo, precisamos perguntar: O que se repara? O que se torna bom de novo? A resposta mais simples que podemos dar é: a vida. Podemos pensar no sentido de adoecimento. Alguém que tem uma vida, adoece e se reestabelece. Essa concepção psicoterapêutica de reparação envolve certo entendimento do tempo. Podemos entender nossa experiência no tempo como linear, que tem paradas e continuações. Tem o sentido de resiliência, termo utilizado nos últimos anos em discussões antropológicas, como conceito relacionado à definição dada pela psicologia. Aquilo que foi ofendido e atacado é o que deve ser reparado. O que há é a perda da experiência. A transformação do passado é retirada. Quando perdemos o passado, perdemos também o futuro e a possibilidade de fazer histórias. A perda se estabelece numa linearidade tênue, entre fazer história, o presente, e a capacidade de inventar futuros.

Diante disso, na psicanálise há dois modelos para se pensar em reparação: (1) o luto, que envolve a reconstrução do passado perdido e a lembrança que dele se tem, e (2), que se refere ao modelo do trauma, que apresenta desdobramentos no futuro. A atividade psíquica que se convoca nesse caso é o ato. A reparação do trauma depende de

atos que reinventam e reconstroem a relação com o futuro. Mas como saber que houve a reparação? Segundo Melanie Klein, autora citada por Dunker em sua apresentação, a reparação se dá quando o retorno à capacidade de amar é estabelecido. Isto significa se relacionar com o outro, ter a sensação de segurança, bem-estar e a capacidade de ser grato. Amar também é fazer a conexão entre o passado e o futuro, transformar um encontro contingente com o outro num encontro necessário. Nas palavras de Christian Dunker:

“A gente pode se apaixonar por qualquer um, certo? Então o fato de que eu me apaixonei por esse, ou por essa ou por outro é totalmente contingente, mas depois que acontece não é mais. Depois que ela se dá, toda história se reconstitui, todo nosso passado se reescreve, por isso que a gente gosta tanto desse mito de que ‘ah, estávamos prometidos um pro outro’. Essa ideia de que estava tudo convergindo para esse momento cósmico em que nossas almas se enlaçaram é um mito mais ou menos neurótico, mas que fala da ideia de que quando a gente ama, a gente consegue reinventar o passado e criar novos futuros. E essa ideia é essencial para o conceito que eu quero trazer, envolvendo então uma certa repetição que está contida no conceito de reparação. E aqui o problema: para que isso se dê, é preciso de alguma forma perder de novo, é isso que a gente fala. Aquela perda que foi imposta do ponto de vista do outro, eu a torno minha, e quando eu a torno minha e eu conto isso para o outro, eu perco de novo. Assim como em relação ao trauma, é preciso de alguma maneira, repeti-lo num ato com o outro de tal maneira que ela se torne historicizável e que se torne apto para um novo futuro.”¹⁴

Todo processo psicanalítico de reparação envolve uma gramática, uma lógica, cujo centro é o reconhecimento. Por que é tão difícil fazer o luto? Fazer o luto é ter o trabalho de reconhecer o que foi perdido. Da mesma maneira, segundo essa argumentação, é preciso reconhecer o trauma.

Podemos concluir dessa discussão levantada por Dunker, três premissas básicas: (1) o Estado promove uma lógica de (re)traumatização e impactos a longo prazo; (2) a reparação depende do reconhecimento; (3) o Estado só consegue reparar a partir de um determinado sistema que o constitui enquanto Estado, composto de um conjunto de instituições e leis.

Segundo ele, justiça e liberdade estão em jogo no processo de reparação. Do ponto de vista da liberdade, o sentimento de vergonha impede a reparação, pois não

¹⁴ Registro do trabalho de campo.

reconhece a liberdade. Assim como do ponto de vista da justiça, a culpa é um obstáculo à reparação. É preciso culpar, pois a experiência da culpa reconhece o outro, reconhece e tipifica o crime e subjetiva o ocorrido. Contudo, reparar não é culpar. Reparar é ir além da culpa e da vergonha.

Não é possível reestabelecer a si mesmo quando se culpa o outro. Deixo claro que meu objetivo aqui não é retirar a responsabilidade do Estado diante dos casos de violações, mas sim o de entender como as reparações psíquicas são ou não possíveis diante do sentimento de culpa que se coloca no Estado, enquanto outro. Dunker parece defender a tese de que não se repara através da culpa. Nos encontramos diante de uma questão delicada, pois ela trata de sofrimentos e violências cometidas por um Estado que deveria nos garantir direitos. É quase impossível pensar reparação (de uma maneira geral, como é recomendada pelos órgãos internacionais, estruturadas nas quatro vias: financeira, simbólica, coletiva e psíquica), sem pensar em acusar um culpado. A maneira de “fazer justiça” como conhecemos hoje nos obriga a “culpar” alguém. Contudo, essa culpa impede a *reparação*, o reestabelecimento da vida, nos moldes que Dunker propõe.

Essa problemática nos leva a imaginar que a condução das políticas de reparação, não repara de fato a vida das “vítimas”, “afetados” ou “atingidos”. A intenção não parece ser a de reparar, mas a de achar um “culpado”. A ideia de “fazer justiça” é sempre associada a uma acusação. Contudo, na visão de Dunker, “fazer justiça” não é reparar. Nesse sentido, a lógica da acusação não funciona quando é preciso “reparar”.

Ponto aqui uma reflexão acerca do modo de operação da psicanálise, que é culturalmente determinada. É nesse sentido que a antropologia tem fortes críticas à psicanálise. A categoria de “vítima”, já discutida, é vista pela antropologia como, não só necessária a luta, mas também como forma de reconhecimento dos indivíduos e como esses sentimentos são atribuídos a culpa. De outra maneira, a psicanálise faz justamente o contrário, pois, procura, ao invés de entender os porquês do reconhecimento como vítimas, tenta conduzir as pessoas para fora dessa categoria. A maneira como essa reparação psíquica se dá, visa trabalhar o dano psicológico e subjetivo, e não atuam sobre o ente causador das violações. Essa atuação entra em conflito com as outras formas de reparação. De um lado, é preciso culpar o Estado de maneira jurídica, se reconhecendo

como “vítima”, e de outro, se reconhecer como “afetado” ou “atingido” para que a reparação psíquica aconteça (nos moldes da política de reparação psicanalítica).

Outro problema advindo dessa problemática “culpa/vergonha”, é que o Estado só conhece traços de identidade. Isto é, se liga a indivíduos. Para conseguir certo reconhecimento do Estado, precisamos nos individualizar. Juridicamente, o Estado reconhece indivíduos. Mesmo que ele reconheça grupos, esses grupos compartilham identidades. É sob esse aspecto que entendo os traços de identidade a que ele se refere. Diante disso, noção de justiça se mostra bastante característica. Fabiano Lemos, certamente, define a como “aquilo que se constituiu dentro de um quadro identitário que opera, historicamente, muitas exclusões” (LEMOS, 2018). Não é possível, desse modo, que o Estado não reconheça traços de identidade. É preciso que a “vítima”, ou “afetado”, se reconheça como tal diante do aparato da justiça. Em outro momento, notei essa relação em trabalho de campo, ao assistir a fala de uma mãe sobre dignidade.

Era a comemoração dos 25 anos das mães de Acari, movimento que surgiu após o crime que ficou mundialmente conhecido como chacina de Acari, onde onze jovens sofreram desaparecimento forçado no Rio de Janeiro. 25 anos depois, os corpos não foram localizados nem os responsáveis foram levados à justiça. Fica evidente a revolta de Mônica, integrante do movimento mães de Acari, que perdeu o filho, autor de ato infracional e não foi levado a medidas sócio educativas, morto aos 20 anos de idade.

Então assim, gente, todas aqui contaram suas mágoas, suas mazelas, porque é isso aí mesmo que tá na pauta, que Débora, que todas falaram. Nós estamos mutiladas pro resto da vida, não temos mais. As datas todas comemorativas vão continuar existindo: aniversário, natal, ano novo, dia das mães, dia das crianças, qualquer comemoração na escola, isso tudo a gente lembra porque esses meninos saíram das nossas entranhas, nós criamos, nós demos amor, nós botamos fralda, enterramos. E tem gente que ainda não enterrou, como o caso da Eunice que tá aí, coitada. Então assim, a gente vai ficar... Detalhe: Olha a cor de todas nós que perdemos filhos e que estamos sofrendo. Todas nós somos negras. Pode não ter uma ou outra com a melanina um pouco mais escura, mas todas nós somos negras! Não vamos fazer a discussão do racismo nesse mundo? Nesse país, nesse estado? Diante de um genocídio desse? Pra todos nós? Eles não mataram só os nossos filhos não! Eles mataram a gente também! [...] Tão matando aos poucos, cada dia a gente vai um pouquinho.

A busca pelo reconhecimento da dignidade se dá a todo instante. A questão que nos aparece é: Por que se faz necessário entender dignidade para compreender ou definir o que é violação? Porque é necessário dizer que “a vítima não era envolvida com o tráfico”? Como a identidade e o discurso produz o que chamamos de dignidade?

Podemos perceber que o que define violação está intimamente ligado à definição de dignidade. Reconhecer como vítima e dar assistência psicológica às vítimas da ditadura militar no Brasil, por exemplo é, no fundo, reconhecer a dignidade que não foi reconhecida no ato da violação. Reconhecer e se solidarizar com a mobilização das mães de Acari é reconhecer a dignidade das vítimas e das mães, há 25 anos não reconhecida pelo Estado.

De acordo com Dunker, os processos de reparação poderiam evoluir para outro tipo de relação com o Estado, de maneira menos judicialista, que pudessem reconhecer e transformar a violência de Estado numa espécie de função de cura, que ultrapasse a função jurídica, econômica, cultural e estética, exercendo uma função de transversalidade de modo a desequilibrar essa lógica produtora de identidades/individualidades. Tendo em vista que “reparar não é culpar”, os processos de reparação deveriam ser estruturados menos em posições de acusação e mais em projetos de “cura”, do reestabelecimento da vida. Essa proposta, contudo, não deve retirar do Estado, a culpa pelas violações que comete, mas, ir além, e construir uma nova relação com ele, que não esteja pautada na lógica da acusação, mas também na do reestabelecimento.

Verdade e Escuta

Um último esforço que gostaria de fazer neste texto é entender como as identidades produzidas nesse processo através dos dispositivos de poder produzem um discurso – e uma escuta – que pode ou não estabelecer e fazer reconhecer a luta por direitos. Diante disso, precisamos entender a dimensão que o discurso tem no processo identitário. Podemos procurar responder, a duas questões: a) se o discurso tem como objetivo produzir algo, o que ele produz? E b) O que está envolvido entre o discurso e o real?

Em “O perdão, a verdade e a reconciliação: qual o gênero?”, Derrida explora, assim como Saunders, os problemas surgidos a partir da Comissão da Verdade e

Reconciliação na África do Sul. Com uma abordagem diferente da de Saunders, Derrida explora os desdobramentos do discurso. Ele lembra que o temível problema do testemunho fez com que os africanos descobrissem que a relação entre a verdade e a reconciliação era muito mais complexa do que imaginavam, e que a “verdade” podia tanto favorecer quanto desencorajar a “reconciliação”.

Derrida entende que através dessa lógica, está subscrito um teatro perante a uma corte, e ainda não se sabe se a questão foi decidida e nem quem julgará. Ainda mais, não é certo que o perdão ainda diga respeito a uma lógica do julgamento. O filósofo também comenta o modo como a TRC tratou os testemunhos como forma de terapia nacional. Ele diz que há aqueles que sustentam, na mesma lógica da saúde, e conseqüentemente da identidade a ser restaurada, a indenização, a condenação dos culpados e o dever da memória, é a melhor terapia para o corpo social ou nacional contra os efeitos do recalque.

Em determinado momento do texto, Derrida cita um discurso de Nelson Mandela onde ele afirma que acreditava que sua missão era pregar a reconciliação, e afirmava que os sul-africanos deveriam agora se unir em torno da ideia do “somos um único país, uma única nação e um único povo caminhando juntos em direção ao futuro”. (DERRIDA, 2005, p. 61). Segundo o autor:

Esses cálculos estratégicos e político-terapêuticos estão emaranhados com o princípio absoluto e incondicional de liberdade. Mas isso não impede que o apelo a reconciliação pretenda sempre se inspirar num ideal transcendente, em confronto com todas essas hipóteses condicionais. Essa passagem ao incondicional foi, se escutarmos o próprio Mandela, sua experiência e o lugar onde sua vida, assim como sua autobiografia, enfrenta todos os sofrimentos de um combate pela liberação de seu povo, do povo oprimido, encetaram de antemão o processo de reconciliação. O sofrimento mesmo lhe possibilitava compreender que o inimigo, o opressor branco, era também vítima, também subjugado, também obscuramente privado da mesma liberdade. A história do relato autobiográfico era exigida pelo sofrimento que passou, pelo cativo de 27 anos, pelo que é preciso chamar de martírio de Mandela. (DERRIDA, 2005, p. 61)

Derrida reforça a ideia de martírio, pois associa-o a linguagem do testemunhal (autobiográfica) que é imediatamente entregue ao espaço mundial. A destinação do testemunho é universal e torna-se discurso. O endereçamento ao outro é a transição de uma figura particular numa causa universal.

Como então encarar o discurso e a linguagem do testemunho diante desse contexto? Como vimos no caso dos movimentos de mães, o discurso sobre seus filhos exerce a função de conferir a dignidade negada pelo Estado, e se desdobra pela luta por justiça. Pode-se, através desse caminho imaginar que o discurso então, promove uma identidade que necessariamente a vítima ou seus familiares deve carregar ao longo dos processos de reparação.

A segunda questão (o que está envolvido entre o discurso e o real?) é mais complexa e não se esgota nesse texto. Por meio da apresentação de Derrida, podemos pensar que a verdade do discurso é posterior ao próprio discurso. Quando o autor nos diz que os africanos descobriram que a questão da verdade era mais complexa do que imaginaram, o que está em jogo, é, então, a verdade do discurso, que pode ou não auxiliar o processo de reparação. Nesse sentido, a verdade do discurso é completamente determinada por quem o escuta. Portanto, o que está envolvido entre o discurso e o real é, não só o interlocutor, mas também todo um cenário no qual o discurso se produz. Há um interlocutor, aquele que discursa e tudo o que se coloca ao redor disto.

Perspectivas Finais

A partir do viés prático e institucional dos mecanismos de governo, as conclusões a que cheguei é a de que “importar” modelos de políticas públicas de direitos humanos, como recomendações internacionais, parecem não funcionar, pois podem não se adequar às realidades vividas. Da mesma maneira, engessar um modelo de reparação a todos os casos não resolve os conflitos gerados a partir das violações.

Foi possível constatar que as políticas de reparação adotadas pelo Brasil são quase sempre ineficazes. Se, por um lado, a reparação financeira é garantida, isso se deve a um longo processo que envolve outras dores e sofrimentos necessários para lidar com o sistema judiciário, onde a reparação psíquica não tem vez. Isto significa dizer que, o que na verdade deveria ser garantido dentro da lógica dessas políticas, ocorre sob forma de indenização, e sob nenhum aspecto essa *indenização* tem a intenção de *reparar*.

Depois de entender os circuitos aqui descritos, é possível afirmar que toda dor envolve um questionamento da relação do indivíduo com o mundo. Em primeiro lugar, as relações institucionais que se colocam entre o trauma e o indivíduo, em segundo lugar

a imposição de uma linguagem, em terceiro lugar, uma identidade que lhe é conferida e em quarto lugar, está a complexidade de todas essas relações: a instituição, a linguagem, a identidade, o discurso, a escuta, a verdade e a justiça.

Nesse sentido, a tarefa de entender, e, mais profundamente, resolver esses dilemas se mostra árdua, e aparentemente, improvável. As soluções apresentadas por Christian Dunker pressupõem uma “boa vontade” institucional do Estado e ainda colocam outros problemas relativos à psicanálise.

Desse modo, nos resta a contínua tarefa filosófica, que se mostra tão “útil” e necessária diante dessas perspectivas: a reflexão desses problemas, no intuito, não só de entendê-los, mas também de torná-los claros aos olhos de quem se nega a enxergar.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Desirée de Lemos, “*A única luta que se perde é aquela que se abandona*”; *Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Campinas, SP: [s.n.], 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto: “Os (Des)Caminhos da identidade”. Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15 no 42 fevereiro/2000.

JIMENO, Mirian. *Emoções e Política: a vítima e a construção de comunidades emocionais*. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, 16 (1), 2010. Pp. 99-121.

DERRIDA, Jacques. “O perdão, a verdade e a reconciliação: qual o gênero” Em *Pensar a Desconstrução*. Evandro Nascimento (org.) –Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 2005

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In P. RABINOW e H. DREYFUS, Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

LACERDA, Paula Mendes. *Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública*/ Paula Mendes Lacerda. – 1ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LACERDA, Paula. *Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e por educação*/ organização Paula Lacerda. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

LEMO, Fabiano. “Julho de 2013”. em *Revista Eletrônica Oficina Irritada*, 2018. Acessado em: 30 de abril de 2019. Disponível em: <http://oficinairritadarevista.blogspot.com/2018/12/julho-de-2013.html>

MINOW, M. The Hope for Healing: What can Truth Commissions Do?. In: ROTBERG,

R.I & THOMPSON, D. (ed.). *Truth v. Justice: The Morality of Truth Commissions*. Princeton, 2000.

MINOW, M. *Between Vengeance and Forgiveness: Facing History after Genocide and Mass Violence*. Boston: Beacon Press, 1998.

SARTI, Cynthia. *A vítima como figura contemporânea*. *Caderno CRH*, vol. 24, n. 61, Salvador jan/abril, 2011, pp. 51-61.

SAUNDERS, Rebecca. *Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação na África do Sul*. *Sur-Ver. Int. Direitos Humanos*. São Paulo, v.5, n. 9. Dec, 2008. Pp. 52-75.

SCHUCH, Patrice. “Tecnologias da não-violência e modernização da justiça no Brasil: o caso da justiça restaurativa”. Em *Civitas*. Porto Alegre, v.8, n.3, set-dez. 2008. Pp. 498-520.

WIEVIORKA, Michel. “L’emergence des victimes”. *Sphera Publica*. Em *Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*. Número 3 (2003), Murcia. Pp. 19-38.

SEÇÃO LIVRE

A GESTÃO DOS CORPOS SAUDÁVEIS NA SOCIEDADE DE CONTROLE

Ramísio Vieira de Souza*

Janielly Santos de Vasconcelos Viana**

Resumo: Este artigo está inserido no campo do saber da Análise do Discurso (AD) francesa. Baseamos-nos, principalmente, em estudos sobre a normatividade do corpo de Foucault. O objetivo principal é analisar a biopolítica para a alimentação saudável em campanha da organização *Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável* veiculada pela mídia. Selecionamos como objetivos específicos: verificar técnicas do biopoder para o corpo saudável; identificar os saberes da biopolítica para a alimentação saudável e apresentar os dispositivos que a regulamentam na sociedade. Nosso *corpus* é formado por um vídeo de 30 segundos, dessa organização, postado em seu canal no *youtube*. Usamos alguns conceitos presentes nas obras de Foucault, como biopoder, biopolítica, governamentalidade e cuidado de si. Teoricamente, no ancoramos principalmente em estudiosos da Análise do Discurso francesa: Foucault (1978; 1984), Baracuhy e Pereira (2013; 2012), Souza (2012), Júnior (2015) e Portocarrero (2008).

Palavras chave: Biopolítica. Corpos saudáveis. Alimentação saudável. Dispositivos.

Abstract: This article is part of the French Discourse Analysis (AD) field of knowledge. We are mainly based on studies on the normativity of the Foucault body. The main objective is to analyze the biopolitics for healthy eating in the campaign of the Alliance for Healthy and Adequate Food media. We selected as specific objectives: verify biopower techniques for the healthy body; identify the knowledges of biopolitics for healthy eating and present the devices that regulate it in society. Our corpus is formed by a video of 30 seconds of this organization, posted on your channel on youtube. We use some concepts present in Foucault's works, such as biopower, biopolitics, governmentality and self-care. We base ourselves mainly on scholars of the French Discourse Analysis: Foucault (1978- 1984); Baracuhy and Pereira (2013/2014), Souza (2012), Junior (2015) and Portocarrero (2008).

Keywords: Biopolitics. Healthy bodies. Healthy eating. Devices.

*Mestre e Doutorando em Linguística. Universidade Federal da Paraíba-UFPB; Programa de Pós-graduação em Linguística- PROLING. Grupo de Pesquisa em Linguagem, Enunciação e Interação- GPLEI/CNPQ. E-mail: v.ramisiomestrando@gmail.com

**Mestre e Doutorando em Linguística. Universidade Federal da Paraíba- UFPB; Programa de Pós-graduação em Linguística- PROLING. Grupo de Pesquisa em Linguagem, Enunciação e Interação- GPLEI/CNPQ. E- mail: janiellygirl@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa é um campo do saber que investiga a linguagem em sua materialidade, isto é, como ela altera e regula as relações humanas na sociedade. Preocupa-se principalmente com o material linguístico e os discursos que são construídos e distribuídos socialmente, o que eles dizem dos sujeitos falantes da língua, história e condições de produção de uma época.

Este artigo está vinculado a essa linha de pesquisa, pois tomamos como base da análise concepções foucaultianas relacionadas ao corpo e sua normatividade, biopoder, biopolítica, governamentalidade e o cuidado de si¹⁵.

O interesse pelo tema é justificado pela relevância da pesquisa para os estudos linguísticos em AD que se preocupam com o corpo e a normatividade que o gere socialmente, como também por constituir um campo de investigação recente na área de Linguística, apesar de verificarmos a existência de alguns artigos que tocam nessa temática, entre eles: *A biopolítica dos corpos na sociedade de controle* (BARACUHY e PEREIRA, 2013) e *A biopolítica da mídia para o “corpo-velho”: a estatística da vida na produção de identidades* de (BARACUHY e MONTEIRO, 2014), que apresentam uma contribuição relevante aos estudos da AD, no tocante à normatividade e biopolítica do corpo na sociedade de controle.

O tema do estudo é a biopolítica do corpo saudável em campanha da *Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável*, veiculada pela mídia. Objetivamos analisar a biopolítica para a alimentação saudável nessa campanha midiaticizada. Para isso, também selecionamos como objetivos específicos: verificar técnicas do biopoder para o corpo saudável; identificar os saberes da biopolítica para alimentação saudável e apresentar os dispositivos que a regulamenta na sociedade.

O *corpus* é formado por um vídeo de 30 segundos da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, postado em seu canal no *youtube*. Faremos um gesto de interpretação dos enunciados veiculados na mensagem à população. Para isso, iremos utilizar a tecla *print screen* do computador para capturar as partes relevantes à análise e a

¹⁵ Ele surge a partir dos estudos realizados na disciplina Tópicos em Análise do Discurso I, ministrada pela professora Regina Baracuhy, na Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING- UFPB), no primeiro semestre de 2018.

transcrição do áudio de alguns trechos que interessam ao estudo, descrevendo e interpretando os enunciados do vídeo. Usaremos alguns conceitos presentes nas obras de Foucault, como biopoder, biopolítica, governamentalidade e cuidado de si.

Esta pesquisa tem uma abordagem de natureza qualitativo- interpretativista, pois descrevemos, analisamos e interpretamos os dados com a finalidade de atingirmos o objetivo principal e chegarmos aos resultados. Estamos ancorados em alguns estudiosos: Foucault (1978, 1984), Baracuhy e Pereira (2013, 2012), Souza (2012), Júnior (2015) e Portocarrero (2008). Esperamos que os resultados do estudo possam contribuir com as pesquisas em AD e outras áreas que se interessam pelo estudo do corpo saudável na mídia.

RELAÇÕES DE BIOPODER, BIOPOLÍTICA E CORPO SAÚDAVEL EM FOUCAULT

Foucault tinha grande interesse pelas formas de controle exercidas pelas instituições sociais. Suas pesquisas levaram a abordagens inovadoras sobre essa temática. Ele analisou os processos disciplinares adotados em instituições sociais, como escolas, prisões e hospícios e verificou como elas faziam para controlar as pessoas afastadas da sociedade por meio de padrões de condutas considerados anormais.

Desde o Iluminismo, o conceito de homem em que se baseava as ciências humanas e naturais apresentava a coexistência de um papel de objeto, aquele submetido à ação da natureza, e de sujeito, o que é capaz de modificar o mundo. Foucault não acreditava nessa convivência, porque entendia que a noção de homem estava vinculada a sistemas limitados historicamente, existiam apenas sujeitos que variavam em tempo e lugar dependendo de suas interações.

Ressaltou que o conceito de homem como objeto foi importante para o surgimento e manutenção da idade moderna, submetida à ação externa mentes e corpos humanos podiam ser moldados por diversas instituições sociais. Ao mesmo tempo em que se firmava várias instituições de proteção e assistência aos cidadãos, como família, hospitais, escola e prisões, nelas também se inseriam mecanismos de controle baseados na ameaça e punição, conforme Foucault (1999). A esses mecanismos, o filósofo denominou de tecnologia política que tinham o poder de controlar tempo, espaço e informações por meio de um elemento unificador hierárquico.

O destaque de suas análises acontece principalmente na área de educação e influencia outras pesquisas no mundo. Ao estudar o papel da escola e das ideias pedagógicas na modernidade, Foucault encontrou-se com ações de vigilância e adestramento do corpo e da mente, isto é, formas de exercer o poder e produzir um determinado tipo de sociedade. “Para Foucault o corpo é a peça central sem a qual o poder não tem condições de ser exercido” (BARACUHY; PEREIRA, 2013, p.318).

Assim, as escolas, quartéis e prisões eram percebidas por ele como espaços disciplinadores que se incidiam sobre a vida. Os indivíduos considerados anormais eram retirados do espaço social e internados em hospícios e prisões para mudar sua conduta e disciplinar o seu comportamento por meio de uma série de dispositivos regulamentadores.

Conforme Foucault (1999), a disciplina era um sistema de dominação e controle com a finalidade de excluir e domesticar os comportamentos diferentes dos considerados normais ao verdadeiro da época. Para explicar esse processo, na obra *Vigiar e Punir* (1975), ele apresenta o *Panoptikon*¹⁶, modelo arquitetônico idealizado pelo inglês Jeremy Bentham, que é um dispositivo de vigilância ininterrupto e invisível que vigia os prisioneiros sem que eles saibam quando, quem e como estão sendo vigiados. Esse poder disciplinador permitia classificar, qualificar e punir.

Hardt e Negri (2001, p. 42) afirmam que “[...] a obra de Foucault permite reconhecer uma transição histórica, de época, nas formas sociais da *sociedade disciplinar* para a *sociedade de controle*”. Esses autores apresentam a sociedade disciplinar como “[...] uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas”. Por sociedade de controle compreendem os mecanismos de comando democráticos, imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. O poder passa a ser exercido por “[...] máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) [...]”. (HARDT E NEGRI, 2001, p. 42)

¹⁶ “O Panóptico era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel dividia-se em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior.” Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/sociedade%20disciplinar/Pan%C3%B3ptico.htm>. Acesso em 23 de julho de 2017.

O controle se estende para fora das instituições sociais por meio de redes flexíveis e flutuantes. Todo o corpo social é envolvido pela máquina social e desenvolvido em sua virtualidade. Outro paradigma de poder, presente na obra de Foucault, é o biopoder, isto é, “[...] a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando”. (HARDT E NEGRI, 2001, p. 43) Esse poder administra a vida, tornando-a “objeto de poder”, levando-a a produção e a reprodução dela na sociedade.

Nessa dinâmica do poder, na sociedade de controle, há o nascimento da biopolítica com o objetivo de governar os indivíduos e a população por meio de procedimentos disciplinares tecnológicos que são mais sutis e invisíveis à administração dos corpos. Essa tecnologia do poder proporciona a governabilidade da população com foco na gestão da força de trabalho para gerar o lucro na sociedade capitalista.

Então, assume um papel importante, o saber- poder da medicina com procedimentos científicos que agem sobre a população e conseqüentemente o corpo, disciplinando-o e regulamentando-o. O governo de si e dos outros tem como finalidade uma vida mais saudável, longa e produtiva. Para isso, os governos investem na divulgação dos saberes da ciência e das novas tecnologias com a finalidade de melhorar e prolongar a vida da população.

O saber da medicina assume um domínio sobre o indivíduo, assim como a higiene, para mantê-lo mais vivo, porque a falta de cuidado com o corpo diminui a longevidade da vida. A biopolítica é importante porque ela vai controlar o tempo de vida por meio de mecanismo de segurança, exigindo-a de maneira a manter o indivíduo vivo por mais tempo. Para isso, o saber das ciências médicas é importante nesse processo dominador, porque ele controla o organismo e o biológico.

Foucault, a partir do século XIX, por meio da arqueologia do saber, afirmou que as ciências biológicas se articulam com outros saberes e práticas (pedagógicas, militares, médicas, industriais, por exemplo) com o propósito de incidir na vida da população. Esses saberes/poderes, que regulamentam e gerem a vida dos indivíduos, constituem a formação de uma biopolítica.

Ela é o poder centrado nos mecanismos que agem sobre os corpos e os processos biológicos não somente dos indivíduos, mas de todos os viventes em população. A

biopolítica, por meio dos poderes locais, ocupa-se de gerir a saúde, higiene, alimentação, sexualidade, natalidade, entre outros, à medida que esses fatores se tornam uma preocupação política.

Hardt e Negri (2001) ressaltam que a esfera biopolítica leva a vida a trabalhar para a produção e essa é levada a trabalhar para aquela. Eles enfatizam a importância da comunicação no movimento de globalização por multiplicar e estruturar as interconexões por meio de redes, como também da linguagem por ser responsável pela produção de mercadorias e por criar a subjetividade.

Em meadas dos anos 80, Foucault apresenta a temática do cuidado de si ligado à noção de governamentalidade, isto é, a partir do governo de si torna possível a relação com o outro (governo do outro). A expressão cuidado de si retoma a noção de *epimeleia*, isto é, um conjunto de experiências e técnicas que o sujeito elabora com a finalidade de transformar a si mesmo. Conforme Portocarrero (2008, p. 423),

contrariamente aos outros interditos, os interditos sexuais são sempre ligados à obrigação de o sujeito dizer a verdade sobre si mesmo. Ele desenvolve essa questão privilegiando a pesquisa dos modos de relação consigo, a partir da hipótese de que a reflexão ética na antiguidade greco-romana foi dominada pelo tema da prática e si, em que os homens se governam a si mesmo e aos outros pela produção de verdade.

O cuidado de si está relacionado com o verdadeiro de uma época. Na antiguidade greco-romana foi denominado pelo tema da prática de si, que consistia no governo de si e dos outros através da produção da verdade. Segundo Portocarrero (2008, p. 424), “a relação da subjetividade com a verdade é buscada não no interior do conhecimento, como na tradição filosófico- científica, mas na história”.

Foucault, ao traçar a história de como os homens elaboram um saber sobre si mesmo, investiga, por exemplo, as técnicas de poder, que determinam a conduta dos indivíduos que são submetidos a certas dominações que os tornam objeto de poder e saber, e as técnicas de si que permitem ao homem, por meio do outro, executar operações sobre o corpo, prazer, pensamento, conduta, modo de ser e transformar, com o objetivo de alcançar um estado de felicidade.

As ideias de Foucault sobre biopoder, biopolítica e cuidado de si são atuais e fazem enxergar a sociedade que vivemos com um olhar mais transparente em relação a

todo o controle exercido sobre a vida da população. O corpo saudável é aquele que é gerido e regulamentado pelas ações do poder/saber que fazem parte de uma gestão da vida longa e produtiva da população.

Nesse sentido, a mídia tem o poder de transmitir o controle sobre os corpos por meio de técnicas exercidas pelo biopoder. O poder é exercido nas crianças por meio de dispositivos de controle que geram suas vidas com o objetivo de prolongá-la, tornando-a saudável e produtiva para consumir e gerar lucro na sociedade capitalista. A mídia, por meio de campanhas, redes sociais, revistas, por exemplo, criam um efeito de verdade sobre o corpo, normatizando-o e excluindo aqueles que não se encontram conforme a verdade presente em suas políticas para o corpo saudável e magro, livre de alimentos que ocasionem a obesidade, doenças e levem à morte.

Toda essa política para o corpo saudável produz uma série de regras e normas a serem seguidas, isto é, mecanismos, baseados na ciência e na tecnologia, que ditam o que o homem pode ou não ingerir e praticar para manter o corpo saudável. Há uma política voltada diretamente para o público infantil com o objetivo de administrar a alimentação das crianças desde cedo para que, no futuro, não venham a adquirir a obesidade ou doenças que impossibilitem de produzir e consumir.

A GESTÃO PARA A VIDA SAUDÁVEL NA SOCIEDADE DE CONTROLE

Na sociedade que vivemos a exigência pelo corpo saudável, perfeito, higienizado é uma realidade constante que persegue a todos. No mundo globalizado, o acesso à informação é imediato, porque a mídia exerce o poder de controlar as mentes e dizer o que pode fazer ou não na vida. Esse controle é exercido de maneira que os sujeitos não percebam, através de especialistas e dados estatísticos veiculados pelos meios de comunicação que indicam aspectos negativos sobre o corpo e potencializam os positivos, utilizando-se das técnicas de biopoder. A positividade do corpo saudável gera o prolongamento da vida, produtividade e consumo na sociedade.

O poder, conforme Foucault (2005), controla acidentes, eventualidades, deficiências da vida com a finalidade de aumentá-la, isto é, fazer viver para continuar produzindo e consumindo por mais tempo. Essa governamentalidade para que o sujeito

tenha uma vida melhor, saudável e longa, é fruto da biopolítica que preza pela produtividade do corpo socialmente.

O vídeo que constitui o *corpus* deste estudo foi postado no *site* e página do *youtube* da *Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável*

organizações da sociedade civil de interesse público, profissionais, associações e movimentos sociais com objetivo de desenvolver e fortalecer ações coletivas que contribuam com a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada por meio do avanço em políticas públicas para a garantia da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar no Brasil. (Disponível em <http://alimentacaosaudavel.org.br/a-alianca/quem-somos/>, acesso em 19 de julho de 2018.)

Essas informações estão presentes no *site* da Organização e servem inicialmente para conhecermos os sujeitos interessados na biopolítica do corpo saudável e os objetivos que pretendem alcançar com tal política que gere a vida. Além disso, a proposta é uma política para a governamentalidade do corpo por meio de dispositivos de segurança alimentar e nutricional (biopoderes). Ressaltamos também os membros dessa Organização, disponibilizados também no *site* oficial, antes de adentrarmos propriamente aos discursos presentes no vídeo.



Figura 1: <http://alimentacaosaudavel.org.br/a-alianca/quem-somos/>, acesso em 19 de julho de 2018.

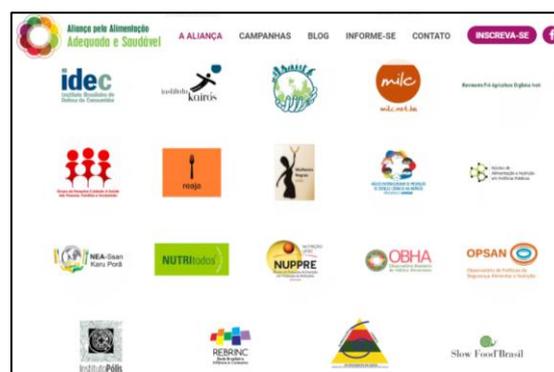


Figura 2: <http://alimentacaosaudavel.org.br/a-alianca/quem-somos/>, acesso em 19 de julho de 2018

Nas imagens estão presentes todos os membros integrantes da Organização que têm objetivos relacionados à governamentalidade do corpo, biopoder, cuidado de si e biopolítica da vida. Afirmamos que eles visam consequentemente lucrar com a política do corpo saudável, utilizando-se dos dispositivos de saber e poder que regulamentam a

vida dos sujeitos socialmente. Os participantes têm em comum a política para a alimentação saudável. A Organização é formada por especialistas (nutricionistas), empresas que produzem alimentos saudáveis e órgãos que fiscalizam, defendem o consumidor, entre outros.

Essa biopolítica também está presente no vídeo da campanha que mostra a falta de informação dos produtos alimentícios como um fator que contribui para a obesidade. A política voltada para a vida e o cuidado de si está presente quando há ênfase nos produtos saudáveis que podem ser consumidos pela população, ou seja, há uma regulamentação dos alimentos que podem ser consumidos pelos sujeitos. O controle daquilo que faz bem ou não ao corpo.

O vídeo inicia com uma pergunta *you know what to eat?* e apresenta uma família reunida à mesa. Há ênfase nos rótulos dos produtos industrializados, na cena do café da manhã, *Suco natural*, *bolo caseiro* e *cereal integral* que não contém açúcar, sódio e gorduras. O poder/saber passa a gerir a vida sob a forma de biopoder (segurança alimentar) que está dentro de uma biopolítica que classifica e normatiza, por meio das políticas de verdade sobre o corpo, informações que regulamentem e prolonguem a vida dos sujeitos.



Figura 3: Captura de tela.



Figura 4: Captura de tela.

A campanha pretende alertar e engajar os consumidores com relação às informações claras nos rótulos e restringir propagandas enganosas, com prioridades às voltadas ao público infantil. A ênfase voltada a esse público é justificada pela biopolítica que pretende atingir essa parte da sociedade para futuramente diminuir o número de casos de obesidade na sociedade.

O dispositivo de educação alimentar também está presente no vídeo como forma de conscientizar os pais a educarem seus filhos para uma alimentação adequada e ficarem atentos às informações presentes nos produtos. As informações dos rótulos são colocadas como saberes (segurança nutricional) importantes para a manutenção da saúde e do corpo.

A campanha ressalta que informações importantes sobre os alimentos não saudáveis não chegam até o consumidor e “[...] isso pode levar a escolhas erradas”. Na biopolítica do corpo saudável tudo aquilo que não está regulamentado, dentro do padrão de beleza, é visto como escolhas erradas feitas pelos sujeitos. Ela traz a mídia como uma fonte de informação que veicula saberes/poderes sobre a vida saudável.

A campanha enfatiza o poder da mídia sobre esses corpos, quando apresenta a família assistindo ao jornal que comenta a matéria sobre as consequências da falta de informação sobre os rótulos dos produtos alimentícios, porque ela é responsável por construir a verdade de uma época e agir sobre eles, de maneira a transformá-los, normatizá-los conforme a verdade vigente.

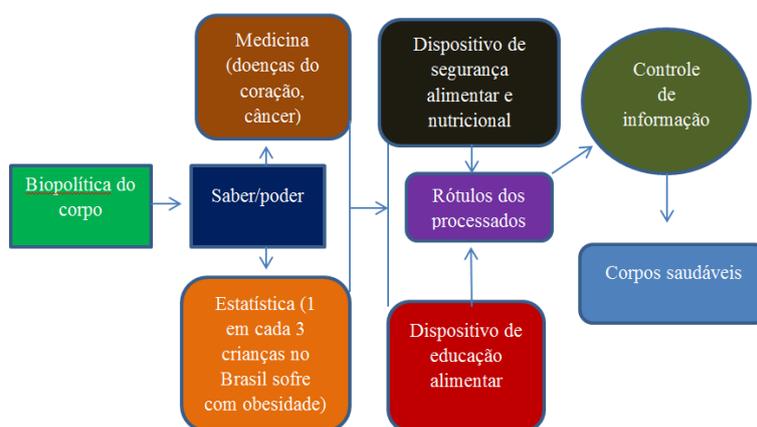
Os produtos que estavam na mesa da família aparecem na TV como uma forma de alertar à família sobre a obesidade. A negatividade do corpo gordo é confirmada por meio de dados estatísticos, doenças no coração, câncer e até a morte. O enunciado transmitido pelo jornal que passa na hora que a família faz a refeição é: “Atualmente, 1 em cada 3 crianças no Brasil sofre com obesidade ou sobrepeso”.

A campanha reverbera esse discurso por meio da mídia para validá-lo enquanto saber historicamente construído, assim como o efeito de sentido que ele causa ao ser deslocado para o noticiário de um jornal assistido pelos personagens do vídeo e a população em geral. A campanha mostra que a biopolítica para a produção do corpo saudável faz parte sociedade de controle, isto é, da governamentalidade do corpo para a diminuição dos casos de doenças e mortes na sociedade brasileira.

Esse dado estatístico, apresentado no programa que a família assiste, é um dos saberes que a mídia veicula como justificativa para mostrar que deve haver uma preocupação com os casos de obesidade, o que justifica o controle de informações presentes nos rótulos dos produtos processados.

Há uma política para a gestão da vida desde cedo, quando a campanha apresenta a preocupação com os alimentos que as crianças consomem. Souza (2012, p. 43), bebendo na fonte foucaultiana, afirma “que o controle da sociedade sobre os indivíduos não se operava simplesmente pela consciência e ideologia, mas começava no corpo e com o corpo”.

Gráfico 1- Produção de corpos saudáveis na sociedade de controle



Fonte: elaborado pelos autores.

A biopolítica da campanha mostra que o poder é exercido por meio de controles e mecanismo de segurança (educação alimentar, segurança alimentar e nutricional), como forma de prologar e gerir a vida. O enunciado “Não deixe a indústria de alimentos não saudáveis te contar apenas parte da história. Você tem o direito de saber o que come”, manifesta a política de controle que deve ser exercida pela população para saber o que comer e evitar produtos que levem à obesidade e complicações futuras. É preciso gerir a vida, desde cedo, para não adquirir complicações futuras e diminuir a produtividade e o consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa discussão, verificamos a biopolítica para o corpo saudável na sociedade de controle. Constatamos que a campanha analisada é voltada, principalmente, para o público infantil com a finalidade de gerir a vida desde cedo. Os dispositivos de segurança (alimentar, nutricional e educacional) cobram uma política voltada para a atenção dos consumidores acerca dos rótulos dos produtos consumidos pela família, especialmente, os produtos alimentícios voltados às crianças.

Os saberes da medicina e dados estatísticos são midiaticizados na cena da família que se choca com as informações sobre obesidade e as doenças causadas por ela, produzindo um efeito de verdade para o telespectador da campanha. Há um controle dos corpos e das mentes com a finalidade de atingir a população de um modo geral, governando de maneira a cuidar de si e do outro, por meio de técnicas que asseguram a saúde do corpo. O corpo gordo é visto como sinal de doença, capaz de levar, inclusive, à morte. O corpo magro é saudável e indicador da longevidade da vida.

Portanto, a biopolítica do corpo administra a vida da população, preocupa-se com o controle das informações dos rótulos dos alimentos com a finalidade de não produzir corpos obesos no futuro. Verificamos o governo de si, com o objetivo de controlar os corpos saudáveis, por meio de tecnologias de biopoder (medicina, dados estatísticos e mídia), mantendo-os saudáveis e produtivos, por meio do discurso midiático e da biopolítica da longevidade da vida populacional.

REFERÊNCIAS

BARACUHY, R; PEREIRA, Tânia M.A. A biopolítica dos corpos na sociedade de controle. In: **Revista Gragoatá** (UFF), v.34, p. 317-330, 2014.

_____. A insustentável leveza do corpo gordo. In: LEANDRO, M. de L. da S.; ARANHA, S. D. de G.; PEREIRA, T.M.A. (Org). **Os sentidos (des)velados pela linguagem**. 1ed. João Pessoa: Ideia, 2012, p. 31-48.

BARACUHY, R; MONTEIRO, Maria Emmanuele. A biopolítica da mídia para o ‘corpo velho’: a estatística da vida na produção de identidades. In: FILHO, I.O.S.;

NASCIMENTO, M.E.F.; BARBOSA, M. S. F. (Orgs.). **Análise do discurso: Mídia, Poder e Heterogeneidade**. 1. ed. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014, v.1, p79-108.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. São Paulo: Vozes, 1975.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. Produção biopolítica. In: _____. **A constituição política do presente**. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MILANEZ, Nilton. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. **Acta Scientiarum. Language and Culture** (Impresso), v. 31, p. 215-222, 2009.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Edifício em construção ou em ruínas: dos usos e abusos do pensamento de Michel Foucault na contemporaneidade. In: SOUZA, Katia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da (Orgs.). **Dispositivos de saber/poder em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

PORTOCARRERO, Vera. Os limites da biopolítica aos cuidados de si. In: JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque; VEIGA-NETO, Alfredo; FILHO, Alípio de Souza. (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 419-439.

SOUZA, Kátia Menezes. Discurso biopolítica na sociedade de controle. In: NAVARRO, Pedro; TASSO, Ismara. **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá, PR: EDUEM, 2012.

AS PRÁTICAS DO BIOPODER E DAS TÉCNICAS DISCIPLINARES INSTITUÍDAS SOBRE O CORPO NA VISUALIDADE FÍLMICA DE “A PELE QUE HABITO”

Cremilton de Souza Santana*

Jaquissom Aguiar Guimarães**

Resumo: Neste estudo, objetivamos discutir as práticas do biopoder e das técnicas disciplinares instituídas sobre o corpo. Assim, tomamos o filme “A Pele que Habito”, como superfície em que os discursos emergem. Para tanto, nos filiamos aos estudos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, na perspectiva foucaultiana e seus estudos no Brasil. Diante das análises, constatamos que o corpo do personagem Vicente/Vera é lugar de poder e resistência. Desse modo, o sujeito que emerge do filme – antes Vicente, depois do processo cirúrgico, Vera – denota a prevalência das técnicas disciplinares sobre o corpo, bem como sobre a vida dos sujeitos, configurando, assim, o biopoder. Portanto, o corpo pode ser percebido não só como lugar de aplicação disciplinar, mas também pode ser visto como espaço de resistência a ele mesmo e aos poderes disciplinares.

Palavras chave: “A Pele que Habito”, Biopoder, Corpo.

Abstract: In this study, we aimed to discuss the practices of biopower and disciplinary techniques instituted on the body. Thus, we took the film "The Skin I Live In", as the surface on which speeches are given. For this, we affiliated to the theoretical-methodological studies of Discourse Analysis, from the foucaultian perspective. In the face of the analysis, we found that Vicente / Vera character's body is a place of power and resistance. Thus, the subject that emerges from the film - previously Vicente, after the surgical process, Vera - denotes the prevalence of disciplinary techniques on the body, as well as on the life of the subjects, thus configuring biopower. Therefore, the body can be view not only as a place of disciplinary application, but also can be as a space of resistance to itself and disciplinary powers.

Keywords: Biopower, Body, “The skin I Live In”.

PALAVRAS INICIAIS

As expressões e gestos corporais estão associados à linguagem, assim como os desejos, as vontades e as representações estão ligadas ao corpo, mas qual posição ocupa

* Professor de Língua Inglesa na Escola Municipal Miguel Mirante, Brumado, Bahia. Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: niltoncte@hotmail.com.

** Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: jaquissomgm@gmail.com.

o corpo na Análise do Discurso (AD)? Ao vincularmos o corpo aos estudos da AD, constatamo-lo como espaço sócio-histórico e cultural, bem como lugar de aplicação e produção de discursos. Por isso, tomamos o corpo como lugar de inscrição histórica, haja vista, que para o funcionamento discursivo é plausível retomarmos um sentido para dar forma aos discursos, pois só haverá efeito legitimado no discurso se este tiver contexto histórico e social.

Diante disso, estudos como os de René Descartes (1596 - 1650), apontavam o corpo como mero coadjuvante no campo filosófico, uma vez que a alma exercia lugar de protagonista. No entanto, com a transição do século XIX para o século XX, no qual a concepção de antropocentrismo substituiu a de teocentrismo, em que o homem passa a ser o centro do universo; Courtine (2013) explica que o corpo passou a ser uma invenção teórica como objeto de estudo atual, que revela saberes e verdades sobre este, submetido à transformação como lugar de inscrição histórica.

Nessa perspectiva, este estudo é de cunho bibliográfico – descritivo-analítico – e está baseado na Análise do Discurso francesa e seus estudos no Brasil, tendo respaldo no filósofo Michel Foucault. Desse modo, buscamos estabelecer gestos analíticos, que problematizam as práticas do biopoder e das técnicas disciplinares sobre o corpo em que são evidenciados em metamorfose discursiva dentro da materialidade fílmica de “A Pele que Habito” (ALMODÓVAR, ESP, 2011).

Nesse sentido, tomamos como objeto de estudo a materialidade fílmica de “La Piel que Habito” do cineasta espanhol Pedro Almodóvar. A obra foi produzida no limiar dos anos 2011 e ganhou tradução livre para a língua portuguesa como “A Pele que Habito”. A versão cinematográfica citada, evidencia discursos ditos e mostrados sobre o corpo, pois pensamos o filme supracitado como documento histórico¹, que constitui sujeitos historicamente situados e marcados no corpo, tendo em vista que, mesmo as obras cinematográficas sendo ficções, nelas revelam sujeitos contemporâneos em suas práticas historicamente situadas. Nesse contexto enunciativo, a “narrativa fílmica é um enunciado que se

¹Para Foucault (apud LE GOFF, 1996, p. 545): “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.

apresenta como discurso, pois implica, ao mesmo tempo, um enunciado (ou pelo menos um foco de enunciação) e um leitor-espectador”.

Segundo Foucault (2008, p. 99), “o enunciado é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não [...]”. Dito isso, neste estudo, os discursos sobre o corpo evidenciam as práticas do biopoder e das técnicas disciplinares, uma vez que a narrativa fílmica, em estudo, mostra o corpo do personagem Vicente/Vera (falaremos mais sobre isso adiante) submetido à transformação.

Diante disso, para Foucault (2009, p. 61), o discurso é “[...] um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.” Nesse quadro, consideramos que em “A Pele que Habito” os discursos que reforçam a produção de discurso sobre o corpo e as técnicas disciplinares que produzem saberes sobre os corpos contemporâneos, obedecem a uma regra de aparecimento exterior ao sujeito, entrelaçando-se e formando uma rede discursiva.

Nesse contexto, considerando o conjunto de enunciados imagéticos e sonoros, seguimos os “traços e pistas” dessas enunciações, pois, como esclarece Ginzburg (1989), estamos nos baseando, portanto, “[...] a partir da experiência da decifração das pistas”. Seguindo-as é que chegamos à interpretação de discursos, que são materializados na superfície fílmica enunciada por uma série de eventos materializados no corpo. Para tanto, temos como objetivo geral analisar como são constituídos os corpos e os sujeitos de forma discursiva por intermédio dos discursos do biopoder e das técnicas disciplinares na visualidade de “A Pele que Habito”. Tendo como objetivos específicos: identificar os discursos do poder disciplinar, do biopoder na materialidade fílmica; verificar como os discursos são produzidos dentro da ordem médica que produz um sujeito com visibilidade transgressora na narrativa cinematográfica; e descrever como o corpo é submetido à transformação na visualidade de “A Pele que Habito”.

Materialidade discursiva de a pele que habito

Assumimos a Análise do Discurso que despontou a partir do entrelaçamento da Linguística, Psicanálise e Marxismo, por isso é interdisciplinar ou transdisciplinar. O fato de ser transdisciplinar, implica que a AD está enredada em questões sociais, uma vez que os discursos ganham forma diante de fatos históricos e culturais. Desse modo, trata-se de compreender as condições de produção e circulação discursiva, tendo o cinema como lugar que permite enunciar discursos historicamente constituídos.

Nessa perspectiva, neste estudo, analisamos os aspectos contidos em enunciados, sejam eles na linguagem verbal ou não verbal, uma vez que as produções enunciativas do filme de Almodóvar já foram ditas e mostradas, pois, tomando os conceitos de Foucault (2013) ao afirmar que o enunciado “[...] trata-se da operação efetuada [...] pelo que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado”. Sendo assim, os discursos não preexistem a eles mesmos, surgem sob “[...] as condições positivas de um feixe complexo de relações”. Nesse contexto, o corpo de Vicente/Vera, na obra fílmica, é elevado às condições de existência disciplinar no campo de subjetivação dos corpos, pois as condições de existência de um corpo que antes tinha identidade masculina perpassam estas características que incidem sobre o corpo, agora, com identidade feminina.

De fato, as identidades estão em constantes transformações. Bauman (2005) enfatiza que “a ideia de que nada na condição humana é dado de uma vez por todos ou imposto sem direito de apelo ou reforma – de que tudo que precisa é primeiro ser ‘feito’ e, uma vez feito pode ser mudado infinitamente”. Assim, as construções de identidades passaram a ser objetos de experimentações, pois assumimos uma identidade em um momento, porém em outro instante já há várias outras para serem testadas.

Para Fernandes (2008):

[...] a Análise do Discurso implica operações de leituras e interpretação que se envolvem campos e problemáticas dos domínios sócio-históricos, uma vez que focaliza campos e problemáticas encontrados na linguagem em funcionamento e não em seu exterior trata-se de problemas encontrados na linguagem em funcionamento, que aponta a construção de uma subárea da linguística, concomitante com tantas, outras das quais se diferencia pelo viés epistemológico que orienta a maneira de focalizar o objeto.

Nesse quadro enunciativo, analisamos elementos que sustentam os discursos do biopoder, do saber médico-científico, da religião, da bioética e da constituição de sujeitos distintos no filme em questão, tendo em vista que em cada espaço discursivo há uma constituição de um sujeito multifacetado mediante valores sócio-históricos contextualizados, pois o corpo de Vicente (Jan Cornet) é constituído e transformado pelas técnicas disciplinares do saber médico-científico na obra fílmica.

Diante disso, faz-se necessário apresentar a narrativa de “A Pele que Habito”, que traz em seu enredo o ator Antonio Banderas no papel principal como um prestigiado cirurgião plástico Dr. Roberto Ledgard, que vive com a filha Norma (Blanca Suárez). A garota adquiriu transtornos psicológicos após a morte trágica da mãe, que teve todo o corpo tomado por queimaduras, depois de um acidente automobilístico. O corpo da genitora de Norma ainda foi retirado com vida do carro e partir daí começaram as experiências do médico, utilizando os genes das espécies: humana e animal – especificamente do porco para constituir uma nova pele para a esposa, porém a mãe de Norma ao ver sua imagem refletida na janela, se suicidou. Após Norma passar algum tempo em tratamento, o médico dela sugere que está na hora do pai levar a filha para inserí-la na sociedade novamente, e assim, ele fez. No entanto, no dia da festa do casamento de amigos do médico, Norma conhece Vicente (Jan Cornet). Os dois jovens sentem-se atraídos um pelo outro, depois de trocarem algumas palavras, eles vão para o jardim da casa e lá o cirurgião suspeita que a filha foi estuprada por Vicente, a partir desse momento, ele vai traçar um plano para vingar-se do suposto estuprador.

Nesse quadro, as práticas discursivas submetidas ao corpo de Vicente pelo médico na obra fílmica evidenciam o cirurgião no lugar metafórico de Deus, do criador, colocando o doutor no lugar de sujeito transgressor do discurso religioso, uma vez que historicamente esta função criadora pertencia a Deus. Desse modo, como afirma Foucault (1978) “Tal modo de ver o corpo, acredito, vai ordenar uma *atualidade de saber* (grifo nosso)” ao sentir em seu próprio corpo em transformação do sexo masculino para o

feminino – o corpo de Vicente – é posto como ponto de materialização discursiva e filosófica, tendo em vista que o cirurgião médico não só transgride as leis naturais ao criar um novo sujeito, mas também transgride os discursos da ética na medicina ao fazer vaginoplastia, em Vicente, sem a permissão deste último – o que configura as práticas do biopoder instituídas sobre a vida e o corpo de Vicente.

Biopoder e corpo: a constituição do sujeito transgressor das leis natural e humana

Ao estudarmos a História, apegamo-nos aos sujeitos do conhecimento, seja conhecimento filosófico, médico, científico, religioso, entre outros. A palavra conhecimento vem do latim *cognoscere*, "ato de conhecer". É o ato ou efeito de conhecer. Uma ação de entender por intermédio da inteligência, da razão, ou ainda da experiência.

Para Kant, em sua teoria do conhecimento, o mundo é dividido em duas categorias. A “coisa-em-si”, que é incognoscível, cuja existência independe da percepção do sujeito. E o fenômeno, que diz respeito às coisas apurada pelo sentidos. O conhecimento se dá pela junção dessas categorias, isto é, uma não existe sem a outra. Schopenhauer (2012), por sua vez, defende que a coisa-em-si consiste na vontade, entretanto incognoscível e experienciada. E o fenômeno é a representação. Nisso incide a sua filosofia e sua visão do mundo em sua essência, tratadas sobretudo na obra “O Mundo Como Vontade e Como Representação”. Segundo Schopenhauer, a vontade é uma força impessoal, algo constituinte que move a natureza humana, retirando-a não resta mais nada. Com isso, a existência é uma fonte de carência, um exercício de sofrimento. E essa vontade é possível percebê-la através da mente e da consciência, alcançando assim a representação, que é o espelho da vontade e que é também o requisito para conceder o mundo. Assim, Schopenhauer mostra que o mundo pode ser visto ora como vontade (coisa-em-si) ora como representação (fenômeno).

Para Schopenhauer (2012), o mundo inteiro é Vontade (coisa-em-si) e ela está ligada ao sofrimento por ser algo nunca saciado, pois é a essência cega e impetuosa que atravessa toda a natureza, desde uma pedra até a extensão máxima que é o homem. Com isso, é possível a realização de alguns desejos, mas há a infelicidade pela convivência da insatisfação de muitos outros, isto é, quando um desejo é realizado, enquanto outros inúmeros desejos não o são “ademais, a nossa cobiça dura muito, as nossas exigências não conhecem limites; a satisfação é breve e módica”. Tais implicações desses modos levam Schopenhauer a ser conhecido como “filósofo do pessimismo”, uma vez que seu pensamento vê a vontade (coisa-em-si) como fonte de todo sofrimento.

As relações de poder materializadas sobre o corpo e a vida de Vicente, expressam que os desejos e as vontades não estão ligados ao corpo, pois o corpo pertence a uma imposição de sua representação. Para Schopenhauer, a vontade se objetiva em formas eternas (ideias platônicas) e imutáveis, que não estão presentes nem no tempo e nem no espaço. Essas formas são os arquétipos das coisas particulares, o primeiro querer da natureza, isto é, realidade de intermédio entre a vontade una e diversas individualidades. De forma geral, da vontade pode ser dito que, com um impulso ávido de vida, ela se objetiva de imediato em ideias e em seguida em fenômenos. Entretanto, há um sequestro deste fenômeno, o corpo. Tornando Vicente incapaz de ter o intermédio para a concretização de todas suas vontades, pois a vontade do médico foi imposta sobre ele, Vicente.

As relações de poder materializadas sobre o corpo e a vida de Vicente na visualidade do filme, evidenciam também além de sua representação e vontade, mas também um poder sobre o corpo e sobre a vida, o que Foucault denominou biopoder em seus estudos na década de 1970.

Os biopoderes, segundo o autor, emergiram para se aplicar à população com intuito de governar a vida. Nessa ênfase, a vida faz parte do cenário do poder. Para Foucault, a rede de biopoder é uma soma de poder que é, “ela mesma, uma rede a partir da qual nasce a sexualidade como fenômeno histórico e cultural no interior do qual, ao

mesmo tempo, nós nos reconhecemos e nos perdemos". Nesse contexto, Fernandes (2008) salienta que “nesse quadro teórico o discurso apresenta-se relevante para compreender as mudanças histórico-sociais que possibilitam a combinação de diferentes discursos em certas condições sociais específicas resultando na produção de outro discurso”.

O médico, na tentativa de saciar um desejo que não cessa, a vontade se multiplica através do princípio da individuação e da causalidade, que se espalha em todas as parcelas no mundo dos fenômenos e até mesmo nos mais isolados fragmentos e o que permanece é o produto e expressão da vontade. Nesse interim, a versão fílmica de “A Pele que Habito” evidencia os discursos das transgressões da via de acesso ao desejo em si, pois o médico Roberto utiliza o saber médico-científico e impõe um novo corpo. Logo um novo sujeito? Uma vez que o corpo do personagem Vicente é submetido à transformação sem seu consentimento pelo cirurgião, tendo em vista que, ele faz a troca de sexo do personagem, fazendo uma vaginoplastia. Assim, o cirurgião transgride a bioética e os Direitos Humanos de Vicente ao produzir outro sujeito – agora em uma nova condição sexual, Vicente terá que conduzir sua nova vida, seu novo corpo e sua nova identidade, o que justifica a metáfora usada no título da narrativa cinematográfica “A Pele que Habito”.

Dessa maneira, os discursos constituem os corpos e os dispositivos fílmicos revelam um lugar de saberes atuais e relevantes sobre o corpo, visto que como Foucault (2013, p. 7) explica o “corpo é o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual, no sentido estrito, faço corpo”. É através da sua nova vida - antes Vicente agora na condição de Vera – que ele/ela vai conduzir a pele que habita, vai falar, olhar e ser visto por ela, um dever de um desejo imposto que passar a lhe mover. Schopenhauer vê a vontade como uma força que atua na natureza. Mas, no caso de Vicente, a sua nova natureza que exerce a causalidade sobre a sua vontade.

Ainda para Foucault (1978, p. 84), o corpo “é produzido sob efeitos do desejo”. Desse modo, o corpo de Vicente foi produzido sob efeito de desejo do médico, devido à

sua intenção de vingança e dificuldade de enfrentar os fechamentos dos ciclos e da morte que, também, caracteriza o discurso religioso. Nesse quadro, para Milanez (2009), o corpo é materialidade discursiva e efeito de subjetividade discursivamente produzida e modificada. Dessa forma, há o que Foucault chama de poder disciplinar, pois, os corpos dos sujeitos na versão fílmica são disciplinados uma vez para serem dóceis e outras vezes para se rebelar contra a sua subjetividade da posse do outro em sua exterioridade.

Aspecto metodológico

Com a finalidade de mapear as práticas disciplinares sobre o corpo, tomamos os enunciados do filme *A Pele que Habito*. Para tanto, assumimos o método arqueológico foucaultiano, como adotado pela Análise do Discurso no Brasil.

Tendo o objeto e o método de estudo identificado, é necessário fazer recortes e retirar pequenos fragmentos, como afirma Fernandes “trata-se da seleção de fragmentos do *corpus* para análise; ou seja, quando o analista escolhe seu objeto de análise, ele precisa ainda selecionar pequenas partes” Nesse aspecto, mapeamos e analisamos algumas cenas da visualidade do filme em estudo para identificar e descrever os discursos sobre o corpo. Nessa perspectiva, o método da “Arqueologia do Saber” nas palavras de Gregolin (2004):

Envolve a escavação, a restauração e a exposição de discursos, a fim de enxergar a positividade do saber em um determinado momento histórico. Ele constitui na busca de elementos que possam ser articulados entre si e que fornecem um panorama coerente das condições de produção de um saber de uma certa época.

As concepções do método arqueológico direcionam para os discursos materializados em “*A Pele que Habito*”, uma vez que todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem, integrantes de outros discursos, isto é, os discursos aparecem e reaparecem em momentos históricos como papel de pensamentos e ações diferentes que se imbricam, se transformam e constituem sujeitos com diversos

posicionamentos. Na obra cinematográfica citada, a apropriação do corpo e da identidade de Vicente pelo saber médico e científico de Dr. Roberto Ledgard, no qual o primeiro é submetido à condição de Vera com uma nova identidade. Assim, o corpo masculino foi conduzido e submetido à transformação – antes masculino – agora feminino.

Nesse contexto, mapeamos enunciados que mostram o processo de subjetivação e das técnicas disciplinares do corpo de Vicente pelo médico. As cenas recortadas são dispostas nos espaços públicos e privados relacionadas aos sujeitos. A narrativa fílmica foi considerada em seus aspectos audiovisuais que são próprios da linguagem do cinema, do qual retiramos as cenas. Diante disso, mapeamos o filme, seguindo seus enunciados que apontam para o processo disciplinar do corpo, relacionando-os com os nossos objetivos. Para este recorte analítico, levantamos elementos da obra cinematográfica que evidenciam e materializam em cenas que destacam as relações de poder entre os sujeitos.

Nessa perspectiva, depois de recortarmos as cenas que foram guiadas pela produção de um novo corpo na narrativa fílmica em um processo de subjetivação abarcado por inúmeros discursos fragmentados que foram materializados nos enunciados visuais que estabelecem relações de saberes e poderes na sociedade atual.

Dito isso, passamos, agora, para as análises dos nossos recortes cênicos do filme em estudo.

Aspectos analíticos

Trazer “A Pele que Habito” para discussão e análise é pensar nas práticas e poderes sobre o corpo e sobre a vida, tendo a imagem em movimento como superfície para discursos do biopoder e das técnicas disciplinares atualizados e relevantes na constituição do sujeito contemporâneo. Trata-se, portanto, de evocar a visualidade fílmica como produtora de discursos, que revelam as influências de sociedades e épocas em um contexto social e histórico determinado com modos de existência distintos, que sai de uma ordem de disciplinarização, enquanto Vicente com identidade masculina, entrando

em outra ordem de disciplina como Vera com identidade feminina. Isso implica pensar não em sujeitos conscientes, centrados sobre suas ações, gestos e enunciados, mas pensar em sujeitos que é cindidos, sobre os quais atravessam discursos e relações de poder nas suas relações exteriores.

As cenas selecionadas da película “A Pele que Habito”, para destacar o processo de transformação da pele que habita o personagem Vicente para a nova pele – Vera – em metamorfoses ocorreram através do corpo. As cenas, foram mapeadas como um conjunto de enunciados, em um primeiro momento, elas mostram Vicente mantido em cativeiro depois de ter sido sequestrado pelo médico Roberto.

Na sequência, no centro cirúrgico ambientado na casa do médico, mostra o mesmo personagem no momento que ele tem conhecimento que foi submetido a uma cirurgia de vaginoplastia sem o seu consentimento, o que demarca o lugar do médico como transgressor da bioética, bem como é evidenciado o discurso religioso da criação, visto que, o doutor cria um novo indivíduo externo, transgredido sua representação – sequestrando o corpo de Vicente, vontade e subjetividade, além do mais, evidencia também os discursos do biopoder, pois o médico faz o procedimento cirúrgico sem o consentimento do rapaz, ou seja, o cirurgião decidiu sobre a vida do sujeito. Nesse sentido, a vida para Vicente é um estado consecutivo de carência, logo, de sofrimento. Em conformidade com o “filósofo pessimista”, em sua famosa frase: “toda vida é sofrimento”, e aqui podem ser colocadas também as motivações do médico, como vinganças, egocentrismo, presunções etc.

Em outras palavras, o mundo que se apresenta nada mais é do que um espetáculo trágico que, como um espelho, mostra a vontade cravando os dentes na própria carne. O mundo é, portanto, vontade e o espelho dessa vontade na forma do egoísmo dos seres é a representação. Nesse contexto de tanta violência, inclusive do indivíduo contra si mesmo, como em um suicídio, faz com que o filósofo conclua que seria melhor se o mundo não existisse, ou seja, investe-se muito e não há retorno e todos caminham para a morte.

Diante das cenas apresentadas, constatamos que as práticas do médico apontam para o poder sobre o corpo e a vida de Vicente/Vera, pois a disciplina traz mudanças

minuciosas no corpo e na vida dos sujeitos, tendo em vista os postulados de Foucault (2012, p. 164), ao dizer que “[...] a disciplina fabrica indivíduos; ela é a única técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício”.

Assim, os efeitos de poder da disciplina instituídos sobre Vicente/Vera pressupõem um dispositivo que aponta para um jogo de olhares sobre o corpo, ora com arquétipo masculino, ora com características femininas. O que se apresenta no filme, o jogo de olhares sobre o corpo, aponta para o que Temple (2013, p. 121) discute acerca do exercício de poder que afeta tanto o corpo, como a própria constituição de sujeito, nas palavras da autora: “[...] não apenas nosso corpo é afetado pelo o exercício do poder, mas a constituição daquilo que se entende, desde a época clássica, por sujeito”.

Antes da intervenção cirúrgica, há cenas que mostram o personagem Vicente, em cativeiro, após ser sequestrado pelo médico, a estratégia cinematográfica panorâmica, segundo Aumont (2006), aponta os movimentos panorâmicos como uma visão geral do espaço cênico, para vasculhar e mostrar enunciados que produzem discursos em um contexto específico. Assim, a câmera vasculha todo o local para a exibição do personagem em estado precário, acorrentado, sujo, faminto e sedento. O jovem resiste às manifestações de poder impostas pelo cirurgião, mas é o poder e a hierarquia das classes sociais, pois não precisa apenas resistir, é necessário força de equidade para uma luta justa. Vicente, um simples atendente na loja da sua mãe, enquanto Dr. Roberto Ledgard, um cirurgião plástico conceituado. Como evidencia Foucault (1978, p.153), “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora.” Nesse caso, é o poder das classes que hierarquiza e diz quem dita as regras. O que aproxima de Schopenhauer (2012, p. 212) quando afirma que:

Por conseguinte, precisam de outro indivíduo dotado de entendimento para, a partir do mundo do querer cego, entrarem em cena no mundo como representação. Anseiam por essa entrada para conseguirem ao menos mediante o que lhes é negado imediatamente.

Schopenhauer reconhece a importância do outro para a consolidação da realidade espelhada, a representação. Assim, o poder sobre a vida de Vicente é consolidado, pois o rapaz é evidenciado na posição de sujeito imposta pelo saber médico-científico, tendo em vista que o médico se apodera do corpo do vendedor para colocá-lo no lugar dos discursos da vingança e da transgressão da religião. A cena foi capturada por um *close* detalhando no rosto do jovem, quando ele pergunta ao médico o que houve e este o responde – eu fiz uma vaginoplastia em você.

Dessa forma, ao perceber o olhar de Vicente, os efeitos de sentidos podem nos causar medo, estranhamento, pois os olhos, nas palavras de Courtine e Haroche (2009, p. 57) “são o que o rosto é para alma, chama-se ainda as portas da alma, pois é pelos olhos que ela se deixa ver de fora.”. Santos (2011, p, 142) assegura que “a imagem, na verdade, não é o sujeito que se propõe a enunciar. É a naturalidade do sujeito perante a firmeza da câmera, é o olhar perdido e inseguro, é a tensão que provoca o zoom”. Nesse sentido, a ilusão nos faz pensar que estamos incluídos nas cenas, nas imagens, situações ficcionais que se misturam com o mundo real.

Na continuidade do filme é exibido Vicente, agora, na pele de Vera. A cena é dentro do hospital equipado na casa do cirurgião. A encenação também foi mostrada pela estratégia panorâmica, para destacar todo o espaço cênico, fazendo um movimento de *travelling* na câmera para guiar o olhar do telespectador como se fosse uma viagem dentro do cenário.

A cena exibe uma sala do hospital, em que Vera ainda é mantida em cativeiro. As paredes é como a de uma prisão, cheias de desenhos e textos escritos. Há o desenho de um corpo feminino com a figura de uma casa representando uma cabeça na arte. É a linguagem não verbal, que enuncia que a pele que habitamos não é necessariamente nossa identidade, tendo em vista que o lar e o corpo representam identidades, ou seja, Vicente/Vera teve tanto seu corpo, quanto sua subjetividade sequestrados pelo médico, que mais uma vez evidencia as práticas do biopoder do cirurgião sobre o vendedor. Esse ambiente, no qual ela é mantida em cárcere foi denominado por Foucault (1978, p. 154)

como “acampamento” que “é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral”.

Nessa perspectiva, Vera sabe que está sendo obeservada pelo médico, ela vai utilizar de todos os artifícios para se libertar das garras do seu algoz. “No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder (FOUCAULT, 1978, p. 154)”. Ao perceber que Roberto a observa cada vez mais, Vera o seduzirá. O criador será seduzido pela criatura, e a câmera faz os movimentos e guia o olhar do telespectador como uma viagem, dando foco, ampliando e diminuindo detalhes desses enunciados, mostrando, principalmente, os sentimentos e as emoções dos sujeitos.

Nesse contexto, não se trata aqui de pensar a sedução como é abordada na psicanálise que está mais vinculada a questões fantasiosas. A abordagem aqui é a de Temple (2013, p. 110) que investiga a problemática do biopoder articulada à sedução. Essa perspectiva argumenta que o biopoder “[...] organiza as seduções desse sujeito constituinte. Quer dizer, o limite entre o seduzível e o não seduzível, as valorações sobre a própria sedução, cujo escopo encontramos, sobretudo, no discurso foucaultiano acerca do sexo, da sexualidade”.

Por fim, a última cena em análise é capturada pela a estratégia de cinema *close*, para demonstrar o olhar de Vera que ela usará como arma de sedução para se libertar das garras do médico. Na parede do ambiente, tem rabiscos das datas que ela permaneceu no local e ainda, frases de autoajuda como “eu ainda respiro”, para lembrá-la que ainda permanecia viva e tinha também o desenho de uma porta, que enuncia o desejo de liberdade por parte dela.

Dessa maneira, o saber médico-científico transforma e disciplina o corpo de Vicente em Vera, submetendo à transformação, pois os efeitos do poder disciplinar pressupõem um dispositivo que aponta para um jogo de olhares e é isso que Vera faz, ela vai munir dos meios da sedução como forma de libertação.

Palavras finais

Há vários modos ou graus pelos quais a vontade se objetiva: os inferiores, das forças da natureza inanimada, por exemplo, e os mais elevados, cujo representante é o homem e até mesmo nos mundos vegetal e animal a vontade marca sua presença. No que concerne o mundo fenomênico, esses graus são reencenados e disputam entre si matéria, espaço e tempo, de uma forma que parece que a própria natureza se devora a si mesma. E o homem nesse contexto parece perceber que tudo que é criado é para seu uso e dessa maneira contribui ainda mais para movimentar esse duelo de todos contra todos. Dessa forma, a dor e a destruição participam da ordem das coisas, como, se estabelecidas pela vontade, fossem indiferentes ao fado dos sujeitos.

Como se não bastasse, Schopenhauer percebeu que a vida humana é repleta de egoísmos rivais e isso a domina a ponto de a satisfação de um indivíduo acarretar necessariamente no sofrimento de um outro. Logo, o egoísmo nada mais é do que um modo natural de um ser para com outro.

O pressuposto teórico deste estudo partiu do pensamento foucaultiano com contribuições de outros autores, pois a AD está situada em um campo interdisciplinar, assim, as produções de discursos são atravessadas pela relação de poder e saber, inseridos em um contexto histórico, nesse sentido, buscamos compreender como o corpo é produzido entre Vicente e Vera. Desse modo, consideramos os enunciados imagéticos, procurando analisar as técnicas disciplinares instituídas sobre o corpo, considerando suas instâncias e delimitações. Diante disso, as análises dos recortes cênicos foram feitas a partir das cenas em que Vicente/Vera é mantido em cativeiro em que nos detivemos no exercício de poder do médico sobre Vicente, mostrando como as práticas do biopoder e das técnicas disciplinares produzem um novo corpo na narrativa fílmica de “A Pele que Habito”.

Nesse contexto, os elementos que sustentam os discursos das técnicas disciplinares e as práticas do biopoder colocaram o corpo de Vicente/Vera submetido à transformação, revelando saberes atuais de sujeitos heterogêneos no filme “A Pele que Habito”, tendo em vista, que os sujeitos multifacetados são características próprias da Análise do Discurso nos seus mais variados modo de existência, seja como Vicente ou

Vera. No entanto, Vicente não fez uma escolha, ele teve uma identidade imposta passando da condição sexual masculina para a feminina. Assim, ele vai transpor de condição para condutor da nova pele que habita.

Assim sendo, tanto Vicente, quanto Vera foram submetidos às técnicas disciplinares, como postula Foucault (2006, p. 291) “[...] os sujeitos são sempre sujeitados, eles são o ponto de aplicação de técnicas, disciplinas normativas, mas jamais são sujeitos soberanos”, tendo em vista, que ambos os sujeitos eram subjetivados na maneira de como deviam se apresentar dentro da ordem: Vicente, seguia o conjunto das regras morais da parte de uma sociedade que direciona para a identidade masculina, já Vera, representa outra parte social que disciplina a identidade feminina.

Devido a isso, não existe um sujeito soberano e universal que podemos encontrar em todos os lugares, pois retornando ao pensamento foucaultiano, a constituição dos sujeitos ocorre através das práticas de sujeição, isto pode ser de maneira autônoma, por meio de práticas de liberação ou através de regras e modos convencionais de acordo com o meio cultural de inserção (onde há poder, há resistência; onde há resistência, há poder incidindo sobre os corpos no tecido social de relações). Contrária à razão, a vontade não tem limites, pois pode ir tanto para o lado bom quanto para o ruim e ambos geram um querer que pode levar o homem ao caos. Assim no tomar de consciência de si, o homem se move por aspirações e paixões e essas formam a unidade da vontade, que é o princípio norteador da vida humana. Na natureza, o mesmo acontece com todos os seres vivos e, assim, a vontade é o fundamento de todo e qualquer movimento.

Finalmente, cabe destacar que, a transformação do corpo do sujeito no filme em estudo pode ser percebida em relação aos fatores de poder e resistência, visto que, nenhuma identificação é permanente por completo e o corpo pode ser instrumento de poder assim como servir de resistência a ele. Pensar nos momentos em que Vera seduz o médico e em que ela se alforria das garras dele, que deseja que ela seja submissa a ele faz com que esta tensão se acentue. Logo, o filme não apenas pode ser percebido como ficcionalmente instituído, mas também como materialidade da qual é possível instaurar

efeitos de sentido que dizem respeito às formas de subjetivação de poder sobre os corpos na contemporaneidade.

Referências

AUMONT, J; MARIE, M. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. 2. ed. 2ª Campinas, 2006. Papyrus.

BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COURTINE, J-J; HAROCHE, C. *História do rosto: exprimir e calar as suas emoções*. Tradução de Ana Maria Moura. Lisboa: Teorema, 2009.

COURTINE, J-J. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 10 – 46.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos vol. V: Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *As Damas de Companhias*. In: _____. *Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2008, p. 195 – 209.

_____. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. “As Relações de Poder Passam para o Interior dos Corpos”. In: _____. *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Organizador Manoel Barros da Motta; tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. In: _____. *Ditos e Escritos X: Filosofia, Diagnóstico do Presente e verdade*. Traduzido por Abner Chiquieri; Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: editora Forense universitária, 2014.

_____. *A governamentalidade*. In: Michael Foucault, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal. (1978).

_____. *O corpo utópico; as heterotopias / Michel Foucault; posfácio de Daniel Defert; Trad. Salma Tannus Muchail*. São Paulo:n-1 Edições, 2013.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letars, 1989.

GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MILANEZ, N. *A possessão da subjetividade: sujeito, corpo e imagem*. In: SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM ANÁLISE DO DISCURSO. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

SCHOPENHAUER, A. *O Mundo como Vontade e Representação*. In: DUARTE, R. (Org.). *O belo autônomo: textos clássicos de Estética*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora/ Crisálida, 2012.

SANTOS, J, J. *Claro: A constituição de sujeitos e a produção de identidades sociopolíticas em discursos no cinema*. 2011. 137f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. 2011.

TEMPLE, G. C. *Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault*. Cruz das Almas: UFRB, 2013.

“MATO POR PRAZER”

Josyelle Bonfante Curti*

Resumo: Ancorado na teoria dos gêneros discursivos, este artigo pauta-se nos fundamentos do Interacionismo Sociodiscursivo, especialmente no uso da coesão como mecanismo de textualização responsável pela organização, progressão e coerência temática e textual, para tratar do funcionamento da língua em situações concretas de interação e significação. Para tanto, tomamos como base teórica autores como Bronckart (2003; 2006), Koch (2015) e Casoy (2014), tendo como cópulas trechos de uma entrevista realizada com o assassino em série Pedrinho matador, que diz ter assassinado mais de 100 pessoas em nome do prazer e em busca de justiça. O objetivo é analisar como o assassino utiliza elementos de coesão em seu discurso para construir determinados efeitos de sentido e atingir determinadas interpretações por parte dos interlocutores. Assim, podemos perceber que a coesão tem o papel primordial de conduzir o discurso ao sentido, abastecendo-o com recursos que estabelecem uma relação conceitual e semântica entre todos os elementos discursivos, rumando à justificativa para os atos criminosos cometidos pelo assassino. **Palavras chave:** Interacionismo Sociodiscursivo. Mecanismos de Textualização. Coesão. Gêneros Discursivos. Assassino em Série.

Abstract: Drowned on the theory of discursive genres, this paper is based on the foundations of Socio-discursive Interactionism, especially in the use of cohesion as a textualization mechanism responsible for the organization, progression and thematic and textual coherence, in order to deal with the functioning of the language in concrete situations of interaction and meaning. For this purpose, we assume as theoretical basis authors like Bronckart (2003; 2006), Koch (2015) e Casoy (2014), taking as corpus excerpts from an interview with the serial killer Pedrinho matador, who claims to have murdered more than 100 people in the name of pleasure and in search of justice. The objective is to analyze how the killer uses elements of cohesion in his speech to construct certain sense effects and to reach certain interpretations by the interlocutors. Thus, we can see that cohesion has the primary role of conducting discourse to meaning, supplying it with resources that establish a conceptual and semantic relationship between all the discursive elements, leading to justification for the criminal acts committed by the killer.

Keywords: Socio-discursive Interactionism. Textualization Mechanisms. Cohesion. Discursive Genres. Serial Killer.

INTRODUÇÃO

Sabemos, conforme postula Bakhtin (1997), que o gênero discursivo permeia a vida social: todas as esferas da atividade humana estão sempre relacionadas ao uso da

* Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina, Especialista em Língua Portuguesa e Mestre em Estudos da Linguagem pela mesma instituição. Assessora Especial na Editora da Universidade Estadual de Londrina.

língua, que, diante disso, é variado e efetua-se por meio de enunciados concretos e únicos, os quais refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, seja pelo conteúdo, pelo estilo verbal, pela construção composicional. Assim, esses três elementos fundem-se e tornam-se tipos relativamente estáveis de enunciados, os gêneros do discurso.

A partir disso, podemos afirmar que, assim como a linguagem está no cerne do desenvolvimento humano, os gêneros discursivos estão no cerne da comunicação: não nos comunicamos senão pelos gêneros e não evoluímos e agimos socialmente senão pela linguagem (verbal ou não), isso porque é pela língua que nos posicionamos no mundo, atuando sobre ele e sofrendo suas ações, caracterizando-nos e construindo nossa identidade, percebendo a realidade e fazendo-nos ser compreendidos, significando as coisas e atribuindo sentido a tudo que nos cerca, física e abstratamente. É quando nos deparamos com o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), que, resumidamente, trata da linguagem em situação concreta de uso, ou do desenvolvimento humano mediado pela linguagem. Quer dizer, “o estudo do funcionamento dos discursos, proposto pelo ISD, constitui uma das vias de abordagem possíveis de uma concepção de significação que integra o uso e os fatores linguísticos” (OLIVEIRA; CORDEIRO, 2008, p. 51).

Nesse campo, apoiando-nos nos pressupostos de tipos e de mundos discursivos, temos o folhado textual como a constituição primordial de um texto e essencial para sua organização, dividindo-se em infraestrutura geral do texto, mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos. Aqui, nosso foco volta-se para os mecanismos de textualização, camada em que se encontra a coesão, elemento basilar para a coerência textual, dado que é responsável por determinar o encadeamento das partes do texto, criando e estabelecendo os laços que deixam seus vários segmentos ligados, articulados. Trata-se da “propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática” (ANTUNES, 2005, p. 47), ou seja, ao tornar o texto um todo, com suas partes conectadas de forma lógica, os mecanismos de textualização são responsáveis pela compreensão e atribuição de sentido por parte dos interlocutores.

Já que a coesão instaura a continuidade textual, produzindo significações, então o texto é a prevalecte forma de registro social, histórico, geográfico, cultural; é, conforme Koch (2015), o principal modo de constituição individual e social do conhecimento, portanto, o principal meio de representação e de armazenamento de aspectos linguísticos, cognitivos e sociais. Assim, uma vez que o texto reflete o modo como organizamos nossos mundos cognitiva e linguisticamente, podemos tomá-lo como materialização do discurso e objeto de análise para se compreender diversos aspectos da realidade humana, como o crime, afinal, a comunicação perpassa todas as esferas da atividade humana, e a linguagem é necessária em todas elas, caso contrário, não interagimos.

Nas últimas décadas, com o crescimento da violência e de casos de assassinato em série, principalmente em âmbito nacional, vem aumentando a necessidade de se investigar e compreender crime e criminoso, na tentativa de reabilitar o transgressor e de evitar novas violações, ou, ao menos, para entender os motivos que levam o assassino a cometer esse crime tão brutal, que transporta a sociedade de volta aos tempos bárbaros, de ausência de civilidade, para entender como ele age, o que ele pensa e sente e como esse fenômeno impacta a sociedade de forma global, e não apenas as vítimas. Partindo do pressuposto de que a linguagem é evidência, externalizando o modo como nos relacionamos com o mundo e nele atuamos, justifica-se buscar entender o crime por meio dela, dada sua capacidade de refletir aspectos cognitivos, internalizados por meio da experiência e dos conhecimentos adquiridos social, cultural e historicamente. Trata-se, logo, de uma forma de entender, além do modo como o homem se comporta, também como a língua funciona em todas e diferentes esferas, como nossa mente trabalha por meio dela e como nós agimos nela e por ela (CURTI, 2019), tal como uma forma de interpretar ações particulares que atingem o social e nele reverberam.

Nesse quadro, a língua é um elemento que atua a nosso favor pois está à nossa disposição, cerceando-nos e fundamentando-nos em tudo: ela deixa de ser apenas instrumento de comunicação ou de expressão do pensamento, mas, como fato social, transforma-se mais em um meio de elucidação, tornando clara e simples uma proposição:

o assassino em série age em nome do prazer, puramente. A vingança, a ganância e outros fatores podem estar presentes em alguns casos, entretanto, o prazer é sempre soberano e imperativo, guiando as ações do assassino desde o planejamento do crime.

O fato é que o motivo do crime é o desejo do assassino de exercer controle e dominação sobre suas vítimas, as quais, para ele, são apenas o objeto para a concretização de seus desejos, motivo pelo qual a maioria das vítimas é, quase sempre, composta por pessoas vistas como impotentes, frágeis ou sem valor social, como mulheres, idosos, crianças, homossexuais, prostitutas, imigrantes e moradores de rua. Dessa maneira, o crime é visto como uma forma de fazer uma limpeza social, de eliminar pessoas que já são marginalizadas e ignoradas socialmente. O caso aqui abordado encaixa-se nessas premissas: Pedro Rodrigues Filho, mais conhecido como Pedrinho matador, matava por prazer, mas, diferentemente da maioria dos assassinos em série, que mata em nome do prazer sexual e de poder, Pedrinho matava em nome do prazer advindo da vingança, da justiça social que ele acreditava estar praticando, uma vez que suas vítimas eram outros criminosos, como traficantes, assassinos de mulher, estupradores e pedófilos. Pedrinho se considera, então, um justiceiro, um benfeitor para a sociedade, todavia, impelido pelo prazer: o da ‘justiça’.

Tem-se, dessa forma, que o universo criminal do assassino é refletido em sua linguagem, que, basicamente, é a materialização verbal de toda violência, frieza e crueldade por ele praticadas, afinal, a linguagem do assassino também traduz sua personalidade, como sua mente funciona, como seus instintos conduzem suas ações e de que forma ele é movido e envolvido pelas sensações que marcam o crime antes, durante e depois. A realidade é que as sensações e o prazer do assassino falam, tornam-se linguagem, e, para tanto, valem-se de estratégias, de métodos e de recursos linguísticos para manifestar-se e revelar sua natureza característica.

É nesse cenário que a coesão se torna um recurso, exposto em depoimentos, em interrogatórios e em entrevistas e refletido nos detalhes, na escolha das palavras, nas expressões e nos gestos durante a fala do assassino, afinal, se o crime precisa estar bem articulado, “sem fios soltos”, para que o criminoso não seja descoberto, o discurso do

assassino também precisa estar conectado, uno, para que faça sentido e conduza a determinadas interpretações (a ele favoráveis), em detrimento de outras possíveis.

À vista disso, nosso objetivo é, com base no gênero entrevista, analisar como o assassino utiliza elementos de coesão em seu discurso para construir determinados efeitos de sentido e atingir determinadas interpretações e respostas dos ouvintes. Trata-se de verificar e compreender como, por meio da linguagem, a mente funciona e, a partir disso, o homem age em sociedade. Assim, a questão que nos norteia é: Que papel a coesão exerce no discurso do gênero entrevista de um assassino serial e como ela determina seus efeitos de sentido?

Compondo o *cópus* deste artigo, apresentamos trechos (*ipsis litteris*) de uma entrevista realizada com o assassino serial Pedro Rodrigues Filho, conduzida pela criminóloga Ilana Casoy e por ela disponibilizada em seu livro *Serial killers: made in Brazil* (2014). Essa entrevista foi realizada como parte de um documentário, o qual ainda não foi publicado, portanto, justifica-se nossa escolha por trabalhar apenas com os excertos, que já estão públicos.

INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO: GÊNEROS, FOLHADO TEXTUAL E COESÃO

Antes de tudo, as práticas de linguagem situadas – os textos-discurso – são os instrumentos maiores do desenvolvimento humano, não somente sob o ângulo dos conhecimentos e dos saberes, mas, sobretudo, sob o das capacidades de agir e da identidade das pessoas (BRONCKART, 2006), assim, o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) visa estudar os efeitos das práticas de linguagem sobre tal desenvolvimento e busca compreender a estrutura e o funcionamento dos textos que circulam socialmente, bem como a relação desses textos com a atividade humana, considerando as ações humanas em suas dimensões sociais e discursivas constitutivas (BRONCKART, 2003).

Desse modo, podemos dizer que a linguagem está no cerne do desenvolvimento humano, visto que ela é mediadora de todas as atividades e práticas humanas em contexto social, ou seja, de interação, materializando-se por meio de

discursos e de gêneros. Isso levando em consideração que o discurso é um dos principais planos de enunciação, sendo definido como o “efeito de sentido construído no processo de interlocução (opõe-se à concepção de língua como mera transmissão de informação)” (BRANDÃO, 2012, p. 106).

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia [...] como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção (BRANDÃO, 2012, p. 11).

Justamente pelo fato de o discurso não ser neutro, toda confecção de texto necessariamente implica escolhas linguísticas, tipológicas, ideológicas, formais, contextuais, sendo que as escolhas de gênero são relativas à seleção e à combinação dos mecanismos e de suas modalidades linguísticas de realização, conforme Bronckart (2006). Nessa perspectiva, os gêneros discursivos constituem os produtos de configurações de escolha entre as possíveis, disponibilizadas no intertexto e momentaneamente estabilizadas pelo uso, sendo que essa escolha emerge do trabalho que as formações sociodiscursivas realizam para que os textos sejam adaptados às atividades que elas praticam, determinados pela situação comunicativa, pelos interlocutores, pelo veículo de comunicação etc.

Dado que os gêneros são formas relativamente estáveis, mas que nos permitem reconfigurá-las de maneira subjetiva e singular, apoiados em nossas características, nossos estilos e nossa visão de mundo, se a internalização dos fatores externos ocorre por meio de signos linguísticos e ideológicos, os gêneros estão aí para auxiliar-nos na organização, na estruturação e na composição das mais variadas formas de acontecimento textual, visto que os textos mediam as relações sociais e essa passagem de fora para dentro e de dentro para fora. Afinal, é por meio dos gêneros que nos

expressamos e comunicamos, exteriorizando esquemas e padrões mentais arranjados cognitivamente com base naquilo que vem de fora: experiências, práticas, conhecimentos, parâmetros. Então, conseguimos nos exprimir em dado contexto comunicacional escolhendo, dentre os arquétipos textuais disponíveis, o gênero que melhor se encaixa nas nossas intenções e situações de comunicação.

Nesse universo, os gêneros são estabelecidos de acordo com os mundos e tipos discursivos, sendo que, conforme Leal (2008), os mundos discursivos são representações do mundo real, ou seja, do mundo em que se desenvolvem as ações dos agentes produtores da comunicação; esses mundos são construídos com base em dois subconjuntos de operações: as primeiras se referem à relação existente entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático e as coordenadas do mundo ordinário, as segundas esclarecem o relacionamento das diferentes instâncias de agentividade (personagens, grupos, instituições, etc.) e sua inscrição espaço-temporal com os parâmetros físicos da ação da linguagem em curso (agente-produtor, interlocutor e espaço-tempo da produção). Assim, temos dois mundos discursivos: o da ordem do narrar e o da ordem do expor, os quais são traduzidos em tipos de discurso, como parte da infraestrutura do texto no folhado textual que entra na composição dos gêneros nos quais os mundos discursivos particulares são materializados, variando de acordo com as unidades linguísticas que neles ocorrem e sendo delas dependente. Os tipos de discurso ainda traduzem operações psicológicas que refletem a criação de mundos discursivos específicos e os próprios mundos discursivos particulares. São quatro os tipos de discurso: discurso interativo, discurso, narração e relato interativo. Esses tipos podem ser semiotizados de forma implicada ou autônoma, dependendo da relação estabelecida na produção textual entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático mobilizado no texto e as coordenadas do mundo ordinário (que se refere à situação de ação) (MIRANDA, 2008), podendo ser definidos, também, por meio da conjunção ou da disjunção.

Como toda ação de linguagem surge da mobilização de um gênero, pelo qual o texto se concretiza, torna-se necessário organizar esse texto a partir de sua estrutura e

de sua composição. A essa necessidade Bronckart (2003) traz a concepção de folhado textual, em consonância com o que Beaugrande e Dressler propuseram sobre os fatores de textualidade, incumbidos de assegurar o texto como tal, de forma linear, organizada e portadora de sentido, e não como um amontoado de frases. O folhado textual, por sua vez, se dá em três níveis superpostos e, em parte, interativos: a infraestrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos, os quais respondem adequadamente à necessidade metodológica de desvendar a trama complexa da organização textual.

Os *mecanismos de textualização*, em particular as séries isotópicas de organizadores e de retomadas nominais, contribuem para *marcar* ou “tornar mais visível” a estruturação do conteúdo temático (plano geral que combina tipos de discursos e, eventualmente, seqüências); portanto, pressupõem essa organização mais profunda que chamamos de infraestrutura. Quanto aos *mecanismos enunciativos*, na medida em que parecem ser pouco dependentes da linearidade do texto (a distribuição das *modalizações*, por exemplo, é quase independente da progressão do plano de texto), podem ser considerados como sendo do domínio do nível mais “superficial”, no sentido de serem mais diretamente relacionados ao tipo de interação que se estabelece entre o agente-produtor e seus destinatários (BRONCKART, 2003, p. 119-120, grifos originais).

Especificamente a respeito dos mecanismos de textualização, base de nossa pesquisa, Bronckart (2003) aponta que estes contribuem para o estabelecimento da coerência temática, pois, uma vez articulados à linearidade do texto, explicitam, tendo em vista o destinatário, “as grandes articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais do texto” (p. 122) que podem ser divididas em conexão, coesão nominal e coesão verbal.

Diante disso, temos que:

- os mecanismos de conexão contribuem para marcar as articulações de progressão temática e são realizados por organizadores textuais, “que podem ser aplicados ao plano geral do texto, às transições entre tipos de discurso e entre fases de uma seqüência, ou ainda às articulações mais locais” (BRONCKART, 2003, p.122);

- os mecanismos de coesão nominal têm tanto a função de introduzir os temas e/ou personagens novos quanto a de assegurar sua retomada ou sua substituição no desenvolvimento do texto. “as unidades que realizam esses mecanismos são chamadas de anáforas e podem ser pronomes pessoais, relativos, demonstrativos e possessivos, e também alguns sintagmas nominais” (BRONCKART, 2003, p. 124);
- “os mecanismos de coesão verbal asseguram a organização temporal e/ou hierárquica dos processos (estados, acontecimentos ou ações) verbalizados no texto e são essencialmente realizados pelos tempos verbais” (BRONCKART, 2003, p. 127), podendo aparecer em interação com outras unidades que têm valor temporal, como os advérbios e os organizadores textuais; além disso, sua distribuição depende dos tipos de discurso em que aparecem, mais claramente do que acontece com os outros dois mecanismos.

A coesão e a coerência entram em cena quando são estabelecidas conexões entre texto, sujeitos e sociedade, em que elementos articulam essa relação em direção a um sentido. Dessa forma, a coesão, como elemento linguístico cuja função é a de promover continuidade ao texto, de forma sequencial, lógica e articulada, faz-se imprescindível em todo e qualquer discurso se quisermos nos comunicar de modo claro, eficaz e coerente. Na entrevista não poderia ser diferente, uma vez que se trata de um gênero da conversação marcado pela partilha de informações, de esclarecimentos, de avaliações e de opiniões, no qual tanto quem entrevista quanto quem é entrevistado deve ser capaz de expressar-se com clareza, segurança, domínio e sentido (COSTA, 2014).

Koch (2016) afirma que a coerência é resultado de uma construção feita pelos interlocutores, em dada situação de interação, por meio da atuação conjunta de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional. Dessa maneira, a coerência não está no texto, mas é construída a partir dele por meio de pistas/recursos coesivos que orientam o interlocutor na construção de sentido. Para tanto, faz-se necessário levar em consideração conhecimentos de mundo, conhecimentos socioculturalmente partilhados entre os interlocutores e práticas sociais colocadas em ação no curso da interação. A

coerência se estabelece, então, no nível sintático, semântico, temático, estilístico e ilocucional, ao passo que a coesão diz respeito à “forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também linguísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que dela difere qualitativamente” (KOCH, 2015, p. 45).

À vista disso, pode-se dizer que a coesão é responsável pelo encadeamento de todos os elementos presentes no texto, estabelecendo uma ligação lexical, morfológica e sintática dentro de uma sequência e garantindo que o sentido do texto seja compreendido por meio da unidade, enquanto a coerência nos permite interpretar e compreender esse sentido por meio dos conceitos dos elementos linguísticos e extralinguísticos devidamente configurados e articulados pela coesão.

Innes (2009) aponta que há algumas décadas o FBI já vinha se atentando para a importância da linguagem na análise de crimes, mas que, muitas vezes, era e ainda é negligenciada. Além de contribuir na criação de perfis comportamentais, a linguagem falada ou escrita dos criminosos pode fornecer aos investigadores uma miríade de informações, pois “ambas têm características que podem revelar as origens geográficas de um indivíduo, etnia ou raça, idade, sexo, ocupação, nível de escolaridade e orientação ou crença religiosa” (INNES, 2009, p. 45). Muito mais do que isso, a linguagem de um indivíduo, inclusive criminoso, assassino em série, expressa seu posicionamento no mundo e, principalmente, seu posicionamento discursivo, que é dotado de representações, ideologias, condições e elementos externos, assim, ela revela muito mais que a capacidade comunicativa de seus falantes, mas suas percepções, as características pessoais, que tornam cada um único, suas personalidades, seus traços e detalhes individuais que constituem a forma de pensar e agir, de estruturar as informações e as experiências cognitivamente e exteriorizá-las socialmente.

Então, levando em consideração que a entrevista é um gênero cuja intenção principal é a informação e cuja marca essencial é a interação entre os interlocutores de forma dialógica e, portanto, conduzida pelo discurso direto e pela subjetividade; o objetivo é, por meio do diálogo, narrar, relatar experiências, conhecimentos, fatos, logo,

as escolhas linguísticas e o modo como as palavras são dispostas e encadeadas possuem importância fundamental. Por conseguinte, aqui, analisaremos a entrevista como pertencente ao gênero primário: trata-se de um relato interativo, do mundo (disjunção) do narrar implicado, dado que, com relação à situação de linguagem, o discurso remete a tempos outros, anteriores ao tempo de fala, mas com explícita relação de implicação entre suas instâncias de agentividade e os parâmetros materiais da ação de linguagem (agente-produtor, interlocutor, situação espaço-temporal etc.), conforme aponta Bronckart (2003).

PEDRINHO MATADOR E O ASSASSINATO EM SÉRIE

Especialistas definem que, para ser considerado um assassino em série, é preciso ter matado três pessoas ou mais, em um dado intervalo de tempo, porém, essa não é a característica principal que diferencia esse tipo de assassino dos demais, colocando-os na posição mais extrema de brutalidade que se pode cometer contra a vida: o assassino em série mata por prazer, pela sensação de poder ao subjugar, agredir, humilhar, cometer inimagináveis tipos de violência e de barbaridade e degradar o corpo da vítima durante e após a morte, aliás, é justamente o fato de poder controlar a vida de alguém, tirando-a com suas próprias mãos, que faz com que o assassino em série sinta-se um deus e obtenha prazer e satisfação pessoal.

Por conta de sua consciência distorcida, de limitada capacidade de emoção e de empatia, há uma ausência de sentimento com o próximo ou de arrependimento e de remorso pelos atos e pelas vítimas. A maioria desses assassinos é afligida por uma angústia, e a solução dessa angústia aparece com a consumação do assassinato. Como a angústia é constante e momentânea, há sempre a necessidade de saná-la novamente, assassinando outras pessoas, o que caracteriza o crime como serial. O que se pode concluir é que assassinar gera alívio, por isso, em alguns casos, as vítimas não são escolhidas por um critério, mas de forma aleatória, salvo algumas exceções, quando as vítimas simbolizam algo para o assassino, ou quando eles matam por vingança, por justiça, para fazer um “bem” para a sociedade. Nesse último caso, são escolhidas como

vítimas pessoas vulneráveis e consideradas alvos fáceis, como crianças e mulheres, ou marginalizadas, como mendigos, travestis, prostitutas, garotos de programa, drogados, pois, para o assassino, matar essas pessoas equivaleria a fazer limpeza social, prestar um serviço à sociedade. O que acontece, de fato, na maioria dos casos, é simplesmente uma vontade de matar, de tirar uma vida, sem motivo nenhum, assim, os desejos e os pensamentos mais sádicos entram em jogo e controlam as ações do assassino, pois apenas matar não é suficiente, é preciso haver perversão, violência extrema, atrocidade, sendo estas as melhores formas de mostrar estar no controle e de dominar a vítima. A autossatisfação é imperiosa, então, apesar de alheios às emoções e aos sentimentos relacionados à empatia e ao próximo, em contrapartida, sentimentos e emoções egoístas são comuns, como o prazer, a satisfação e a vontade pelo poder acima de tudo, independentemente de o que se precisa para conseguir ou das consequências.

Tais características vão ao encontro do que postula Roudinesco (2008), ao expressar que a perversão se associa a uma espécie de negativo da liberdade: aniquilamento, desumanização, ódio, destruição, domínio, crueldade, gozo. Porém, a perversão é, também, criatividade, superação de si, grandeza. Nesse sentido, pode ser entendida como o acesso à mais elevada das liberdades, uma vez que autoriza aquele que a encarna e comete a ser simultaneamente carrasco e vítima, senhor e escravo, bárbaro e civilizado. O fascínio exercido sobre nós pela perversão deve-se, precisamente, a que ela pode ser ora sublime ora abjeta: sublime ao manifestar-se nos rebeldes de caráter prometeico², que se negam a submeter-se à lei dos homens, ao preço de sua própria exclusão; e abjeta ao se tornar, como no exercício das ditaduras mais ferozes, a expressão soberana de uma fria destruição de todo laço genealógico, que é a extirpação da vida.

Assim, seja gozo do mal ou paixão pelo soberano bem, a perversão é uma circunstância da espécie humana, dado que o mundo animal está excluído dela, assim

² Relativo ou pertencente a, ou próprio de Prometeu, um dos titãs que, segundo a mitologia grega, roubou o fogo do Olimpo e o deu aos homens, ensinando-os a empregá-lo, razão pela qual Zeus o castigou, acorrentando-o no cimo do Cáucaso (FERREIRA, 2009, p. 1640). Relaciona-se à ideia de grandeza e à bravura dos benfeitores, ao sacrifício.

como do crime. Todavia, não somente é uma circunstância humana, presente em todas as culturas, como também supõe a existência da fala, da linguagem, da arte (ROUDINESCO, 2008), visto que o homem, desde os primórdios, já tinha habilidades para ações violentas, imorais, subversivas, antes mesmo de saber falar, logo, pratica a perversão de forma consciente e racional, ainda que impelido por fortes emoções, e visto que, sem a linguagem, a perversão não existiria, pois tal conceito sequer teria um significado, uma simbologia, um valor, razões pelas quais é um tema tão abordado nas mais variadas formas de arte e tão estudado por inúmeras ciências.

Pedrinho, quando da entrevista, estava preso há trinta e três anos, excedendo o tempo permitido por lei para o cumprimento de pena em regime fechado, e constava em seu prontuário, na Penitenciária II – Nilton Silva, que ele havia assassinado, oficialmente, setenta e uma pessoas, sendo quarenta delas já dentro do sistema penitenciário, apesar de o próprio assassino dizer que esse número está próximo a cem. Pedrinho foi preso aos 18 anos e, após décadas aprisionado, acabou estabelecendo sua identidade criminosa ali mesmo, na cadeia, não obstante tenha começado a construí-la jovem.

Conforme relata Casoy (2014) ao desenrolar a entrevista, Pedro Rodrigues Filho foi o filho mais velho de oito, criado na pobreza, em santa Rita do Sapucaí (MG), por mãe, pai e avós, dos quais assistiu e com os quais vivenciou diferentes cenas de violência, aprendendo atitudes que começariam a construir sua identidade criminosa desde cedo, resultado de revolta, de crueldade e de falta de assistência. Por ser bastante religiosa, a mãe impunha várias regras, como não poder assistir televisão; à medida que crescia, Pedro tinha que ir aprendendo a controlar a agressividade do pai, que atacava a esposa e expunha todos à situação de violência doméstica (quando ainda era feto, Pedro teve seu crânio fraturado por conta de um chute dado pelo pai na barriga da mãe); com os avós, aprendeu o hábito de beber sangue e a usar armas com maestria; com a avó, especificamente, batizou-se umbandista, sendo capaz de receber várias entidades poderosas, motivo que irritou sua mãe e levou-a a ameaçá-lo de morte; seus amigos são por ele descritos como “Tudo ruim que nem eu. Só pra pegar, tacar fogo” (CASOY, 2014, p. 304). Seu primeiro homicídio foi quando, após uma briga, Pedro empurrou seu primo

em um moedor de cana e, sem muito sucesso, optou por finalizar o ato com as próprias mãos, esfaqueando-o. A história de hostilidade familiar, todavia, findou-se com duas tragédias: quando Pedro foi preso pela primeira vez, sua mãe, enquanto dormia, foi brutalmente assassinada pelo pai, que acabou detido no mesmo presídio com o filho. Ali, por vingança, Pedro esfaqueou o pai com o mesmo número de facadas com o qual ele matou sua mãe, arrancou seu coração e mastigou-o.

Ainda na infância, consumido pela revolta, Pedro já ateava fogo em carros e em casas de ricos sempre que tinha oportunidade. Apesar da turma de amigos, ele conta que sempre foi solitário, inclusive na cadeia. Além disso, nunca frequentou a escola, um posto de saúde ou teve qualquer contato/assistência do Estado.

O crime que de fato marcou sua imersão no mundo de assassinatos em série foi entre os 14 e 15 anos: após o pai ser demitido da escola em que trabalhava, acusado de roubar merenda, a família se viu passando fome, e Pedro se retirou para o “mato” por um mês, onde ficou caçando macacos e vendendo a pele para conseguir dinheiro, até indignar-se com a situação e assassinar o substituto do prefeito, que demitiu seu pai, e o vigia da escola, quem Pedro acreditava realmente ter roubado a merenda, responsabilizando os dois pela crise familiar à qual a família foi submetida com a demissão do pai. A partir daí, Pedro se tornou procurado pela polícia e, foragido, fugiu para Minas Gerais, onde conheceu a traficante responsável pelo negócio de drogas da comunidade e envolveu-se com ela, conquistando, assim, a hierarquia da organização e o consequente descontentamento de outros traficantes, que tentaram o matar. Quando sua companheira foi assassinada (crime do qual Pedrinho também se vingou), Pedro fugiu novamente e tornou-se chefe de seu próprio grupo, posição com a qual estabeleceu seu próprio código de ética e moral: vender drogas apenas para traficantes; matar apenas por vingança; não levar nada roubado para a casa ou para a mãe; e usar roupas vermelhas para cometer os homicídios e preto para ir ao velório ou ao enterro da vítima.

Ao ser preso pela primeira vez, em 1973, em Minas Gerais, sendo posteriormente transferido para Taubaté (SP), Pedro, que já estava acostumado com a violência, conta ter ficado bastante assustado com a brutalidade e a selvageria do lugar,

fato que acentuou sua personalidade e consolidou seus impulsos assassinos. Calculando ter vitimado mais de 100 pessoas, foi na prisão que ele assassinou a maior parte delas, incluindo-se, aqui, assassinatos ocorridos em rebeliões das quais ele participou, assassinatos de autoria desconhecida e/ou assumidos por criminosos “menores”, mas todas foram vítimas por terem violado seu código de ética e moral: estupradores, assassinos de mulher e de crianças e “pilantras”, como ele dizia. Nesse ambiente, Pedro desenvolveu diferentes métodos para matar: faca, caneta, óleo quente, arsênico, estrangulamento etc. Assim, foi considerado um dos maiores assassinos dentro do sistema prisional, ganhando o apelido de Pedrinho matador.

Em 2007, foi solto após cumprir 33 anos de prisão, tornando-se o detento com maior tempo de reclusão e sendo solto justamente por esse motivo, haja vista que o tempo máximo para o cumprimento de pena estabelecido por lei é de 30 anos, apesar de ter sido sentenciado a quase 500 anos de prisão, inclusive pelos crimes cometidos dentro da cadeia. Em 2011, Pedro foi preso novamente, dessa vez em Balneário Camboriú, onde ele estava reconstruindo sua vida, trabalhando e longe do crime. Entretanto, dessa vez, as acusações que lhe caíam eram de motim, de rebelião e de cárcere privado, de quando ele ainda estava preso em Taubaté, da primeira vez. Sua pena, agora, foi de oito anos.

Muitos questionam se Pedrinho é realmente um assassino em série, uma vez que seus crimes eram motivados e ele matava movido por um senso de justiça, diferentemente da grande maioria dos assassinos em série, que mata sem motivo, apenas para a satisfação sexual e para exercer poder sobre as vítimas. O fato é que Pedrinho matava em nome do prazer, o que é evidente por meio da sua fala, em entrevistas, e por meio de uma tatuagem feita em seu braço direito – e título deste artigo: “Mato por prazer”, a qual fora coberta por um desenho de escorpião anos mais tarde, pois Pedrinho diz ter-se arrependido dos crimes cometidos e não gostar mais da frase.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

A entrevista foi realizada, a pedido do próprio assassino, em julho de 2005, na Penitenciária II- Nilton Silva, pela criminóloga Ilana Casoy e por outro pesquisador, com duração média de quarenta horas e com a supervisão de um psicólogo forense.

Conforme Casoy (2014), foi por meio da entrevista com Pedrinho Matador que se pretendeu observar os fatores que levaram à construção de sua identidade dessa maneira particular e da imagem positiva dessa identidade na sociedade paralela e para ele próprio, em contraposição ao concreto teor negativo e criminoso dela, que lhe custou mais de trinta e três anos de prisão, até porque, “a importância das entrevistas com criminosos é inegável. Conhecer suas histórias, o contexto de sua criação, sua crença, seus pensamentos. Tentar desvendar o caminho que a violência faz dentro do ser humano” (CASOY, 2014, p. 298).

Casoy (2014) conta que o entrevistado foi conduzido a relatar, em entrevista narrativa, sua história como pessoa, e não aquela de seus crimes, já tão explorada pela mídia. Assim, por meio de uma entrevista aberta e não direcionada, Pedrinho teve um espaço para contar o que lhe parecesse importante, e foi a chance de tornar-se conhecido como um todo, sem deixar que se esquecessem que ele preferia ser lembrado como o grande matador que era. A entrevista foi baseada em consentimento livre e esclarecido do entrevistado, constando um termo por ele assinado, tanto para a publicação da entrevista quanto para a utilização das imagens em documentário sobre seu caso (ainda não publicado).

A autora conta que Pedrinho era carismático e possuía um jeito onomatopeico de contar seus crimes, fazendo a trilha sonora de suas ações e fornecendo detalhes anatômicos dos acontecimentos. Orgulhoso de seus atos, ele se denomina um vingador que jamais matou gente de bem, deixando claro que sabia que, ao matar, estava fazendo algo errado, contudo, sem remorso.

ENTREVISTADOR: Desde que idade você tomava sangue?

PEDRO RODRIGUES FILHO: Ah, desde menino! 10, 12 anos... Tomava depois de boi, (porque] de vaca não é bom. É bom pra saúde! [...] Meu avô morreu com 98 anos, fortão ainda (p. 304).

[...] Fiquei com ela um bom tempo, aí as pessoas que trabalhavam com ela se sentiu revoltada, ele aí chegando agora... [...] Aí os caras armaram

uma emboscada pra me matar. Os cara era matador [...] na época eu carregava duas 765, uma de doze tiros, uma de nove [...] fui chamado para trazer um carregamento com os quatro rapazes, esperei eles cochilarem e matei todos [...] (p. 305-306).

ENTREVISTADOR: Você matou muito por vingança, né?

PEDRO RODRIGUES FILHO: Mais por vingança. Matei bastante.

E.: Sempre por vingança?

P.R.F.: Quase sempre matei por vingança.

E.: Quando não foi por vingança foi por quê?

P.R.F.: Aí... Por exemplo, por exemplo... A gente já tá, tanto ir, tanto faz. Tá craqueado até o pescoço. Perdi irmã. Não tem interesse em ir embora mais... Eu via o cara, aquele cara não tá com nada! Cê tá louco pra matar, aquela sede de matar! Quer sair da cadeia, quer ir pra outro lugar, entendeu? [...] não é nada, só porque ele fez alguma coisa para outra pessoa eu já ia lá e matava.

E.: É como uma missão, você escolhe aquele que não prestava para estar aqui?

PEDRO RODRIGUES FILHO: No nosso meio do crime não é permitido, né? Eu ia lá e eliminava [estupradores, matadores de crianças] (p. 306-307).

[...] Tive que matar dois caras, por causa da minha moral, por causa da bicha, que eu gostava dela, parecia uma mulher mesmo [...] (p. 307).

Primeiramente, são notáveis as marcas de oralidade, características em um relato interativo como o gênero entrevista, principalmente informal: pausas e elipses, marcadas, na transcrição, pelo uso de reticências, como traço de oscilação, e dos símbolos [...], como traços de prosseguimento, de avanço da fala; discordância verbal e nominal e termos em sua forma reduzida, próprios do diálogo em situação natural e não monitorada: “as pessoas que trabalhavam com ela se sentiu revoltada”, “os cara era matador” (discordância de plural) e *tá, cê, pra* (reduções informais, próprias da fala oral), transmitindo um teor de aproximação com o receptor; e marcadores conversacionais: *aí; né; ah*, cujos efeitos de sentido podem ser, respectivamente: a sinalização da inserção de um conteúdo que já está pressuposto por parte dos interlocutores, e não de um conteúdo totalmente novo e desconhecido (*aí*), a sinalização de uma confirmação das ideias já defendidas e afirmadas, como forma de apoio discursivo em busca de uma adesão do locutário sobre essa afirmação já dada (*né*), ou como hesitação ao que foi dito (*ah*).

Sobre os marcadores conversacionais, Charaudeau e Maingueneau (2004) esclarecem, que estes, como o próprio nome diz, designam uma série de elementos verbais e não verbais, característicos das situações de interação e que desempenham um papel de revelador quanto à produção discursiva durante sua elaboração: “eles estabelecem/indicam uma ligação tanto entre segmentos linguísticos quanto entre as formas linguísticas e o contexto” (p. 320). Trata-se de elementos com várias funções, que asseguram a fluidez das trocas, tanto no nível cognitivo quanto no nível da relação interpessoal. Diante disso, eles são morfologicamente invariáveis e pertencem a diferentes categorias, como a da interjeição, a da conjunção, a da preposição, a do conector e a do adjetivo, atuando, como consequência, na progressão textual, como elementos de ligação das ideias e do próprio tema.

Ainda, Bronckart (2003) conceitua os mecanismos de conexão como marcas de articulação e progressão temática que são realizadas por meio de organizadores textuais: conjunções, advérbios, locuções adverbiais, grupos preposicionais ou grupos nominais e segmentos de frase. Isso posto, os excertos acima trazem-nos:

Advérbios	Locução adverbial	Preposições	Conjunção	Segmento nominal
<i>nada, agora, não, aqui, como, ainda, muito, bastante; mais; quase; quando; sempre; depois; mesmo; só; lá</i>	<i>quase sempre; não é nada; não tá com nada</i>	<i>desde; que, já, com, até, aí; de</i>	<i>que (porque)</i>	<i>Meu avô morreu com 98 anos, fortão ainda; No nosso meio do crime não é permitido, né?</i>

Por conta das sucessivas ligações que vão estabelecendo-se no decorrer do texto, a interpretação de cada segmento depende e é afetada pela interpretação dos segmentos anteriores e daqueles subsequentes. Tais ligações não ocorrem somente no nível textual, mas também no semântico, visto que para haver ligação no nível superficial do texto é necessário, também, haver ligação no nível dos sentidos e das intenções pretendidas, garantindo, assim, a continuidade do texto (ANTUNES, 2005). Nesse sentido, os advérbios, as conjunções e as preposições propiciam a continuidade semântica

e lógica do discurso de Pedrinho, reiterando o que foi dito; substituindo termos por meio de retomada gramatical, lexical ou por elipse; associando e conectando algumas palavras, estabelecendo relações de sentido e de função entre o posicionamento discursivo assumido pelo entrevistador e pelo entrevistado, marcado pela alternância e pela responsividade, e entre termos e orações do discurso do entrevistado.

Conforme Simon (2008), a coesão é a manifestação linguística da coerência e provém da forma como as relações lógico-semânticas do texto são expressas na superfície textual. Cabe à coesão, então, estabelecer articuladores e encadeadores e promover a continuidade formal do texto, torná-lo uma sequência interligada, para que o fio de unidade não se perca e que seus sentidos não sejam prejudicados. Notadamente sobre a coesão nominal, a qual Bronckart (2003) diz ser realizada por meio de anáforas, que podem ser pronomes pessoais, relativos, demonstrativos e possessivos, bem como alguns sintagmas nominais, os excertos analisados apresentam o seguinte:

Pronomes pessoais	Pronomes possessivos	Pronomes demonstrativos	Pronomes indefinidos	Pronome relativo
<i>eu; ela; ele; eles; você; me</i>	<i>meu; minha; nosso</i>	<i>aquele; aquela</i>	<i>outro; todos; alguma</i>	<i>que</i>

Atuando na substituição, em uma relação textual de reiteração, os pronomes fazem variar os termos constituintes do nexos textual, assegurando sua cadeia referencial e sua continuidade (ANTUNES, 2005), pois trata-se de uma maneira de retomar o que foi dito sem repetir os mesmos termos e/ou deixar a leitura truncada, mas tornando-a mais dinâmica e linear. Além disso, os pronomes operam como dêiticos, responsáveis por ancorar um enunciado no próprio contexto de enunciação, localizando, no texto, seu falante e demais pessoas do discurso, bem como a situação de produção discursiva, associando-os e tornando-os referentes, como forma de ratificar o que se diz. Dessa maneira, a coesão verbal também é necessária, porque marca o desenvolvimento textual e “amarra” as ideias, situando-as no tempo (tanto de acontecimento quanto de fala) por meio dos verbos e suas conjugações, ao passo que se relacionam com os demais elementos para garantir uma sequência coerente e una. Nos excertos analisados, encontramos os

seguintes exemplos de coesão verbal, com predominância do pretérito, marca de narrativa.

Pretérito perfeito	Pretérito imperfeito
<i>tive; fiquei; morreu; armaram; sentiu; fui; esperei; matei; fez</i>	<i>tomava; ia; era; carregava; via; matava; eliminava; gostava; parecia</i>

Sabemos que o pretérito indica ações passadas, anteriores ao momento de fala, por isso é primordialmente utilizado para narrar histórias, pois relaciona-se à progressão, ao desenvolvimento textual, sendo que o pretérito perfeito indica ações finalizadas, únicas, de curta duração temporal, e o imperito indica ações rotineiras, mais frequentes, com duração maior no tempo. Isso porque, como Oliveira e Cordeiro (2008) explicitam, o mundo discursivo do relato interativo é disjunto (separado) do mundo ordinário do ato de produção, mas implicado, isto é, ancorado em uma origem dêitica, portanto, composto por dois tempos dominantes: o pretérito perfeito e o imperfeito (mas podendo juntar-se às formas do mais-que-perfeito, do futuro do presente e do futuro do pretérito). Em outras palavras, por ilustrarem o momento discursivo, os verbos no pretérito são essenciais para o estabelecimento da coerência textual, uma vez que revelam a relação espaço-temporal entre o momento em que se produz o enunciado sobre um fato (presente) e o momento em que ele ocorreu (passado), sinalizando que o instante em que se enuncia é distinto daquele sobre o qual se enuncia (CURTI, 2019).

Ademais, também encontramos marcas do tempo presente do indicativo: *é; tá; quer*, exprimindo um grau elevado de certeza do entrevistado perante o processo que enuncia (SOUZA-E-SILVA; KOCH, 2011) e enfatizando seu momento de fala; bem como a presença de verbos no infinitivo: *matar; ir*, designando uma não referência a um tempo específico, pois não são empregados em condições de contexto ou de sujeito marcados, mas possuem um valor genérico, passando uma ideia de duração, de continuidade, de ausência de fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem é um fato, uma ação social, logo, não deve ser reduzida apenas à capacidade comunicativa do ser humano, posto que ela vai muito além disso, mas configura-se como um dos principais meios de constituição, formação, representação e posicionamento cultural, histórico, ideológico: a língua é uma forma de agir socialmente sobre tudo e sobre todos que nos rodeiam, levando-nos, assim, à interação e ao desenvolvimento, sendo que este não é somente individual ou das capacidades particulares, mas é coletivo e abrange todos os processos e desempenhos do homem sobre o mundo e vice e versa. Toda atividade, competência, experiência, e todo comportamento, conhecimento, potencial do homem são mediados pela linguagem e não há como ser de outra forma: verbal ou não, o fato é que a linguagem perpassa o homem em toda e qualquer atividade, regulando-a, adaptando-a, transformando-a, concretizando-a.

Uma vez que a sequência narrativa aparece apenas em relatos interativos (BRONCKART, 2003), aqui, o relato se deu como tipo principal, e, a narrativa, como tipo menor, mas ambos importantes para a construção e para a infraestrutura textual do gênero entrevista, em que as escolhas linguísticas e as operações mentais são externalizadas como elementos de coesão evidenciados por mecanismos de textualização, estes marcados principalmente pelo uso de verbos no tempo pretérito (marca de narrativa), de pronomes, atuando como dêiticos e de conjunções e advérbios. Todos esses ingredientes asseguram a coerência temática do texto, atuando como articuladores na ligação entre as ideias e a sequência linear do discurso, organizando-as e fazendo-as progredir, tal como estabelecendo relação entre o conteúdo linguístico, como as frases e as cadeias, e o extralinguístico, como os contextos, os aspectos histórico-sociais etc. Então, podemos apreender que a coesão tem o papel primordial de conduzir o discurso ao sentido, abastecendo-o com recursos que estabelecem uma relação conceitual e semântica entre todos os elementos discursivos, por meio de uma sequência lógica e contínua, permitindo que tudo que está na superfície, ou em seu íntimo, implícito, articule-se e forme um todo coerente, afinal, quando nos comunicamos sempre almejamos atingir nossas pretensões e dar início à interação.

Portanto, entendemos que todos os fatores, linguísticos e não linguísticos, juntam-se e rumam à (tentativa de) justificativa para os atos criminosos e mortais cometidos pelo assassino, que são, *a priori*, injustificáveis, por tratar-se de um dos mais hediondos crimes contra a vida humana – direito fundamental –, que atinge não somente a vítima, mas afeta o todo social, abala as formas de convivência e de interação, infringe normas e valores morais e éticos. E se os próprios motivos para cometer os crimes não são suficientes para comprovar isso, então, os elementos coesivos, pela língua, são; afinal, não apenas o discurso, na entrevista, é uma evidência, mas a coesão, com todas suas possibilidades de conexão, de conformidade e de unificação, também é.

Efetivamente, o homicídio é um fato social e histórico tal qual a linguagem é, e, considerando que a perversidade acompanha o homem em sua evolução/involução, a língua se torna um importante elemento de investigação, uma vez que particularidades e modos de ver o mundo são exteriorizados por ela. E se o assassino em série mata por prazer, cabe a nós, estudiosos da língua, por meio dela mesmo desvendar o crime e torná-lo objeto linguístico.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BAGNO, Marcos. *Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BERNARDES, Adriana. Serial killer, figura invisível só para a lei. *Correio brasileiro*, n. 17135, p. 36-37, abr. 2010. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/18/interna_cidadesdof,186939/serial-killer-figura-invisivel-so-para-a-lei.shtml. Acesso em: 04 maio 2018.
- BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um sócio-interacionismo-discursivo*. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.

BRONCKART, Jean Paul. Interacionismo Sócio-discursivo: uma entrevista com Jean Paul Bronckart. *ReVEL*, v. 4, n. 6, mar. 2006. Tradução de Cassiano Ricardo Haag e Gabriel de Ávila Othello. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/b01f783d362c4965699e1e8c41986767.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

CASOY, Ilana. *Serial killers: made in Brazil*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2014b.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução de Fabiana Komesu (coord.). São Paulo: Contexto, 2004.

COSTA, Sérgio Roberto *Dicionário de gêneros textuais*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

CURTI, Josyelle Bonfante. *Interação no contexto forense: linguagem e argumentação no gênero interrogatório*. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

INNES, Brian. *Perfil de uma mente criminosa: histórias reais de casos que abalaram a Europa e os EUA*. São Paulo: Editora Escala, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

LEAL, Audria. A presença do discurso interativo no gênero textual cartoon. *Estudos Linguísticos*, Lisboa, p. 71-80, 2008. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/clunl/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/audria-leal.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MIRANDA, Florencia. Gêneros de texto e tipos de discurso na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo: que relações?. *Estudos Linguísticos*, Lisboa, p. 81-100, 2008. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/clunl/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/florencia-miranda.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018

OLIVEIRA, Esther Gomes de; CORDEIRO, Isabel Cristina. Conexão e coesão: análise do fazer enunciativo em uma crônica jornalística. *UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ.*, Londrina, v. 9, n. 1, p. 47-54, jun. 2008.

Littera Online

n. XIX, 2019

Programa de Pós-Graduação em Letras | Universidade Federal do Maranhão

PROMETEICO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009. p. 1640.

ROUDINESCO, Elizabeth. *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Tradução de André Telles Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

SIMON, Maria Lúcia Mexias. A construção do texto. Coesão e coerência textuais. Conceito de tópico. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 40 - supl., jan./abr.2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO14/40SUP/002.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Linguística aplicada ao português – morfologia*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REVISTA MODERNA (1897-1899): Um Correio Ilustrado Oitocentista

Andreza dos Santos Flexa*

Resumo: O objetivo do presente trabalho consiste na apresentação da trajetória da *Revista Moderna*, propriedade do brasileiro Martinho Arruda Botelho, publicada em Paris, para circulação exclusiva no Brasil, entre os anos de 1897 e 1899. Trata-se de uma revista literária e de variedades, um correio ilustrado produzido em papel *couché*, com aproximadamente 36 páginas, que possibilitou a circulação e difusão de textos de diversos autores, antes mesmo de terem sido impressos em livros. Isso posto, apresentaremos a referida revista focalizando questões pertinentes à sua estrutura material, além de uma breve apresentação dos estudos que vem se utilizando da *Revista Moderna* como fonte de pesquisa. Pretendemos oferecer também aos interessados em pesquisas com fontes primárias a nossa visão acerca da polêmica entre Machado de Assis e Eça de Queirós publicada na revista, assim como demonstrar a importância dessas páginas para a promoção de obras e autores, sobretudo de brasileiros e portugueses, do final do século XIX.

Palavras-chave: Século XIX. *Revista Moderna*. Fortuna crítica. Eça e Machado.

Abstract: The purpose of this article is to present the *Revista Moderna*, owned by Martinho Arruda Botelho, published in Paris for circulation in Brazil, between the years 1897 and 1899. It is a literary and variety magazine, an illustrated mail produced in paper *couché*, with approximately 36 pages, that allowed the circulation and diffusion of texts of several authors, even before they were printed in books. That said, we will present the aforementioned journal focusing on issues pertaining to its material structure, as well as a brief presentation of the studies that have been used in the *Revista Moderna* as a research source. We also want to offer those interested in researches with primary sources our views about the controversy between Machado de Assis and Eça de Queirós published in the magazine, as well as to demonstrate the importance of these pages for the promotion of works and authors, especially Brazilian and Portuguese, late century XIX.

Palavras-chave: Century XIX. *Revista Moderna*. Critical Fortune. Eça e Machado

INTRODUÇÃO

A impressão e circulação de bens culturais no início dos oitocentos no Brasil eram controladas pela censura régia, a qual temia discursos “sediosos e incendiários,” que intentavam “perturbar a harmonia estabelecida em todas as ordens do Estado e

* Mestranda do programa de pós-graduação em letras da UFPA e professora efetiva do IFPA- Campus Marabá Industrial. E-mail: andsflexa@hotmail.com.

introduzir a anarquia”. (NEVES, 2000; BARBOSA, 2010, 39). Contudo, o século XIX viveu um período de intensa circulação de impressos entre a Europa e o Brasil, marcado pelo aprimoramento da tecnologia gráfica, da evolução dos meios de comunicação, de transporte e pela expansão do público leitor. (ABREU, 2011, p.121).

A circulação de ideias críticas, políticas e literárias no Brasil aumentou a partir da instalação da *Impressa Régia*, no século XIX, o que tornou a prática de impressão uma atividade regular, acarretando no aumento do número de impressos e da circulação da cultura transatlântica no país, apesar de haver a censura e o controle sob os impressos que circulavam no Brasil.

A partir de 1821, com a criação do decreto de abolição da censura, ampliou-se o número de periódicos brasileiros editados no país e em outras províncias. Em janeiro de 1822 D. Pedro proíbe o anonimato das obras afim de que houvesse um responsável pelo conteúdo. (BARBOSA, 2010, p.40). Em 1824 a constituição declara que toda a reponsabilidade dos abusos cometidos nos impressos deveria ser penalizada de acordo com a lei. Tal dispositivo passa a ser integrado ao código criminal permanecendo até 1890. (NEVES, 2000; BARBOSA, 2010, p.41.).

Nesse período de transição e de profundas transformações sociais, o desenvolvimento de periódicos intensificou-se quando os mais renomados jornais modificaram o seu formato. Proliferavam, por exemplo, os periódicos ilustrados os quais, de acordo com Silva (2012, p.1), “tiveram uma importância decisiva no intercâmbio cultural luso-brasileiro, funcionando como mediadores entre realidades diferentes.” Em suma, as revistas ilustradas viabilizaram a propagação das ideias e modas estrangeiras no país, pois favoreceram o diálogo e as trocas culturais com a Europa e imprimiram em suas páginas questões políticas e culturais.

A luso-brasileira *Revista Moderna* (1897-1899), por exemplo, apareceu entre os empreendimentos criados para fins de “estreitar relações” entre os brasileiros e os portugueses e dar a conhecer a cultura de cada um desses dois países, por meio de páginas luxuosas e repletas de ilustrações feitas pelas técnicas mais modernas do período, bem

Littera Online

n. XIX, 2019

Programa de Pós-Graduação em Letras | Universidade Federal do Maranhão

como, para satisfazer a “necessidade de uma informação completa e ilustrada, sobretudo o que atualmente interessa ao espírito público.” (*Revista Moderna*, editorial, 1897).

Imagem 1: *REVISTA MODERNA*



Fonte: Imagem extraída da Hemeroteca digital da biblioteca nacional

Com redação e administração em Paris, a *Revista Moderna* iniciou suas atividades em 15 de maio de 1897, circulou durante dois anos consecutivos, até abril de 1899, quando totalizou 30 números. Em cada número, a revista trazia uma seção explicando o que seria impresso na próxima edição, além de quase sempre vir ilustrada com fotografias de personalidades ilustres, de Portugal ou do Brasil, ou com suplementos

de moda, também ricamente ilustrados, resultado dos últimos e aperfeiçoados processos da tipografia e da gravura para atender as exigências do mercado periodístico da época.

Fundada e dirigida por Martinho Carlos de Arruda Botelho a *Revista Moderna* contou com a colaboração de Eça de Queiroz e de “um grupo de redatores escolhidos dentre os mais notáveis da nossa literatura” (*Revista Moderna*, editorial, 1897). O empreendimento de Martinho Botelho almejava ser apenas um veículo literário sem que suas páginas servissem de cenário para discussões políticas ou econômicas.

A recepção da *Revista Moderna* em fontes primárias contemporâneas ao periódico

Como outros periódicos luso-brasileiros da época, a *Revista Moderna* prometia ser um elo entre os dois países, tendo como público-alvo os barões do café, os quais dividiam-se entre o Brasil e as capitais europeias (MARTINS, 2000, p.52). Mas a revista, por diversas vezes, transformou-se em um veículo de ideias críticas, políticas e literárias oitocentistas.

No período em que circulou, a *Revista Moderna* obteve enorme aceitação, sobretudo por um público mais amplo e ávido por informações, conforme se pode observar na informação extraída do o jornal *O Estado de São Paulo*, publicado quinze dias após o aparecimento da revista no cenário brasileiro:

Em Paris vai ser publicada uma revista luso-brasileira denominada *Revista Moderna*. Será escrita em português e entre seus colaboradores estão os senhores Eça de Queirós, Domício da Gama, Arruda Botelho e Luís Serra. (*O Estado de São Paulo*, 30 de maio de 1897)

Continuando com a recepção do novo empreendimento luso-brasileiro, a *Revista Brasileira*, sob direção do crítico literário José Veríssimo, informa o recebimento dos números iniciais da *Revista Moderna*, no Tomo XIII, de 1898:

Em Paris começou a ser publicada em maio do ano passado um interessante *magazine* ilustrado em português, sob a direção do nosso compatriota Sr. Manoel Botelho. Tem o título, que plenamente justifica de *Revista Moderna* e conta entre os seus mais assíduos colaboradores, além do eminente romancista português o sr. Eça de Queirós, alguns

nomes estimados e queridos dos leitores da *Revista Brasileira*, como Domicio da Gama e Magalhães de Azeredo. Recebemos os primeiros números. (*Revista Brasileira*, janeiro de 1898, p.112).

Conforme se pode observar, a *Revista Brasileira*, além de informar sobre o aparecimento e a circulação das edições da *Moderna*, apontou quem estava à frente desse Correio Ilustrado, o brasileiro Manoel Botelho, assim como o seu principal colaborador o escrito português Eça de Queirós, assim como outros nomes que, inclusive, colaboravam com a anunciante.

Além dos impressos citados, outras fontes primárias também trouxeram informações acerca da *Revista Moderna* no mesmo período em que ela circulou, como se pode verificar na tabela a seguir:

Quadro 1 – recepção da Revista Moderna no período em que a circulou

Periódico	Data	Gênero	nº
<i>O Estado de São Paulo</i>	30 de maio de 1897	Jornal	87
<i>Gazeta de notícias</i>	26 de maio de 1897	Jornal	146
<i>Revista Brasileira</i> (RJ)	Janeiro à março de 1898	Revista	13
<i>Jornal de Recife</i> (Pe)	07 de abril de 1899	Jornal	07
<i>Revue des Revue</i>	01 de outubro de 1897	Revista	1222

Fonte: Elaboração própria.

Os cinco periódicos elencados no **Quadro 1** tratam-se de publicações nacionais e/ou estrangeiras da segunda metade do século XIX, que circularam concomitante com a *Revista Moderna*. Os periódicos que apresentaram informações a respeito da *Revista Moderna* e própria revista encontram-se digitalizados e disponíveis nos espaços de leitura, por exemplo, na Hemeroteca Digital.

No que se refere ao jornal carioca *Gazeta de Notícias*, a *Revista Moderna* ganhou destaque na publicação que circulou no dia 26 de maio de 1897, na coluna “novas

publicações”, aparecendo em meio as novidades literárias e os anúncios de impressos que se vendiam nas livrarias do país:

“Revista Moderna”

Entre as últimas notícias de Paris uma que deve interessar particularmente aos nossos leitores é a da fundação de uma revista ilustrada destinada ao Brasil e cujo o primeiro número deve ter aparecido naquela cidade no dia 15 do corrente. Essa publicação, que ocupa o meio termo entre o magazine mensal e a ilustração hebdomadária, tem por fim dar em 24 páginas in- 8º. grande uma resenha ilustrada da quinzena, e artigos redigidos de maneira que o leitor se divirta instruindo-se. A empresa está sob direção do senhor M. Botelho. Entre os seus redatores assíduos figura nosso eminente colaborador Eça de Queirós, que vai distrair em proveito dos leitores da revista uma parte da sua atividade quase exclusiva concentrada em trabalhos de longo fôlego. A colaboração literária promete um bom texto. A ilustração num centro artístico de primeira ordem não pode senão dar muito prazer pelos olhos aos leitores da Revista Moderna, que desejamos numerosos como as areias do mar e fiéis constantes como as estrelas do céu. (*Gazeta de Notícias*, 26 de maio de 1897.)

A *Gazeta* ainda reproduziu (prática comum à época), no dia 02 de agosto de 1897, o conto “José Matias”, de Eça de Queirós, publicado pela primeira vez na *Revista Moderna* em 25 de junho de 1897. Continuando com a *Gazeta de Notícias*, o jornal carioca deu grande folego à publicação luso-brasileira, anunciando o sumário de todos os fascículos da *Revista Moderna* recebidos das mãos da direção da revista, publicou a partir do dia 15 de agosto até 10 de março de 1899.

Na revista *Revue des Revue*, de origem francesa, a *Moderna* também foi apresentada com uma crítica de caráter elogioso, fazendo referência ao número em homenagem a Eça:

Revista Moderna – Esta bela publicação ilustrada em língua portuguesa, que é publicada a cada duas semanas em Paris, sob a direção de M. Botelho, publica uma edição dedicada ao grande romancista Eça de Queirós, o chefe da escola naturalista, um dos mestres do romance, contemporâneo na Europa. (*Revue des Revue*, 01 de outubro de 1897)

Verifica-se que Eça foi elevado como uma das grandes personalidades das letras portuguesas da atualidade e de todos os tempos não apenas na *Revista Moderna*

como também pela revista francesa *Revue des Revue*, esta afirmava a grandiosidade do escritor português o intitulado “chefe da escola naturalista”, e “mestre do romance”.

Enquanto os periódicos anteriores apresentam uma crítica mais elogiosa voltada aos escritores e intelectuais que publicaram na revista, o *Jornal de Recife* apresenta outra importante característica da *Moderna*:

Mudou-se o problema, que entra em seu estado normal, pois que o algodão barato importa ao bem estra da raça humana. Procuramos rapidamente entrar no conhecimento da situação, tão profundamente modificada pela guerra; esse trabalho não nos será difícil avista dos importantes artigos publicados por N. F. Cooking, na *Revista Moderna*. (*Jornal de Recife*, 07 de abril de 1899)

Conforme se pode observar, o *Jornal do Recife* destacou o caráter informativo da *Revista Moderna*, mostrando que ela se tornou referência na edição de assuntos que também interessavam ao espírito público do período, isto é, a visão mercadológica dos intelectuais acerca da economia do país (Brasil).

Creemos que o número de periódicos que publicaram críticas em torno da *Moderna* no final do XIX seja maior do que contabilizamos, isso por conta de haver nas páginas da própria revista uma seção que apresentava outros periódicos em circulação no período em que a *Moderna* circulava, contudo, muitos títulos não foram localizados, até onde nos foi possível averiguar.

A Revista Moderna na história da imprensa atual

A *Revista Moderna* teve seu lugar de destaque nos oitocentos, por isso, não deixaria de fazer parte na História da Imprensa, conforme se pode constatar em uma publicação renomada da área, que auxilia nas pesquisas da História do Livro e da Leitura no Brasil:

A *Revista Moderna*, impressa em Paris, em 1897, introduzia o que havia de mais avançado em periodismo, primando por elaboradas reportagens, coberturas de acontecimentos marcantes do tempo, geralmente ilustradas com desenhos tomados a partir dos acontecimentos, não se furtando ao sensacionalismo em voga. Como aquele de cena horripilante do incêndio do Bazar da Caridade em Paris,

em 4 de maio de 1897, causado por uma lanterna de cinematógrafo. A queda do toldo do pavilhão, como um lençol de fogo, vitimou figuras ‘pertencentes quase todas às camadas superiores, visíveis e decorativas da sociedade’, conforme o registro do jornalista Botelho. Mais que a descrição minuciosa do sinistro, a ilustração em *croquis* estampava uma cena de horror, trazendo corpos em desespero de dor, alguns já incinerados, espetáculo impactante naquelas páginas de mostruário habitualmente ameno e elegante. (MARTINS, 2001, p.109)

As considerações de Martins evidenciam que as técnicas da *Revista Moderna* estiveram entre as melhores ilustradas do gênero no final do XIX. A autora aponta também o quanto eram variados os assuntos publicados na revista, bem como a importância dessa revista para a promoção e difusão de textos de prosa de ficção antes das impressões em livros, foi o caso do romance “A ilustre casa de Ramires”, de autoria do escritor português Eça de Queirós, conforme a autora: “Entre os méritos da publicação, está o de veicular, pela primeira vez, a obra de Eça de Queirós *A Ilustre Casa de Ramires*, produzida especialmente para figurar em partes naquela revista, a exemplo dos folhetins nos jornais”.(p.110)

Embora este texto tenha oferecido apenas um pequeno recorte da produção da Martins, vale ressaltar que nessa publicação da autora a *Revista Moderna* ocupa um longo capítulo e, dentre os encontrados até o presente momento, se trata do mais abastado material em informações acerca do magazine ilustrado, pois não se basta à exposição de dados acerca da materialidade do impresso, mas também tece um conhecimento aprofundado sobre muitos aspectos de alguns números do periódico.

O lugar da *Revista Moderna* na contemporaneidade

Atualmente a *Revista Moderna* vem ganhando cada vez mais atenção dos pesquisadores brasileiros, tanto para os da área de Letras como para outros estudiosos, o que faz com que o número de trabalhos com a revista cresça consideravelmente, isso por conta da garantia de ampla possibilidade de investigação. Em nossa pesquisa localizamos, até o momento, três teses de doutorado, três dissertações de mestrado, quinze artigos acadêmicos, dois livros e mais seis materiais que fazem uso da *Revista Moderna* como

instrumento de apoio aos estudos da história da imprensa ilustrada, das relações literárias entre Brasil e Portugal, dentre outros temas.

Essas pesquisas têm se utilizado da *Moderna* como fonte secundária, contudo, localizamos alguns trabalhos acadêmicos em que a revista é o *corpus* principal (ou um dos principais), por exemplo, as dissertações de mestrado “A Revista Moderna (1897-1899): Uma publicação brasileira em Paris”, “As contribuições de Eça de Queirós na Revista Moderna” e “A figuração da personagem nas crônicas de Eça de Queirós: Textos de imprensa da Revista Moderna”, assim como a tese de doutorado intitulada “Entre dois tempos, entre dois mundos: uma revista luso-brasileira chamada Moderna (1897-1899)”

Outras fortunas críticas acadêmicas localizadas referem-se às edições de número nove e dez da *Revista Moderna*:



Esses números aludem à biografia sobre Machado de Assis, escrita por Magalhães de Azeredo, no número nove da revista, e à edição completa de homenagem a Eça de Queirós, no número dez. O número dez, talvez em resposta ao texto de Magalhães Azeredo, dedica toda a edição a Eça de Queirós, com vários artigos e uma

fotografia. A rivalidade entre os escritores já presenciada por ocasião da publicação de *O Primo Basílio* (1878) na imprensa brasileira, talvez explique essa coincidência ou não, uma vez que o número em homenagem a Eça já estava previsto desde o número dois da revista.

O certo é que o texto de Magalhães de Azeredo inicia exaltando Machado de Assis: “Celebrar a Machado de Assis é propriamente celebrar a dignidade e a elevação da obra literária”. Azeredo eleva a produção de Machado à universalidade ou mesmo à supremacia de toda a construção literária, comparando desde os textos poéticos e em prosa aos grandes nomes da Literatura mundial. Para ele, Machado é a completude do estilo e da singeleza da literatura:

Outra gloria não pede e não quer senão a que lhe vem da sua própria obra. Vasta é ela, e vária, distribuída em tão largo tempo, com sinceridade e perseverança, por quase todas as « províncias da literatura », como antigamente se dizia. Cultivar a poesia, o conto, o romance, o teatro, a critica, o folhetim, a crônica, tudo isso galhardamente; sendo pelo estilo um artista acrisolado, ser ainda um pensador, um humorista, um moralista, uma espécie de filósofo sem presunções, que, descuidoso de nos dar o seu sistema completo, nos dá tão só fragmentos soltos de filosofia; eis o que enche de brilho excepcional essa fecunda existência (...) (*Revista moderna*, 1897, n. 9. p. 35)

No texto, o estilo e a ironia da produção machadiana são comparados ao de Sterne, de H. Heine e de Anatole France, sempre superado pela graciosidade e profundidade dos personagens e linguagem inerentes ao brasileiro. Nem mesmo Eça escapa à comparação, pois, assim como Machado é um “demolidor de ilusões, aquele é um lusitano mordaz e “violento”.

(...) Portugal tem hoje o seu grande humorista: Eça de Queiroz; mas este não é porventura tão amargo no brilho violento e militante dos seus períodos, como Machado de Assis na mansidão quase ingênua com que expõe os seus trechos de doutrina. (*Revista Moderna*, 1897, n. 9. p, 36)

O texto finaliza afirmando que a grandiosidade e imortalidade de sua obra, além dos tipos muito bem caracterizados e do esmero com a linguagem, devem-se também:

a imensa vantagem de partilhar todos os gozos espirituais d'este século tão rico d'eles, sem ter saído nunca do seu recanto sul-americano; pois uma fina e rara intuição substitui na sua mente o proveito das viagens; de tal modo que o meio nacional, ou antes fluminense, dominante nas suas obras, adquire, através de tão especial temperamento, sem perder a sua exatidão, uma peregrina transcendência que o tornaria interessante para os estrangeiros como para nós mesmos.” (*Revista Moderna*, 1897, n. 9. p, 37)

Enquanto o “filósofo” Machado de Assis recebeu uma crítica de somente três páginas, embora merecesse quase toda a edição, conforme Magalhães de Azeredo, Eça foi elevado como uma das grandes personalidades das letras portuguesas da atualidade e de todos os tempos, num volume integral.

O certo é que, a publicação da crítica sobre a obra prosaica e poética de Machado o torna conhecido, em Portugal, como um escritor não apenas de poesia, mas também como um exímio cultivador de todas as formas literárias, uma vez que, segundo Raymond Sayer, Machado era muito mais conhecido como poeta do que como prosador. Prova disso é que na *Brasil-Portugal*, por exemplo, revista para qual o escritor também colaborou, aparecem apenas poemas e não os contos ou romances.

O número dedicado a Eça começa com um texto de M. Botelho, que, logo no início de sua apresentação, parece revidar a comparação entre Eça e Machado feita por Azeredo ao afirmar que:

Não temos de modo algum a pretensão ingênua do fazer figurar as nossas linhas como um prólogo mal colocado aos nomes festejados dos grandes mestres da poesia e da prosa, que são os únicos competentes para se pronunciarem sobre o mestre por excelência. (*Revista Moderna*, 1897, n. 10. p, 05)

O excerto enfatiza que a superioridade e sabedoria de Eça de Queirós colocaram a revista entre as melhores ilustradas do gênero tanto em Portugal quanto no Brasil, esse motivo justifica uma edição especialmente organizada para homenagear o criador literário e colaborador permanente da *Revista Moderna*.

Assim, nesse fascículo, muitos escritores e críticos se reuniram para exaltarem a grandeza de Eça: Eduardo Prado; Maria Amália Vaz de Carvalho; Xavier de

Carvalho; Oliveira Lima; Conde d'Arnos; Jr Batalha Reis; Trindade Coelho; Monteiro Ramalho; Conde de Ficalho; Magalhães de Azeredo; João da Câmara; Jayme de Séguier; Alberto Bramão; Henrique Lopes de Mendonça; Conde de Sabugosa; Mariano Pina; José Pessanha; Luiz de Magalhães; Alfredo da Cunha; Anthero de Figueiredo; Henrique de Vasconcellos; Domício da Gama; José Sarmento; Abel Botelho; Câmara Lima; Raymundo Corrêa; Domingos Guimarães; J. Pereira de Sampaio; Coelho de Carvalho e Luiz Serra.

Enquanto o texto de Azeredo elenca critérios estéticos e demonstra, por meio de excertos da obra de Machado, a superioridade daquele estilo, as críticas feitas a Eça são de cunho biográfico e laureador. Até mesmo aspectos da grafologia são suscitados para se afirmar que ordem e imaginação estão presentes na escrita do autor português, uma vez que “a ordem é a condição imperiosa da beleza, porque ela se chama também harmonia e é a própria beleza” (*Revista Moderna*, 1897, n. 10, p. 9). De acordo com essa “crítica grafológica”, a realidade do romance de Eça está no bem pintar, na ordem que inspiraria a imaginação e criaria os personagens de maneira tão realística, postos em relevo pelo traço bem feito das linhas lançadas no papel.

Mesmo a crítica que foi escrita por Azeredo a Eça de Queirós é muito mais de caráter elogioso e pessoal do que de caracterização do estilo literário, como a atribuída a Machado de Assis. Nesse sentido, o crítico brasileiro menciona, muito polidamente e eximindo-se de qualquer queixa, “por que Eça é, no Brasil, “tão lido e prezado” como em sua própria pátria. (*Revista Moderna*, 1897, n. 10, p. 19).

Somente em mais da metade do texto é que Azeredo começa a enumerar algumas características das obras de Eça ao afirmar a beleza com que este constrói os tipos em seus romances, chegando a compará-los com os personagens de Molière: “Outros, o Primo Bazilio, e o conselheiro Acácio, não são apenas tipos, têm a natureza mais vasta de caracteres, como Tartufo, como Don Juan, e são imortais como eles. ” (*Revista Moderna*, 1897, n. 10, p. 19).

As edições citadas foram, inclusive, motivo do envio de correspondências do próprio escritor brasileiro Machado de Assis, como a que remeteu ao crítico literário José Veríssimo:

Para: JOSÉ VERÍSSIMO

Rio [de Janeiro], 1º de dezembro de 1897.

Meu caro José Veríssimo.

[...] O Paulo já lhe escreveu que as duas linhas que antecedem os versos do Magalhães de Azeredo trazem a minha assinatura. Este escreveu me anunciando um ensaio a meu respeito no último número da *Revista Moderna*. Sobre a mesma matéria publicou anteontem um livro de Sílvio Romero; vou lê-lo. [...]

Adeus meu caro José Veríssimo, meus respeitos à sua Excelentíssima Senhora e saudades do velho

M. de Assis.

Além das correspondências que foram trocadas entre Machado e Azeredo:

Correspondências

De: Magalhães de Azeredo
Para: Machado de Assis

“Agora se fundou aqui para o Brasil e Portugal um periódico – a *Revista Moderna* – que pela sua elegância de feitura, pela impressão, pelas ilustrações rivaliza com as melhores de Paris e é verdadeira novidade na nossa língua.”

Paris, 6 de junho de 1897.

De: Machado de Assis
Para: Magalhães de Azeredo

“Também recebi, mandados pelo editor, dois números da *Revista Moderna*, que me pareceram, literariamente e materialmente, muito bem feitos. Os dois contos do Eça de Queirós, *A Perfeição* e *José Matias* são lindos.”

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1897

Fonte: Manuscrito Original, Arquivo ABL. 114, Avenue des Champs Elysées

Essa correspondência, além de outras de Machado falando sobre a *Revista Moderna*, encontra-se entre as reunidas em uma publicação da Academia Brasileira de Letras, intitulada “Correspondência de Machado de Assis: tomo III, 1890-1900”,

publicada no ano de 2011. No mesmo ano, Cintia Bravo de Souza Pinheiro³ publica sua pesquisa “A Revista Moderna: homens, fatos e retratos de um século que termina”, nos anais da I JORNADA OITOCENTISTA UERJ/USP:

Mesmo com a participação efetiva de Eça de Queirós, tão querido entre os leitores do Brasil e de Portugal, a *Revista Moderna* não consegue o sucesso esperado, inúmeras questões podem estar associadas ao seu repentino término. Em pleno domínio dos valores capitalistas a revista tornava-se, tanto para os seus leitores, quando para seus editores uma empresa muito cara (a revista avulsa custava 2 francos e a assinatura chegava a 40 francos anuais). (PINHEIRO, 2011, p. 50)

Nota-se que Cintia Pinheiro reconhece a grandiosidade da principal atração da revista, isto é, o colaborador Eça de Queirós, mas chama atenção ao fato disso não ter garantido a permanência prolongada à um empreendimento de tão alto custo como a *Revista Moderna*. Outros foram os trabalhos que fizeram uso da referida revista como fonte de estudos, conforme a representação no quadro abaixo:

Quadro 2. Trabalhos acadêmicos cujo o corpus principal é a Revista Moderna

Titulo	Tipo	ano
<i>As contribuições de Eça de Queirós na Revista Moderna</i>	Dissertação	2006
<i>Entre dois tempos, entre dois mundos: uma revista luso-brasileira chamada Moderna (1897-1899)</i>	Tese	2012
<i>A Revista Moderna (1897-1899): Uma publicação brasileira em Paris</i>	Dissertação	2000
<i>A Revista Moderna: fatos e retratos e um século que termina</i>	Tese	2006
<i>A figuração da personagem nas crônicas de Eça de Queirós: Textos de imprensa da Revista Moderna.</i>	Dissertação	2013

³ Doutora em Estudos Comparados pela Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense.

Fonte: Elaboração própria, com base no Banco de Teses e dissertações da capes

Infelizmente não foi possível, nesta ocasião, esgotar as fontes pesquisadas que tratam da *Revista Moderna*, por certo, o restante ficará para outro momento. Entretanto, por meio do panorama apresentado até aqui, se pôde ter uma ideia de como vem sendo abordada a *Revista Moderna*, desde o seu aparecimento no século XIX até os dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Revista Moderna* serviu de instrumento difusor de cultura, viabilizando a propagação das ideias e modas estrangeiras no Brasil e possibilitando a circulação e difusão de prosas de ficção antes mesmo de serem impressas em livros, os números publicados nos permitem melhor visualização de como se compôs o cenário intelectual brasileiro no final do século XIX em revistas, além da possibilidade de conhecermos os diversos sujeitos históricos envolvidos na produção, divulgação e circulação da cultura por meio desse impresso (autores, tradutores, adaptadores, obras, etc.), bem como, os romances que se tornaram livros após terem sido recebidos e publicados pela *Revista Moderna* e a recepção desta pelo público brasileiro, serviu de instrumento difusor de cultura, viabilizando a propagação das ideias e modas estrangeiras no Brasil e possibilitando a circulação e difusão de prosas de ficção antes mesmo de serem impressas em livros. A *Moderna* permitiu melhor visualização de como se compôs o cenário intelectual brasileiro no final do século XIX em revistas. Por este motivo, a crítica gira em torno da recepção da *Revista Moderna* pelo público brasileiro e do que foi publicado e/ou de quem publicou nela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. Circulação de livros no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação 21**, 1998.

_____. A Circulação Transatlântica dos Impressos. A Globalização da Cultura no Século XIX. LIVRO. IN: **Revista Do Núcleo De Estudos Do Livro E Da Edição**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011. Disponível em: <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/arquivos/ensaio.pdf>. Acesso em: 15/10/2017.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil – 1800 – 1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

MARTINS, Ana Luíza. **Revistas em revista - imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: Edusp / Fapesp / Imprensa Oficial do Estado, 2001.

Pereira, Carlos José. **As contribuições de Eça de Queirós na Revista Moderna**. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2003.

PINHEIRO, Cintia Bravo de Souza. **Entre dois tempos, entre dois mundos: uma revista luso-brasileira chamada Moderna (1897-1899)**. Tese (Doutorado em Literatura comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

ROUANET, Sergio Paulo (coordenação e orientação). **Assis, Machado de, 1839-1908. Correspondência de Machado de Assis: tomo III, 1890-1900 organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério**. – Rio de Janeiro: ABL, 2011.

FONTES PRIMÁRIAS

Revista Brasileira. Tomo XIII. Editora: Sociedade, janeiro a março de 1898. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1898_00013.pdf.

Gazeta de Notícias, 1875-1900. Fundação Biblioteca Nacional

Revista Moderna (1897-1899), Biblioteca Lúcio de Mendonça, ABL

TUPINISMO: UM ESTUDO SOBRE A IMPOSIÇÃO DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Airton Santos de Souza Junior*

Resumo: Compreendo por tupinismo o processo de imposição, por meio da violência física, de uma língua do tronco tupi, busca-se, neste estudo, demonstrar que os meios de implantação e propagação da língua geral amazônica ou *nheengatu* na Amazônia brasileira ocorreram de forma impositiva e coercitiva. Assim, toma-se como ponto de partida para as discussões as contribuições de Antezana (2014), Baniwa (2016), Fanon (2005), Freire (2011), Fonseca (2015), Hall (2016), Othero (2017), Silva e Isquerdo (2009) e Stessuk (2006). Desse modo, foi possível constatar que, para além de uma língua supraétnica que permitiu o contato entre povos de diferentes etnias, na realidade a língua geral amazônica foi, durante certo tempo, um forte instrumento utilizado segundo os interesses do sistema colonial, cuja imposição, não deixou de ser arbitrária, coercitiva e violenta, desconsiderando assim as especificidades, identidades, singularidades e o direito de cada comunidade em manter sua própria língua.

Palavras Chave: Língua geral amazônica. Mecanismos de propagação. Imposição linguística.

Abstract: I understand Tupinism as the process of imposing, through physical violence, a Tupi trunk language, in this study it is sought to demonstrate that the means of implantation and propagation of the general Amazonian language or *nheengatu* in the Brazilian Amazon occurred in a taxing way and coercive. Thus, the contributions of Antezana (2014), Fanon (2005), Freire (2011), Fonseca (2015), Hall (2016), Othero (2017) Silva and Isquerdo (2009) and Stessuk (2006). In this way, it was possible to verify that, in addition to a supra-ethnic language that allowed the contact between peoples of different ethnic groups, in fact the general Amazon language was for a time a strong instrument used in the interests of the colonial system, was not arbitrary, coercive and violent, disregarding the specificities, identities, singularities and the right of each community to maintain its own language.

Key Words: General language Amazonian. Mechanisms of propagation. Linguistic Imposition.

Introdução

Estudar a história de uma língua nos permite compreender alguns pontos que podem se mostrar relevantes para a compreensão de seu estado atual. Ao retomarmos o processo histórico anterior à independência do Brasil, compreendido e difundido em alguns livros de história como “período do descobrimento”, estudiosos como Othero (2017) revelam-nos que no período colonial havia no território brasileiro um vasto

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagem e identidade da Universidade Federal do Acre - UFAC, Bolsista Capes 001, graduado em Letras Português e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Acre. airton.airton santos.santos09@gmail.com.

número de línguas faladas por comunidades indígenas, compreendendo um quantitativo aproximado em torno de 1.270 a 1.500 línguas.

Atualmente o número estimado dessas línguas decaiu consideravelmente e daquele quantitativo superior a 1.000 línguas restaram hoje um total aproximado de 180 línguas oficialmente catalogadas. As causas que levaram ao desaparecimento de tais línguas em solo brasileiro evidentemente não são as mesmas, mas no contexto do Brasil colonial, em que se destacam as maiores estimativas de perdas linguísticas, é possível apontarmos como ponto em comum que todas as causas de “desaparecimento” linguístico estavam sob a mesma lógica de dominação que subjaz os sistemas coloniais.

Nesse sentido, não nos parece estranho pensar que sob o escopo da lógica de dominação colonial uma língua indígena possa ter sido utilizada como ferramenta à serviço dos interesses coloniais. Assim, e embora reconhecendo a pertinência da contribuição de Freire (2011) ao destacar em sua obra a relevância histórica da língua geral amazônica ou *nheengatu*, neste artigo buscaremos demonstrar os processos a partir dos quais a língua geral amazônica foi efetivamente implantada e propagada na região da Amazônia brasileira.

Se nos voltarmos para os processos de implantação da língua geral amazônica poderemos constatar que de certo modo muito mais que desempenhar o papel de língua supraétnica e nativa, a língua geral foi uma poderosa ferramenta a serviço do sistema colonial, haja em vista que em prol de seu uso muitas comunidades indígenas foram violentamente reprimidas e obrigadas a abandonar suas línguas nativas.

Compreendendo, de acordo com Hall (2016), que a linguagem representa também um repositório de valores e significados culturais, entendemos que subtrair de uma comunidade a língua materna em detrimento de outra gera uma perda que não se restringe à substituição de códigos que permitem a comunicação, mas significa, porém, uma perda de valores e significados culturais inerentes às vivências particulares de uma comunidade.

Diante disso, demonstraremos que os meios de implantação e propagação da língua geral/*nheengatu* na Amazônia brasileira ocorreram de forma impositiva e coercitiva por meio da violência física, característica esta específica do processo de

colonização, não se diferenciando das demais ferramentas/formas coercitivas de colonizar o outro; o que nos permite perceber ainda que apesar de ser uma língua de origem indígena, todavia diferentemente das demais, o modo como ela foi propagada não se deu de forma convencional no seio de comunidades de fala, mas sim de forma autoritária, marcada pela violência dos corpos.

Tupinismo

Ao realizarmos uma busca pelas possibilidades semânticas da palavra tupinismo, podemos verificar em trabalhos como os de Antezana (2014), Silva e Isquierdo (2009) e Stessuk (2006), um sentido, de certa maneira, comum com o pontuado pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009), que descreve o verbete tupinismo como palavra, construção ou mesmo locução da língua tupi, tomada de empréstimo por outra língua.

Dessa maneira, podemos então inferir que um dos sentidos comuns, senão o mais usual, atribuídos à palavra tupinismo, consiste no empréstimo de elementos específicos das línguas oriundas do tronco tupi. Assim é que o estudo de tupinismos no português do Brasil, diz respeito, por exemplo, aos empréstimos, para a língua portuguesa, de elementos linguísticos oriundos das línguas tupi.

Observa-se ainda que em paralelo com a palavra tupinismo surgem outras expressões como: tupinologia, que se refere ao estudo das línguas tupi; e tupinólogo, que neste caso indica o estudioso do tupi antigo, aquele que se propõe a investigar as marcas e mesmo influências do tupi sobre outras línguas, em síntese, o especialista em tupinologia.

Assim, considerando esse significado, aparentemente comum, em relação à palavra tupinismo, nesse estudo propomos pensar o significado de tupinismo a partir de uma outra perspectiva, que combina morfologicamente o radical *tupin* mais o sufixo *ismo* da palavra colonialismo, e que nos leva, portanto, a compreensão do significado de tupinismo como o processo de imposição, por meio da violência física, de uma língua tupi sobre outras línguas.

Para entendermos melhor esse sentido que estamos propondo é importante que se parta do entendimento de que é o signo da violência, na perspectiva de Fanon (2005), a característica central que marca o colonialidade tendo em vista que todo sistema colonial se mostra violento; violência esta, conforme aponta Fonseca (2015), que se inicia no próprio contato entre aquele que vem de fora e aquele que se encontra dentro de certo ambiente:

A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga. Desnutridos, enfermos, se ainda resistem, o medo concluirá o trabalho: assestam-se os fuzis sobre o camponês; veem civis que se instalaram na terra e o obrigam a cultivá-la para eles. Se resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, degrada-se, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fender-lhe o caráter, desintegrar-lhe a personalidade. (FANON, 2005, p. 09).

Nesse sentido, observamos que todo o contexto colonial é construído a partir do signo da violência, que visa não somente garantir o respeito e subserviência daqueles que se encontram subjugados, mas também objetiva a desumanização desses, de maneira, que quanto a esta “meta” a ser atingida pelo colono, nada e nenhum esforço devem ser poupado para extirpar dos povos subjugados suas tradições, línguas e identidades, destruindo assim sua cultura, sem, contudo entregar-lhes a do colono.

Nas regiões coloniais, ao contrário, o gendarme e o soldado, por sua presença imediata, por suas intervenções diretas e frequentes, mantém contacto com o colonizado e o aconselham, a coronhadas ou com explosões de napalm, a não se mexer. Vê-se que o intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não torna mais leve a opressão, não dissimula a dominação. Exibe-as, manifesta-as com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência a casa e ao cérebro do colonizado. (FANON, 2005, p. 28).

Conforme a citação anterior, verificamos a confirmação do papel central que a violência ocupa nos contextos coloniais, violência esta que não diz respeito a uma

dominação subjetiva do outro, mas que na verdade se constrói e concretiza por meio da subjugação e dominação dos corpos através da violência física. Dessa forma, é que, portanto o mundo colonial é definido como sendo “um mundo compartimentado, maniqueísta, imóvel, mundo de estátuas: a estátua do general que efetuou a conquista [...] Mundo seguro de si, que esmaga com suas pedras os lombos esfolados pelo chicote. Eis o mundo colonial.” (FANON, 2005, p. 39).

Diante disso e compreendendo, portanto que o que caracteriza o colonialismo não se trata de um mecanismo de imposição subjetiva, mas sim uma imposição e dominação que se efetiva por meio do domínio dos corpos concretizado através da violência física, é que então pensamos o significado de tupinismo não como processo de influência ou empréstimo de elementos das línguas tupi sobre outras línguas, mas como o movimento de dominação de outras comunidades indígenas, pertencentes e não pertencentes ao tronco tupi, efetivado a partir da imposição de uma língua tupi, nesse caso a língua geral amazônica e/ou *nheengatu*; imposição esta efetivada por artifício do aparato central que caracteriza o colonialismo, isto é, a partir da dominação dos corpos materializada na própria carne através da violência física.

Um breve panorama acerca da formação da língua geral amazônica

Embora o “descobrimento” do Brasil tenha ocorrido em 1.500, segundo Stessuk (2009) a efetiva colonização do território brasileiro ocorreu apenas em 1532 com a fundação das vilas de São Vicente e Piratininga. Anteriormente a esse período “a relação entre os portugueses e os brasis baseava-se então apenas no escambo de artefatos europeus em troca de viveres da terra e pau-brasil” (STESSUK, 2009, p. 97). Conforme o autor, nesse contexto de trocas comerciais os portugueses se propuseram a aprender as línguas nativas, em especial o tupi antigo, denominado também durante o século XVI de língua brasílica, que predominava na região litorânea do território “descoberto”.

O tupi antigo, como toda língua, possuía algumas variedades marcadas diatopicamente, como o tupinambá, falado numa extensão territorial muito mais ampla

que as localidades onde se falavam outras línguas. Em consonância com isso, e pensando no processo de formação da língua geral amazônica, Bessa Freire nos revela que:

Quando os primeiros colonos portugueses, que chegaram ao Pará em 1616, defrontaram-se entre as centenas de línguas indígenas da Amazônia – com o tupinambá, falado na costa do Salgado até a boca do rio Tocantins. Eles conseguiram estabelecer um nível razoável de comunicação com esses índios porque em Pernambuco e Maranhão, de onde vieram, haviam aprendido a falar a língua brasílica, nome dado aos jesuítas à língua tupinambá usada na catequese pelos jesuítas em todo litoral brasileiro desde o século XVI. (FREIRE 2011, p. 58-59)

Nesse sentido, o autor nos mostra que o processo de constituição da língua geral amazônica ocorreu por meio do contato entre os portugueses que chegaram ao Pará, em 1616, com o tupinambá, falado na costa do Salgado até a boca do rio Tocantins. O estabelecimento de um nível razoável de comunicação entre os portugueses e os nativos ocorreu, pois os portugueses já haviam aprendido a falar a língua brasílica utilizada desde o século XVI pelos jesuítas durante a catequese.

Considerando isso, e refletindo sobre tal processo, num primeiro momento nos parece que estamos diante de uma língua crioula, oriunda do contato entre o português e a língua tupinambá falada na costa do Salgado até a boca do rio Tocantins, contudo, o próprio Bessa Freire traz em sua discussão as controvérsias apresentadas entre os estudiosos acerca do entendimento de se a língua geral é ou não um crioulo.

Quanto à isso, é importante levarmos em consideração, conforme assinala Freire (2011), que a existência de uma língua crioula implica necessariamente na constituição de uma língua mista, em que se percebem no léxico influências da língua “dominante”, e na gramática traços da língua “dominada”. Partindo desse pressuposto, observamos, contudo que com a língua geral amazônica o processo ocorrido é o inverso, pois, segundo Couto (1996), seu léxico é constituído a partir do tupi, ao passo que sua gramática se aproxima do português.

Para Bessa Freire:

A língua geral amazônica é uma das línguas de maior importância histórica no Brasil e, não obstante isso, sua história ao longo dos quatrocentos anos de conquista da Amazônia brasileira é muito pouco

conhecida, e por isso mesmo, tem sido obscurecida por um grande número de equívocos e ideias preconcebidas. Esses equívocos e preconceitos afetam tanto sua natureza de língua específica, nitidamente distinta do idioma dos índios tupinambá do Maranhão e do Pará, no qual teve sua origem, e da outra língua geral que se desenvolveu no sudeste do Brasil, a língua geral paulista, quanto a história de sua extraordinária expansão como língua dominante durante dois séculos no estado do Maranhão e Grão-Pará, que, até a metade do século XVIII, foi outra colônia portuguesa distinta do que era então o estado do Brasil. (FREIRE, 2011, p. 13).

Conforme a citação acima é importante que se destaque que apesar de a língua geral amazônica ter sido originada da língua tipinambá do Maranhão e do Pará, entretanto, trata-se de uma língua específica, e, portanto distinta do tupinambá. Essa distinção é pontuada por alguns estudiosos que, de acordo com Freire (2011), chegam a propor duas nomenclaturas: tupinambá colonial que indica se tratar da língua geral em processo de expansão, e tupinambá tribal, que seria a língua falada pelas comunidades nativas, que até o final do século XVIII desaparecem definitivamente.

Em paralelo a este processo, que estamos pontuando resumidamente, acerca da formação da língua geral amazônica, mostra-se relevante apresentar ainda o percurso histórico trajado por esta língua. De acordo com Freire (2011), os processos de contato entre as línguas na região amazônica ocorreram de modo a transitar entre o monolinguismo e o bilinguismo, sendo que a construção de cidades, vilas e povoados também foram fatores que afetaram não apenas a espacialidade da região, mas se mostraram determinantes no processo de manutenção e dialeticamente declínio da língua geral amazônica.

Nas aldeias de origem, onde residiam às comunidades nativas, prevaleciam às línguas vernáculas faladas pelas comunidades indígenas. Ao passo, que nas vilas e povoados existiam duas possibilidades: aquele índio que se encontrava em condição de trânsito junto às vilas e povoados era identificado como “índio manso”, e fazia uso tanto da língua vernácula de sua comunidade, quanto da língua geral amazônica falada nos povoados. Por outro lado, aqueles índios que permaneciam nas vilas e povoados, considerados como “índios tapuios”, deixavam sua língua materna, que não era utilizada

nas relações estabelecidas nos povoados, em prol da língua geral amazônica, originando dessa forma uma situação de monolinguismo em língua geral. É neste momento histórico, conforme aponta Freire (2011), que se torna possível observar e constatar o caráter expansivo da língua geral amazônica.

Com o surgimento das cidades a situação se altera, e se outrora os processos de monolinguismo e biliguismo variavam somente entre línguas indígenas, isto é, monolinguismo na língua vernácula entre aqueles indígenas que viviam nas aldeias de origem, bilinguismo em língua vernácula e geral amazônica entre aqueles que se encontravam numa situação de trânsito junto às vilas e povoados, e monolinguismo em língua geral entre aqueles indígenas que residiam nas vilas e povoados; com o surgimento das cidades, no cenário linguístico também surge à língua portuguesa.

Assim como acontecia nas vilas e povoados, aqueles índios que estavam em situação de trânsito nas cidades, considerados “índios civilizados”, faziam uso tanto da língua geral amazônica quanto da língua portuguesa, dando forma a um contexto bilíngue. Por sua vez, aqueles que permaneciam na cidade, identificados como “caboclo” (amazonense/paraense), faziam uso apenas da língua portuguesa que agora assumia a hegemonia nas relações estabelecidas nas cidades. Desse modo, é neste contexto histórico, conforme assinala Freire (2011), que se observa o processo de declínio da língua geral amazônica e expansão da língua portuguesa.

A língua geral amazônica e/ou nheengatu: um instrumento para um processo de imposição?

No texto intitulado *La danza de las gramáticas: la relación entre el tupí y el portugués de Brasil*, a pesquisadora Eni Orlandi propõe uma discussão bastante interessante ao nos convidar a refletir sobre os processos que levaram a construção de uma língua nacional (português). Nesse sentido, pode-se dizer ainda que são numerosos e convincentes os estudos que apontam como extremamente cruéis os meios que levaram a língua portuguesa a tornar-se a língua nacional no território brasileiro. Em consonância com isso, evidentemente que não propomos aqui ir de encontro a tais estudos, mas

propomos tão somente uma releitura acompanhada de uma outra reflexão a partir dos questionamentos levantados por Orlandi.

Que língua nós apagamos para termos uma língua nacional (o português)? De que língua (ou línguas) foi preciso nos distanciar historicamente e quais as línguas que tiveram de ser silenciadas para que obtivéssemos uma língua portuguesa? (ORLANDI, 1993, p. 56).

Sendo assim, e se ao contrário de nos questionarmos sobre que língua(s) tivemos que apagar/silenciar para termos uma língua portuguesa, de modo muito semelhante nos questionássemos sobre quais línguas tivemos que apagar e silenciar para termos uma língua geral? Será que a resposta para tal questionamento se aproximaria da crueldade e indiferença ao outro, determinantes no processo de construção e expansão da língua portuguesa? São esses questionamentos que nos propomos a discutir e responder a partir de agora.

A reprodução inicial dessa língua ocorreu de forma quase espontânea. No entanto, passou a ser feita de forma mais sistemática e – digamos assim – planejada, com a catequese [...] A política de Portugal, até o final da década de 1720, foi de franco incentivo à expansão da língua geral, pelo que isso representava em termos de rentabilidade da colônia. Em vários momentos, o rei de Portugal repreendeu os carmelitas, os mercedários e os franciscanos da Amazônia, cujos missionários não eram tão fluentes na língua geral quanto os jesuítas (Sweet, 1974, p. 106). Através da Carta Régia de 30 de novembro de 1689, Portugal reconheceu a LGA como língua oficial do Estado do Maranhão e Grão-Pará, determinando que os missionários deviam ensiná-la aos índios e aos próprios filhos dos portugueses concentrados nos embriões de núcleos urbanos que se formavam na região (Kiemen, 1954, p. 170). (FREIRE, 2011, p. 60-63).

Conforme a citação anterior, um ponto muito importante que precisa ser considerado em se tratando do processo de expansão e concentração da língua geral amazônica diz respeito ao fato de esse processo não ter ocorrido de forma isenta ao poderio e discurso colonial. Como se pode observar, no que tange ao processo de disseminação e propagação da língua geral, para que este ocorresse de maneira sistêmica,

houve uma forma de intervenção institucional da coroa portuguesa obrigando o ensino da língua geral tanto aos indígenas quanto aos filhos dos portugueses.

Por esse ângulo, torna-se possível ainda que se questione o porquê de o colonizador ter optado por institucionalizar e apoiar a propagação de uma língua que não a sua? A resposta para este questionamento nos parece relacionar-se a duas questões pontuadas por Freire (2011): Primeiro ao fato de o colonizador ter percebido logo nos primeiros contatos que a comunicação com os nativos era uma condição fundamental para sobrevivência na Amazônia; e, em segundo lugar, e não menos importante, que os indígenas poderiam fornecer a força de trabalho necessária para tornar viável o projeto colonial.

Todavia, para que isso acontecesse era preciso, antes de tudo, que se superassem a enorme diversidade linguística que caracterizava o ambiente, de maneira que, para isso, mostrava-se necessário o desenvolvimento de uma língua que permitisse o contato entre um vasto número de falantes, pertencentes ou não a mesma etnia. Nessa lógica, a língua geral amazônica cumpriu perfeitamente esse papel, pois, conforme pontua Freire (2011), era uma língua considerada até mesmo supraétnica permitindo o contato entre povos de diferentes etnias.

Nessa perspectiva, se revela importante refletirmos até que ponto de fato a língua geral amazônica permitiu o contato entre povos de diferentes etnias, ou se mais precisamente tratava-se de uma “permissão” forçada tendo em vista que nem todas as comunidades indígenas pertenciam ao tronco tupi, do qual a língua geral fazia parte. Nesse sentido, é relevante lembrar que os troncos linguísticos, segundo Freire (2011), que constituíam a Amazônia brasileira no século XVI eram: Tupi, Karib, Aruak, Pano, Tukano e Jê. Dessa maneira, e considerando, portanto, a variedade de troncos linguísticos e línguas existentes em época, não nos parece desfocado o olhar de que a língua geral possa ter sido coercitiva e violentamente imposta sobre outras comunidades que não a tupinambá, pertencentes e não pertencentes ao tronco Tupi.

Partindo disso, é possível que se aponte que a forma como se efetivou a organização do trabalho indígena na Amazônia, por meio de entre outras formas de

recrutamento, os chamados descimentos, se mostrou um fator de fundamental importância no processo de imposição da língua geral. Conforme destaca Freire (2011), os descimentos consistiam em expedições, em geral pacíficas, ainda que acompanhadas por escolta militar, realizadas com a presença de missionários que tinham por objetivo convencer os indígenas a deixarem suas aldeias de origem e migrarem para as aldeias de repartição situadas nas proximidades dos núcleos coloniais.

As aldeias de repartição, por sua vez, eram núcleos artificiais, “onde índios de diferentes línguas e de culturas diversificadas eram estocados para ser alugados e distribuídos – repartidos entre os colonos, os missionários e o serviço real da coroa portuguesa”. (FREIRE, 2011, p. 76). Nas aldeias de repartição, configuradas a partir de um cenário totalmente indiferente as especificidades linguísticas e culturais de cada comunidade, só restava espaço para uma única língua, evidentemente a língua geral amazônica, que aos poucos assumia o papel e as funções das línguas vernáculas das comunidades que saíam das aldeias de origem.

No confronto com a língua geral, muitas línguas minoritárias foram condenadas à extinção, porque foram sendo gradualmente abandonadas em seus usos e funções de língua materna pelos índios nascidos nas aldeias de repartição, sobretudo por causa do extermínio físico de seus falantes. (FREIRE, 2011, p. 74).

Desse modo, observa-se que a apropriação e expansão da língua geral não se deram de maneira romântica e pacífica, muito pelo contrário, num cenário construído em que só havia espaço para uma única língua, as demais línguas faladas por comunidades indígenas pertencentes ou não ao tronco tupi, foram aos poucos sendo suplantadas por uma língua que apesar de não ser o português era percebida pelos indígenas como uma “língua de branco”, e, portanto do colonizador.

Nesse sentido, percebe-se ainda que a escola, como processo de institucionalização, também atuou como importante ferramenta na difusão e imposição da língua geral. Assim, segundo Freire (2011), o ensino era ministrado exclusivamente por missionários, não havendo registro de professores indígenas durante a época colonial, de maneira que os saberes indígenas, as culturas, as línguas e as especificidades de cada

grupo ficavam sempre excluídas da escola, – com exceção é claro da língua geral amazônica.

Nessa lógica, observa-se claramente que o uso da língua geral na escola, até meados do século XVIII, “representou para os grupos de filiação linguística não tupi uma imposição arbitrária do poder colonial, que empregou, para isso, a palmatória, diferentes tipos de castigo e outras formas de violência física”. (FREIRE, 2011, p. 62). Segundo o autor:

Vários relatos dão conta da resistência de algumas índias, que se recusavam a trocar sua língua materna pela língua geral, sendo espancadas pelo missionário responsável pela escola com uma palmatória “até lhe incharem as mãos e arreentar o sangue”. (FREIRE, 2011, p. 62).

Desse modo, verifica-se, portanto que o uso da língua geral no contexto amazônico não foi tão romântico como se parece, a ponto de nos fazer pensar que somente a língua portuguesa foi violentamente imposta, mas antes, culminou também num processo violento de desapropriação linguística entre diversas comunidades que não “optaram” pela língua geral. Nesse sentido, mostra-se ainda importante refletirmos sobre o que significa esse processo de desapropriação/apagamento linguístico, já que para alguns pode ser que no contexto tratado neste artigo não simbolize nada, tendo em vista que houve “simplesmente” uma substituição de códigos, ao passo que a língua de origem indígena permanecia.

Segundo Hall (2016), a linguagem também pode ser representada como um repositório de valores e significados culturais, e nessa lógica, as línguas, que não são apenas uma, representam os valores, identidade, e cultura de um povo. De maneira que quando uma comunidade perde uma língua, perde-se, portanto também um conjunto de valores identitários e culturais resguardados por aquela língua. Assim, podemos então afirmar que “Quando uma língua deixa de existir, perdemos mais do que um sistema gramatical ou de comunicação complexo e estruturado; perdemos uma maneira de ver e compreender o mundo”. (OTHERO, 2017, p. 112).

Além disso, no contexto das cosmologias indígenas em que as línguas representam muito mais que funções sociais:

Importa também destacar a importância vital e simbólica da língua para os povos indígenas, por meio da qual estabelecem as conexões com a natureza e com o mundo. Assim, a língua é um fenômeno de comunicação sociocósmica de vital importância na relação recíproca entre sociedades humanas e estas com os seres não humanos da natureza. Nesse sentido, a perda de uma língua por um povo indígena afeta diretamente a relação desse povo com a natureza e com o cosmo, resultando em quebra ou redução de conectividade entre os seres e, conseqüentemente, afetando o equilíbrio e a harmonia da vida no mundo. (BANIWA, 2016, p. 44-45).

Dessa maneira, partindo do entendimento de que muitas línguas foram perdidas e suplantadas em detrimento do uso da língua geral amazônica, e compreendendo que a perda de uma língua não se restringe meramente a perda de um conjunto de códigos que permitem a comunicação, mas por outro lado, sobretudo, significa a perda de uma série de valores, formas de apreender o mundo e identidades que marcam e configuram uma coletividade, mostra-se igualmente importante também refletirmos não somente sobre as causas que culminaram numa língua nacional, mas também sobre quantas e quais línguas tiveram que ser silenciadas/apagadas para que tenha existido uma língua geral, ou ainda, quantas e quais formas de ver e compreender o mundo tiveram que ser silenciadas e obscurecidas em detrimento de uma visão, ainda que com fortes características nativas, mas anuída pela perspectiva do colonizador.

Diante disso, e partindo, portanto dessas questões podemos concluir que para além de uma língua supraétnica que permitira o contato entre povos de diferentes etnias, na realidade a língua geral foi, durante certo tempo, um forte instrumento utilizado segundo os interesses do sistema colonial, cuja imposição, ainda que diferente dos meios utilizados que culminaram com a hegemonia da língua portuguesa, não deixou de ser arbitrária, coercitiva e violenta, desconsiderando assim as especificidades, identidades, singularidades e o direito de cada comunidade em manter sua própria língua.

Considerações Finais

À vista do que foi discutido ao longo desse artigo, para além de problematizar os processos de implantação, ou, para ser mais preciso, imposição da língua geral amazônica na região da Amazônia brasileira, e desde já reconhecendo que não nos debruçamos enfaticamente sobre tais processos, pois a intenção desta escrita consisti apenas em demonstrar que houve uma forma coercitiva e violenta de imposição da LGA sobre outras comunidades, esperamos com isso ter possibilitado uma outra leitura que nos convida a refletirmos não apenas acerca da imposição da língua portuguesa sobre comunidades indígenas, mas pensar, ainda, no processo de imposição linguística como algo que ocorreu também a partir de uma língua indígena, cujos meios que culminaram com sua propagação se mostram muito próximos da violência do processo colonial que findou com a hegemonia da língua portuguesa.

Assim, mostra-se também necessário pontuar aqui que a palavra tupinismo, com a carga semântica utilizada nesse estudo, não se refere à imposição de todas as línguas do tronco do tupi, ou mesmo do tronco linguístico sobre outras línguas ou troncos, mas sim aos processos, que entendemos como impositivos e violentos, de disseminação e expansão da língua geral amazônica; processos estes, que como procuramos comprovar caracterizam-se perfeitamente no escopo do colonialismo por terem como base/motor a violência física.

Desse modo, encerramos defendendo que cabe, portanto também nos questionarmos sobre quais línguas tivemos que apagar/silenciar e nos afastar historicamente para que tenha existido uma língua geral, pois se a perda de uma língua representa muito mais que a perda de um sistema partilhado socialmente que permite a interação entre os sujeitos, significando também a perda de elementos identitários, culturais, e ainda, no contexto das cosmologias indígenas, uma ruptura com o próprio cosmos, então a imposição da língua geral amazônica realmente foi algo problemático, tendo em vista que muitas comunidades e etnias indígenas com suas línguas próprias, e consequentemente costumes, culturas e identidades também próprias, foram

violentamente obrigadas a observarem suas línguas e costumes sendo aos poucos suplantados pela língua geral amazônica.

Referências

ANTEZANA, Marta Batista Ordoñez. **A gramatização da língua portuguesa do Brasil: o tratamento da variedade brasileira do português na gramática portuguesa (curso superior) de João Ribeiro.** 2014. 165 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de pós-graduação em Letras, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

BANIWA, Gersem. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. (Org). **Das Margens.** Rio Branco: Nepan Editora, 2016. p. 41-56.

COUTO, Hildo H. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins.** Brasília, UNB, 1996.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel: A história das Línguas na Amazônia.** 2º ed. Rio de Janeiro: EduUERJ, 2011.

FONSECA, Danilo Ferreira da. **Colonialismo, independência e revolução em Frantz Fanon.** Revista África e Africanidades – Ano 7 – n. 19. abr. 2015.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Trad. Daniel e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ORLANDI, Eni P. **La danza de las gramáticas.** La relación entre el tupi y el portugués de Brasil. *Iztapalapa*, 29 (13): 54-74, México, 1993.

OTHERO, Gabriel de Ávila. **Mitos de Linguagem.** São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

SILVA, Daniela de Souza; ISQUERDO, Aparecida Negri. Tupinismos na língua falada nas capitais da região centro-oeste documentados pelo projeto ALIB. In: Dermeval da Hora (org.). **Anais - VI Congresso Internacional da Abralin.** João Pessoa: Ideia, 2009. p. 971-980.

STESSUK, Sílvio. **A implantação da Língua Portuguesa no Brasil, em contato com o Tupi antigo e as Línguas Africanas.** TODAS AS LETRAS I, volume 8, n.1, 2006.